



Foto: Carla Silva - Porto: Comemoração do 1º maio 2014

Maria Antónia Gaspar da Mota

Sindicatos Bancários independentes, um sindicalismo emergente

Dissertação de Mestrado em Sociologia, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de mestre em Sociologia, orientada pelo Professor Doutor Hermes Augusto Costa

agosto, 2014



• U • C •

UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Maria Antónia Gaspar da Mota

Sindicatos bancários independentes, um sindicalismo emergente

Dissertação de Mestrado em Sociologia, apresentada à Faculdade de
Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. DoutorHermes Augusto Tadeu Moreira Costa

Coimbra, agosto de 2014

Dedicado aos meus filhos Gabriel e Camila.

À memória do meu pai José da Mota Bernardo.

Agradecimentos

Não posso deixar de agradecer a inúmeras pessoas que contribuíram que esta tese fosse possível. Não só à minha família que roubei tempo para me dedicar a esta “luta”, por isso ao meu companheiro de vida Fabrício que me apoia em “quase” todos os momentos, quero agradecer-lhe por tudo. Quero deixar uma mensagem para os meus filhos, Gabriel e Camila que são a razão da minha existência. Nunca é tarde para fazer aquilo que queremos, “o sonho é que comanda a vida”. Por isso, quero que sonhem e que concretizem todos os vossos sonhos. Um grande agradecimento à minha mãe, pela grande Mulher de trabalho que é. Devo-lhe os principais valores pelos quais sempre pautou a sua vida, como a honestidade, a retidão, a lealdade, a justiça e muito trabalho duro com muito suor.

Quero também agradecer a todas as pessoas que estiveram próximas e que me deram apoio. Em primeiro lugar, e porque fui sempre muito insistente para não dizer chata, um muito grande agradecimento ao meu orientador Professor Doutor Hermes Augusto Costa que me deu sempre todo o apoio que solicitei. Não me posso esquecer os colegas de turma, bem como todos os professores do mestrado de Sociologia que passo a enumerar sem ordem: Prof. Carlos Fortuna, Prof. André Brito, Prof^a Paula Abreu, Prof^a Virgínia Ferreira, Prof.^a Sílvia Ferreira, Prof. Elísio Estanque, Prof. Francisco Freitas e ainda um agradecimento especial ao Prof. Paulo Peixoto. Quero agradecer a alguns amigos nomeadamente: Claudine Alves, Sandro Bernardo, Nuno Serra, Anabela Santos, Benedita Oliveira, Elisabeth Santos e o sr. Hermenegildo Coelho.

Por fim não posso deixar de agradecer aos meus entrevistados pois sem eles não teria sido possível este trabalho. Assim, quero agradecer ao Carlos Silva presidente do SBC que me recebeu prontamente apesar de uma agenda muito preenchida, ao Sr. Mário Mourão presidente do SBN não só pela entrevista mas pela visita guiada às novas instalações. Quero também agradecer ao Dr. Rui Riso pela disponibilidade de me receber mesmo no dia do seu aniversário. Não posso deixar de agradecer ao Sr. José Cabrita pela entrevista e pela visita às instalações da Comissão de Trabalhadores do BPI. E, *last, but not least*, um enorme agradecimento aos presidentes dos sindicatos independentes, ao Sr. Fernando Fonseca pela paciência e resposta a duas horas de entrevista e ao Dr. Diz que foi o meu entrevistado mais difícil de agendar (só à terceira) mas que o resultado foi profícuo.

Resumo

Nesta, dissertação intitulada *Sindicatos bancários independentes, um sindicalismo emergente*, desenvolve-se um exercício reflexivo sobre o perfil do sindicalismo independente (moderno e emergente), face ao sindicalismo tradicional (estagnado, burocrático e envelhecido), num processo de transposição de sindicatos focados na contestação e na luta sindical, para outros que enaltecem a negociação e o consenso. Partindo da contextualização do tema do sindicalismo, onde se abordam conceitos, tipologias e modelos, passa-se para um espaço em que se confere destaque a alguns elementos caracterizadores do modelo de sindicalismo independente no setor bancário. Os traços deste são apreendidos através de várias dimensões, nomeadamente: da interpretação da relação entre sindicatos e partidos políticos, recolhendo indicadores sobre a influência *na* ou *da* política sobre o sindicalismo; do reconhecimento das especificidades do sindicalismo prestador de serviços, focando o caso particular do papel dos sindicatos bancários na gestão dos Serviços de Assistência Médico-Social; a problematização da concretização de um verdadeiro sindicalismo independente.

Através das várias estratégias de observação é possível perceber que o sindicalismo independente baseia a sua ação numa reconfiguração das funções tradicionais dos sindicatos, propondo modelos alternativos de intervenção que refletem a abertura a uma conceção do sindicato como prestador de serviços. Face à falta de reconhecimento dos sindicatos independentes como parceiros sociais, devido à sua posição marginal face ao sistema político-partidário, o sindicalismo independente opta pela conquista de representatividade através da operacionalização de estratégias de proteção dos trabalhadores, numa perspetiva global, para além do contexto das relações laborais, visando o seu bem-estar pessoal e profissional. A área dos serviços de saúde revela as potencialidades dos sindicatos independentes, uma vez que com estruturas mais flexíveis e de menor dimensão conseguem reforçar as participações e diversificar a oferta de serviços, fazendo concorrência aos outros sindicatos. O sindicalismo independente conquista espaços de representação através de uma maior proximidade/permeabilidade à esfera económica, por oposição à contiguidade/porosidade dos sindicatos tradicionais à esfera político-partidária, procurando através de vários serviços reduzir o impacto tendencialmente diferenciado entre capital e trabalho, afirmando se como um sindicalismo alternativo.

Palavras Chaves: Organizações sindicais; sindicalismo independente; sindicalismo bancário; sindicalismo de serviços; ligações entre sindicatos e partidos.

Abstract

The dissertation entitled *Bank Independent Unions, an emerging unionism* develops a reflective exercise on the profile of independent unionism (modern and emerging), compared to traditional unionism (stagnant, bureaucratic and aged), a transposition process focused on the unions dispute and trade union struggle, for others who extol negotiation and consensus. Starting from the context of the theme of unionism, where concepts, typologies and models are addressed, occupying a space which gives prominence to some characterized elements of independent unionism model in banking. The traces of this are captured through several dimensions, including: the interpretation of the relationship between unions and political parties, collecting indicators on the influence of politics on or about unionism; recognition of the specificities of unionism provider of services, focusing on the particular case of the role of trade unions in the management of banking services Medical-Social Assistance; problematize the attainment of a true independent unionism.

Through various strategies of observation you can see that the independent unionism bases its action in a reconfiguration of the traditional functions of unions, proposing alternative models of intervention that reflect openness to a conception of the union as a service provider. Given the lack of recognition of independent trade unions as social partners due to their marginal position in relation to the political party system, independent unionism opts for achieving representation through the implementation of strategies to protect workers in a global perspective, beyond the context labor relations, seeking your personal and professional welfare. The area of health services reveals the potential of independent unions, since more flexible and smaller structures can enhance the contributions and diversify the supply of services, in competition with other unions. The independent unionism conquers spaces of representation through greater proximity / permeability economic sphere, as opposed to contiguity / porosity of the traditional unions partisan political sphere, looking through various services tends to reduce the differential impact between capital and labor, stating as an alternative unionism.

Key Words: Trade Unions; independent unionism; banking trade unionism; unionism of service, links between unions and parties.

Résumé

Dans la thèse intitulée *Syndicats indépendants dans la banque, un syndicalisme émergent* développe un exercice de réflexion sur le profil du syndicalisme indépendant (moderne et émergent), par rapport au syndicalisme traditionnel (stagnant, bureaucratique et vieux), un processus de transposition axé sur le litige des syndicats et de la lutte syndicale, pour ceux qui prônent la négociation et le consensus. A partir du contexte du thème du syndicalisme, où aborder des concepts, des typologies et des modèles, qui marchent dans un lieu qui met en évidence certains éléments de caractérisation du modèle de syndicalisme indépendant dans le secteur bancaire. Les traces sont appréhendées à travers plusieurs dimensions, y compris l'interprétation de la relation entre les syndicats et les partis politiques, la collecte d'indicateurs sur l'influence de la politique dans le syndicalisme ou l'envers; reconnaissance des spécificités du syndicalisme comme fournisseur de services, en ce qui concerne le cas particulier du rôle des syndicats dans la gestion des services bancaires d'assistance médico-sociale (SAMS); problématiser la réalisation d'un véritable syndicalisme indépendant.

Grâce à diverses stratégies d'observation pouvoir observer que le syndicalisme indépendant fonde son action dans une reconfiguration des fonctions traditionnelles des syndicats, en proposant d'autres modèles d'intervention qui reflètent la conception de l'ouverture d'un syndicat en tant que fournisseur de services. Compte tenu de l'absence de reconnaissance de syndicats indépendants en tant que partenaires sociaux en raison de leur position marginale par rapport au système de parti politique, le syndicalisme indépendant opte pour parvenir à une représentation à travers la mise en œuvre de stratégies visant la protection des travailleurs dans une perspective globale, au-delà du contexte des relations de travail, à la recherche du bien-être personnel et professionnel du travailleur. Le domaine des services de santé révèle le potentiel des syndicats indépendants, car les structures plus souples et les plus petites peuvent améliorer les contributions et diversifier l'offre de services, en concurrence avec d'autres syndicats. Le syndicalisme indépendant a acquit des

espaces de représentation par une plus grande proximité à la sphère économique, par opposition à la porosité de la sphère politique partisane des syndicats traditionnels, en regardant à travers les différents services qui ont à tendance à réduire l'impact différentiel entre le capital et le travail, indiquant un syndicalisme alternatif.

Mots clés: Syndicats; syndicalisme indépendant; syndicalisme bancaire; syndicalisme de services; liens entre les syndicats et les partis.

SIGLAS

ACTV - Acordo Coletivo de Trabalho Vertical

APB – Associação Portuguesa de Bancos

APEB - Associação Portuguesa dos Empregados Bancários

AR – Assembleia da República

BES - Banco Espírito Santo

CDS – Centro Democrático Social

CDS-PP – Centro Democrático Social Partido Popular

CEC – Confederação Europeia de Quadros

CEE – Conselho de Empresa Europeu

CES – Conselho Económico Social

CES/ETUC – Confederação Europeia de Sindicatos/ European Trade Union Confederation

CESI - Confederação Europeia dos Sindicatos Independentes

CGD – Caixa Geral de Depósitos

CGTP-IN - Confederação Nacional de Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional

CPCS – Comissão Permanente de Concertação Social

CSPLP - Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa

ETU - Condeferation Syndicat European Trade Union

FEBASE – Federação do Setor Financeiro

FSB - Fundação Social Bancária

FSI – Federação Sindical Internacional

FSIB - Federação dos Sindicatos Independentes da Banca

FSQB - Fundação Social do Quadro Bancário

IFWEA - International Federation of Workers Education Association

IPSS – Instituição de Particular de Solidariedade Social

ITUC/CSI –International Trade Union Confederation/Confederação Sindical Internacional

MIS - Mediação Independente de Seguros

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

SAMS – Serviços de Assistência Médico Social

SAMS Quadros – Serviços de Assistência Médico Social do SNQTB

SBC – Sindicato dos Bancários do Centro

SBN – Sindicato dos Bancários do Norte

SBSI – Sindicato dos Bancários Sul e Ilhas

SGF- Sociedade Gestora de Fundos

SIB - Sindicato Independente da Banca

SINTAF – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Financeira

SNQTB - Sindicato Nacional Quadros e Técnicos Bancários

SNS - Serviço Nacional de Saúde

STEC – Sindicato Trabalhadores das Empresas do Grupo caixa Geral de Depósitos

TUAC - Trade Union Advisor Committee

UGT – União Geral de Trabalhadores

USI – União dos Sindicatos Independentes

Lista de Quadros

Quadro 1: “Especificidades dos Sindicatos independentes”	23
Quadro 2: "Especificidades e potencialidades do modelo nórdico de sindicalismo”	24

Lista de Apêndices

Apêndice A: Guião da Entrevista.....	83
Apêndice B: Análise de conteúdo.....	87
Apêndice C: Entrevista ao Presidente do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB)	117
Apêndice D: Entrevista ao Presidente do Sindicato Independente da Banca (SIB).....	131
Apêndice E: Entrevista ao Presidente do Sindicato dos Bancários do Centro (SBC).....	155
Apêndice F: Entrevista ao presidente do Sindicato dos Bancários de Sul e Ilhas (SBSI).....	175
Apêndice G: Entrevista ao presidente da direção do Sindicato dos Bancários do Norte (SBN)	201
Apêndice H: Entrevista ao Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Financeira (SINTAF)	227

Índice

Introdução	1
CAPÍTULO 1: Dos conceitos e teorias do “velho” sindicalismo ao sindicalismo independente na banca.	5
1. Enquadramento teórico	5
1.1. <i>Das noções de sindicato.</i>	5
1.2. <i>... às tipologias e modelos</i>	6
1.3. Sindicalismo de classe média versus operário	14
1.4. Sindicatos estagnados, burocráticos e envelhecidos	16
1.5. A influência <i>na</i> política ou a influência <i>da</i> política?	17
1.6. Sindicalismo na Banca	20
1.7. Elementos caracterizadores do sindicalismo independente	22
CAPÍTULO 2 – Objeto empírico, modelo analítico e metodologia	27
2. Objeto empírico	27
2.1. As estruturas sindicais em Portugal	27
2.1.1. As Confederações Sindicais Nacionais.....	27
2.1.2. Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – <i>Intersindical Nacional</i> (CGTP-IN).....	28
2.1.2. União Geral dos Trabalhadores (UGT)	28
2.1.3. União dos Sindicatos Independentes (USI).....	29
2.2. As Federações Sindicais Bancárias em Portugal	30
2.2.1. A Federação Nacional do Setor Financeiro (FEBASE)	31
2.2.2. A Federação dos Sindicatos Independentes da Banca (FSIB).....	32
2.2. Os Sindicatos Bancários em Portugal	32
2.2.1. O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI).....	32
2.2.2. O Sindicato dos Bancários do Norte (SBN)	32
2.2.3. O Sindicato Bancários do Centro (SBC)	32

2.2.4. O Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Financeira (SINTAF).....	33
2.2.5. O Sindicato Independente da Banca (SIB)	33
2.2.6. O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB).....	33
2.3. Modelo analítico	36
2.4. Metodologia	37
CAPÍTULO 3: Uma investigação junto do sindicalismo bancário em Portugal.....	41
3.1. A relação entre sindicatos e partidos políticos.....	41
3.1.1. A perceção dual dessa relação	41
3.2. Significado(s) do ser “independente”	44
3.3. Ganhadores e perdedores	46
3.4. <i>O (não) assento no Conselho Económico e Social</i>	49
3.2. O sindicalismo enquanto prestador de serviços	52
3.2.1. <i>Áreas de prestação de serviços</i>	52
3.2.2. <i>Perceções sobre o SAMS</i>	54
3.3. Especificidade do(s) sindicalismo(s) bancário gestão do SAMS.....	57
3.3.1. <i>A correlação entre cessação do SAMS versus sindicalização na banca</i>	57
3.3.1. <i>Da lógica concorrencial geradora de maiores participações...</i>	59
3.3.3. <i>... à ascensão do sindicalismo independente na banca</i>	60
3.4. Há um verdadeiro sindicalismo independente?	62
CONCLUSÃO	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73

Introdução

É perfeitamente legítimo reconhecer que o sindicalismo não é propriamente um tema “querido” na sociedade portuguesa nem no resto do mundo, havendo mesmo quem tenha sustentado que “a nova economia não é amiga dos sindicatos” (MacShane, 2004). Com algumas exceções, os sindicatos não estão numa fase de crescimento e assiste-se mesmo a uma diminuição do número de filiados que já vem desde os anos 80 e 90 com a liberalização da economia e a reestruturação do trabalho. De uma forma global a sindicalização foi reduzida a cerca de metade nos anos 90, tendo em Portugal diminuído 44% de acordo com Munck (2004: 7).

Entre outras razões a reduzida taxa de sindicalização deve-se, quer à falta de credibilidade dos sindicatos, quer aos diversos fatores como o individualismo (Gumbrell-McCormick e Hyman, 2013), a instabilidade e insegurança no trabalho, bem como trabalho precário e recibos verdes. Assim, se menos de 20% da população trabalhadora é sindicalizada, isso significa que mais de 80% da força de trabalho de fora dos sindicatos.

No entanto, sempre que os direitos sociais são postos em causa, com despedimentos, encerramento de empresas, reduções salariais ou outras regalias, são os sindicatos que negociam com as entidades empregadoras e promovem a luta contra as injustiças sociais através de manifestações e greves. O que significa que estamos perante um fenómeno que “compensa” a baixa representatividade com a grande utilidade na sociedade. Porém, também essa utilidade e mérito não estão isentos de críticas e denúncias de ligação ao sistema partidário. Aliás, como refere Costa (2012: 405), a proximidade das estruturas sindicais ao sistema partidário é uma das imagens de marca do sistema de relações laborais.

Daí que o objetivo deste estudo seja identificar as possíveis mais-valias do sindicalismo independente face ao designado “sindicalismo tradicional”, corporizado em Portugal através de estruturas como a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional (CGTP-IN) e a União Geral de Trabalhadores (UGT). As quais incorporam vários vícios ou vicissitudes como a proximidade ao sistema partidário, (Almeida, 2009; Proença, 1995; Sousa, 2004) o défice de rejuvenescimento, a perda de membros (Sousa, 2011) ou mesmo a falta de diálogo com os “outros” sindicatos.

Para além do meu interesse académico sobre o tema, tenho particular interesse neste estudo, quer como sócia de um sindicato bancário independente, quer como membro

do Conselho Geral do Sindicato Nacional dos Quadros Técnicos Bancários (SNQTB), bem como empregada bancária a desempenhar funções na Comissão Sindical do SNQTB no Banco Espírito Santo (BES)¹, agora designado de Novo Banco SA, em Coimbra.

Assim, pretende-se levar a cabo o estudo tendo por base as entrevistas a atores sindicais privilegiados como os presidentes dos sindicatos bancários com filiados em vários bancos, o que levou à partida a excluir o Sindicato dos Trabalhadores Empresa Caixa Geral de Depósitos (STEC), uma vez que só representa os trabalhadores do Grupo.

Como afirmava João Freire (1994:11) “é de crer que o estudo do fenómeno sindical em Portugal constitua, ainda, em grande parte, um «segredo por desvendar» provavelmente porque sendo um facto de incontornável relevância política e social...” (Freire, 1994: 11). Proferidas há duas décadas, estas palavras continuam a fazer todo o sentido, desde logo e quando se fala sobre o sindicalismo independente. Nesse campo, na verdade parece que o «segredo por desvendar» é ainda maior. O estudo realizado em Portugal mais relevante na área é o um inquérito nacional sobre sindicalismo independente em setembro de 2008 pela Eurosondagem, através de 1.010 entrevistas telefónicas a toda a população residente em Portugal Continental com mais de 16 anos de idade (Almeida, 2009: 52). Assim, apesar do sindicalismo independente ser minoritário no panorama nacional, no contexto BES é um sindicalismo maioritário, sendo cerca de 60% dos trabalhadores do BES (hoje Novo Banco) sócios de sindicatos bancários independentes.

No setor bancário, onde a taxa de sindicalização ronda quase os 100%, (Silva, 2011:73) é nos sindicatos bancários independentes que se verifica o maior crescimento do número de sócios, por sinal até em oposição ao que sucede nos outros sindicatos bancários. Por outro lado, importa realçar que o dito sindicalismo tradicional há décadas vem atravessando um período de crise de uma forma geral (Costa, 2005; Fonseca, 2010) e até uma “crise de identidade” (Santos, 2004:163) ou “crise da consciência de classe” (Lima *et al.*, 1992: 38), hoje por certo mais pronunciada, em resultado da própria crise económica e social que atravessamos (Kloosterboer, 2008:20). De acordo com Cerdeira (1997: 52) a evolução da sindicalização é acompanhada de mudanças quer a nível quantitativo, quer a nível qualitativos devido ao desenvolvimento do movimento dos técnicos superiores e o movimento do sindicalismo independente. Os trabalhadores deste “padrão” não se

¹ São conhecidas as mudanças ocorridas desde o final de julho/início de agosto relativas ao Banco BES e sua “substituição” pelo Novo Banco. Esta investigação não dá (nem podia dar) conta de tais mudanças, pelo que a designação “BES” continua a ser utilizada neste trabalho.

reconhecem na representação dos outros sindicatos. Os quadros e técnicos têm problemas e interesses específicos da classe e os outros sindicatos ligados à UGT e CGTP-IN estão muito ligados aos partidos políticos e dependentes das suas estratégias.

Se, por um lado, houve uma alteração ao nível das categorias profissionais, por outro lado o decréscimo de sindicalização é um dos indicadores dessa crise (Sousa, 2011), sendo que atualmente o desemprego é um fator-chave que contribui para um decréscimo acentuado do número de sindicalizados (SBSI, 2014). As quebras de sindicalização são fruto da crise económica que Portugal atravessa, afetando os Bancos e os bancários. A diminuição de sócios dos sindicatos está diretamente relacionada com o aumento do desemprego na classe, no entanto pode verificar-se através do relatório de contas de 2013 do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI, 2014) que uma grande parte de perdas de sindicalizados refere-se a sócios que mudam de sindicato.

Nestes termos, a minha pergunta de partida pode formular-se do seguinte modo: Pode o sindicalismo bancário independente constituir-se como uma alternativa ao sindicalismo tradicional (filiado nas duas centrais sindicais)?

Na sua estrutura formal, este trabalho está dividido em três partes (capítulos). No primeiro capítulo situa-se teoricamente o tema (recuperando alguns conceitos, tipologias e modelos de sindicalismo) para, posteriormente, se destacarem alguns elementos caracterizadores do “modelo” de sindicalismo independente a que se pretende conferir maior destaque. No segundo capítulo apresenta-se genericamente as estruturas sindicais em Portugal (uma vez mais com maior incidência sobre as estruturas, federações e sindicatos independentes do setor bancário), fazendo assim uma aproximação ao objeto empírico. Além disso, expõe-se o modelo analítico composto pelas hipóteses de investigação. Tais hipóteses estão orientadas, quer para o questionamento das influências político-partidárias sobre o sindicalismo, quer para o papel reconfigurador das tradicionais funções do sindicalismo de que o sindicalismo independente por ser portador, quer ainda para possíveis ligações emergentes associadas ao sindicalismo independente.

Por sua vez, para dar cumprimento a estas hipóteses, adota-se uma metodologia baseada em entrevistas individuais semidirectivas aos presidentes da direção dos sindicatos bancários existentes em Portugal.

No terceiro capítulo precede-se à análise das entrevistas (Ver apêndice C, D, E, F, G e H) procurando, através delas, dar voz aos atores do “terreno sindical” e debatendo com

estes, as principais linhas norteadoras da investigação. E por fim, a conclusão com os pontos principais abordados ao longo do estudo e as respetivas conclusões, bem como levantar algumas interrogações para futuras investigações.

CAPÍTULO 1: Dos conceitos e teorias do “velho” sindicalismo ao sindicalismo independente na banca.

Na sua organização, este primeiro capítulo começa por situar o tema a nível teórico e abordar as principais definições de sindicatos e de sindicalismo, bem como referir algumas tipologias e modelos de sindicalismo. Passa-se, em seguida, às principais diferenças entre o sindicalismo de classe operária em comparação com o sindicalismo de classe média, aprofundando um pouco a realidade atual dos sindicatos na sua generalidade. No ponto 1.5. desvenda-se a relação entre sindicatos e política, seguindo-se o ponto 1.6. sobre o sindicalismo na banca e, por fim, salientam-se as principais características do sindicalismo independente.

1. Enquadramento teórico

1.1. *Das noções de sindicato . . .*

A palavra “sindicato” significa uma “associação de prossecução e defesa dos interesses dos trabalhadores, fundamentalmente perante o patronato” (Dicionário da Língua Portuguesa, 2009). A palavra sindicato aparece com “...significações negativas e depreciativas. Para ele, como aliás, para o Dicionário de Moraes (1891), o sindicato era “um grupo de capitalistas que se associam” ou ainda uma “associação de capitalistas, insidiosa e poderosa” (Rocha, 2011:37).

Entre várias definições para sindicatos, a lei portuguesa de acordo com o artigo 476º do Código do Trabalho, define Sindicatos como “associação permanente de trabalhadores para a defesa e promoção dos seus interesses *sócio-profissionais*” (República, 1975: art. 2º b).

O sindicato é um órgão que representa uma classe de trabalhadores assalariados, com o objetivo de defender os seus interesses laborais, essencialmente nas questões laborais e no apoio jurídico para questões contratuais e no que concerne os direitos e os deveres enquanto trabalhadores. Entre outras, os sindicatos tem as funções de representar, defender e dar assistência seus associados, bem como promover o movimento sindical com o objetivo de melhoria das condições de trabalho e condições salariais e ainda a de promover a educação e formação profissional. Assim, pode afirmar-se que os sindicatos desempenham também o papel de “representantes legítimos dos interesses dos

trabalhadores no trabalho, com o direito de desafiar e de gerir.” (Farnham e Pimlott, 1995: 48). Em síntese, os sindicatos têm um papel de regulador no mercado do trabalho, porque representam os trabalhadores na melhoria dos salários, bem como na melhoria das condições de trabalho. Os sindicatos tornaram-se organizações profissionais de negociação coletiva e passaram a exigir do Estado a implementação de políticas de bem-estar social (Nogueira, 2007).

Entretanto, para Sidney e Beatrice Webb o sindicato é uma associação de trabalhadores com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e a negociação do contrato de trabalho. Defendem que os sindicatos são agentes da revolução e de transformação do mercado anárquico e do despotismo patronal (Hyman, 2001).

O termo “sindicalismo” refere-se à “doutrina” ou ao “movimento de organização de classe para a defesa dos seus interesses económicos” (Dicionário da Língua Portuguesa, 2009). Pode completar-se esta definição ao afirmar que “o sindicalismo surge como a forma primitiva do movimento operário num sistema capitalista estável. O trabalhador independente não tem defesa face ao patrão capitalista. Por isso os operários se organizaram em sindicatos” (Pannekoek, 1936).

Para Edward Davis, é possível distinguir “cinco pontos de vista distintos: pluralistas (sindicatos como reguladores industriais), sindicalistas (sindicatos como emancipadores sociais), marxistas-leninistas (sindicatos enquanto instrumentos de partido), organicistas (sindicatos enquanto instrumentos de Estado) ” (Davis *apud* Costa, 2005:29-30)

1.2. ... às tipologias e modelos

Quando se aborda a questão das tipologias do sindicalismo, é relevante ter em consideração que a sua aplicação varia de acordo com os contextos sociais, económicos e políticos em que são desenvolvidos, como escreve Costa (2011). Contudo, é possível sistematizar estas tipologias em três conjuntos: primeiro, a tipologia que distingue entre “sindicalismo de oposição, de integração e de controlo”, proposta por Touraine e Mottez (*apud* Costa, 2011: 451); segundo, a tipologia que foca a distinção mais alargada que opõe um “sindicalismo de negociação e um sindicalismo de contestação”; e terceiro, aquela que destaca a emergência de um “sindicalismo de movimento social” (Costa, 2011:451).

No que diz respeito à primeira tipologia, “sindicalismo de oposição, de integração e de controlo”, esta engloba diferentes tipos de sindicalismo, com perfis distintos entre si.

Descrevendo sumariamente cada um destes, a partir das leituras de Hyman (2001) e Costa (2011):

Assim sendo, o *sindicalismo de oposição* materializa-se na luta de classes que rejeita a sociedade capitalista e com origem nas ideias marxistas de classes sociais (Hyman, 2001). O sindicato enquanto instigador da greve geral, da insurreição, com uma orientação comunista.

O *sindicalismo de integração* encontra-se associado ao poder, no qual a vertente reivindicativa passa para segundo plano, predominantemente utilizado por regimes autoritários que se servem dos sindicatos como forma de controlo social e mobilização. (Hyman, 2001). Destaca-se um “sindicalismo de gestão”, que se envolve ativamente na tomada de decisões (Costa, 2011: 452).

E por fim, o *sindicalismo de controlo* que aceita o acesso ao poder da classe operária, mas sem participação direta (Touraine e Mottez *apud* Costa, 2011). Este tipo de sindicalismo admite a sociedade capitalista, mas tenta obter vantagens de modo a poder controlá-la. É dos mais complexos por ter diferentes formas de sindicalismo como: a corporativa, a reformista e a cristã (Hyman, 2001). Perante este traço ambíguo no sentido da complexidade, Costa (2011:452) recorre à designação de Sagnes que atribui a este sindicalismo, nomeadamente, “sindicalismo de reivindicação e de controlo”, de forma a operacionalizá-lo indicando que este aceita a sociedade capitalista, agindo no sentido de alcançar junto desta o máximo de vantagens no sentido de a controlar, ou seja, conquistando vantagens relevantes no âmbito dos acordos estabelecidos no contexto do Estado-Providência.

No exercício de interpretação do “sindicalismo de controlo”, proposto por Touraine e Mottez, Hermes Costa (2011) afirma-o como o mais complexo uma vez que abre em si um espaço amplo para o surgimento de diferentes formas de sindicalismo, desde corporativas, a reformistas e cristãs. Neste sentido, na esfera desta forma de sindicalismo, o autor apresenta a tipologia proposta por (Xavier *apud* Costa, 2011: 452), com a qual procura organizar e distinguir a diversidade de subtipos, de onde sobressaem alguns traços também referidos por Touraine e Mottez:

- “Sindicalismo reformista”, que procura preconizar a mudança progressiva do sistema e a transformação a longo prazo das relações de produção, no contexto

das quais tem como objetivo melhorar as condições dos trabalhadores e aumentar o significado da sua influência ao nível político e social;

- “Sindicalismo de controlo”, que adota o sistema capitalista como estratégia para subtrair deste o máximo de vantagens possível para os trabalhadores;
- “Sindicalismo de inspiração cristã”, que observa a doutrina social da igreja e que apoia a perspetiva segundo a qual deve ser atribuído às organizações sindicais o exercício de funções sociais, com quais se poderá proteger a justiça nas relações de trabalho, assim como a “dignificação dos trabalhadores e do trabalho”.

Na perspetiva de Costa (2011), da tipologia proposta por Touraine e Mottez o tipo de sindicalismo que mais resistiu no tempo foi o “sindicalismo de controlo”, que engloba os subtipos identificados por Xavier. Esta resistência, mesmo nos contextos da crise do Estado-Providência, segundo o mesmo, justifica-se com a adoção de uma maior diversidade interna, como demonstra a identificação dos subtipos identificados antes.

Desta forma, destaca-se com a aceitação generalizada dos valores preconizados pela sociedade capitalista e a conseqüente perda de influência do sindicalismo comunista revolucionário de inspiração marxista, presente no tipo de sindicalismo denominado «de oposição» (*ibidem*). Por outro lado, o mesmo destaque daquele tipo de sindicalismo deriva também da redução da importância do «sindicalismo de influência», conseqüência do derrube das ditaduras fascistas e dos modelos de corporativismo estatal (*ibidem*).

A exploração do tema da tipologia do sindicalismo permite identificar uma outra tipologia que foca a relação entre “*sindicalismo de negociação e sindicalismo de contestação*” (Costa, 2011:453). Segundo Hermes Costa (*ibidem*), o primeiro tipo de sindicalismo, também designado por “*sindicalismo de participação*”, pois compreende uma “espécie” de transação entre vários parceiros, exigindo a sua participação, apresenta várias características: ténue visibilidade da organização delimitada entre classes antagónicas; muitas vezes paralelo ao reforço da execução do sistema técnico de produção e a preponderância dos processos de socialização inscritos no sistema de formação escolar; preconiza a dependência da eficácia da ação sindical da negociação bilateral ou tripartida entre parceiros sociais; demonstra um número reduzido de indicadores de comprometimento com a atividade sindical. O segundo tipo de sindicalismo “*de contestação*”, segundo Costa (*ibidem*), expõe um forte potencial mobilizador, orientado

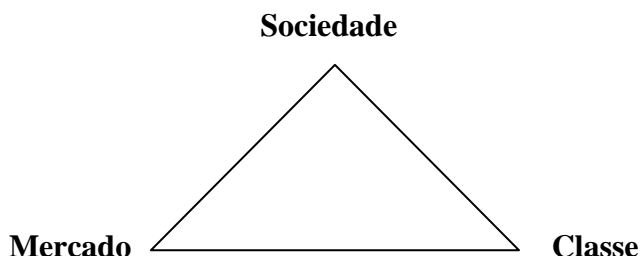
pela perspectiva de que a contestação é a forma de ação de excelência para alcançar as reivindicações do sindicato. Segundo Rosa (1998: 345), neste tipo de sindicalismo os trabalhadores revelam “maiores níveis de poder e têm uma maior militância sindical”, logo pode afirmar-se que num “*sindicalismo de contestação*” a ação sindical é expressa sob a forma de oposição e antagonismo de classe.

Pode concluir-se, que o “*sindicalismo de contestação*” ou de “*participação*” não devem ser vistos como estáticos ou estanques, uma vez que o primeiro baseia-se em alguma participação (contestação participativa), e o segundo também tem algo de contestatário (participação contestatária) (Costa, 2005: 63). De acordo com Boaventura de Sousa Santos “o novo sindicalismo receberá do velho sindicalismo as tradições opostas da contestação e da participação” (Santos, 2005:180), o que se traduz numa “complementaridade entre as duas”. Confirmando esta afirmação, Costa (2011: 455) considera que lhe parece difícil conceber “o sindicalismo de contestação sem um grau mínimo de participação, nem pensar o sindicalismo de negociação sem um grau mínimo de contestação”. Em relação ao caso português, Costa (2005) considera que existe um debate entre o sindicalismo que destaca a contestação e a luta sindical e o sindicalismo que distingue a negociação e o acordo. Na perspectiva de Hyman (2001) sobressai precisamente esta consideração de que a realidade não é linear, referindo que o conflito não poderá ser utilizado constantemente, pois isso geraria retaliação por parte dos trabalhadores, tal como os trabalhadores não estariam dispostos, exceto em alguns casos extremos, a assumir os custos do empreendimento de estratégias de antagonismo.

No seu livro intitulado *Understanding European trade unions. Between market, classes and society*, Hyman (2001) apresenta ainda outra tipologia, recorrendo à noção triangular entre mercado, classe e sociedade. Cada uma destas dimensões estaria localizada em cada uma das arestas do triângulo, definindo-se assim três tipos de sindicalismo:

1. Classe - instrumento de mobilização anticapitalista com o objetivo de promover a luta de classes;
2. Sociedade - promotor de integração social na procura da realização da justiça social através da melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores; e
3. Mercado - dinamizador da defesa do mercado de trabalho e representantes dos interesses das ocupações.

Figura – Eixos de orientação dos sindicatos



Fonte: Hyman (2001:4).

Na perspectiva de Hyman (2001), a construção desses tipos ideais associa-se a distintas identidades que definiriam modelos de sindicatos com diferentes objetivos, desde o modelo orientado pela oposição anticapitalista que dá prioridade à organização da militância e a mobilização política, centrando-se no conflito de classes², passando para outro surgido nos finais do século XIX, dominado pela perspectiva de integração social enquadrada pelos princípios do catolicismo social, sob uma visão organicista da sociedade, até ao modelo do apelidado de sindicalismo de negócios, em que a prioridade é a concretização de objetivos essencialmente económicos, excluindo as perspectivas revolucionárias ou reformistas, entendidas como obstáculos às necessidades reais dos trabalhadores, nomeadamente, oportunidades de emprego.

Segundo Hyman (2001), estes três modelos devem ser considerados tipos ideais, vivendo os sindicatos numa tensão constante de orientação da sua ação entre os seus três eixos, não podendo necessariamente ignorar o mercado (a preocupação com os salários), a divisão de interesses entre empregados e empregadores (a presença das classes sociais), assim como a coexistência com um quadro social mais alargado, a sociedade, que lhes imprime condicionamentos sociais. Desta forma, percebe-se que segundo o autor, na realidade, a identidade dos sindicatos não seria definida pela sua localização nos ângulos

² Este sindicalismo anticapitalista é um sindicalismo revolucionário baseado pelo pressuposto de que a luta coletiva pela melhoria das condições de trabalho seguiria a tendência para se radicalizar, pois iria apoiar a formação entre os trabalhadores da perceção de interesses comuns e de desenvolvimento de um sentimento de conflito contra os patrões, mesmo porque as reivindicações de melhores condições de vida e de trabalho seriam impossíveis de ocorrer nos limites do capitalismo. Neste sentido, insubordinação da ordem seria inevitável.

do triângulo, pois aqui encontram-se os tipos puros, mas em um dos lados do mesmo, demonstrando a sua tendência para se concentrar de forma mais ou menos contraditória para dois dos modelos: entre classe e mercado; entre mercado e sociedade e entre sociedade e classe. Ao perspetivar-se cada lado do triângulo como um contínuo, é possível depreender a possibilidade de identificar neste uma diversidade de orientações, que traduzem situações objetivas e materiais, mas também orientações subjetivas e ideológicas. Segundo Hyman (*ibidem*), este triângulo constitui assim uma matriz complexa, composta por diferentes estratégias e formas de ação, que tendem a reorientar-se em tempos de mudança.

Fazendo referência à conceção do *sindicalismo de classe*, de acordo com Hyman (2001) é contrário à ideia de sindicatos enquanto atores económicos. Atualmente os motivos que originam a luta de classes ainda estão bem presentes, como a instabilidade, a flexibilidade laboral, a precariedade, o abuso e a falta de condições de trabalho. O sindicalismo baseado na ideia de classe não é consensual e, por vezes, os sindicatos que se definem como atores de classe assumem posições opostas (Costa, 2011:26). Para Hyman (2001:36) “O sindicalismo de classe constitui um paradoxo. Sindicatos que se consideram actores de classe por vezes desempenham papéis muito diferentes, bem como sindicatos que rejeitam o princípio da oposição de classes fazem apelo ao radicalismo de classe”. Neste sentido, o sindicalismo para o autor expressa uma contradição: se por um lado, a representação do grupo não pode basear-se na unidade de interesses uma vez que reflete divisões, também não pode apelar à oposição de classe, podendo perder legitimação; mas por outro lado, o contexto das classes manifesta-se pela percepção da exploração e da insegurança. Neste sentido, ainda que indiretamente, o sindicalismo apresenta-se como um agente de classe, onde o sindicato une e divide, promove lutas, ao mesmo tempo em que regulamenta e normaliza as relações de emprego.

Quanto ao *sindicalismo de sociedade*, que é promotor de integração social na procura da realização da justiça social através da melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, desenvolve-se como ator de integração da sociedade civil, expressando-se através da designação de “parceria social”. Esta expressão tem origem na doutrina católica e consubstancia-se na ideia de equilíbrio social e reciprocidade funcional entre capital e trabalho. Neste sentido, procura dar expressão à relação igualitária entre parceiros ou ainda uma relação entre instituições com recursos de poder que procuram o

equilíbrio prático entre os interesses de ambos. Segundo Hyman (2001), este equilíbrio dinâmico e cooperação não significaria harmonia de classe ou subordinação, mas antes transformação do conflito numa constante interação estratégica entre parceiros, como relações institucionalizadas entre opositores em igualdade de condições, nunca perspectivadas como práticas sob uma ideologia do consenso.

A trilogia proposta por Hyman (2001) é descrita em Portugal por Carvalho da Silva como “o leque de atores construtores das relações laborais, (...) são também atores sociais, económicos, políticos e culturais e a sua ação acolhe, fornece e incorpora as influências deste conjunto de níveis” (Silva, 2007: 388).

No que diz respeito ao papel dos sindicatos de mercado enquanto atores económicos, entende-se que têm subjacente o modelo de mercado, em que o principal objetivo é assegurar benefícios económicos para os trabalhadores, bem como melhores condições de trabalho com base na negociação coletiva. Sidney Webb e Beatrice Webb são considerados os fundadores “de uma Escola de implicações económicas” que defende a negociação coletiva e atribui particular importância à relação económica (Hyman, 2001:6). A doutrina do “*business unionism*” ou “sindicalismo de negócios”, divulgada por Samuel Gompers (Hyman, 2001: 8-9), defende um sindicato que tem como objetivo obter condições económicas superiores para os trabalhadores através da “...negociação coletiva como forma de obter melhores condições de trabalho, em vez de se focar na legislação”. (Costa, 2011: 22; 41).

De acordo com diversos autores o conceito do “sindicalismo de negócios” pode resumir-se a algo que se apreende numa vertente puramente económica e livre da influência político-partidária em que dá particular ênfase à “consciência do emprego” em vez da “consciência de classe.” (Costa, 2011:22-23). Como argumenta Hyman (2001), este economicismo não deixa de ser político, pois as lógicas de mercado não funcionam sem regulação, logo, ao procurar afirmar-se no mercado, terá que influenciar o Estado. Alguns sindicatos nunca encararam o “sindicalismo de negócios” como uma razão de ser, adotando orientações sociopolíticas conforme melhor lhes convinha (Hyman, 2001). Nas palavras do presidente do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB) o sindicalismo de “mercado” é idêntico ao praticado nos países nórdicos, como na Suécia, na Dinamarca e na Alemanha, cujos sindicatos têm a função de gestão e além disso “...têm bancos próprios, isto é, da sua propriedade exclusiva” (Diz, 2009). Assim, o sindicalismo

económico relacionado com o mercado está mais preocupado com a satisfação dos interesses dos associados, enquanto o sindicalismo político encontra-se dependente de um partido político ou do Estado.

Por fim, abordando o designado “sindicalismo de movimento social”, Costa (2011) tende a associá-lo a um sindicalismo diversificado, independente de definições ideológicas. Moody (1997a: 71; 1997b, 289-290) entende que esta forma de sindicalismo perspectivado como movimento social abre um espaço onde são articuladas diversas formas e lógicas de intervenção e organização sindical, onde a dimensão ideológica sem desaparecer parece não condicionar de forma determinante o papel do sindicalismo, onde inclui pessoas de várias tendências e organizações tão diferentes como sindicatos e redes oposicionistas. Neste sentido, Segundo Costa (2011), esta tipologia ou tipo de sindicalismo não tem associado um conjunto de práticas concretas de ação, impelindo antes o reconhecimento da necessidade de repensar a atividade sindical em geral, funcionando como orientador da renovação do sindicalismo sem se confrontar com as tipologias cronologicamente anteriores.

Este sindicalismo também designado por Costa (2011: 456) como “emergente” implica a saída deste para espaços que lhe são exógenos, ultrapassando as delimitações do sindicalismo político e económico: “Uma nova forma de sindicalismo, sindicalismo de movimento social, nasce quando estas características se materializam – local de trabalho, transcendência dos sistemas de relações laborais através de alianças de longo termo com outros movimentos da sociedade civil e orientação para a acção coletiva” (Lambert, 2002: 197). Para Scipes (2000: 6) de forma distinta, o “sindicalismo de movimento social”: “rejeita especificamente a separação artificial entre política e economia que é aceite por outros tipos de sindicalismo. O sindicalismo de movimento social vê as lutas dos trabalhadores meramente como um entre muitos esforços de mudar qualitativamente a sociedade, e não como o único local de luta política e mudança social ou mesmo o local principal”.

Pode assim entender-se que a noção de “sindicalismo de movimento social” tem contribuído para a análise das transformações verificadas e desafios que se colocam ao sindicalismo (Estanque, 2011). Estes desafios centram-se necessariamente na defesa daquilo que Santos (1995: 135) designa por “cidadania fora do espaço de produção”, exigindo aos sindicatos a articulação com outros movimentos sociais, fazendo-os deslocar

muito do seu investimento contestatário para esta ligação, no contexto do apelo para a sedimentação de uma “cultura democrática de cidadania activa para além da fábrica” (Santos 1995: 135). Desta forma, segundo Costa (2011) é fundamental completar a democracia representativa com a democracia participativa, no espaço público (onde os sindicatos agem como movimento social) e no espaço de produção (onde representam os trabalhadores).

Este “sindicalismo de movimento social” afirma-se como um espaço de representação dos trabalhadores, mas também como espaço de movimento social, que segundo Nascimento enfrenta os desafios do capitalismo considerado como processo de produção e processo civilizacional, possibilitando a reunião da “consciência operária com a consciência da cidadania” (Nascimento, *apud* Costa, 2011:458). Para além destes espaços relacionais diretos, do “espaço da cidadania”, onde os sindicatos devem valorizar o principal traço da cultura operária, ou seja, “uma ambição de cidadania partilhável por toda a sociedade”, é fundamental a projecção das organizações sindicais para o “espaço mundial”, isto é, que considere os desafios resultantes dos processos de globalização e a “soma total dos efeitos pertinentes internos das relações sociais por meio das quais se produz e reproduz uma divisão global do trabalho” (Santos., 2000: 258). Segundo Costa (2011, 458), a perspectiva de Santos sobre o sindicalismo português e as possíveis questões em relação à sua renovação, aludem e destacam o papel do “sindicalismo de movimento social”, capaz de ultrapassar as barreiras artificiais entre dimensões do social, o político e o económico.

1.3. Sindicalismo de classe média versus operário

Com a mutação da classe operária em classe prestadora de serviços, devido ao crescimento da “classe média” mesmo os “proletários” se autoidentificam com esta classe, (Estanque *et al.*, 2005) consequência das “políticas sociais, desenvolvidas no âmbito do Estado-Providência, a inovação tecnológica e científica e a luta sindical, sobretudo no setor dos serviços e do funcionalismo público” (Estanque, 2013).

Esta mudança social provocou uma transformação profunda no sindicalismo, em que as reivindicações são diferentes e os motivos das mesmas também. As carreiras profissionais são um segmento que se tem vindo a reforçar nas categorias socioprofissionais enquanto o operariado/proletariado tem vindo a contrair.

A classe média tem associado o conceito de mobilidade social com base na meritocracia e no culto do individualismo, uma *classe média* que se situa “algures entre as classes dominantes e as classes trabalhadoras manuais” (Estanque, 2002).

A classe média é por norma uma classe menos sindicalizada e reivindicativa principalmente por dois motivos. Por um lado tem receio das retaliações que possam ocorrer devido a um confronto com entidade patronal ou a que a sua imagem seja associada a indivíduos conflituosos. Há ainda o outro ponto em que não se sentem representados e perderam a confiança nos sindicatos, o que se reflete numa diminuição da taxa de sindicalização. A taxa de sindicalização decaiu de 60% em 1978 para 19% em 2010, de acordo com Sousa (2011:41). Com a ascensão da classe operária a classe média, determinadas reivindicações deixaram de fazer sentido, como afirma Esping-Andersen (1993: 239) “o operário era condenado a uma classe predeterminada, mas esse destino foi gradualmente tornando-se tolerável com a garantia de direitos trabalhistas e com o Estado-Providência...”.

A classe média considera-se estar num patamar mais elevado e próximo da entidade patronal, é uma relação tão próxima que é sentida quase como “família”, há uma consideração, uma reverência, uma espécie de respeito pela entidade patronal. Esta “mobilidade social” (Estanque, 2002) por sua vez mudou a forma de tratamento dos trabalhadores e estes passaram a ser denominados de colaboradores, atribuindo-lhes uma carga afetiva que os faz sentirem-se comprometidos e leais à entidade patronal. E assim, numa crise mesmo profunda, a classe média aceita resignadamente os cortes salariais, as reduções de regalias como forma de fazer face às dificuldades financeiras da entidade patronal.

O discurso sindicalista alterou-se profundamente e assim, “foi progressivamente substituindo a ênfase na luta e mobilização coletiva por uma maior atenção dedicada à negociação e institucionalização” (Estanque, 2013), também designado por “*sindicalismo institucionalizado*” (Rosa, 1998: 147).

O sindicalismo de classe média sofre de uma “doença” designada por “*free-rider*” é uma consequência de uma sociedade capitalista e individualista (Boeri et al., 2001). O “*free-rider*” pode ser considerado um “parasita” porque beneficia das conquistas obtidas pelo Sindicato para a classe sem ter qualquer custo nem implicação sindical. A “*individualização das relações sociais*” (Estanque, 2004: 109) em que o trabalhador pensa

em primeiro lugar nele e acha que não precisa dos sindicatos para o representar mas tira proveito das mesmas vantagens obtidas para os restantes trabalhadores sindicalizados (Boeri *et al*, 2001:17).

As entidades patronais promovem a não-sindicalização, ao salientar as vantagens financeiras para o trabalhador mas omitindo o benefício fiscal da dedução da quota sindical, além disso a não sindicalização deve-se também à “crescente ausência de lealdade e solidariedade dos trabalhadores ao sindicato como reflexo do individualismo” (Estanque, 2013).

Mas é importante refletir, até que ponto o individualismo acaba por ser impedido da defesa do indivíduo? A aparente vantagem financeira, deixa de ser importante quando o posto de trabalho está em causa. O desemprego é transversal a todos, atinge os sindicalizados e os não sindicalizados, mas sem os sindicalizados a força dos sindicatos diminui e o indivíduo acaba naturalmente por ser prejudicado.

1.4. Sindicatos estagnados, burocráticos e envelhecidos

O sindicalismo está preso a estruturas burocráticas rígidas com os seus representantes envelhecidos (Kloosterboer, 2008:38). Por outro lado, algumas análises sustentam que o sindicalismo parou no tempo, o discurso é o mesmo de há cinquenta anos atrás, “a maioria dos movimentos sindicais na Europa Ocidental permanecem trancados em velhas identidades derivadas em grande parte de suas alianças políticas tradicionais.” (Gumbrell-McCormick e Hyman, 2010: 327) e o sindicalismo é pouco apelativo e repetitivo (Kloosterboer, 2008). Continua a haver o estigma de que o sindicato é para “velhos” e de que quem é sindicalista é sinónimo de “preguiçoso” que abdica de uma carreira profissional em prol do ócio, em resumo uma “imagem negativa” dos sindicatos (Kloosterboer, 2008:20). Costa (2005:107) reforça esta ideia ao afirmar que “... a imagem dos(s) sindicato(s) enquanto “espada de justiça” que defende os fracos e desfavorecidos perdeu o brilho, cedendo lugar a discursos pouco abonatórios para a atividade e funcionalidade do sindicalismo.”

Acima de tudo, é importante uma mudança de mentalidade e cultura e isso demora tempo e é ainda mais difícil de fazer numa época de crise sindical (Noronha, 1993) com pouca representatividade. Os sindicatos precisam de se revitalizar, de rejuvenescer não só através de um discurso mais informativo aos seus associados, mas sobretudo pela aposta

nas gerações mais jovens, sobre o que fazem e o que pretendem fazer. Com a utilização das novas tecnologias informáticas tirarem partido do novo poder das redes sociais (*Facebook, LinkedIn, Twitter*) e do *e-mail* para difundirem a sua mensagem. Os sindicatos precisam urgentemente de renovar as Direções com pessoas mais novas e dinâmicas, mulheres e acima de tudo estarem mais atentos às necessidades dos seus associados (Kloosterboer, 2008).

1.5. A influência *na* política ou a influência *da* política?

Os sindicatos e os partidos políticos estão interligados desde a sua nascença numa relação de parentesco bem próxima como “gémeos siameses”, (Ebbinghaus, 1995). Estamos perante uma observação pertinente mas, no entanto, considero que fará mais sentido falar em sindicatos “filhos” dos partidos políticos, uma vez que foram os partidos os criaram. As listas candidatas aos sindicatos de acordo com as suas cores políticas nasceram, assim, dos sindicatos. Mas reafirmo que me parece fazer mais sentido falar em “filhos” porque alguns sindicatos evoluíram e, cresceram distanciando-se dos “ascendentes” e apesar da “educação parental”, tentaram seguir um caminho diferente e não deixaram que os seus antecessores interferissem na sua conduta. Esta é uma teoria muito frágil e difícil de provar. Alguns sindicatos começam a negar a influência dos partidos quando descobrem que isso não é benéfico para a sua imagem e que os associados preferem que não haja influências políticas (Ribeiro; Leitão; Granjo, 1994).

Em Portugal, de acordo com a comunicação social e com a representação no Conselho Económico e Social (CES) só existem duas Centrais Sindicais (UGT e CGTP/IN), uma vez que o papel dos independentes é relegado para segundo plano: “Não obstante, o panorama global caracteriza-se ainda pela sua dispersão, mercê, sobretudo, da proliferação de sindicatos independentes que disputam a representação com organizações afiliadas às duas maiores centrais sindicais” (Dias, 2011: 221). Já há duas décadas atrás, José Pedro Castanheira assinalava “...há um número significativo e relativamente estável nos últimos anos de sindicatos não filiados em nenhuma das Centrais e que habitualmente se designam por independentes” (1985: 801). Na única União dos Sindicatos Independentes (USI) conhecida à data estão filiados 11 sindicatos independentes. Há ainda outros que são tão independentes que não estão filiados em qualquer Central ou União e há ainda outros independentes que apesar de não estarem filiados em nenhuma central estão próximos da UGT ou da CGTP/IN, como é o caso do Sindicato dos Trabalhadores da

Empresa Caixa Geral de Depósitos (STEC) que tem um protocolo de cooperação com a CGTP (Lousã, 2009, Anexo IV), bem como no sítio da internet da CGTP consta o STEC como sindicato filiado. Assim, podemos afirmar, recuperando de novo Castanheira que muitos sindicatos apesar de se designarem de independentes não podem ser considerados “autónomos”, porque “se revelam como sindicatos «alinhados» com algumas centrais...” (Castanheira, 1985: 801).

Importa desde logo, perceber quem influencia quem? Se são os sindicatos que tem poder em relação às decisões políticas em matéria laboral ou se é o Estado que influencia os sindicatos a aceitarem as suas pretensões. Qual o papel dos sindicatos na política?

Para Boaventura de Sousa Santos a influência dos partidos nas Centrais Sindicais não só é clara como condiciona o seu tipo de sindicalismo. Assim,

A influência na CGTP, por vir de um partido obrigado, na prática, a uma postura de contra-poder, privilegiou exageradamente um sindicalismo de contestação. A influência na UGT, por vir de um partido sem vocação para partido de oposição, privilegiou exageradamente um sindicalismo de participação. Os exageros de um sindicalismo de contestação, que não produz resultados palpáveis, e de um sindicalismo de participação, que confunde participação com consentimento aos critérios arbitrários da gestão, contribuíram para criar um vazio onde prosperou o sindicalismo defensivo, num quadro geral de dessindicalização (Santos, 2004: 171).

Para um outro autor, apesar da forte proximidade aos partidos políticos, a CGTP ao Partido Comunista Português e a UGT ao Partido Socialista e Partido Social Democrata, “os sindicatos não possuem a prática de apoiar abertamente partidos políticos em campanhas eleitorais, embora destacados dirigentes seus sejam candidatos em listas e membros dos órgãos nacionais dos partidos” (Dias, 2011: 333). Costa refere em relação ao contexto americano que os sindicatos têm uma grande influência na vida política, com o poder de financiarem e influenciar campanhas políticas e apoiarem candidatos exercendo pressão sobre os governos, parlamentos e repartições públicas (Costa, 2005: 33).

Para Grumbrell-McCormick e Richard Hyman (2013), os sindicatos não são meros atores económicos: são protagonistas na cena política em que “os sindicatos têm de influenciar as formas nas quais o Estado molda as próprias regras do jogo no mercado de trabalho, incluindo a sua própria razão de existir, a negociação coletiva e a mobilização da ação coletiva” (Hyman e Grumbrell-McCormick, 2010). Assim,

O Estado não é apenas o último garante dos contratos, (...) quer seja pela intervenção ou por ausência, subscrive um (desi) equilíbrio entre os vários participantes nas relações do mercado. Poucos sindicatos conseguem influenciar as formas como Estado define as regras do jogo no mercado de trabalho,

incluindo o seu direito de existir, a negociação coletiva e a mobilização coletiva. (Hyman, 2001: 14).

A regulação do mercado de trabalho é uma questão de poder. No entanto, se os sindicatos são em simultâneo atores económicos e políticos, a relação entre as duas funções é complexa e contraditória (Hyman e Gumbrell-McCormick, 2010: 316-317). A regulação do mercado de trabalho envolve questões políticas uma vez que, os sindicatos procuraram sempre influenciar o Estado, na defesa ou oposição de determinadas políticas, na produção de legislação laboral bem como na sua implementação (Hamann, Kelly, 2004).

Por exemplo, Hayward (1980: 5-6) identifica quatro tipos de inter-relações entre partidos e sindicatos: primeiro, um “modelo Leninista”, em que o partido procura controlar as políticas e ações do sindicato; em segundo lugar o caso britânico em que os sindicatos criaram o Partido Trabalhista; em terceiro lugar um padrão generalista mais social-democrata que envolve “interdependência e simbiose” e por fim, a posição em que os sindicatos, mesmo que politicamente envolvidos, recusam qualquer aliança com partidos políticos. (Hayward 1980: 5-6 *apud* Gumbrell-McCormick e Hyman, 2013: 136).

De acordo com os autores anteriores (Gumbrell-McCormick e Hyman, 2010: 316) existem quatro fatores que explicam a existência de diferenças: a ideologia, as estruturas de oportunidade, a capacidade organizacional e os desafios contextuais.

Hyman e Gumbrell-McCormick (2010) entendem quanto à ideologia, que estes se têm mantido inalteráveis e imutáveis. Quanto à estrutura, por tradição, os sindicatos e partidos de esquerda tinham o seu suporte nos trabalhadores manuais. Com o declínio do trabalho industrial e o aumento da prestação de serviços e técnicos (*white-collar*), bem como o aumento dos níveis de educação têm colocado novos desafios quer para os sindicatos quer para os partidos. Muitos movimentos sindicais descobriram que estas profissões em crescimento são difíceis de sindicalizar, o que reduz a afinidade de interesses e identidades. Nos países nórdicos, onde confederações distintas cobrem ocupações de (*white-collar*) colarinho branco e profissões de pós-graduação, estes insistem na neutralidade política (mesmo que os líderes sejam social-democratas) (Hyman e Gumbrell-McCormick, 2010: 321).

Em relação à capacidade de organização, o que difere entre os sindicatos que dão particular relevo à negociação coletiva estes exigem participação mais ativa enquanto os sindicatos com fracos recursos organizacionais utilizam a mobilização das ruas que é mais fácil de por em prática do que uma greve.

Por fim, os sindicatos que normalmente servir-se do poder económico têm procurado formas alternativas de ação.

Em jeito de conclusão poderá afirmar-se que a interligação entre sindicatos e partidos tem uma longa história. No entanto, é importante salientar que o que distingue “os sindicatos dos partidos é que os sindicatos, ao contrário dos partidos, têm de praticar simultaneamente a democracia representativa e a democracia participativa e em termos tais que a primeira só é possível na medida em que é sustentada pela segunda” (Santos, 2004: 173).

1.6. Sindicalismo na Banca

Os bancários são a classe assalariada mais sindicalizada em Portugal, cerca de 80% a 90% de acordo com a opinião de vários sindicalistas (Silva, 2011).

De acordo com os dados da Associação Portuguesa de Bancos (APB, 2012), em 2011 operavam, no setor bancário português, 36 Instituições financeiras. No entanto verificou-se um decréscimo 2.2% de trabalhadores bancários face ao ano de 2010, sendo registados 57.130 empregados bancários em dezembro de 2011, face a 55.255 em dezembro de 2012 (APB, 2012). Mas esta taxa de sindicalização não se deve à credibilidade sindical, deve-se essencialmente a um “sindicato dos serviços” (Kloosterboer, 2008:27). de que é exemplo em Portugal como o Serviço de Assistência Médico e Social (SAMS). O SAMS é um sistema de saúde criado e gerido pelos sindicatos em que os bancários e a respetiva família têm acesso a uma rede privada de prestadores de saúde e cuidados médicos a preços muito vantajosos e até de forma gratuita. Todos os bancários tem direito ao SAMS mediante um pagamento de 1.5% e a entidade patronal paga mais 6,5% (Silva, 2011: 73-74). No caso dos sindicatos bancários independentes, os sócios são mesmo obrigados a serem sindicalizados para poderem beneficiar do SAMS ao passo que os restantes sindicatos não obrigam à sindicalização. Há ainda o caso do Sindicato das Actividades Financeiras (SINTAF) em que os trabalhadores usufruem do SAMS que pertence aos outros três sindicatos bancários, são eles o Sindicato dos Bancários Sul e Ilhas, o Sindicato dos Bancários do Centro e o Sindicato dos Bancários do Norte (SBSI, SBC, SBN).

A principal função dos sindicatos bancários ou melhor o seu “*core business*” é a negociação da contração coletiva e Carvalho da Silva define bem esta ideia:

A contratação colectiva constitui, pois, para os sindicatos uma aquisição, um direito inalienável, cuja efetivação assegura aos trabalhadores as suas condições de subsistência, mas também a consagração de todo um amplo conjunto de direitos individuais e colectivos”, no plano profissional definindo e enquadrando profissões e trajetórias profissionais; a nível geral, o quadro essencial de direitos laborais e sindicais, inclusive a definição de condições de relacionamento entre as partes, bem como direitos de informação e participação dos trabalhadores, decisivos para que as empresas se constituam como espaços estruturados e construtivos de desenvolvimento sustentado das sociedades; e, em conexão com estes, definem-se também aspetos essenciais de formulação e afirmação de direitos sociais fundamentais para todos os cidadãos. (Silva, 2007: 390)

As novas tecnologias na banca contribuíram não só para a redução da mão-de-obra como também para a perda de importância social do estatuto do bancário na sociedade. Com o desenvolvimento informático, o aparecimento do dinheiro de plástico (cartões multibanco e crédito) e o crescente incentivo de meios alternativos de contacto dos clientes com os Bancos, quer por via do telefone e internet levou à desertificação dos balcões dos Bancos. A crise económica, por sua vez veio agravar a situação e esta diminuição do fluxo de clientes nos balcões, agravado com o encerramento de agências e Bancos, provoca um excedente de funcionários que culminou no inevitável desemprego na Banca.

Há cerca de quinze anos, os bancos estavam em franca expansão, abriam agências em “cada esquina”, o negócio florescia, bem como os mercados financeiros, e por sua vez, os empregados bancários quanto às transferências estavam “quase” ao nível dos jogadores de futebol, assediados pelos vários Bancos que os remuneravam muito bem devido à experiência e às carteiras de clientes. Com o ataque de 11 de setembro de 2001 às torres gémeas nos E.U.A., foi o início do colapso do sistema financeiro. Alguns desses empregados “estrelas” contratados e muito bem remunerados estão atualmente desempregados ou em empregos precários.

A diminuição acentuada do número de sindicalizados está interligada com o aumento do desemprego no setor bancário, contribuindo para a crise, quer económica, quer sindical. No setor da Banca é reveladora a fraca adesão dos bancários à greve, não só porque não acreditam no resultado da greve mas porque os trabalhadores de nível mais baixo tem pretensões de carreira que poderiam ser logradas com a adesão à greve e os de topo porque estão muito próximos da entidade patronal e têm de dar o exemplo. Assim, o sindicalismo dos dias de hoje é basicamente um sindicalismo de diálogo, de negociação (*sindicalismo de movimento social*) (Munck, 2004), uma vez que a taxa de desemprego é muito elevada. Além disso, os sindicatos perderam o poder negocial e as entidades

patronais não têm qualquer dificuldade em substituir os trabalhadores. Os sindicatos não têm argumentos fortes para negociar. Como se pode negociar o que quer que seja quando não se tem contrapartidas. Caso disso, é o exemplo recente do BCP em que os sindicatos tiveram de aceitar as reduções salariais sem grandes contrapartidas, abrindo-se uma exceção de reduções salariais que poderão servir de exemplo no futuro para outros bancos em dificuldades financeiras.

1.7. Elementos caracterizadores do sindicalismo independente

As tipologias e modelos anteriormente apresentados merecem ser objeto de confronto analítico com o sindicalismo independente, afinal a principal problemática deste trabalho. Nesse sentido, valerá a pena indagar qual o lugar do sindicalismo independente.

Se recuperamos a proposta de Hyman (2001), constatamos que os sindicatos britânicos são mais próximos do mercado e classe; por sua vez, os germânicos são mais próximos da sociedade e mercado, enquanto os sindicatos italianos são mais próximos da classe e sociedade. No caso português (caracterizado adiante) poderíamos considerar que a CGTP-IN se situa na relação entre classe e sociedade, privilegiando uma orientação voltada para a mobilização de classe, a transformação social e o conflito. Por sua vez, a UGT situa-se na relação entre sociedade e mercado, dando ênfase ao diálogo, à negociação e à integração social relativamente ao conflito e ainda à mobilização social. Por outro lado, a União dos Sindicatos Independentes (USI) está, de acordo com Sousa (2011), mais próxima ao mercado e mais orientada também para a negociação. Este triângulo é também defendido por Ferreira (2004) ao distinguir:

...três modelos sindicais. O primeiro é constituído por sindicatos profissionais, independentes, que recusam a pertença a qualquer uma das confederações sindicais e seguem uma prática reivindicativa centrada nos interesses profissionais dos seus associados. O segundo representado pela CGTP-IN, segue uma prática reivindicativa classificada como sindicalismo de classe. O terceiro protagonizado pela UGT, identificado como um sindicalismo de negociação e de concertação (Ferreira, 2004: 85).

A observação permitiria, assim, colocar em confronto três níveis de influência sindical: influência política (CGTP); influência social (UGT), influência económica (USI).

Do ponto de vista da relação com o sistema partidários, “dir-se-ia” que a CGTP-IN “recebe” a influência política do Partido Comunista, mais voltada para a mobilização de classe, enquanto a UGT é mais influenciada pelo Partido Socialista e a USI prima pela independência política (Sousa, 2011; Costa, 1994).

Ora, atendendo ao já mencionado facto de que uma das características do sistema de relações laborais português é a forte ligação das estruturas sindicais ao sistema político partidário (Costa, 2012), a questão de partida desta investigação passa por procurar perceber o lugar e eficácia que estão reservados ao sindicalismo independente (não alinhado ou filiado com a CGTP e a UGT, designadamente do setor bancário).

Uma referência a ter em conta por parte do sindicalismo independente é o modelo nórdico. Na década de 90 surgiu o interesse nos “modelos de governação tripartida procurando responder (...) à questão de qual a melhor forma de dividir as responsabilidades entre Governo, Empregadores e Sindicatos” (Almeida, 2009: 37). Para melhor se compreender esta abordagem, tem de se analisar as suas principais características. Assim, de acordo análises de Almeida (2009) e entrevistas realizadas aos responsáveis e coordenadores de Sindicatos independentes nos Países Nórdicos foi possível elaborar os seguintes quadros:

Quadro 1
“Especificidades dos Sindicatos independentes”

Sindicais
-Uma autonomia com independência do Estado, do patronato e de associações políticas e religiosas
-Um ideário europeu
-Um nível de diálogo social e de concertação articulado com a gestão das empresas e organizações independentes dos interesses conjunturais condicionantes da ação sindical.
-Independência dos interesses conjunturais condicionantes da ação sindical
Sociais
-Uma ênfase na prestação de serviços aos seus membros e beneficiários
-Amplitude negocial focalizada a dois níveis: global e local
-Defesa da continuidade e da saúde económica e financeira das empresas e organizações
-“Mind-set” focado nos trabalhadores, nos seus interesses, percursos e carreira
Organizacionais
-Independência na eleição dos órgãos
-Uma gestão profissionalizadas dos serviços
-Uma gestão participativa e com interesses financeiros em empresas

Fonte: (Almeida, 2009: 35)

Quadro 2

"Especificidades e potencialidades do modelo nórdico de sindicalismo"

Premissas específicas do modelo nórdico de sindicalismo

-Nos Países Nórdicos a regulamentação em matérias de política social e laboral é geralmente feita a partir das negociações entre Parceiros Sociais e não através da lei.

-O salário mínimo é um aspeto específico das regulamentações laborais que não existe na Dinamarca, Finlândia, na Noruega ou na Suécia, nestes países são as negociações setoriais entre Parceiros Sociais que determinam as regras

-Existe uma elevada taxa de sindicalização, geralmente superior a 85% da população ativa

-Existe uma apetência e aceitação dos trabalhadores em relação aos Sindicatos e aos serviços prestados por estes, nomeadamente a proteção social e financeira nos períodos de desemprego, os seguros de saúde, os empréstimos bonificados ou o apoio na negociação individual dos salários

Serviços que os Sindicatos Independentes nórdicos prestam aos seus associados

-Negociação de Acordos Coletivos de trabalho

-Proteção legal e aconselhamento individual dos trabalhadores

-Proteção social e financeira aos trabalhadores nos períodos de desemprego

-Oportunidades de formação profissional e de aprendizagem ao longo da vida

-Serviços de aconselhamento na negociação individual de salários

-Seguros de saúde e planos financeiros de reforma

-Publicações eletrónicas e em papel dos assuntos de interesse para os trabalhadores

Fonte: (Almeida, 2009: 50)

Ainda de acordo com Almeida (2009), os sindicatos tradicionais promovem o sistema tripartido tradicional de diálogo social e têm alguma relutância na cooperação com os movimentos sociais. O sindicalismo independente surge como fator diferenciador ao rejeitar as bandeiras políticas na atividade social e laboral tendo como principal objetivo a intervenção construtiva prevalecendo o diálogo com os poderes públicos e outros Parceiros

Sociais e a rejeição do autoritarismo das Centrais Sindicais (CGTP e UGT). (*idem*, 2009: 29). Os sindicatos independentes lutam contra a falta de reconhecimento (Diz, 2009: 17) sobretudo pelos representados, pelos sucessivos governos e lutam para estarem representados no Concelho Social e Económico (CES). Apesar de diversas tentativas e pedidos, como foi o caso do “Sindicato dos Quadros e Técnicos Bancários que desenvolveu em 1998 pressão sobre o Governo para que a lista de árbitros fosse formada” (Estanque *et al*, 2005: 121). Além disso, “são sobretudo os sindicatos independentes que pedem arbitragens obrigatórias.” (Estanque *et al*, 2005: 122).

Por fim, o lugar do sindicalismo independente não poderá ser aferido sem o situarmos no plano dos seus resultados em matéria de recrutamento sindical. De acordo com Almeida (2009: 99) é notório as taxas de crescimento de sindicalizados na ordem dos 20% a 40% de 1999 a 2009 nos sindicatos independentes, nomeadamente na banca e esta pode ser também uma marca distintiva do sindicalismo independente que pretendemos explorar. A este respeito, recorde-se que, segundo Almeida (2009), os principais motivos para a sindicalização são a importância que os trabalhadores portugueses dão ao “apoio judicial (23.2%), ao apoio na saúde (16.6%) e à formação e desenvolvimento de cursos (16,1%)” e por fim a “criação de sistemas complementares de Reforma (14,3%)” (*idem*, 2009:100). A ascensão dos sindicatos independentes deve-se a “uma crescente perda de capacidade mobilizadora das principais estruturas associativas (sindicais, partidárias)” (Estanque, 1999: 106).

Segundo a minha experiência profissional posso afirmar que quando a maioria dos empregados bancários assinam o contrato de trabalho, como são recrutados para os níveis mais baixos, sem funções específicas de enquadramento, não reúnem as condições necessárias para pertencerem ao SNQTB. Por isso normalmente optam pelo sindicato bancário mais próximo a nível geográfico do que por opção sindical refletida. Noto que os departamentos de recursos humanos dos bancos não estão interessados em promover os sindicatos ou dar formação sindical. Por isso na maioria dos casos, o impresso para a inscrição sindical é colocado junto ao contrato de trabalho, sem opção de escolha. O que distingue os sindicatos bancários dos demais é o seu excelente sistema de saúde, que proporciona aos seus beneficiários vantagens sem comparação. Os trabalhadores não dão grande importância ao trabalho sindical na sua génese e tem inclusive uma má imagem dos sindicatos (Ribeiro *et al.*, 1994; Kloosterboer, 2008). Os sócios criticam as ligações

políticas dos sindicatos e citam isso como um dos motivos para não se filiarem. (Gumbrell-McCormick e Hyman, 2013: 133). Por isso a filiação no SNQTB é muito mais consciente e ponderada. Só mudam depois de muito analisarem os prós e os contras, as mais-valias e principalmente a opinião dos outros sócios “utilizadores”. Mas mesmo sendo um sindicato diferenciador e com claras vantagens há sempre a questão da inércia e da resistência à mudança acompanhada de alguma contrainformação ou melhor desinformação veiculada pelos restantes sindicatos, na tentativa de manter os seus filiados. O SNQTB é frequentemente difamado pelos outros sindicatos ao referirem que o SAMS-Quadros é um seguro de saúde, que termina aos 65 anos e ainda que o Sindicato não tem apoio jurídico, ou que o mesmo não tem qualidade e não defende os sócios. Há ainda o argumento da proximidade do sindicato às entidades patronais e que por isso não defende os trabalhadores. Aquando da criação da Comissão Sindical do SNQTB dentro do BES, da qual faço parte, alguns sindicatos bancários sentiram-se ameaçados. Os sócios que mudam para o SNQTB fazem-no essencialmente por questões economicistas, mudam porque têm mais vantagens na saúde. A opinião de outros sindicalistas é bem oposta, Olinda Lousã (Lousã, 2009: 24 escreve no seu relatório de estágio que o SNQTB “exerce um sindicalismo apenas de secretaria, tendo aproveitado a “muleta” do especial sistema de saúde dos bancários em Portugal, os SAMS...” Outro fator importante é à relação de proximidade do representante sindical dentro da empresa, o fato do sindicato não ser impessoal, de haver um rosto conhecido, que os oiça, que os compreenda. O que facilita a principal missão da Comissão Sindical de ajudar os sócios do SNQTB.

CAPÍTULO 2 – Objeto empírico, modelo analítico e metodologia

2. Objeto empírico

Apesar do objeto empírico ser os sindicatos bancários independentes, começa-se com uma breve apresentação das estruturas sindicais em Portugal, a começar pelas Confederações, a seguir as Federações bancárias e por último para os sindicatos do setor bancário com maior ênfase no Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB). Segue-se a apresentação do modelo analítico com as hipóteses que vão de encontro ao objetivo proposto, bem como a metodologia utilizada no último ponto.

2.1. As estruturas sindicais em Portugal

Começamos por apresentar brevemente as estruturas representativas dos trabalhadores mais gerais como as Confederações e Uniões, seguindo-se as Federações Bancárias e por último os sindicatos bancários representados nas federações e confederações anteriores.

2.1.1. As Confederações Sindicais Nacionais

Ao nível das centrais sindicais em Portugal, existem apenas duas grandes centrais que são a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN), ambas com assento no Conselho Económico e Social (CES). As duas centrais têm uma estrutura ligeiramente diferente: enquanto a UGT não possui Uniões, e as Federações são mais heterogéneas do que as da CGTP-IN. Ao nível da base predomina na CGTP-IN a organização vertical de vários distritos e na UGT a nível nacional. A União dos Sindicatos Independentes (USI) representa os sindicatos independentes nela filiados, sem cor político-partidária. A USI não está representada no Conselho Económico Social (CES) nem na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS) onde a CGTP e a UGT têm dois representantes cada um. A CPCS é composta pelo Governo, Confederações Patronais e Confederações Sindicais, um dos principais objetivos “é a promoção do diálogo e da concertação social, com vista à celebração de acordos” (CES, 2014).

2.1.2. Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – *Intersindical Nacional (CGTP-IN)*

A CGTP-IN é a confederação nacional e a mais antiga, fundada em 1970 e foi a única central até 1978. É a maior central sindical portuguesa com um maior número de trabalhadores do setor operário. “É mais tradicional em termos estruturais e funcionais, com uma organização centralizada por uma democracia burocratizada” (Cerdeira e Rosa, 1992: 84,85). Tem como secretário-geral Arménio Carlos. A CGTP-IN define-se como uma “...organização sindical de classe, unitária, democrática, independente e de massas, tem as suas raízes e assenta os seus princípios nas gloriosas tradições de organização e de luta da classe operária e dos trabalhadores portugueses.” (CGTP, 2014).

Apesar dos estatutos nos indicarem que é uma confederação independente, é influenciada pelo Partido Comunista Português (PCP), o que se tornou notório desde logo quando foi criada a UGT. (Costa, 1994). As políticas da CGTP alteraram e passaram também a contemplar a contratação coletiva (Cerdeira e Rosa, 1992: 85). A CGTP é membro da Confederação Europeia de Sindicatos /Condeferation Syndicat European Trade Union (CES- ETUC).

2.1.2.União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Fundada em 1978 por 47 sindicatos, tem representação nacional com 18 uniões desde o Algarve a Bragança e 2 nas Ilhas. Tem delegações no país inteiro, o atual secretário-geral é Carlos Silva que acumula funções como presidente do Sindicato dos Bancários do Centro. A UGT é a central sindical que lidera, apesar da menor implantação quantitativa e geográfica (Cerdeira e Rosa, 1992: 87).

Está mais implantada em Lisboa e o maior número de sindicalizações é do setor terciário. Na UGT estão filiados, os três sindicatos bancários verticais com limitação geográfica. São eles o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI), o Sindicato dos Bancários do Centro (SBC) e o Sindicato dos Bancários do Norte (SBN).

Na sua alteração de Estatutos a UGT defende:

A liberdade de constituição de organizações sindicais e a sua autonomia e independência em relação ao Estado, ao patronato, às confissões religiosas e aos partidos políticos ou a quaisquer outras associações de natureza política; O exercício do direito de tendência enquanto meio de expressão político-sindical. (UGT, 2013)

A UGT também se afirma independente em relação ao Estado, apesar da óbvia ligação ao PS - Partido socialista. A UGT é membro das seguintes confederações internacionais: Confederação Europeia de Sindicatos /Confederation Syndicat European Trade Union (CES/ETU), International Trade Union Confederation (ITUC-CSI), Trade Union Advisor Committee (TUAC), International Federation of Workers Education Association (IFWEA) e Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP). (UGT, 2014)

2.1.3. União dos Sindicatos Independentes (USI)

No ano 2000 foi fundada a USI, com 11 membros que representam cerca de 40.000 filiados. (Almeida, 2009: 28) A USI define-se como “uma confederação Sindical autónoma e independente orientando a sua ação pelos princípios do sindicalismo democrático, livre e independente” (USI, 2014). A USI rejeita a hegemonia das atuais centrais sindicais e luta por um lugar no CES. Pretende ser alternativa à CGTP-IN e à UGT que dividem entre si a representação dos trabalhadores, uma vez que 1/3 dos trabalhadores se afirmam independentes. Sendo o atual coordenador da USI, o Dr. Afonso Diz também presidente do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB). A USI é uma confederação a nível nacional, representativa de trabalhadores que não pretendem estar filiados em confederações político-partidárias. A nível europeu a USI está filiada na Confederação Europeia dos Sindicatos Independentes (CESI) e na Confederação Europeia de Quadros (CEC).

O sindicalismo filiado na USI é independente do ponto de vista da conotação político-partidária, no entanto é menos independente do ponto de vista da proximidade às dimensões de empresa/grupo económico, uma vez que é um sindicato gerido com uma visão de uma empresa privada.

A USI defende princípios como valores de solidariedade, respeito, justiça social e económica e “tem como objetivo primordial a intervenção construtiva e responsável na comunidade, privilegiando o diálogo positivo” com “os poderes públicos e outros parceiros sociais”. (USI, 2014)

Nos estatutos da USI estão estipulados os seguintes objetivos:

- a) Defender o emprego;
- b) Participar na fixação das condições de trabalho;

- c) Participar nas questões relacionadas com higiene, segurança e saúde nos locais de trabalho;
- d) Participar na elaboração da lei do trabalho e nos organismos de gestão participada dos trabalhadores;
- e) Lutar pela dignificação do trabalhador e das funções por si exercidas;
- f) Participar em iniciativas relativas à valorização profissional, social e cultural dos trabalhadores;
- g) Proceder à análise crítica dos problemas laborais, sociais e sindicais;
- h) Associar-se a outras Organizações Sindicais, nacionais ou internacionais, com vista ao fortalecimento do sindicalismo democrático, livre e independente.

Compete à USI: - Fiscalizar e exigir a aplicação das leis do trabalho e dos acordos estabelecidos; -Prestar serviços de ordem económica, social, cultural e recreativa aos sócios e fomentar o desenvolvimento das organizações (Almeida, 2009: 29).

De acordo com o art. 15º dos Estatutos da USI, “cada associação sindical filiada até 1000 associados, tem direito a eleger um membro representante para a assembleia geral. De 1001 a 2000 associados – 2 representantes; de 2001 a 3000 – 3 representantes; de 3001 a 4000 – 4 representantes e assim sucessivamente.

Os filiados na USI são:

Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários - SNQTB
Sindicato das Comunicações de Portugal - SICOMP
Sindicato Nacional de Quadros Técnicos - SNAQ
Sindicato Independente dos Trabalhadores da Administração Pública - SITAP
Sindicato Independente da Banca - SIB
Associação Sindical do Pessoal Administrativo da Saúde - ASPAS
Associação Sindical de Professores Licenciados - ASPL
Sindicato Independente dos Ferroviários e Afins - SIFA
Sindicato Nacional dos Transportes Comunicações e Obras Públicas - FENTCOP
Associação Sindical Independente dos Ferroviários da Carreira Comercial - ASSIFECO
Sindicato Independente do Comércio e Serviços – SICOS
(USI, 2014).

2.2. As Federações Sindicais Bancárias em Portugal

As associações sindicais no plano nacional estão organizadas em três níveis: Sindicatos, como associações de base; federações e uniões de nível intermédio; e organizações de cúpula que são as confederações.

CAPÍTULO 2 – Objeto empírico, modelo analítico e metodologia

A nível da representatividade dos trabalhadores os sindicatos podem ser considerados verticais e horizontais. Os sindicatos horizontais representam trabalhadores da mesma profissão/categoria, como por exemplo o Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB), enquanto os sindicatos verticais representam todas as profissões e categorias, como os restantes sindicatos bancários.

Atualmente em Portugal existem sete Sindicatos do setor bancário, três sindicatos de tendência socialista são eles, o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI), o Sindicato Bancários do Centro (SBC) e o Sindicato dos Bancários do Norte (SBN) filiados na UGT. Dois sindicatos de tendência comunista filiados na CGTP/IN, são o Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Financeira (SINTAF) e o Sindicato de Empresa dos Trabalhadores Caixa Geral de Depósitos (STEC) é um sindicato de empresa que engloba todos os trabalhadores dentro do mesmo grupo económico (Grupo Caixa Geral de Depósitos). E por fim, dois sindicatos independentes, o SIB e o SNQTB filiados na USI.

A nível geográfico os sindicatos podem ainda ser nacionais como o SIB, o SINTAF e o SNQTB ou regionais, abrangendo apenas uma determinada área geográfica como é o caso do SBC, SBN ou SBSI.

2.2.1. A Federação Nacional do Setor Financeiro (FEBASE)

A FEBASE foi fundada em 2007, é uma Federação nacional do Setor Financeiro constituída pelos três sindicatos bancários geográficos que abrangem o norte, o centro, o sul e ilhas (SBN, o SBC e o SBSI) e dois sindicatos do setor dos Seguros filiados na UGT. Esta federação representa cerca de 80.000 trabalhadores. Com sede em Lisboa, o atual coordenador é Carlos Silva, também secretário-geral da UGT e presidente do SBC.

A FEBASE afirma orientar-se:

pelos princípios do sindicalismo democrático, consubstanciados na liberdade, unidade e democracia, bem como os da solidariedade entre todos os trabalhadores e da defesa do regime democrático, desenvolvendo a sua atividade com total independência em relação ao Estado, empresas, confissões religiosas, partidos e outras associações políticas. (FEBASE)

Apesar de afirmar se independente em relação a partidos é do conhecimento público que sendo filiada na UGT, tem obrigatoriamente influência do partido socialista.

2.2.2. A Federação dos Sindicatos Independentes da Banca (FSIB)

Fundada em 2001 pelo SNQTB e pelo SIB, com o objetivo de representar as Associações Sindicais independentes do setor bancário.

Os fins da FSIB são entre outros, os de: “representar, defender e promover os direitos e os interesses comuns dos seus associados”; “participar na elaboração da legislação do trabalho”; “Lutar pela melhoria das condições de trabalho, higiene e segurança dos trabalhadores.

2.2. Os Sindicatos Bancários em Portugal

Antes de passarmos a apresentação das hipóteses e metodologia que se pretende desenvolver convém proceder a uma breve descrição dos sindicatos bancários existentes em Portugal. Existem seis sindicatos bancários, três filiados na UGT, um filiado na CGTP e dois filiados na USI.

Os três sindicatos filiados na UGT são:

2.2.1.O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI) que em 1932 nasce da Associação Portuguesa dos Empregados Bancários (APEB) que no ano seguinte dá lugar ao Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa e em 30 de julho de 1975 nasce o SBSI.

De acordo com o relatório de contas do 2012, (SBSI, 2014) o SBSI tinha 44.908 e cerca de 120.000 beneficiários, perderam 1.662 associados, o que representa uma perda de 3.7%, sendo este o maior sindicato bancário em Portugal. O presidente da direção é o Dr. Rui Riso.

2.2.2. O Sindicato dos Bancários do Norte (SBN) nasce em 1923 a partir da Associação de Classe dos Empregados Bancários do Porto que deu origem ao SBN. Com 19.000 filiados e dá assistência a 40.000 beneficiários. O atual presidente da direção é o Sr. Mário Mourão.

1.2.3. O Sindicato Bancários do Centro (SBC) nasce em 1975 com a integração do Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Coimbra, é um sindicato vertical e geográfico que abrange Coimbra, Leiria, Viseu e Guarda. Tem cerca de 15.000 beneficiários. (Silva, 2011) O atual presidente da direção é Carlos Silva que acumula funções como secretário da UGT.

2.2.4. O Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Financeira (SINTAF) é o único sindicato filiado na CGTP-IN. É um sindicato recente, criado em 2005. O coordenador do SINTAF é o Sr. José Cabrita.

Os dois sindicatos filiados na USI (União dos Sindicatos Independentes são o SIB e o SNQTB que aprofundarei em seguida:

2.2.5. O Sindicato Independente da Banca (SIB) foi fundado em 1999 é um Sindicato a nível nacional e vertical. Surgiu devido à necessidade de haver representatividade dos sindicatos independentes não só a nível vertical mas também a nível nacional, criado à semelhança e com base na experiência do SNQTB. Identifica-se como um sindicato autónomo e independente quer do estado quer do patronato e sem quaisquer ligações políticas ou religiosos. O atual presidente da direção é o Sr. Fernando Fonsesa. (SIB, 2014)

2.2.6. O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB)

fundado em 1983, é um sindicato independente que valoriza a noção de sindicato moderno e reformista, criado com base nos sindicatos independentes nórdicos. Tem como principal objetivo a defesa dos bancários com funções técnicas ou de enquadramento. Com sede em Lisboa e com várias delegações por todo o país é presidido pelo Dr. Afonso Pires Diz. O SNQTB é membro fundador e coordenador da União dos Sindicatos Independentes (USI) e da Federação dos Sindicatos Independentes da Banca (FSIB). A nível internacional é associado da Confederação Europeia de Quadros (CEC). Em 2013 contava com cerca de 18.000 sócios e mais de 50.000 beneficiários do SAMS-Quadros, este serviço de assistência médica e o Fundo complementar de saúde que possuem Certificados de Qualidade.

No prefácio da apresentação do livro *O sindicato-empresa*, de Paulo Pereira de Almeida, o presidente do USI refere que os sindicatos alemães e suecos são os que têm “as maiores taxas de sindicalização a nível mundial, que deveríamos conhecer melhores e deles, (...) trasladar as suas práticas de sucesso para o nosso País.” (Diz, 2009: 18). Afirma ainda “se não podemos vencer o capitalismo juntemo-nos a ele e, em conjunto, construamos uma economia social de mercado” (Diz, 2009: 18). O sindicato não se ocupa só da vertente sindical, mas é essencialmente um prestador de serviços, quer na gestão da saúde através de um subsistema de saúde complementar do Serviço Nacional de Saúde

(SNS) português como também na gestão dos planos de reforma facultativos que garantem o complemento da reforma dos seus membros. O SNQTB tem oferta de vários serviços não só no campo da saúde como também na área dos seguros, fundos de pensões e assistência à terceira idade e inclusive clube de golfe, para o presidente do SNQTB os sindicatos “...têm que assumir o papel de verdadeiras empresas prestadoras de serviços sociais para os seus sócios. A assistência jurídica e judicial aos sócios (...) é apenas um dos serviços possíveis (...) À semelhança dos sindicatos alemães e nórdicos, os sindicatos portugueses têm de gerir planos de saúde (...) ou planos de reforma...” (Diz, 2009: 19-20). A ambição do presidente do SNQTB é fazer “mais”, ao defender a ideia de que os países como a Suécia e a Alemanha em que os sindicatos têm bancos próprios. Inclina-se, assim para a criação de um banco em Portugal do sindicato, ou melhor a criação de uma associação mutualista. Se em outubro de 2009, seria uma ideia, em novembro de 2010 já anunciava o arranque para 2011 (Económico, 2010). Já foi pedida a licença à Associação Portuguesa de Bancos (APB) e já foram adquiridos imóveis no Porto, Coimbra e Lisboa para utilização da Mútua Bancária. Diga-se que o SNQTB funciona como um verdadeiro grupo económico ou uma “PME” como o presidente do SNQB a designa, eis algumas das “empresas”:

1- SGF- Sociedade Gestora de Fundos

“A participação no capital social e gestão (...) de uma sociedade gestora de fundos de pensões (SGF).” (Diz, 2008). Com capital social de um milhão de euros os principais acionistas são a Groupama, SNQTB, Sindicato dos Pilotos de Aviação Civil e USI. (SGF, 2014)

2- FSQB - Fundação Social do Quadro Bancário

Esta fundação foi criada em 2003 pelo SNQTB vocacionada para “prosseguir os fins sociais” (Monjardino, 2014) o apoio à 3ª idade (residências seniores assistidas), turismo (construção de um complexo de turismo social) e projetos ligados à infância (construção de uma creche/jardim de infância).

A Fundação “tem em curso três projetos sociais estrategicamente localizados no Porto, Alcabideche (Cascais) e Porto Santo, que irão ser edificados, faseados...” (Diz, 2008). O empreendimento de Alcabideche (Libervita Alcabideche) com uma área de construção 9.838 m², onde foram investidos catorze milhões de euros é composto de 52 moradias de unifamiliares de tipologia T1, equipadas e mobiladas e um edifício central de apoio (unidade clínica de assistência) (SNQTB, 2014).

CAPÍTULO 2 – Objeto empírico, modelo analítico e metodologia

O empreendimento do Porto tem uma área de construção de 7.475 m² é composto por quarenta e sete residências de tipologia T1, com edifício de apoio de quatro andares com mais vinte quartos, sala de conferência, biblioteca, bar, ginásio, piscina, sauna, banho turco, etc.

O complexo turístico de Porto Santo na ilha da Madeira encontra-se em fase de construção.

3 - FSB - Fundação Social Bancária, criada em 2011, foi reconhecida como Instituição de Particular de Solidariedade Social (IPSS) com estatuto de utilidade pública. Tem como principal objetivo o apoio social na educação de crianças e jovens. Em 2013 foi adquirido um edifício na Av. Gago Coutinho n.º 86 para ser um jardim-de-infância, encontra-se numa fase de obras.

Existe uma rede de estabelecimentos privados de educação, essencialmente creches com quem foi estabelecido protocolos para que os associados beneficiem de uma redução monetária.

Em 2014 arrancou o projeto de programas de férias e atividades de tempos livres para os filhos dos associados.

4 - Grémio Social Independente

Em 2010, o SNQTB decide a criação de uma Caixa económica, associada à mutualista Grémio Social à semelhança do Montepio Geral. Promovido pelo SNQTB e pela SGF, empresa que o SNQTB é acionista de 54%.

Para começar o Grémio Social Independente irá estar presente em Lisboa, Porto e Coimbra onde já foram adquiridas as respetivas instalações.

5- MIS - Mediação Independente de Seguros

Foi constituída em 2007 em colaboração com a Companhia de Seguros Sagres S.A e a Vitória Seguros S.A. (Saloio, 2008: 26). Inicialmente constituída como mediadora ligada, devido à necessidade de servir os sócios e aumentar o volume de negócios alterou os estatutos em 2011 para passar a ser agente de seguros. (SNQTB, 2014).

6 – Formação

O SNQTB e a USI assinaram um protocolo com o ISCTE no sentido de promover o Curso de Especialização e Pós-Graduação em Sindicalismo e Relações Laborais. (Mendes, 2008: 30-31).

7 – Fundo de Pensões/Quadros Bancários

Criado em 1995 à data de 2008 era o “único existente no campo sindical.” (Diz , 2008).

2.3. Modelo analítico

Como se disse na introdução, versando este trabalho sobre o potencial do sindicalismo independente em Portugal, designadamente no setor bancário, importa apresentar um conjunto de hipótese em consonância com tal objetivo. Assim sendo, destacamos quatro hipóteses principais:

(i) *O sindicalismo contemporâneo continua a depender excessivamente do peso das influências político-partidárias, secundarizando o papel dos sindicatos independentes.* Esta hipótese é construída, em boa medida, na base de uma dupla constatação: por um lado, no facto que ser muito escassa a referência nos media aos sindicatos independentes, quando comparada com a “voz” frequente que CGTP e a UGT têm nos *media*; por outro lado, no facto de o sindicalismo independente não ter assento na Concertação Social e por isso não ser considerado um parceiro social.

(ii) *O sindicalismo independente (designadamente com “raízes nórdicas”) reconfigura as funções tradicionais dos sindicatos e oferece modelos alternativos de intervenção, desde logo abrindo-se a uma conceção de sindicato enquanto prestador de serviços.* Mesmo admitindo que a prestação/gestão de serviços não é propriamente o “*core business*” do sindicato e contraria a visão tradicional de sindicalismo enquanto contrapoder e enquanto negociador do contrato coletivo, esta é porventura uma das formas de captar mais sócios.

(iii) *Num quadro de comportamentos alternativos, o sindicalismo bancário configura-se como uma exceção, vigorando o regime da prestação de serviços, predominante na área da saúde.* Os sindicatos bancários independentes diferem por ser mais concorrentes e beneficiarem os seus associados numa maior participação na saúde.

(iv) *O sindicalismo independente bancário revela essa faceta de independente sobretudo face às ligações político-partidárias e à dimensão ideológica do sindicalismo, embora possa evidenciar também, em contraponto, uma maior proximidade/permeabilidade à influência económica.* As participações em Gestoras de

fundos de pensões, Mediadoras de seguros e até criação de Bancos, à semelhança dos sindicatos nórdicos, são sinais que apontam no sentido desse tipo de influência.

2.4. Metodologia

Em dezembro de 2013, dos 6120 trabalhadores bancários no Banco Espírito Santo (BES), estavam divididos pelos seis sindicatos da seguinte forma: o Sindicato dos Bancários do Centro (SBC) com 217 sócios; o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI) com 2012 sócios e o Sindicato dos Bancários do Norte (SBN) com 433 sócios, quanto ao SINTAF não se conseguiu apurar o número de sócios, sabe-se que é um valor residual. O número de sócios dos sindicatos filiados na Federação Nacional do Setor Financeiro (FEBASE) correspondia a um total de 2662 associados no BES.

Em relação aos Sindicatos Independentes totalizam 3458 associados da Federação Sindical Independente da Banca (FSIB), sendo 3012 sócios de Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB) e 446 do Sindicato Independente Bancário (SIB).

Por sua vez para dar cumprimento a estas hipóteses, utilizaram-se três técnicas de investigação, nomeadamente a análise documental, a entrevista e a observação. Optou-se por uma estratégia de análise qualitativa e com a contribuição da minha experiência profissional na área. A análise documental foi efetuada com base a leituras da literatura sobre o tema, e a documentos institucionais através das revistas dos sindicatos bancários, relatórios, fontes secundárias, internas e externas às instituições que serviram de base de análise documental, nomeadamente, os Estatutos, o organograma, relatório de contas, informações institucionais e outras dos sindicatos bancários e federações bancárias, bem como informações publicadas nos respetivos sítios dos sindicatos bancários. Esta opção, por esta estratégia de investigação possibilitou/permitiu um olhar compreensivo, abrangente e complementar sobre o sistema organizacional de cada sindicato bancário.

A realização de entrevistas semidirectivas numa perspetiva fenomenológica em que serão entrevistados atores privilegiados, ou seja os principais dirigentes de topo (presidente da direção ou coordenador) de cada sindicato bancário em Portugal com sócios no BES, que totalizam seis sindicatos, com maior ênfase nos sindicatos bancários independentes. Como referem Thomas e Znaniecki (*apud* Burgess, 1997: 137-138), “ao analisar as experiências e atitudes de um indivíduo obtemos sempre dados e documentos factos elementares, que não se limitam exclusivamente à personalidade desse indivíduo,

mas que podem ser tratados como mera incidência de classes de dado, ou factos, de carácter mais ou menos geral, e que podem, por consequência, ser utilizados para a determinação de leis do devir social. ...”

O guião (Apêndice A) é composto por vários blocos de questões para tentar dar resposta às hipóteses de trabalho anteriormente formuladas. O guião da entrevista caracteriza-se por um leque de questões abertas e fechadas, permitindo obter uma “abordagem muito completa, que proporciona respostas comparáveis e de profunda compreensão” (Reis, 2010:86).

O 1º bloco de questões, sobretudo de enquadramento, centra-se no papel e na função do sindicalismo, seguindo-se a esse bloco, dois outros blocos de questões inter-relacionadas: um sobre a crise do sindicalismo e outro sobre a perceção que os dirigentes sindicais têm sobre as estratégias de renovação/revitalização sindical. A partir daqui, os seguintes blocos de questões permitem situar e testar melhor as hipóteses de trabalho. Por exemplo, o bloco de questões sobre o relacionamento dos sindicatos com outras estruturas/entidades *versus* autonomia sindical fornece o terreno propício para aferir, por exemplo, até que ponto o peso das influências político-partidárias tem contribuído para uma secundarização do papel dos sindicatos independentes. Por outro lado, o bloco de questões sobre o papel “inovador” do sindicalismo independente abre caminho à segunda hipótese de trabalho, desde logo quando se procura aferir se a conceção de sindicato enquanto prestador de serviços é ou não um procedimento que é generalizável no sindicalismo português ou se apenas uma prática do sindicalismo independente. Por fim, ainda no mesmo bloco de questões torna-se pertinente auscultar os entrevistados sobre se não haverá aqui uma certa ambivalência entre um sindicalismo defensor dos trabalhadores e simultaneamente empregadores, Isto é, entre um sindicalismo que deixa de ser permeável às influências político-partidárias para passar a ser permeável a influências económicas.

Utilização da investigação qualitativa através de entrevistas semi-diretivas. As entrevistas foram gravadas em formato áudio com o prévio consentimento dos entrevistados Estes enquanto figuras públicas e dirigentes sindicais, são todos identificados pelo nome e função. As entrevistas foram realizadas entre março e julho de 2014, tendo sido transcritas na íntegra (Ver apêndices C, D, E, F, G e H) e submetidas a análise de conteúdo (Ver apêndice B). As entrevistas decorreram nas sedes dos sindicatos bancários em Lisboa e no Porto, à exceção do presidente do SBC que é também Secretário-Geral da

UGT tendo a entrevista sido realizada nas instalações da UGT. De igual modo com o coordenador do SINTAF, que é em simultâneo coordenador da Comissão de Trabalhadores do BPI, a entrevista realizou-se nas instalações do BPI na sala de reuniões da CT, em Lisboa. As entrevistas tiveram uma duração entre 1 hora a 2 horas, num total de aproximadamente 8 horas de entrevistas.

As entrevistas decorreram com bastante normalidade e até com alguma empatia o que facilitou o discurso. Conforme Lalanda (1998)

a relação do sociólogo com o entrevistado deverá transformar-se, durante a entrevista, numa relação de confiança, o que pressupõe uma certa familiaridade com a população em estudo. Mas não se trata de criar intimidade com a pessoa em causa, o que em muitos casos provoca efeitos negativos, limitando quer a espontaneidade do entrevistado, quer a própria capacidade do entrevistador de se deixar surpreender. O entrevistado deve sentir-se à vontade e ser levado a ocupar um lugar central durante a entrevista. (Lalanda, 1998: 874).

Assim, não foram tomadas notas, mas houve uma escuta atenta e interação, o que permitiu ao entrevistado falar fluentemente e livremente e que a sua ideia estava a ser transmitida.

Seguiu-se quase sempre a ordem do guião à exceção de uma ou outra resposta que necessitava de outra questão de encadeamento no seguimento da ideia do entrevistado. No entanto, houve diversas vezes a necessidade de clarificar a questão ou reformular a resposta. Os entrevistados foram diversas vezes interrompidos “... com uma outra questão, de modo a balizar a informação que se pretende recolher.” (Reis, 2010:86). Assim, “...o grau de ambiguidade é mais reduzido do que nas entrevistas não estruturadas.” (*Idem*, 2010:86). A utilização da técnica de observação, (Quivy & Van Campenhoudt, 2005) essencialmente na recolha das entrevistas, no sentido de perceber o que não se disse e ficou subentendido nas “entrelinhas” e eventuais constrangimentos em relação a matérias mais sensíveis ou de difícil aceitação.

Seguiu-se a transcrição das entrevistas, o mais fiel possível. De acordo com Lalanda (1998: 879) “não raras vezes o discurso gravado é marcado por momentos de silêncio, sobreposições de vozes, monossílabos, frases incompletas (...), que deverão ser respeitados na transcrição e tidos em conta na leitura e interpretação do texto escrito.”

O passo seguinte foi a elaboração do quadro de análise de conteúdo (Apêndice B) com as categorias e subcategorias correspondentes às hipóteses de trabalho.

E por fim a análise de resultados tendo por base o quadro de análise de conteúdo e as respetivas entrevistas (Apêndice C, D, E, F, G, H). Assim, “na fase analítica, o objectivo

reside na construção, a partir da transcrição das narrativas de vida, de tipologias, de hipóteses, ou seja, na elaboração de uma teoria que permita interpretar o sentido da realidade social em estudo. Para Daniel Bertaux, o discurso narrativo pode, nesta fase, ser analisado segundo dois grandes eixos. Uns interessar-se-ão pelos significados transmitidos pelos actores que contam a sua vida. Outros privilegiarão as relações, as normas, os processos que estruturam e suportam a vida social e «c'est ici le social qui s'exprime à travers des voix individuelles» (D. Bertaux, 1988, 20 *apud* Lalanda, 1998: 878).

Apesar de “a regra de ouro é não ter pressa de acabar.” (Lalanda, 1998: 881), a maioria dos meus entrevistados tinham pouco tempo e sentia a ansiedade em concluir a entrevista, mas em simultâneo, vontade dos mesmos de falar mais sobre o tema. Se não fosse a falta de tempo dos entrevistados e outros compromissos agendados, teriam com certeza falado muito mais.

CAPÍTULO 3: Uma investigação junto do sindicalismo bancário em Portugal

A análise das entrevistas tornou possível a identificação de quatro grandes dimensões de análise, que vão ao encontro das linhas orientadoras veiculadas pelas hipóteses da investigação. Tais dimensões são as seguintes: a relação sindicatos/partidos políticos; o sindicalismo prestador de serviços; as especificidades do(s) sindicalismo (s) bancário na gestão dos Serviços de Assistência Médico-Social; a problematização em torno da concretização de um verdadeiro sindicalismo independente. Vejamos, então, com maior detalhe cada uma destas dimensões com base no quadro de análise de conteúdo. (Ver Apêndice B).³

3.1. A relação entre sindicatos e partidos políticos

Para uma melhor perceção desta dimensão relativa à relação entre sindicatos e partidos políticos (de resto afluída no quadro teórico desta dissertação) as entrevistas realizadas permitiram fazer sobressair algumas categorias, tais como: a perceção dual em torno dessa relação, o (s) significado (s) associados à noção de “independente”, a identificação de possíveis ganhadores e perdedores e ainda a identificação de mecanismos de exclusão dos “independentes”.

3.1.1. A perceção dual dessa relação

Foi notório um entendimento dual a respeito da pertinência das relações entre sindicatos e partidos políticos. Por um lado, alguns protagonistas desvalorizam tais relações em nome de uma (suposta e genuína) independência sindical. Por outro lado, outros protagonistas valorizam tais relações precisamente como forma de influenciar o poder político. Na verdade, a dualidade percebe-se entre, por um lado, os sindicatos afetos à União de Sindicatos Independentes (USI), nomeadamente o Sindicato Independente da Banca (SIB) e o Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB) e, por outro, os Sindicatos da União Geral dos Trabalhadores (UGT), o Sindicato dos Bancários do Norte (SBN), o Sindicato dos Bancários do Centro (SBC), o Sindicato dos Bancários do

³ Para uma melhor leitura e compreensão da análise de conteúdo as palavras dos entrevistados foram colocadas em itálico.

Sul e Ilhas (SBSI) e o único Sindicato da CGTP, designadamente o Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Financeira (SINTAF).

A interpretação daquela dicotomia pode ser explicada pelo facto de na direção dos sindicatos do segundo grupo se sentir o “peso suficiente dos partidos políticos – de um, no caso da CGTP, de dois, no da UGT” (Castanheira, 1985: 804). Castanheira destaca o fato de a UGT ter surgido como espaço de oposição ao domínio da Intersindical, através de um movimento que não foi verdadeiramente sindical e alternativo ao dominante, implicando a “intervenção directa dos partidos” que “assumiu inclusivamente a forma... de um acordo interpartidário, com a consequente partilha milimétrica dos lugares cimeiros da nível organização sindical, deles excluindo os militantes de outras cores ou sem filiação partidária” (idem: 805).

Na perspetiva de Costa (2005), historicamente no contexto dos esforços pela extensão da democracia política às classes mais desfavorecidas, os sindicatos estabeleceram alianças com partidos políticos num período em que o sufrágio universal ainda não estava generalizado. Segundo o mesmo autor, daqui resultaram diferentes orientações políticas, relações e divisões no sindicalismo até à atualidade (ibidem). Desta abordagem pode compreender-se a afirmação de Santos (2004:173): “O compromisso político dos sindicatos é com os trabalhadores e a democracia”.

No grupo dos sindicatos da USI, segundo o SIB, a independência é entendida como uma mais-valia, conferindo a possibilidade de decisão autónoma e independente, sem a sujeição a diretrizes partidárias. Por sua vez, ainda no mesmo conjunto de sindicatos, o representante do SNQTB desvaloriza de forma direta a relação entre o Sindicato e os Partidos políticos, embora faça uma apreciação no sentido da necessidade de a considerar, concretizando o objetivo de melhorar o sindicalismo: “*Porque efetivamente e tem sido esse o nosso mal, se calhar, de continuarmos a acreditar que é possível fazer sindicalismo sem a ajuda dos Partidos*”. Segundo ele, os partidos precisam dos trabalhadores, pois são estes que votam, defendendo a ideia de que os esforços na luta por melhores condições e regalias para os associados, terá que partir desta independência através das relações entendidas como necessárias. No âmbito dos Sindicatos afetos à UGT, o representante do SBSI afirma claramente que “*não há qualquer relação com os Partidos políticos*”. Segundo o SBC, apesar da distinção dos espaços dos Sindicatos e dos Partidos políticos, a separação e afastamento dos cidadãos em relação a tudo o que esteja relacionado com a política e a má

imagem desta relação com a política também tem afastado os Sindicatos da participação política. Daqui percebe-se a resposta do presidente deste Sindicato, quando reconhece os esforços para distinguir Partidos e Sindicatos no âmbito da concertação social.

A ausência de referências à independência por parte do SINTAF é compreensível tendo em conta a perspetiva de Castanheira (1985: 812), segundo a qual o sindicalismo desenvolvido pela CGTP é “acentuadamente político”, entendendo a ação sindical como contributo para a transformação da sociedade, o que justifica a sua classificação como “sindicalismo revolucionário” de cariz político em conformidade com o sindicalismo praticado pela Intersindical, resultante da conceção teórica seguida, reforçado pela falta de outros meios de ação política por parte da Central e do próprio Partido Comunista Português (PCP), “relativamente isolados e bloqueados” (ibidem). Em relação à UGT, Castanheira (1985: 813) afirma que esta é uma central com “vocação reformista”, que aposta na concertação com o Governo e com as organizações patronais, traduzindo uma opção simultaneamente tática e estratégica, tendo em consideração a falta de outros instrumentos de ação sindical e a maior ou menor afinidade em relação aos que, em cada momento, conservam os mecanismos do poder político.

A valorização explícita da relação entre Sindicatos e Partidos políticos é feita pelo SINTAF (afeto à CGTP) e pelo SBN (afeto à UGT). No primeiro caso, são referidas claramente as melhores condições para influenciar a Sociedade, o Patronato, os Governos e o poder legislativo, decorrentes da filiação com a Central Sindical com uma marcada conotação política: “...*organizados numa organização deste tipo, temos mais força*”. Por sua vez, segundo o presidente do SBN, assumidamente militante e membro de um órgão nacional de um partido, procura influenciar os Partidos aquando dos momentos de debate, referindo que: “...*esta estrutura sindical tinha muita influência dentro do Partido e influenciava políticas*”. Nestes depoimentos constatam-se duas coisas: por um lado, o sindicalismo de classe da CGTP, que não descarta a combatividade e a luta política associada aos partidos, mas igualmente a perceção de que a linha entre a filiação partidária e a filiação sindical é ténue, sobretudo quando o líder sindical é igualmente líder partidário.

O jogo político aqui referido também é perceptível no exemplo dado por Castanheira (1985: 809), quando faz referência à participação casual de comunistas na UGT, quase limitada ao setor financeiro (sindicatos bancários e da indústria seguradora), mantida até que a CGTP e o PCP consigam definir uma estratégia definitiva para esta

“zona nevrálgica do sindicalismo moderno”, tendo em consideração a necessidade da Intersindical se afirmar no setor financeiro, deixando de estar relacionada ao estatuto menor de oposição no interior de sindicatos que são bastiões da UGT (ibidem).

Podemos enquadrar no segundo tipo de sindicalismo anteriormente referido por Hayward, mas com menos expressão na realidade portuguesa, a lógica do sindicalismo independente, que ao afastar-se dos partidos e aproximar-se do mercado, constitui um movimento necessariamente político em defesa dos interesses dos trabalhadores, representando-os de forma exclusiva.

3.2. Significado (s) do ser “independente”

Das entrevistas realizadas, parecem emergir entendimentos plurais do significado de independente. Por um lado, destacam-se as perspetivas dos Sindicatos afetos à UGT, que tendem a negar a noção “política” de independente dos “outros”. O representante do SBN revela a sua incapacidade para perceber a posição e o percurso dos independentes na política e nos Sindicatos, expondo situações erráticas e contraditórias no que diz respeito às suas posições. No mesmo sentido, o representante do SBC problematiza a noção de independência, afirmando que a UGT e a CGTP não são filiadas em Partidos e não entende o significado de sindicalismo independente, uma vez que ser sindicalista significa tomar opções, sendo portanto um contrassenso procurar Sindicatos independentes em termos políticos. Segundo este, apenas se pode falar de independência em relação a Partidos políticos, reconhecendo-se como militante partidário, num Sindicato onde identifica militantes de vários Partidos políticos.

O representante do SBSI também refere desconhecer o significado de sindicalismo independente, justificando a sua falta de entendimento sobre a independência de uma outra forma, distinta em relação ao presidente do SBC. O argumento é distinto, pois assume claramente que a CGTP está associada e conotada com o Partido Comunista Português e a UGT com o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, e uma vez que os Sindicatos estão integrados nestas Centrais Sindicais, questiona-se mesmo se neste contexto haverá realmente independentes. Respondendo diretamente à questão sobre a identificação de mais-valias nas relações dos Sindicatos com os Partidos políticos, o SBSI afirma que estas não existem, tal como também não existirão menos-valias. Considera então como fundamental que estas organizações sindicais e/ou os seus sindicalistas

assumam claramente as opções e posições políticas ou outras, para que as pessoas conheçam quem os dirige.

Como considera Santos (2004), há uma interdependência entre sindicatos e partidos, segundo a qual se percebe a importância da participação dos indivíduos de acordo com processos de identificação em relação a posições políticas, na democracia participativa, assegurando o desenvolvimento de formas de representação através de organizações como os sindicatos, na democracia representativa. Neste sentido, para Teague os sindicatos são porta-vozes que ligam interesses e associam exigências, permitindo na análise de Offe e Wieselthaler ultrapassar a mera “condição de indivíduos no confronto desigual com os empregadores no mercado de trabalho” (Offe e Wieselthaler *apud* Costa, 2005: 32).

Segundo Santos, existe um compromisso político dos sindicatos para com os trabalhadores e com o próprio sistema democrático, embora seja um compromisso problemático e complexo uma vez que os trabalhadores “menos cidadãos da sua empresa do que são do seu país, a democracia representativa é sempre para eles uma experiência limitada e frustrante” (Santos, 1995:137). A solução apontada por Costa terá que passar por complementar a democracia representativa com a democracia participativa, nos denominados “*espaço público*” (como movimento social) e “*espaço da produção*” (como representantes dos trabalhadores) (Costa, 2005:69).

Passando à noção “sindical” de independente de quem é filiado, o representante do SINTAF afirma a ausência de ligação deste Sindicato a Partidos, afirmando mesmo que os membros da sua direção pertencem aos Partidos que entenderem, registando a presença de pessoas que manifestam a sua filiação a Partidos dos vários quadrantes políticos, desde a esquerda à direita. O representante do SBSI afirma que não há qualquer relação entre este e os Partidos políticos, embora assuma que exista alguma dificuldade em operacionalizar a independência, tendo em consideração as conotações e associações subjacentes às várias Centrais Sindicais. O presidente do SBC não considera relevante a ligação aos Partidos, afirmando mesmo que esta é desnecessária: “*Não acho que seja importante estarem ligados a estruturas político-partidárias, nem têm que estar*”. Afirma que estas duas ligações não têm que ser mutuamente exclusivas, pois não são contraditórias, aceitando a combinação de papéis de dirigente sindical e dirigente político-partidário: “*não significa*

que no movimento sindical tenham que representar os interesses dos Partidos, pelo contrário”.

3.3. Ganhadores e perdedores

Ainda dentro da dimensão da relação entre os Sindicatos e os Partidos políticos, da categoria referente àqueles que ganham e perdem decorre a identificação de vantagens, assim como de influências mútuas ou ausência de influências. Sobre as *vantagens sindicais* evidencia-se que estas existem e podem ser subtraídas das várias formas de ligação entre estas duas formas de organização. O representante do SBN afirma a sua militância e pertença a um órgão nacional de um partido, sem reconhecer que esta ligação possa prejudicar o sindicalismo: *“Eu não acho que enfraqueça os Sindicatos”*. Considera mesmo que esta participação política constitui uma posição privilegiada para influenciar os Partidos em momentos de discussão. Dá o exemplo da sua participação como deputado na Assembleia da República, sem a qual talvez nunca tivesse sido ouvido. Neste sentido, considera que as possíveis ligações com os Partidos não enfraquecem necessariamente os Sindicatos, dando o exemplo da força destas organizações a seguir ao 25 de Abril, justificada com o facto de emergirem daqueles. Refere que eram os Partidos a criarem as listas para estarem presentes nos Sindicatos e nas Comissões de Trabalhadores como delegados sindicais: *“Esta estrutura sindical tinha muita influência dentro do Partido e influenciava políticas”*.

O presidente do SBSI indica que *“não há qualquer relação com os Partidos políticos”*, nem os sindicatos acatam *“regras que venham de qualquer Partido político ou de qualquer Governo”*. Delimita as relações do Sindicato à relação entre os trabalhadores e as entidades patronais, assim como àquelas que são estabelecidas com o Governo aquando dos momentos de formulação de projetos legislativos e com Partidos políticos ou grupos de interesses que podem condicionar a sua atividade. Admite o exercício simultâneo da atividade sindical com a atividade política, sem as misturar, embora reconheça que se serve da segunda para valorizar um conceito de sindicalismo e defender a importância da alteração de determinadas regras. O sindicalista afirma que os Partidos não enviam instruções para dentro dos Sindicatos, não havendo uma ligação entre si.

Em oposição às considerações que destacam a separação entre sindicatos e partidos, Castanheira (1985: 806) reconhece na CGTP a existência de *“pelo menos, uma*

tendência organizada: a tendência comunista”, claramente “maioritária” e presente “de uma forma organizada e disciplinada”, estando presente na sua Comissão Executiva uma célula partidária cuja atuação responde perante as regras e estatutos do partido, ou seja, face aos organismos e responsáveis deste partido para o movimento sindical. Na perspetiva do autor, na base e nas próprias empresas, verifica-se a tendência para uma autêntica “fusão entre partido e sindicato”, sendo problemático identificar a separação entre a secção sindical e a célula de empresa, tendo em consideração o profundo “estado de identificação em termos pessoais e políticos” (ibidem). Em relação à UGT, Castanheira (ibidem) refere que desde a sua origem, constituição dos vários órgãos observa o critério básico do acordo entre as duas tendências políticas presentes na sua génese, Partido Socialista (PS) e Partido Social Democrata (PSD), sendo esta regra quase universal, desde a Comissão Executiva até aos conselhos gerais da maior parte dos sindicatos federados.

Fazendo agora referência à perspetiva dos Sindicatos da esfera União de Sindicatos Independentes, sobre a subcategoria relacionada com as possíveis vantagens sindicais com a relação entre os Sindicatos e os Partidos, o representante do SIB afirma que “*os sindicatos que estão no seio dos Partidos políticos, nomeadamente na gestão, que estão agora no poder, acabam por tirar dividendos disso*”. Assim, desta perspetiva percebe-se o reconhecimento da importância da adaptabilidade, da qual dá o exemplo dos esforços no acordo com o Banco Comercial Português. Contudo, esta capacidade de negociação percebe-se limitada pela presença de sindicatos influenciados por Partidos políticos, que criam uma espécie de “feudos” com acesso a benesses, limitando nitidamente a participação dos independentes. Contudo, esta capacidade de negociação percebe-se limitada pela presença de sindicatos influenciados por partidos políticos, que criam uma espécie de “*feudos*” com acesso a benesses, limitando nitidamente a participação dos independentes. A constituição destes “feudos” permite uma melhor compreensão da afirmação de Santos (2004: 172): “*O fim das relações privilegiadas entre as organizações sindicais e os partidos é urgente e quanto mais tarde ocorrer pior para os sindicatos.*”

Por sua vez, o presidente do SNQTB salienta o facto dos independentes não terem assento nos órgãos com poder político, nomeadamente a Assembleia da República onde estão representados vários Partidos políticos, reconhecendo implicitamente a existência de ligações entre estes últimos e os Sindicatos. Utiliza uma alegoria para salientar esta relação

entre sindicatos e política ao afirmar que “...há sempre alguém que semeia, há sempre alguém que colhe!”, levando a concluir que os sindicatos obtiveram frutos desta influência política.

Em relação às *influências mútuas*, dentro da dimensão da relação entre Sindicatos e Partidos políticos, regista-se alguns dados transmitidos pelo presidente do SBC. Segundo este, não é importante que os Sindicatos estejam “*ligados a estruturas político-partidárias, nem têm que estar*”, aludindo mesmo ao facto de não perspetivar como contraditório o exercício simultâneo das funções de dirigente sindical e dirigente político-partidário: “*não significa que no movimento sindical tenham que representar os interesses dos partidos, pelo contrário, o movimento sindical tem exclusivamente que representar os direitos dos trabalhadores*”. Na mesma linha de argumentação, este entrevistado privilegiado do movimento sindical afirma que os Partidos e os Sindicatos têm prerrogativas distintas, sendo ambas as organizações essenciais para a manutenção do regime democrático, cabendo aos últimos a articulação entre si para cumprir o objetivo de representação dos trabalhadores.

Dá o exemplo da proximidade do SBC ao Partido Socialista e ao Partido Social Democrata, sem que esta tenha impedido a participação em greves de manifestação contra dos Governos. No mesmo sentido, reforça exemplificando com a participação da Central Sindical à qual pertence o seu Sindicato, a UGT, em várias greves e acordos, procurando demonstrar que o SBC não se encontra “arregimentado” a nenhum Partido. Vislumbra-se como eleito para representar uma classe, observando a necessidade daqueles que estão na sua posição discernirem claramente o seu papel de dirigente sindical, gerindo a possível conflitualidade e confusão de papéis com o de dirigente partidário. O mesmo entrevistado afirma que os Sindicatos podem exercer influência sobre o Governo, mas também podem ter de se conformar com as interferências externas exercidas sobre si: “*Acho que o assunto é recíproco. A questão é recíproca e isso tem-se verificado ao longo da história*”.

Esta reciprocidade permite o entendimento da classificação que Hyman (2001:36) faz do sindicalismo de classe como “paradoxo”, uma vez que os sindicatos considerados “atores de classe por vezes desempenham papéis muito diferentes, bem como sindicatos que rejeitam o princípio da oposição de classes fazem apelo ao fundamentalismo de classe”. Esta reciprocidade é também abordada por Castanheira (1985), quando analisa a presença da UGT como sindicato próximo do poder político e a descreve como resultado

da composição partidária do poder político e da própria Central, ou seja, mais do que uma opção ponderada. Contudo percebe-se que esta proximidade e ligação com o poder político trazem vantagens (benefícios, principalmente em situações de conforto económico e bloqueio de mecanismos sindicais tradicionais) e inconvenientes (redução do espaço de manobra dos sindicatos em relação ao Governo, risco de perda de independência, pela possibilidade de gerar fenómenos de proteção e até cumplicidade com a política governamental, que se agravam em situações de crise económica e de austeridade).

Em relação à *ausência de influências*, o coordenador do SINTAF afirmou que “*do ponto de vista doutrinário, cria-se a ideia de que os Sindicatos são correntes de partidos políticos*”, e embora reconheça que em alguns casos isso possa acontecer, na generalidade isso não se verifica. Desta forma, o representante do SINTAF admite não haver qualquer ligação com os Partidos, mas considera-se dependente desta filiação à Central Sindical, cujo Conselho Nacional é composto por militantes das bases dos partidos, ainda que não de forma organizada, o que se afigura como um contrassenso. O destaque dado a esta subcategoria pelo coordenador do SINTAF surge como uma espécie de justificação perante as constantes acusações de extensão sindical do Partido Comunista Português, que recaem sobre a CGTP, sobre quem se considera dependente ao nível da filiação. Esta espécie de jogo interpretativo entre a dependência em relação à condição de filiação de classe na CGTP, e a independência em relação a possíveis vantagens partidárias, transcreve o significado das redes de interação sob as quais fluem precisamente as influências. Pode mesmo questionar-se se não será esta filiação fortemente arraigada, admitida claramente como não independente em relação à CGTP, que funciona como veículo transmissor de um determinado ideário e lógicas de intervenção social.

3.4. O (não) assento no Conselho Económico e Social

Numa outra categoria, sobre a ausência de assento dos Sindicatos independentes no Conselho Económico e Social (CES), sobressai uma subcategoria constituída pela perspetiva dominante dos *insiders* (sindicatos filiados na CGTP e UGT) em que justificam a ausência dos Sindicatos independentes pelo seu défice de representatividade. O presidente do SBN questiona-se mesmo sobre as justificações para a sua participação na Concertação Social e acesso ao CES. Representam trabalhadores, portanto “*é uma questão democrática*”, mas “*não é o suficiente para que possam ter um lugar na Concertação Social*”. Quanto ao SBC remete a decisão para a participação dos independentes no CES

para Assembleia da República, afirma que não é da competência dos sindicatos e é uma questão de legislação. Contradiz-se ao afirmar que o acesso é determinado pelos partidos políticos depois de ouvidos os parceiros sociais.

Depois de transmitidas estas ideias sobre o enquadramento da acessibilidade à Concertação Social, o entrevistado sublinha a importância do “*critério da representatividade*”, já destacado também pelo entrevistado anterior, demonstrando a partilha da mesma perspetiva por parte de sindicalistas de Sindicatos filiados na mesma Central: “*Achamos que o critério de representatividade instituído em Portugal garante aos atuais responsáveis que têm assento na Comissão Permanente a devida representatividade dos setores que representam em Portugal*”. Sousa (2011: 20) considera a taxa de sindicalização como indicador de poder, de influência e de representatividade sindical, embora a maioria das organizações sindicais entendam erradamente que o secretismo e a omissão dessa informação, pode ser uma “prática social e sindicalmente aceitável em nome do superior interesse de privar os seus adversários na negociação, no diálogo e no conflito social de uma informação relevante.”

A prática generalizada da não divulgação dos dados sobre a sindicalização é negativa quer para os trabalhadores, quer para a “representação dos seus interesses nas relações coletivas de trabalho, nos processos de diálogo e concertação social e nos processos de formação das políticas públicas” (ibidem). Este tipo de prática é negativa para o desenvolvimento de uma “democracia saudável, responsável e transparente nas próprias associações sindicais”, que conceda dinamismo e abertura das suas práticas e relacionamentos sociais, políticos e institucionais (ibidem).

Por sua vez, o representante do SINTAF reconhece o significado e a importância da representatividade: “*Os Sindicatos independentes porventura não terão condições. Naturalmente, se forem representativos de um elevado número de pessoas que se equiparem a outras forças, também deverão ter*”. Ainda que com alguma subtileza, o entrevistado faz depender a participação na Concertação Social e no CES do “peso” do Sindicato, embora sublinhe que nem sempre as lógicas subjacentes funcionem a partir deste indicador.

No entanto, não surpreende, que por contraponto a uma visão dominante (veiculada pelos representantes das estruturas sindicais filiadas na CGTP e na UGT), surja uma visão minoritária dos *outsiders* (independentes), de onde sobressai a procura de

reconhecimento. O porta-voz do SIB, por exemplo, refere claramente que “O que falta é a vontade dos outros que já estão lá”, constituindo um “*feudo*”. “*É necessária a abertura das Centrais para que seja possível a entrada de mais uma, composta por independentes, a USI, ou outra se a sua representatividade o justificar, sob pareceres favoráveis de alterações legislativas.*” Quanto ao SNQTB, o representante deste Sindicato independente entende que o sindicalismo “*só precisa de reconhecimento*”, no sentido de poder vir a fazer parte do CES, o que não foi possível “*talvez exatamente porque não estão encostados a nenhum Partido*” realizando “*a ambição que os Sindicatos independentes têm de pertencerem a um órgão que é o Conselho Económico e Social e que, até hoje não conseguiram*”, o que iria contribuir para um maior poder do sindicalismo português. Na perspetiva deste responsável sindical, “*os Sindicatos independentes lutam com enormes dificuldades, nomeadamente financeiras, (...), mas fundamentalmente de reconhecimento*”, manifestando a convicção de que se fossem mais os sindicalizados maior seria a força das organizações sindicais.

Pode então, concluir-se que o funcionamento do CES e da Concertação Social, assim como o enquadramento legal português, fazem com que o sindicalismo contemporâneo permaneça demasiado dependente das influências político-partidárias, remetendo para um papel secundário o ator sindicato independente, conforme a primeira hipótese de trabalho formulada. A desfiliação em relação a espaços político-partidários hegemónicos compromete a participação política do sindicalismo independente, descredenciando a sua representação e a sua presença como parceiro, “*abafando*” a voz daqueles que empreendem formas alternativas de proteção dos trabalhadores e que poderiam contribuir para um reforço do poder sindical.

Todavia, sobressai a existência de uma concentração dos sindicalizados nas duas Centrais preponderantes, a CGTP e a UGT, “*que fazem tudo para serem os únicos senhores da Concertação Social*”, estando os restantes “*pulverizados*” pelas empresas, expondo o perfil crescentemente segmentado do mercado de trabalho. Ainda nesta perspetiva, cabe uma apreciação negativa em relação à lei: “*O Decreto-Lei 108/91 está mal feito*” pois estão presentes na Concertação Social “*entidades que não representam ninguém*”. É referido o debate atual sobre a recomposição sindical, de onde se considera fundamental resultar a proporcionalidade entre os representantes das entidades patronais e os dos trabalhadores, assim como é mencionada a necessidade de alterar a lei: “*Essa Lei*

tem que ser alterada com todas as veras da nossa alma, dê lá por onde der”, apesar da manifesta ausência de apoio por parte de qualquer dos partidos políticos, afirma o presidente do SNQTB.

3.2. O sindicalismo enquanto prestador de serviços

Uma vez analisada a dimensão da relação entre os Sindicatos e Partidos políticos, observa-se agora uma outra dimensão, referente ao sindicalismo como prestador de serviços. Trata-se, afinal, de uma dimensão inovadora da atividade sindical ou, se quisermos, que foge às concepções e funções tradicionais de sindicalismo e, portanto, oferece modelos alternativos de intervenção.

3.2.1. Áreas de prestação de serviços

Na categoria da área de prestação de serviços, mais especificamente no campo da saúde, o presidente do SBSI, refere que os *“Sindicatos já são prestadores de serviços”* e dá o exemplo dos Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) que atualmente *“presta serviço a outros Sindicatos”*, entendendo-se não acabar com este sistema *“e ainda bem porque tem um papel importante”* para a sociedade, onde se prestam serviços de saúde com vantagens para os associados. Neste âmbito da prestação de serviços na *área da saúde*, o representante do SIB refere que prestam *“muitos serviços de saúde”*, de apoio e lazer, sublinhando que *“os sindicatos bancários têm de facto o apoio na saúde que os outros não têm”*. Mais generalista, o presidente do SNQTB assume o sindicato como *“prestador de cuidados de saúde, criador e defensor do emprego”*.

Quanto à prestação de serviços na *área social*, que compreende o apoio à família, à infância e à terceira idade, o representante do SBC, considera que os sindicatos para crescerem, *“têm que realmente ir pela prestação de serviços, senão não crescem”*, dando resposta às necessidades das novas gerações, nomeadamente de acesso a um conjunto de bens de consumo e serviços, considerados essenciais, e que as organizações sindicais podem propiciar sem perder a sua identidade relacionada com a negociação coletiva. De uma forma geral é esta a ação dos Sindicatos, segundo o presidente do SBC, que também admite desconhecer qualquer Sindicato que seja exclusivamente prestador de serviços. O que significa que não se põe totalmente de lado (pelo menos entre os sindicatos filiados em

estruturas partidárias) as conceções de “sociedade” (sobretudo esta) e de “classe” da tipologia de Hyman (isto admitindo que a prestação de serviços se articula eventualmente melhor com a lógica de “mercado”).

Mas o mesmo interlocutor afirma ainda, que os sindicatos bancários tradicionais foram os pioneiros a ir ao encontro das expectativas dos trabalhadores, para além da dimensão da relação laboral, complementando a intervenção nesta área com outros serviços/“*benefícios sociais*”: “*na área do turismo e na área mais social do apoio às crianças, às famílias*”. De uma forma bastante genérica, sobre o apoio à família, à infância e à terceira idade, o representante do SNQTB salienta os esforços realizados para que os trabalhadores tenham um bom sistema de proteção social.

Numa outra subcategoria da prestação de serviços por parte do Sindicato, que engloba a *cultura, desporto e lazer*, o sindicalista entrevistado do SBN refere a promoção de um conjunto de atividades atrativas, como por exemplo os torneios de futsal, constituem uma fonte de motivação adicional para a filiação sindical. O Sindicato desenvolve também ateliês de pintura e ações de formação profissional, desligadas do SAMS, no contexto de uma “atividade muito intensa na área cultural, desportiva e recreativa”, que faz com que os sócios mantenham a sua ligação de associados. Na subcategoria da *formação profissional*, registam-se as respostas dos representantes dos dois Sindicatos afetos à USI. Da parte do SIB é referida a falta de “fundos para fazer formação” aos bancários quando é da responsabilidade dos bancos. O presidente do SIB refere que o Sindicato disponibiliza “*serviços de apoio e saúde*”, assim como “*viagens de lazer*”. Por sua vez, o SNQTB identifica a formação como uma das principais funções da Banca, num contexto de concorrência. Chega mesmo a afirmar que “*os Sindicatos deveriam ter Universidades*”, e isso justifica a sua estreita colaboração com Instituições do Ensino Superior, “*Por exemplo, o nosso curso de Relações Laborais*”.

É aqui que se abre o espaço para o sindicalismo de “movimento social” que Costa (2005:64) apelida de “emergente”, que se distingue do “*sindicalismo económico*” e do “*sindicalismo político*” (Scipes e Hirschsohn *apud* Costa, 2005: 64), em que o primeiro de limita à procura da satisfação dos interesses de bem-estar imediatos dos membros dos sindicatos, e o segundo se sujeita a um partido político ou ao Estado, “a quem os líderes sindicais manifestam lealdade (ibidem). Este “sindicalismo de movimento social” ultrapassa a «separação artificial entre política e economia» (ibidem). Como referiu

Seidman, o “sindicalismo de movimento social” é definido como a tentativa para melhorar os padrões de vida da classe trabalhadora como um todo, e não como ações para defender individualmente os interesses definidos dos membros dos sindicatos (Idem: 67).

Conforme a segunda hipótese colocada, o sindicalismo independente baseia a sua ação na reconfiguração das funções tradicionais dos sindicatos, propondo modelos alternativos de intervenção que refletem a abertura a uma concepção do sindicato como prestador de serviços. Esta é uma opção para operacionalizar estratégias de proteção dos trabalhadores, numa perspectiva transdisciplinar, para além do contexto das relações laborais, visando o seu bem-estar pessoal e profissional. Mesmo admitindo que a prestação/gestão de serviços não seja propriamente o *core business* do sindicato, contrariando a visão tradicional de sindicalismo como contrapoder e negociador do contrato coletivo, esta é sem dúvida uma das formas de captar mais sócios e aumentar a representatividade sindical.

3.2.2. Percepções sobre o SAMS

No âmbito da categoria relativa às percepções sobre o SAMS, mais precisamente quando se procura apreender o entendimento sobre a relação entre os dois elementos do binómio direitos *versus* prestação de serviços passíveis de decorrer dessa categoria, pode constatar-se que ambos são entendidos como interdependentes. O representante do SBC justifica a emergência do investimento crescente nos serviços com a afirmação do modelo norte-americano, muito focado na prestação de serviços e onde a força sindical é manifestamente reduzida. Contudo, da sua perspetiva percebe-se que este desvirtua a essência do sindicalismo: “*os Sindicatos para se chamarem Sindicatos têm de ter uma essência no seu pressuposto: defender através da negociação coletiva e de outras formas de organização os direitos dos trabalhadores. (...) Serviços não são direitos*”. Ainda segundo ele, o funcionamento do SAMS induz a prestação de serviços por parte dos Sindicatos: “*Mas continuam a ter sindicatos essencialmente defensores de direitos e de negociação coletiva. Uma coisa não é indissociável da outra. Só direitos, só prestação de serviços, não é um Sindicato*”. É entendida como fundamental a agremiação, associando as duas componentes, paralelamente ao que define como fundamental: a negociação coletiva. Em jeito de conclusão, o presidente do SBC afirma que os Sindicatos “*para crescer*

também têm que realmente ir pela prestação de serviços, senão não crescem”, sendo fundamental interiorizar a ideia de que *“a vida sindical não é só a oferta de serviços”*.

Opinião contrária defende o presidente do SNQTB, colocando especial ênfase na prestação de serviços, demonstrando o enquadramento numa estratégia que parece procurar compensar a ausência na Concertação Social e a reduzida capacidade representativa de negociação: *“Daí que nós tenhamos um conjunto de serviços que disponibilizamos aos nossos sócios e que nenhum outro sindicato possui”*. Este entrevistado faz referência aos vários tipos de serviços disponibilizados pelo SNQTB, nomeadamente, ao nível dos seguros, cuidados de saúde e serviços financeiros, aguardando a aprovação da constituição de um Banco do género do Montepio Geral. A prestação deste conjunto de serviços diferenciador é contextualizada pelos problemas decorrentes da relação com a direção dos outros Sindicatos e as dificuldades de coordenação da luta sindical. Conclui, afirmando que *“o sindicalismo de serviços é simultaneamente desejável e utópico. É desejável por todas as razões evidentes, e, é utópico na medida em que tira trabalho ao Estado. O principal inimigo do sindicalismo de serviços é o próprio Estado”*.

Como refere Costa (2005), as organizações sindicais enquanto organizações coletivas podem (re) equilibrar os poderes económicos e os poderes políticos da sociedade. Assim, perante a desvantagem no acesso aos recursos económicos, distribuídos de forma desigual, os sindicatos podem satisfazer os interesses dos trabalhadores e aumentar os seus direitos sociais de se mobilizarem em *«“intervenções políticas para modificar os processos de mercado e os critérios de distribuição”»* (Korpi *apud* Costa, 2005: 55).

Mas uma perceção completamente antagónica sobre o SAMS, designadamente centrada na recusa da gestão destes Serviços pelos Sindicatos, é veiculada pelo representante do SINTAF, certamente mais sintonizado com um “sindicalismo de classe”. Em seu entender, a gestão de tais serviços é dispensável e até contra a lei, pois anula o papel tradicional dos sindicatos enquanto contrapoder: *“É um abuso os Sindicatos fazerem dos serviços de saúde um apoio para a atividade sindical. (...) isto é mesmo ilegal”*. O mesmo representante considera que *“fazer ligação do SAMS com o sindicalismo, no mínimo é feio”*, esta ideia enraizada poderá ser fruto do SINTAF não ser proprietário do SAMS e utilizar o SAMS dos sindicatos filiados na UGT. Este argumento permite perceber a sua afirmação com a qual sublinha que o Sindicato *“privilegia a atividade sindical: o elevar da consciência de classe dos trabalhadores, interessar-nos-á a organização, a*

luta”, ainda que reconheça que é devido ao SAMS o elevado grau de sindicalização do setor bancário, resolvendo problemas de saúde à comunidade bancária. Contudo, a situação alterou-se pois regista o facto de atualmente existirem pessoas que se endividam através dos serviços de saúde dos bancários, *“quando têm o mesmo tipo de cuidados de saúde no sistema público.”* Refere que os trabalhadores sindicalizados no SINTAF são utilizadores e utentes do SAMS, defendendo que a gestão do SAMS deveria ser autónoma dos sindicatos e ser gerida por uma organização/associação dos trabalhadores bancários. Ou seja, no fundo denuncia-se o sistema mas aceita-se a coabitação com ele, desde que com uma nova forma de organização.

Na subcategoria oposta, onde se foca a importância do papel do SAMS, classificando-o como indispensável e podendo ser extensíveis a outros sindicatos, registam-se as referências do presidente do SBSI. Segundo ele, os *“sindicatos já são prestadores de serviços”*, sendo o SAMS uma forma de prestação de serviços alargada, pois já presta serviços a outros Sindicatos, resultando: *“da Contratação Coletiva e ao resultar da Contratação Coletiva nós recebemos contribuições obrigatórias (6,5% da entidade patronal e 1,5% dos trabalhadores), (...) para o SAMS abranger outros universos, as entidades patronais teriam de proceder ao mesmo tipo de descontos.”*

O que significa que não se põe de parte (pelo menos entre os sindicatos filiados em estruturas partidárias) as conceções de “sociedade” (especialmente esta) e de “classe” da tipologia de Hyman (isto admitindo que a prestação de serviços se articula eventualmente melhor com a lógica de “mercado”). O mesmo entrevistado considera que o SAMS é benéfico para o Estado ao diminuir os encargos da Segurança Social com a saúde e transferindo para o setor privado algumas responsabilidades públicas, assim: *“o SAMS aparece de uma determinada forma e entendeu-se nunca acabar com o SAMS e ainda bem porque tem um papel importante (...) não só para os bancários como para a sociedade em geral. Porque as cirurgias que nós fazemos aliviam o Serviço Nacional de Saúde”*.

Os serviços do SAMS podem, assim, ser igualmente vistos como um dinamizador da sindicalização, classificando-se como indispensáveis. A este respeito, o presidente do SIB afirmou que *“a maior parte da sindicalização existente deve-se ao SAMS. Sem estes serviços, seriam meros sindicatos para prestar apoio jurídico e apoiar a contratação”*. Na mesma perspetiva considera que as pessoas entendem que não tem de ser sindicalizados para obter os mesmos benefícios que os outros. É neste ponto que o entrevistado faz

referência ao papel dos meios para negociar, considerando-os como os serviços que representam um valor económico. Sem estes serviços, numa lógica de reciprocidade, “*os trabalhadores não se sindicalizavam*”. No que diz respeito ao SINTAF, o seu coordenador reforça aquilo que já havia referido, entendendo o SAMS como o espaço de entrada do sindicalismo no setor, isto é, como dinamizador inicial da sindicalização, afirmando que “*a sindicalização do setor bancário deve-se no fundamental ao SAMS, aos cuidados de Saúde, à prestação dos cuidados de Saúde*”. Num hipotético desaparecimento do SAMS, este ator privilegiado assume a possibilidade de mudanças, referindo que a “*percentagem dos associados não será nos mesmos moldes, naturalmente, tenderá a ser equiparada aos outros setores de atividade*”, sublinhando que neste caso os Sindicatos da UGT perderiam uma influência significativa.

Se o coordenador do SINTAF faz referência aos serviços do SAMS como dinamizador do sindicalismo, os três sindicatos afetos à UGT consideram-nos essenciais para a manutenção de associados. O presidente do SBN afirma mesmo que estes serviços são um “*fator essencial para manter os sócios*”, reconhecendo que a responsabilidade pela saída de muitos sócios deve ser imputada à comparticipação para com estes serviços e não tanto à atividade sindical. Na mesma linha de pensamento, o presidente do SBSI afirma que “*se o SAMS desaparecesse perder-se-ia um fator importante na fidelização de sócios*”, sendo este fundamental pelas vantagens proporcionados aos associados e à sociedade.

3.3.Especificidade do(s) sindicalismo (s) bancário gestão do SAMS

Na sequência do ponto anterior, quando se procuram interpretar as representações sobre a ligação entre o sindicalismo bancário e a especificidade da gestão do SAMS (uma nova dimensão que emergiu da investigação), pode identificar-se várias categorias relativas a correlações (de sentido favorável e desfavorável resultantes da relação entre cessação do SAMS e sindicalização, bem como a uma lógica concorrencial geradora de maiores comparticipações ou ainda à ascensão do sindicalismo independente na banca.

3.3.1. A correlação entre cessação do SAMS versus sindicalização na banca

Nesta categoria encontra-se, por um lado, uma correlação favorável, uma vez que se confirmam alguns dos indicadores já apreendidos e referidos na descrição das respostas às questões integradas na subcategoria sobre os serviços do SAMS como dinamizador da

sindicalização. Assim, o presidente do SBSI afirma que os Sindicatos dos bancários têm a componente da saúde que os torna mais atrativos em relação aos outros Sindicatos, sendo um fator importante na fidelização de sócios. O presidente do SBC considera o SAMS como a grande conquista dos Sindicatos Bancários em 1975, logo após o 25 de abril, que tem sido melhorada, difundida e diversificada em termos de oferta, fazendo com que as pessoas se revejam num sistema em que a condição de sócio tem associado o direito a um conjunto de benefícios. Na mesma linha de argumentação, o presidente do SBN afirma que os Sindicatos dos Bancários têm o SAMS como elemento que os torna mais atrativos que outros Sindicatos. No entanto, não perspectiva que o desaparecimento do SAMS consiga colocar em causa a existência dos Sindicatos, afirmando que a taxa de sindicalização no setor bancário é de noventa e tal por cento, ou seja, *“há uma cultura na Banca”* e *“as pessoas podem manter SAMS sem ser sócias do Sindicato”*. Mais uma vez, na correlação cessação do SAMS *versus* sindicalização na banca, pode referir-se que o coordenador do SINTAF apenas considera o papel destes serviços na origem e processo inicial de sindicalização do setor bancário. Os Sindicatos bancários denominados independentes, nomeadamente o SIB, sublinham o papel do SAMS como fator distintivo em relação a outros Sindicatos, proporcionando o apoio na saúde que outros não têm. Por sua vez, o SNQTB reconhece os Sindicatos do setor bancário pela sua preponderância motivada pelos serviços disponibilizados aos associados, baseados no maior acesso e disponibilidade de capital. Considera que o hipotético desaparecimento do SAMS não significaria também o desaparecimento dos Sindicatos, mas seria um grande prejuízo em termos de perda de sócios, nas suas palavras: *“Fazia muita moça, fazia...”*, *uma vez que é muito diferente ter ou não ter trabalhadores sindicalizados e a descontar.”*

Por outro lado, no quadro da observação de uma correlação desfavorável entre cessação do SAMS *versus* sindicalização na banca, podem identificar-se perceções distintas entre os próprios sindicatos da UGT, quando comparadas com aquelas que foram sistematizadas na subcategoria da correlação favorável. Segundo o presidente do SBC, o suposto fim do SAMS significaria um *“golpe de estado social no setor bancário”*, assim como acarretaria custos significativos para as entidades empregadoras. Chega mesmo a afirmar que estas seriam alvo de *“um colapso social de dimensões”* inimagináveis, entendendo este fim hipotético *“a única coisa que mobilizaria os bancários no sentido de travar uma guerra sem quartel contra as entidades empregadoras”*. Para o presidente do

SIB, responsabiliza o SAMS pela enorme diferença na taxa de sindicalização entre o setor bancário e outros setores. Sem estes serviços os Sindicatos eram simples espaços de prestação de apoio jurídico, sendo então fundamentais para as pessoas encontrarem benefícios que os distingam claramente daqueles que não são sindicalizados, pois se assim não acontecesse os trabalhadores não se sindicalizariam. Enquanto para o SNQTB, entende que apesar da importância do significado do SAMS, os Sindicatos sobreviveriam abalados ao seu hipotético desaparecimento.

Aqui pode verificar-se a terceira hipótese de trabalho formulada, no contexto da qual se afirma que o sindicalismo bancário se configura como uma exceção, onde vigora um regime de prestação de serviços, essencialmente na área da saúde como é exemplo o SAMS. São várias as referências de todos os entrevistados que atestam esta proposta, assim como a maior flexibilidade dos sindicatos bancários independentes, que diferem dos outros por beneficiarem os seus associados com uma maior participação na saúde.

3.3.1. Da lógica concorrencial geradora de maiores participações...

Ainda na mesma dimensão, onde se tem procurado analisar as representações sobre a ligação entre o sindicalismo bancário e a especificidade da gestão do SAMS, construiu-se uma categoria mais centrada na lógica concorrencial geradora de maiores participações para os beneficiários. Segundo o representante do SBSI, a concorrência ao nível das participações existe sobretudo na esfera da saúde, resultado dos processos históricos. Segundo este, enquanto os Sindicatos apelidados de independentes surgiram num período em que lhes foi possível captar sócios entre pessoas jovens, não tendo reformados, o SBSI já tinha uma quantidade de inativos, o que afeta o sistema de saúde. Também o presidente do SBN refere a maior flexibilidade concorrencial dos Sindicatos designados como independentes. Daí que sublinhe o fato do SNQTB e do SIB terem uma atividade muito forte na área da saúde, fazendo a partir daqui concorrência aos Sindicatos bancários verticais.

Aqui, mais uma vez se atesta a proposição contida na terceira hipótese de trabalho, na qual se afirma que os sindicatos bancários desenvolveram um sistema de prestação de serviços, sobretudo no campo da saúde, onde os sindicatos bancários independentes, se destacam dos outros por beneficiarem os seus associados com uma maior participação na saúde e acordos médicos com várias entidades privadas prestadoras de cuidados de saúde a nível nacional.

Talvez residam nestas “vantagens” as razões para as críticas do presidente do SBC, o qual afirma que os sindicatos independentes da banca foram criados no final dos anos oitenta, apresentando estruturas mais flexíveis e adaptáveis, capazes de se transformarem facilmente “*num mero escritório de participações, com negociações bilaterais ou multilaterais com prestadores de serviços*”. Para além desta vantagem é referida a potencialidade dos reduzidos custos fixos com pessoal, que permite a canalização de verbas para outras rubricas, por exemplo, no reforço das participações e/ou diversificação da oferta de serviços, aumentando a concorrência com os outros Sindicatos. A partir desta caracterização, o presidente do SBC lança um repto ao movimento sindical em geral, “*há que ser inovador, há que ser inteligente em cada momento*”, mas também uma crítica, defendendo a necessidade de “*perceber que a vida sindical não é só a oferta de serviços*”. Esta crítica evidente na identificação de uma necessidade vem ao encontro da perspetiva de Santos (2004: 175) segundo a qual, o sindicalismo tem que deixar de ser um simples prestador de serviços, tornando-se um “*dinamizador de espaços comunitários*”. A transformação com a promoção destas atividades sociais, segundo Santos (ibidem), problematiza o financiamento dos sindicatos associando-lhe uma nova acuidade, exigindo que o Estado transfira para as organizações sindicais os recursos necessários ao desempenho adequado daquelas, da mesma forma que fez em relação a outras instituições da sociedade civil (ibidem).

3.3.3. ... à ascensão do sindicalismo independente na banca

Como corolário da categoria anterior, sobre a lógica concorrencial que como se percebe potencia a participação, propõe-se uma outra onde se observa a ascensão e comportamento do sindicalismo independente na Banca. Na perspetiva do representante do SIB, não se pode falar de uma nítida ascensão na Banca, pois entende que existe uma estabilização. A sindicalização deixou de ser uma preocupação das pessoas, sendo esta dirigida para aquilo que são as circunstâncias individuais das suas vidas profissionais e pessoais. Exemplo disto é a redução consecutiva de trabalhadores e conseqüente diminuição de potenciais sócios: “*Não há uma perda efetiva de sócios, pois vão entrando outros por via da sua saída de outros sindicatos*”. Ainda para este entrevistado, face à crise, o valor do reembolso das despesas médicas fazem diferença no orçamento do associado. Continuando na subcategoria sobre o comportamento do sindicalismo

independente na Banca, o presidente do SNQTB considera que existe lugar para todos, afirmando-se cada vez mais o seu Sindicato como uma *“grande Pequena e Média Empresa”*, que o fortalece como organização sindical e perante o Patronato, permitindo-lhe interagir muito bem com as confederações patronais. Como já interpretado antes, este sindicalista entende o sindicalismo independente como *“mais maleável, mais flexível, mais dialogante”* quando comparado com qualquer outro tipo de sindicalismo. Assume-se como protagonista de um sindicalismo *“que não é exclusivamente laboral, sindical”*, confirmando a sua distinção dinâmica em relação àquele que é desenvolvido de forma vertical no âmbito das duas Centrais Sindicais existentes em Portugal.

Ainda nesta categoria referente à ascensão do sindicalismo independente na banca, vislumbram-se perceções positivas e negativas. Quanto às perceções positivas, o representante do SBC, apresentou uma reflexão extensa. Refere que este tipo de sindicalismo tem crescido na Banca, *“à custa dos que já existem, naturalmente”*, como já referido antes. A justificação para esta realidade não se encontra em nada de *“extraordinário”*, uma vez que reside no facto *“dos Sindicatos dos bancários verticais terem um peso muito grande na criação de serviços próprios”*, pelo que teriam que despedir aproximadamente 3000 trabalhadores, desistir do Hospital dos Bancários em Lisboa e fechar os postos clínicos no país, para poderem *“lutar com as mesmas armas”*. Redirecionando o seu discurso, para além da componente dos serviços disponibilizados pelos Sindicatos, o porta-voz do SBC sublinha que *“a vida sindical é uma vida de proximidade, de defesa dos trabalhadores, de participação”*, embora perceba a pressão economicista e individualista contemporânea: *“todos temos de fazer contas: se naturalmente um par de óculos ou de próteses fica mais barato num lado do que noutra, as pessoas têm todo o direito de fazer a sua opção. Num momento com tantos constrangimentos e com a terceira carga fiscal mais elevada de toda a Europa, naturalmente que os trabalhadores se tiverem uma opção de pouparem dinheiro ao final do mês, a opção é tomada”*.

Por outro lado, quanto às perceções negativas sobre a ascensão do sindicalismo independente na banca, os representantes do SBN, SINTAF e SBSI apresentam respostas incongruentes sobre o tema, assim como justificações ambíguas para o mesmo. O porta-voz do SBN faz referência à valorização do estatuto de independente, aludindo também à confusão que existe entre os independentes: *“as pessoas dizem todas que pertencem aos*

Quadros”. Segundo este, os bancários quando questionados sobre a sua filiação no SIB, poucos a reconheceram: grande parte dirá pertencer ao “*SAMS Quadros*” em vez de pertencer ao “*SAMS SIB*”. Refere que os Quadros criaram um espaço sindical para si, tendo mais tarde criado um Sindicato mais pequeno, o SIB, para aqueles que não são Quadros. Por sua vez, o coordenador do SINTAF afirmou não ter dados sobre a ascensão e motivos para esta neste tipo de sindicalismo. No entanto, admite que o seu crescimento esteja ligado “*eventualmente com a questão da saúde, com a redução da capacidade dos bancários de terem na plenitude direito à saúde*”. Considera ainda que estes não são verdadeiros sindicatos, sendo associações, dando como o exemplo do caso dos Quadros, a partir do qual é mencionado que aquando da angariação dos sócios é transmitido aos trabalhadores que farão parte do SAMS Quadros, induzindo que em algum aspeto os benefícios podem ser maiores, embora o entrevistado assumia não ser detentor de informação sobre o assunto. Por sua vez, o presidente do SBSI afirma que o universo do setor bancário é limitado, tendo vindo a decrescer a sua dimensão. Problematiza o conceito de Sindicato independente, assim como a sua ação sindical, afirmando mesmo que os Sindicatos denominados como independentes não realizam na prática atividade sindical, limitando-se a reproduzir a ação dos outros Sindicatos, nomeadamente na questão da negociação coletiva.

3.4. Há um verdadeiro sindicalismo independente?

Nesta dimensão final de análise aborda-se uma categoria composta por várias subcategorias, no sentido de questionar a existência de um sindicalismo verdadeiramente independente. Desta forma, inseridas na categoria que compreende a abordagem sobre as várias áreas da ambivalência entre sindicalismo empregador e defensor dos trabalhadores, foram focadas as subcategorias relacionadas com a contratação coletiva, a mediação de seguros, a própria criação de bancos e a ambivalência entre patrões e Sindicato.

No que diz respeito à contratação coletiva, o porta-voz do SBSI considera que os Sindicatos têm uma intervenção essencialmente política, pois procuram interferir e limitar as ações que possam ter repercussões negativas para aqueles que representam. De uma outra perspetiva, sublinha também a interferência política das organizações sindicais a jusante, tendo em consideração que condiciona a atividade política propriamente dita, protagonizada também por Sindicatos independentes, que sem esta ação seriam inúteis. No

entanto, apesar de reconhecer a ação política destes Sindicatos, assim como os seus esforços nas tentativas de negociação, atribui a total responsabilidade do trabalho sindical neste último sentido àqueles que estão ligados às duas Centrais Sindicais, CGTP e UGT. Simultaneamente entende que o papel dos Sindicatos independentes poderia ter sido “*extraordinário*” na sociedade portuguesa, “*se tivessem inovado na Contratação Coletiva*”, ou seja, apresentado uma Contratação Coletiva diferente, o que não se verificou, limitando-se a procurar reproduzir aquilo que já se fazia neste âmbito.

Noutra das subcategorias, relacionada com a mediação de seguros, pode constatar-se precisamente a procura de espaços de afirmação negocial do sindicalismo independente no setor bancário, a área dos serviços. A conquista destes espaços parece ser entendida como uma alternativa face à sua posição marginal na esfera da negociação. A mediação de seguros é assim a atividade através da qual se empreende o movimento de angariação de sócios e, logicamente, de obtenção de poder negocial. O representante do SNQTB dá exemplos da criação de serviços de mediação, por exemplo, na área dos serviços médicos, financeiros e de seguros, afirmando mesmo a propriedade de uma Mútua por parte do SNQTB. Na subcategoria sobre a criação de Bancos percebe-se mais um foco de tensão, já perceptível na anterior, associada ao facto dos Sindicatos poderem resvalar para uma outra dimensão que não aquela que justificou a sua criação e que deveria ser a sua essência, transformando-se numa organização com um perfil semelhante ao daquelas com as quais procuram negociar. É nesta perspetiva que o presidente do SBC entende que a possível criação de Bancos por parte dos Sindicatos seria “*um problema*”, uma vez que exigiria de patrões e trabalhadores ações e atividades idênticas.

Concretizando, o mesmo sindicalista considera que aquele empreendimento seria “*quase antiético do ponto de vista social*”, embora afirme também que “*se me perguntar numa questão muito linear se os Sindicatos também atuam como verdadeiras empresas, com certeza*”. Portanto, o referido “problema” de certa forma já existe, dando dois exemplos: “*o Sindicato dos Bancários de Sul e Ilhas tem 1.700 trabalhadores, tem acordos de empresa negociados com médicos, enfermeiros, empregados de escritório, trabalhadores da área do radiodiagnóstico e da terapia sendo evidentemente “uma máquina muito grande”*”; o Sindicato dos Bancários do Centro, presidido por si, tem 100 trabalhadores, sendo portanto ao mesmo tempo trabalhadores, sindicalistas e gestores. A justificação para este funcionamento semelhante ao de uma empresa surge numa das suas

respostas ao longo da entrevista: “*naturalmente que os Sindicatos têm de ter gente ao seu serviço, para propiciarem o trabalho administrativo, burocrático e da prestação de serviços que decidiram oferecer aos seus associados*”.

Ainda na resposta anterior, o mesmo sindicalista especificava o seu entendimento sobre a possível criação de Bancos pelos Sindicatos, demonstrando que existem áreas onde não compreende a presença destes últimos com o papel de Patronato: “*outra coisa é sermos concorrentes, na mesma área para a qual fomos criados, ou seja, um Sindicato dos Bancários criar por exemplo um Banco ou uma instituição financeira ou uma companhia de seguros, no fundo, está um pouco a desvirtuar, na minha opinião, aquilo que é o movimento sindical que é a essência da defesa dos direitos dos trabalhadores*”. Neste caso particular, o presidente do SBC entende que os Sindicatos estão a ser concorrenciais, “*somos simultaneamente sindicalistas e patrões*”, sobrepondo-se numa situação deste tipo, com toda a certeza, a função exercida pelo patrão. O representante do SIB, apesar de independente não partilha da mesma ideia do SNQTB e não aceita a possível criação de Bancos por parte dos Sindicatos, devido à situação de concorrência que se criaria. Expõe mesmo a ideia de que não seria uma situação agradável para a Banca, gerando-se “*conflitos e desrespeito*”. Vislumbra também o conflito de papéis, assim como a suspeição sobre os verdadeiros interesses e objetivos do movimento sindical: “*As entidades patronais vão dizer assim:- Estes indivíduos fazem-nos concorrência*”.

O desencontro de ideias em relação ao papel dos sindicatos ao nível económico e no seu protagonismo em atividades comerciais revela a faceta do sindicalismo independente bancário em relação às ligações político-partidárias e à dimensão ideológica do sindicalismo, embora evidencie, em contraponto, uma maior proximidade/permeabilidade à influência económica, conforme a proposta da quarta hipótese de trabalho. A aceitação por parte dos sindicatos independentes da participação na gestão de fundos de pensões, mediadoras de seguros e até na criação de bancos, à semelhança dos sindicatos nórdicos, é significativa desta influência apesar de não ser unânime.

Na observação sobre a ambivalência entre o patronato e o sindicato, empreendeu-se um exercício de interpretar as áreas da duplicidade de papéis da organização sindical, entre o sindicalismo empregador e aquele que faz a defesa dos trabalhadores.

Como reconhece o representante do SBN, a posição do Sindicato simultaneamente como patrão e empregado é exigente: *“às vezes isso é difícil! É muito difícil! (...) porque nós também somos patrões”*. Mas como tal *“não podemos fazer aquilo que a maioria dos patrões faz, que é: temos que reduzir custos, manda-se pessoal embora”*. A redução de custos é necessariamente feita através de uma análise criteriosa, onde a dispensa de trabalhadores não é considerada tornando a gestão da atividade bastante complicada. Admite que o Sindicato vai conseguindo gerir-se, também com bons e maus trabalhadores. Em relação à mesma subcategoria, o representante do SBSI considera necessária a mobilização de uma idêntica capacidade de gestão àquela que é aludida pelo SBN. Classifica o seu Sindicato *“um empregador generoso”* que procura sempre que possível *“replicar internamente”* aquilo que defende e protege para os seus representados. Para além deste compromisso, o mesmo sindicalista do SBSI refere que o Sindicato assume um outro que o sustenta *“temos que lutar em cada dia pela sustentabilidade das coisas que temos como empregadores, porque a última coisa que nós queremos era um dia não ter capacidade para manter o nível de empregabilidade que nós temos”*. Não perspetivando um dia em que possa ser necessário reduzir recursos humanos, sublinha a exigência de manter a capacidade de desempenhar o papel sindical na defesa dos associados, mas também de gerir todos os outros recursos com isenção, não misturando papéis.

Na perspetiva do SINTAF, a resposta positiva em relação à ambivalência entre o sindicalismo empregador e o defensor do trabalhador, afirma: *“eu acho que sim! Acho que não faz muito sentido! Os sindicatos têm uma função (a defesa do interesse dos trabalhadores, a luta pela evolução... dos direitos de cidadania (...))”* em que se denota um conflito de interesses *“agora, uns e outros, há interesses que chocam. O capital é insaciável, vai aumentando a exploração sempre que possa. Tem de haver organizações que resistam, que lutem, que evitem que isto aconteça. E que são os sindicatos.”*

Sobre o triângulo de classe, sociedade e mercado, mais especificamente em relação às ligações entre os atores sociais, políticos e económicos, regista-se o reconhecimento da importância dos sindicatos como atores sociais e políticos pelo presidente do SBSI, considera que ao fazerem a defesa dos trabalhadores, representam os *“mais fracos”*, intervindo assim politicamente nas sociedades em prol dos mais desfavorecidos. Com este argumento, retrata aquilo que Hermes Costa apelida de *“cliché”*

da associação dos sindicatos aos «“parentes pobres” das relações laborais» (Costa, 2005: 24). Prosseguindo, o mesmo sindicalista dá os exemplos das conquistas dos aumentos salários e alteração aos horários de trabalho, para sustentar a sua perspetiva sobre o significado da intervenção política dos sindicatos na sociedade, considerando-os como uma *“peça fundamental da democracia”*. O sindicato SNQTB, confirmando e reforçando as ideias já aqui referidas noutras dimensões, afirma que é *“contra a luta de classes”*, embora utilize repetidas vezes o conceito de classe para se referir aos bancários: *“tudo aquilo que sirva para melhorar a classe e unir a classe (unir a classe, friso bem!) é de certeza, um bom serviço que estamos a prestar à classe”*. No âmbito da luta sindical, o representante do SNQTB entende como recurso o combate contra aqueles que podem colocar em causa os direitos dos bancários, utilizando as mesmas armas que estes mas rejeitando veemente a sua instrumentalização. Para o representante deste sindicato, este poder de resistência só é efetiva se houver a sua evolução, valorização e auto transformação. Recorrendo a uma rápida digressão histórica, o representante do SNQTB faz o percurso entre os sindicatos comunistas e os sindicatos independentes, procurando justificar a necessidade de evolução e transformação.

O sindicalismo independente luta por reconhecimento, ainda que tal propósito esbarre, paradoxalmente ou não, na dificuldade decorrente da falta de apoio político partidário. No entanto, procura compensar essa falta de reconhecimento através do crescimento contínuo em associados e em património, aproximando-se assim, do *mercado*, de acordo com a tipologia de mercado defendida por Hyman. Com inspiração no sindicalismo nórdico, o sindicalismo independente procura seguir-lhe as pisadas, nomeadamente com a criação de um banco (mútua).

CONCLUSÃO

Da abordagem teórica ao tema aqui abordado, assim como através dos vários exercícios de observação, pode concluir-se que os sindicatos e os partidos políticos estão profundamente interligados, apesar dos primeiros negarem a influência dos segundos, classificando-se na globalidade como independentes. Desta forma, perspectiva-se que existe um discurso algumas vezes paradoxal, uma vez que, ao mesmo tempo que negam a influência partidária, assumindo-se como independentes, criticam a forma de fazer sindicalismo daqueles que se denominam como independentes. Assim, apesar da incontornável presença e crescimento dos sindicatos independentes em Portugal, o estudo mostrou que existe uma negação “política” da noção de “independente” por parte dos sindicatos filiados na CGTP e UGT.

A nítida tentativa de afastamento e desassociação em relação aos partidos, ou seja, de desligamento ideológico faz-se assim também de uma forma ideológica, na medida em que se quer produzir mecanismos de identificação apartidários. Isto mesmo é perceptível através das considerações sobre o facto de a conotação política ser prejudicial para a imagem do sindicato, assim como pelos indicadores de crise do sindicalismo tradicional ligados à própria crise económica e social e à consequente descrença em relação à classe política portuguesa. Não era expectável que a maioria dos dirigentes sindicais filiados nas principais centrais desvalorizasse as relações políticas em nome de uma suposta e genuína independência sindical. Daqui podem formular-se várias interrogações: Manter-se-á esta visão da relação entre sindicatos e partidos políticos predominantemente no sentido da desvalorização? Haverá a evolução dos partidos e dos sindicatos para fora do espaço ideológico, criando-se uma espécie de vazio de ideias, sobrepondo-se os valores do mercado? Pode ser o sindicalismo de movimento social, um sindicalismo emergente e uma realidade onde se consiga ultrapassar os limites históricos, construídos entre política e economia?

Recuperando esta última questão, recolheram-se vários indicadores sobre o facto de os sindicatos serem simultaneamente, além de atores sociais, também atores económicos e políticos, tornando-se a relação entre estas duas dimensões bastante complexa e contraditória. Esta complexidade e, por vezes, ligação antinómica pode ter construído vários marcos que demarcam a economia e a política, assim como potenciado o desenvolvimento da proximidade entre sindicatos e partidos políticos. Perante este perfil

dos sindicatos, sobressai a afirmação da necessidade premente de extinguir as relações privilegiadas entre estes e os partidos, embora a análise estruturada tenha demonstrado que esta separação implicará um processo exigente, demorado e nem sempre assumido, uma vez que a maioria dos dirigentes admite a existência de vantagens ou influências mútuas nesta relação. Apesar de se sublinhar a perspectiva de que o compromisso político dos sindicatos deve ser estabelecido com os trabalhadores e a própria democracia, são vários os exemplos da junção entre aqueles e os partidos, transformando-os em “correntes” suas.

A análise sobre a perceção dual em torno da relação partidos/sindicatos, mais particularmente sobre a sua valorização, feita a partir da análise dos discursos dos entrevistados, permitiu reconhecer que os sindicatos a admitem e reproduzem nas suas práticas, corroborando a perspectiva segundo a qual se considera que os sindicatos têm uma influência considerável na vida política, com o poder de influenciarem campanhas políticas (ainda que esta seja uma tradição mais arraigada no hemisfério americano) e exercerem pressão sobre os governos. Esta análise é reforçada no ponto sobre a identificação dos ganhadores/perdedores da relação entre sindicatos e partidos políticos, sobre a qual a maioria dos entrevistados (representantes do SBN, SBSI, SIB e SNQTB) reconhece várias vantagens sindicais, por oposição àqueles que expuseram opiniões diferentes, nomeadamente o entrevistado do SBC que referiu a existência de uma influência mútua e o representante do SINTAF que afirmou a ausência de influências.

Todos os sindicatos filiados na UGT não aceitaram, nem reconheceram sequer, a noção de “sindicalismo independente”, apresentando um discurso de incompreensão e de não-aceitação do conceito. Por sua vez, o SINTAF não reconhece qualquer tipo de mais-valias ao sindicalismo independente, menosprezando a sua capacidade de intervenção. Por isso, a ausência dos sindicatos independentes no Conselho Económico e Social, motivada pelo seu défice de representatividade, é aceite pelos *insiders*⁴. Em contraponto, os *outsiders* evidenciam a necessidade de reconhecimento dos pares e do Governo, sendo a luta pela presença no CES uma realidade na atualidade sindical portuguesa, bem expressa nas respostas dadas às questões das entrevistas.

A relutância na aceitação da noção de sindicatos bancários independentes constituiu um problema no momento da aplicação das entrevistas, pois dificultou e condicionou a aplicação de outras questões, uma vez que não era viável o desenvolvimento

⁴ Sindicatos bancários (SBN, SBC, SBSI e SINTAF) que tem representatividade no CES através das Centrais Sindicais UGT e CGTP/IN.

do tema. Os dirigentes sindicais, como a UGT e a CGTP-IN, ligados a estruturas político-partidárias, questionaram o significado de “independente”, e em alguns chegaram mesmo a afirmar-se também eles independentes. As questões sobre os sindicatos bancários independentes geraram controvérsias e uma certa obstinação nas respostas. No caso concreto do SBSI, o desconforto demonstrado pelo entrevistado sobre esta dimensão foi de tal forma explícito, que obrigou à reformulação das questões e à utilização continuada da expressão “sindicatos ditos independentes”, de forma a evitar constrangimentos. Apesar de não fazer parte das hipóteses de investigação, esta negação “política” de noção “independente” constitui sem dúvida uma das principais conclusões desta investigação. Desta forma, os resultados apresentados permitem caracterizar o sindicalismo contemporâneo e a relação dos sindicatos com os partidos políticos, a partir da qual se percebe a secundarização dos sindicatos independentes através do enquadramento legal português e da sua ausência de representatividade no CES, confirmando a primeira hipótese da investigação: o sindicalismo contemporâneo depende excessivamente do significado das influências político-partidárias, subalternizando o papel dos sindicatos independentes.

Por sua vez, também a segunda hipótese sobre o sindicalismo independente como prestador de serviços foi confirmada, reconhecendo-se como um movimento social emergente, através do qual os sindicatos disponibilizam um conjunto de serviços em diversas áreas, como a saúde, a social (serviços de apoio à família), a formação profissional e por último na área cultural, desporto e lazer. Conforme esta hipótese colocada, o sindicalismo independente baseia a sua ação numa reconfiguração das funções tradicionais dos sindicatos, propondo modelos alternativos de intervenção que refletem a abertura a uma conceção do sindicato como prestador de serviços. Esta prestação de serviços é mais destacada pelo sindicalismo independente, sendo este mais concorrencial no âmbito dos serviços prestados na área da saúde. Para além dos serviços no âmbito da saúde, destacam-se as referências àqueles que são prestados na área da formação profissional, conforme referido pelo SIB, mas também a formação superior, mencionada pelo SNQTB. Pode, assim, concluir-se que o sindicalismo independente no setor bancário expõe algumas especificidades, com raízes nórdicas, que colocam a ênfase na prestação de serviços aos seus membros e beneficiários, incidindo sobre os interesses, percursos e carreira dos trabalhadores. O conjunto de serviços é desenhado no sentido de melhorar os

padrões de vida da classe social trabalhadora, atestando a preponderância do referido sindicalismo de “movimento social”, não como força de contestação e bloqueio, mas como ator de negociação e consenso. Mesmo admitindo que a prestação/gestão de serviços não seja propriamente o *core business* do sindicato, contrariando a perspectiva tradicional de sindicalismo como contrapoder e negociador do contrato coletivo, esta é porventura uma das formas de captar mais sócios, aumentando a sua representatividade.

A maioria dos entrevistados quando questionados sobre onde se poderiam os sindicatos melhor se classificar enquanto atores de *classe* (que apostam no conflito), atores da *sociedade* (abrem a porta à negociação) ou atores *económicos* (que atuam no mercado numa lógica mais concorrencial/competitiva/quase empresarial, pediam-me que repetisse e não concordavam com a tradução (caso SNQTB) ou achavam que a ideia não estava bem explícita (SBN e SBSI e SINTAF) ficavam um pouco confusos como se tivessem de escolher entre uma das três. Depreendeu-se um distanciamento entre a teoria sindical e a prática, porque na gestão quotidiana do sindicato as decisões que tomam são face às necessidades e não têm de se ponderar se actuar como sindicatos de classe ou sociedade e mercado, podendo coexistir as três com maior ou menor grau. A exceção foi o presidente do SBC que respondeu sem qualquer dúvida ser um sindicato de sociedade.

Segundo a maioria das opiniões este sindicalismo “movimento social”, com ênfase na prestação de serviços, pode ser a razão do aumento das taxas sindicalização no sector da banca. Neste caso, o SAMS tem um papel indispensável e dinamizador da sindicalização e conseqüentemente é apresentado como um dos principais atrativos dos sindicatos bancários. Este regime de prestação de serviços, predominante na área da saúde dos sindicatos bancários, combate as desvantagens no acesso a recursos económicos, satisfazendo os interesses dos trabalhadores e modificando os processos de mercado e os critérios de distribuição. Neste sentido foi possível confirmar a terceira hipótese de trabalho, uma vez que o sindicalismo bancário configura-se como uma exceção ao sindicalismo em geral, vigorando o regime de prestação de serviços, em especial os de saúde assegurados pelo SAMS.

Identificaram-se algumas especificidades do/s sindicalismos bancários na gestão dos Serviços de Assistência Médico-Social, dimensão que emergiu da investigação. Uma das especificidades identificada concerne à existência de uma correlação favorável entre a associação do SAMS como dinamizador da sindicalização na banca, situação identificada e

realçada por todos os entrevistados. Conjuntamente a esta correlação, o SBC, SIB e o SNQTB, acrescentaram uma outra à anterior, desta vez no sentido desfavorável, uma vez que a extinção do SAMS criaria “...um colapso social de dimensões que nós não conseguimos imaginar! Seria talvez a única coisa que mobilizaria os bancários no sentido de travar uma guerra sem quartel contra as entidades empregadoras,...” (SBC) e ainda “...Se não existisse o SAMS e fôssemos meros sindicatos de dar apoio jurídico e fazer a contratação. As pessoas entendem que não tem de ter sindicalizados para obter os mesmos benefícios que os outros. (...) Os trabalhadores não se sindicalizavam.” (SIB), por último o SNQTB entende que não colocaria em perigo a existência dos sindicatos “Mas que fazia *mossa, faziam*” em relação à diminuição do número de sócios. Estas correlações sustentam mais uma vez a confirmação da terceira hipótese de trabalho.

Na dimensão de análise sobre a existência de um sindicalismo verdadeiramente independente, destaca-se o reconhecimento da existência de uma ambivalência entre o sindicalismo empregador e aquele que se centra na defesa dos trabalhadores. Neste ponto conclui-se a controvérsia entre os sindicatos a quem é reconhecida uma intervenção essencialmente política, e aqueles, os independentes, de quem se esperaria um contributo singular para sociedade portuguesa, com a proposta de inovações na contratação coletiva. Face a ampliação do poder negocial e conquista de representatividade por parte dos sindicatos independentes através dos serviços disponibilizados (médicos, financeiros e de seguros), emergem as observações críticas sobre a possibilidade destes resvalarem para uma outra dimensão que não aquela que justificou a sua criação e que deveria ser a sua essência, transformando-se numa organização com um perfil semelhante ao daquelas com as quais procuram negociar. Neste ponto irrompem mesmo questões éticas, que focam a transferência da porosidade do sindicalismo a ligações político-partidárias para outra mais suscetível a influências económicas. A abordagem sobre a organização sindical como entidade patronal reflete a complexidade e até os conflitos intrínsecos ao desempenho do papel de sindicato.

As discrepâncias das perspetivas em relação ao papel dos sindicatos ao nível económico revelam a fraca presença do sindicalismo independente bancário em relação às ligações político-partidárias e à dimensão ideológica do sindicalismo, embora evidenciem, em contraponto, uma maior proximidade/permeabilidade à influência económica, de acordo com a proposição da quarta hipótese de trabalho. A aceitação por parte dos

sindicatos independentes da participação na gestão de fundos de pensões, mediadoras de seguros e até na criação de bancos, à semelhança dos sindicatos nórdicos, é significativa desta influência.

O sindicalismo emergente vem confirmar a inexistência de um sindicalismo independente, revelando talvez o erro histórico da procura de algo impossível de construir socialmente. O sindicalismo, à semelhança de todos os fenómenos sociais, nasce enraizado a um conjunto de outros fenómenos e processos sociais. Depois de um período em que as orientações dos trabalhadores se centravam na esfera da produção, o sindicalismo independente, emergente, acompanha a alteração destas para outras esferas. É daqui que se percebe a crescente valorização da oferta de serviços, qualificando a defesa dos direitos dos trabalhadores, demonstrando a necessidade do sindicalismo não se vincular em exclusivo a nenhuma dimensão do social, político e/ou económico, em contextos de negociação e consenso. No contexto dos sindicatos denominados independentes, a defesa dos trabalhadores não se fará contra o mercado, mas com este, mobilizando as condições necessárias à satisfação dos seus interesses, para além dos estritamente económicos. Desta forma, os sindicatos independentes vêm conquistar um novo espaço, onde a suposta independência conduz necessariamente ao reposicionamento dos atores inscritos nas relações laborais, defendendo os interesses económicos de ambas as partes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Paulo Pereira. (2009) *O sindicato-empresa: uma nova via para o sindicalismo*. Lisboa: Bnomics.
- APB: Associação Portuguesa de Bancos (2012) “Estatísticas- Dados Anuais- Recursos Humanos – dados individuais- 2012 anual”
http://www.apb.pt/estudos_e_publicacoes/estatisticas [10 de julho de 2014].
- Boeri, Tito; Brugiavini, Agar; Calmfors, Lars. (2001) *The role of Unions in the Twenty-First Century*. Oxford: Oxford University Press.
- Burgess, Robert G. (1997) *A Pesquisa de Terreno. Uma introdução*. Oeiras: Celta.
- Castanheira, José Pedro (1985) “Os sindicatos e a vida política” in *Análise Social*. N.º 87-88-89, 801 – 818.
- Cerdeira, Maria Conceição; Rosa, Maria Teresa Serôdio (1992) “Políticas Sindicais”, in M. P. Lima et al. (orgs.), *A acção sindical e o desenvolvimento*. Lisboa: Salamandra, 79-100.
- Cerdeira, Maria Conceição (1997) *A evolução da sindicalização portuguesa de 1974 a 1995*. Lisboa: CICT - Centro de informação Científica e Técnica.
- CES: Conselho Económico e Social (2014) “Concertação Social - Atribuições”
<http://www.ces.pt/9> [03/09/2014].
- CGTP-IN: Confederação Geral Trabalhadores Portugueses “BTE nº 17,8/5/2012 Alteração dos Estatutos da CGTP” - http://www.cgtp.pt/images/stories/Estatutos_CGTP-IN_bte17_2012.pdf [03 novembro de 2013].
- CIES. (8-11 de setembro de 2008). *Novas vias para o Sindicalismo Independente*.
http://www.usi.pt/images/stories/comunicados/novas_vias_sindicalismo.pdf [9 de julho de 2014].
- Costa, Hermes Augusto (1994) “A construção do pacto social em Portugal” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 39, 119-146.
- Costa, Hermes Augusto (2005) *Sindicalismo Global ou Metáfora Adiada? Os discursos e as práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Coimbra: Universidade de Coimbra: Faculdade de Economia.
- Costa, Hermes Augusto (2008) *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Porto: Afrontamento.

- Costa, Hermes Augusto (2011) “Do enquadramento teórico do sindicalismo às respostas pragmáticas.” in Estanque, Elísio e Costa, Hermes *O sindicalismo português e a nova questão social: crise ou renovação?* (13-48). Coimbra: Almedina.
- Costa, Hermes (2011a). “O sindicalismo contemporâneo entre as tipologias e as formas de ação”. In *Estudos de Sociologia*, Araraquara. V.16. N.º 31, 447 – 474.
- Dias, Hugo (2011). *Sindicalismo de Movimento Social. Experiências de renovação da prática sindical*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Coimbra: Universidade de Coimbra: Faculdade de Economia.
- Dicionário da Língua Portuguesa (2009) *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Diz, Afonso (janeiro a setembro de 2008). SNQTB: “Independência e Muito Trabalho”. *Quadros da Banca Magazine nº 42*, 4-5.
- Diz, Afonso Pires (2009) “Em jeito de apresentação” in Paulo Pereira de Almeida. *O Sindicato-empresa: uma nova via para o Sindicalismo*. Lisboa: Bnomics.
- Ebbinghaus, Bernhard (1995) “The Siamese Twins: Citizenship Rights, Cleavage Formation, and Party-Union Relations in Western Europe”. *International Review of Social History* 40, supplement 3, 51-89.
- Esping-Andersen, Gosta (1993) *Changing Classes, stratification and mobility post-industrial societies*. Londres: Sage Publications Ltd.
- Estanque, Elísio (2002) "*O 'efeito classe média' - desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI*", Coimbra: CES- FEUC.
- Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto (2011) *O sindicalismo português e a nova questão social - crise ou renovação?* Coimbra: Almedina.
- Estanque, Elísio (2004) “Mudanças e Clivagens no Mundo do Trabalho” in Elísio Estanque, Leonardo Melo e Silva, Roberto Veras, António Casimiro Ferreira e Hermes Costa (orgs.) *Relações Laborais e Sindicalismo em mudança: Portugal, Brasil e o Contexto Transnacional*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Estanque, Elísio; Ferreira, António; Costa, Hermes; Lima, Teresa (2005) *Sindicalismo, Diálogo social e relações laborais; para o aprofundamento da democracia no trabalho*. Coimbra: CES.
- Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto (2011). *O sindicalismo português e a nova questão social - crise ou renovação?* Coimbra: Almedina.

- Estanque, Elísio (2011). “Trabalho, sindicalismo e acção colectiva: desafios no contexto de crise”. In Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto (orgs.) *O sindicalismo português e a nova questão social – crise ou renovação*. Coimbra: Almedina, 49 – 62.
- Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto (2012) “Trabalho, precariedade e movimentos sociolaborais”, in Sara F. Casaca (org.), *Mudanças laborais e relações de género: novos vetores de (des)igualdade*. Coimbra: Almedina, 165-198. Casaca, Sara Falcão (Coord.) (2012) *Mudanças Laborais e Relações de Género*. Coimbra: Edições Almedina.
- Estanque, Elísio (abril de 2013) “Crise, ameaças e desafio do sindicalismo”. *FEBASE - Federação dos Bancários e Seguros*, 1-6.
- Farnham, David; Pimlott, John (1995) *Understanding industrial relations*. Londres: Cassel.
- FEBASE: Federação dos Bancários e Seguros (2014) “Estatutos” http://conteudos.sibace.pt/sindical/estatutos_febase.pdf [03.09.2014].
- Ferreira, António Casimiro (2004) “Diálogo Social, notas de reflexão a partir da experiência europeia e portuguesa” in Elísio Estanque, Leonardo Melo e Silva, Roberto Veras, António Casimiro Ferreira e Hermes Costa (orgs.) *Relações Laborais e Sindicalismo em mudança: Portugal, Brasil e o Contexto Transnacional*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Ferreira, Caio M. M. (1996) “Crise e reforma do Estado: uma questão de cidadania e valorização do servidor” *Revista do Serviço Público. Ano 47 Volume 120 Número 3 Set-Dez 1996*, [http://www.bresserpereira.org.br/documents/MARE/Terceiros-Papers/96-Marini,Caio47\(3\).pdf](http://www.bresserpereira.org.br/documents/MARE/Terceiros-Papers/96-Marini,Caio47(3).pdf)
- Fonseca, Dora (2010) “Sindicalismo de Movimento Social em Portugal: Contributos da relação entre a CGTP e os Movimentos Sociais de Precários para a renovação do Sindicalismo Português”, *O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC*. Nº 4, 2010, 1-13. <http://cabodostrabalhos/ces.uc.pt/n4/ensaios.php>
- Freire, João (1993) *Sociologia do trabalho: uma introdução*. Porto: Afrontamento.
- Freire, João (1994) Prefácio. In Joana Ribeiro, *Visões do Sindicalismo: Trabalhadores e Dirigentes*. Lisboa: Cosmo.

- Freire, João (2001) *Sociologia do trabalho: uma Introdução*. Porto: Afrontamento.
- Gumbrell-McCormick, Rebecca; Hyman, Richard (2010) Trade unions politics and parties: is a new configuration, possible? *European Review of Labour and Research*, 315-331.
- Gumbrell-McCormick, Rebecca; Hyman, Richard (2013) *Trade Unions in Western Europe Hard times, hard choices*. Oxford: Oxford University Press.
- Harrod, Jeffrey; O'Brien, Robert (2002) *Global Unions? Theory and strategies of organized labour in the global economy*. Baskerville: Taylor and Francis books.
- Hyman, Richard (2001) *Understanding European trade unionism: between market, class and society*. Londres: Sage.
- Hyman, Richard; Grumbrell-McCormick, Rebeca (2010) "Trade unions politics and parties: is a new configuration, possible?" *European Review of Labour and Research*, 315-331.
- Kloosterboer, Dirk (2008) *Estratégias Sindicais Inovadoras*. Lisboa: Instituto Ruben Rolo ed.
- Lalanda, Piedade (1998) "Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica". *Análise Social*, XXXIII (148), 871-883.
- Lima, Marinús Pires (1991) "Relações de trabalho, estratégias sindicais e emprego (1974-90)", *Análise Social*, 114, 905-943.
- Lima, Marinús; Oliveira, José; Oliveira, Luísa; Cerdeira, Maria; Rosa, Maria Teresa; Alves, Paulo (1992) *A acção sindical e o desenvolvimento, uma intervenção sociológica em Setúbal*. Lisboa: Edições Salamandra.
- Lousã, Olinda (2009) *Do que temos ao que desejamos: um sindicato ideal é possível!?* Relatório de Projecto profissionalizante do Mestrado de Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo. Coimbra: Universidade de Coimbra: Faculdade de Economia.
- MacShane, Denis (2004) "Foreword" In Ronaldo Munck, *Labour and globalization Results and Prospects* (viii-xi). Liverpool: Liverpool University Press.
- Mendes, Isaura (janeiro- setembro de 2008). Curso de Especialização e Pós-Graduação em Sindicalismo e Relações Laborais. *Quadros da Banca Magazine n° 42* , 30-31.
- Monjardino, C. (Julho de 2014). Os Projectos sociais são uma enorme mais-valia. *Notícias do SAMS QUADROS* , 3.

- Moody, Kim (1997 a) “Towards an international social-movement unionis”. *New Left Review*. London: v225, 52-72.
- Moody, Kim (1997b) *Workers in a lean world: unions in the international economy*. London: Verso.
- Munck, Ronaldo (2000) “Labour and Globalisation: results and prospects” (review article), *Work, Employment & Society*, 14 (2), 385-393.
- Munck, Ronaldo (2002) *Globalisation and Labour – the new “Great Transformation”*. London: Zed Books.
- Munck, Ronaldo (2004) *Labour and globalization Results and Prospects*. Liverpool: Liverpool University Press.
- Nogueira, Arnaldo Mazzei (2007) *Teoria Geral da Administração para o século XXI*. São Paulo: Ática Universidade.
- Noronha, Mário (1993) *Sindicalismo - Que futuro?* Lisboa: Clássica Editora.
- Pannekoek, Anton (janeiro de 1936). *O Sindicalismo*. Obtido em fevereiro de 2014, de The Marxist Internet Archive.
- Proença, António T. (1995) *O Sindicalismo Independente*. Queluz. Edição do autor.
- Quivy, Raymond; Van Campenhoudt, Luc (2005) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reis, Felipa (2010) *Como elaborar uma Dissertação de Mestrado, Segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor- Edições.
- Républica, Assembleia (1975) Decreto-Lei nº 215-B/75. *Legislação*, Capítulo I.
- Ribeiro, Joana; Leitão, Nuno; Granjo, Paulo (1994) *Visões do Sindicalismo. Trabalhadores e dirigentes*. Lisboa: Edições Cosmo e Autores.
- Rocha, Francisco Canais (2011) “Resenha Histórica do movimento Operário e do movimento sindical português” in CGTP, *Contributos para a História do movimento Operário e Sindical: Das raízes até 1977*. Lisboa: CGTP-IN.
- Rosa, Maria Teresa Serôdio (1998) *Relações sociais de trabalho e sindicalismo operário em Setúbal*. Porto: Afrontamento.
- Saloio, Joaquim (janeiro a setembro de 2008) “Actividade do Conselho Geral 2007.” *Quadros da Banca Magazine nº 42*, 26.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995) “Teses para renovação do sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo”, *Vértice*, 68, 132-139.

- Santos, Boaventura de Sousa (2004) “Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal” in Elísio Estanque, Leonardo Melo e Silva, Roberto Veras, António Casimiro Ferreira e Hermes Costa (orgs.) *Relações Laborais e Sindicalismo em mudança: Portugal, Brasil e o Contexto Transnacional*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000) *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2005) “Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal” in Elísio Estanque, Leonardo Melo e Silva, Roberto Veras, António Casimiro Ferreira e Hermes Costa (orgs.) *Mudanças no trabalho e ação sindical: Brasil e Portugal no Contexto Transnacional*. São Paulo: Cortez Editora.
- Scipes, Kim (1992) “Understanding the new labor movements in the «Third World»: the emergence of social movement unionism”, *Critical Sociology*, 19 (2), 81-101.
- Scipes, Kim (2000) “Social movement unionism: a call for theoretical clarification”, *Labour Movements, Research Committe (RC) 44* (Dezembro) da Associação Internacional de Sociologia. Madrid: Universidad Complutense, 6.
- SBSI: Sindicato Bancários Sul e Ilhas “Relatório de Contas SAMS 2012” http://www.sbsi.pt/SAMS/Institucional/QuemSomos/Documents/RC_SAMS_2012_VF.pdf. [8 de julho de 2014].
- SGF: Sociedade Gestora de Fundos (2014) “Informação Corporativa, Governo da sociedade” <http://www.sgf.pt/index.php?id=74> [03 de setembro de 2014].
- Silva, Carlos (2011) O sindicalismo de proposição no sector bancário. In E. Estanque, & H. (. Costa, *O Sindicalismo Português e a nova questão social - Crise ou renovação* (pp. 73-82). Coimbra: Almedina.
- Silva, Manuel Carvalho (2007) *Trabalho e Sindicalismo em tempo de globalização, reflexões e propostas*. Mafra: Círculo de Leitores.
- Silva, Manuel Carvalho (2011). *Contributos para a História do movimento Operário e Sindical: Das raízes até 1977*. Lisboa: CGTP-IN.
- SINTAF: Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Financeira “Estatutos” <http://www.sintaf.pt/historico/2011/Estatutos%20-%20SINTAF/Sindicato%20Actividade%20Financeira-Estatutos.pdf> [04 de novembro de 2013].

- SNQTB: Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (julho de 2014) “Libervita Alcabideche”. *Notícias do SAMS QUADROS*, nº 5 , 7-10.
- SNQTB: Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários
<http://www.snqtb.pt/SNQTB/site/> [28 de agosto de 2014]
- Sousa, Henrique (2011) “Sindicalização: a vida por detrás das estatísticas (alguns problemas metodológicos)” (Working paper). Lisboa: FCSH Universidade Nova.
- STFPN (2005). “Decreto-Lei nº 215-B/75 de 30 de Abril”
http://www.stfpn.pt/arquivo/dl_215b_75.html . [8 de julho de 2014]
- UGT: União Geral de Trabalhadores (2013) “Boletim do Trabalho e Emprego, nº 29 de 08/08/2013” <http://www.ugt.pt> – <http://www.ugt.pt/Estatutos.pdf> [23 de janeiro de 2014].
- USI: União dos Sindicatos Independentes (2014) “Principios”
http://www.usi.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=18&Itemid=33
[09 de julho de 2014]
- USI: União dos Sindicatos Independentes (2014) “Filiados”
http://www.usi.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=19&Itemid=34
[09 de julho de 2014]

APÊNDICES

Apêndice A: Guião da entrevista:

Apresento o guião de entrevista que foram colocadas aos presidentes da direção dos seis principais sindicatos bancários existentes em Portugal.

A) Papel/lugar/funções do sindicalismo:

1. Qual lhe parece que é o lugar/papel do sindicalismo na sociedade?
2. Em que aspetos/dimensões podem hoje os sindicatos ser úteis?

B) O sindicalismo em questão (crise....):

3. Já não é de hoje que se fala em crise do sindicalismo. Concorda com a ideia? Se sim, quais os principais fatores (indicadores) da crise do sindicalismo?
4. Acha que efetivamente os sindicatos perderam poder? Se sim, por que é que isso aconteceu? E se perderam poder, perderam-no face a quê e a quem?
5. As alterações na legislação laboral, por exemplo, podem ser um fator de enfraquecimento ou são fatores como o individualismo que explicam algum afastamento dos sindicatos?
6. Acho que existe uma iliteracia sindical (desconhecimento e falta de interesse por parte da sociedade), o que poderia ser feito para mudar?

C) Revitalização/renovação [novo modelo de sindicalismo]

7. Tendo em conta a opinião geral de que os sindicatos precisam de renovação e rejuvenescimento, qual é a sua opinião?
8. Como lhe parece que pode ser feita essa revitalização?
9. Enquanto atores do mundo do trabalho, como acha que os sindicatos melhor se podem classificar: como atores de *classe* (que apostam no conflito), atores da *sociedade* (abrem a porta à negociação) ou atores *económicos* (que atuam no mercado numa lógica mais concorrencial/competitiva/quase empresarial)?

D) Relação com outras estruturas/entidades versus autonomia sindical

10. A relação de proximidade entre sindicatos e partidos políticos é frequentemente vista como sendo algo que enfraquece os sindicatos. Concorda que se trata efetivamente de uma fraqueza? Ou seja, na sua opinião é importante os sindicatos estarem ligados a estruturas político-partidárias ou não? Isso enfraquece os sindicatos ou não? Porquê?
11. Acha que um peso (porventura excessivo) das influências político-partidárias tem acabado por contribuir para uma secundarização do papel dos sindicatos independentes?

Isto é, o sindicalismo independente “sente-se” penalizado por essa menor ligação aos partidos?

12. Realisticamente, acha que os sindicatos podem exercer influência sobre o governo ou, pelo contrário, terão eles de conformar-se às influências externas que sobre eles se podem exercer?

13. Admitindo que os sindicatos podem exercer influência sobre governos, empresários ou na sociedade, em que condições melhor poderão fazê-lo: como atores de classe, de sociedade ou atores económicos?

14. Os sindicatos enquanto atores económicos e participantes na economia têm vantagens em relação aos sindicatos permeáveis a influências político-partidárias? Como é que acha que se pode classificar o papel do sindicalismo independente aí?

E) O papel “inovador” do sindicalismo independente

15. O que é que, do seu ponto de vista, pode ser considerada uma mais-valia associada ao sindicalismo independente?

16. Considera viável propor modelos alternativos de intervenção sindical, desde logo propondo uma conceção de sindicato enquanto prestador de serviços? Acha que isso pode ser generalizável em Portugal?

17. Não haverá aqui uma certa ambivalência entre um sindicalismo defensor dos trabalhadores e simultaneamente empregadores? Isto é, não estaremos perante uma substituição de uma permeabilidade às influências político-partidárias, por uma permeabilidade às influências económicas.

18. Será que é essa suposta ambivalência que explica que os sindicatos independentes não tenham acesso ao CES (Conselho Económico Social)? O que falta para os sindicatos independentes tenham acesso ao CES?

F) Sindicalismo bancário, sindicalismo bancário independente

19. No setor da banca (em que trabalha diretamente), considera que os desafios que se colocam ao sindicalismo são os mesmos ou são parecidos com os que se colocam no sindicalismo em geral e noutros setores?

20. Qual é, em seu entender, a principal preocupação dos sindicatos bancários?

21. Poderá dizer-se que os sindicatos independentes estão em ascensão na banca? Se sim, qual o principal motivo para isso?

22. Os sindicatos bancários têm algo que os torne mais atrativos?

23. Os sindicatos bancários são mais relevantes devido aos serviços médico-sociais que criaram. Se o SAMS desaparecer pode pôr em causa a existência dos sindicatos?
24. Mas até que ponto os sindicalismo independente (designadamente o sindicalismo bancário independente) sofre dos mesmos problema do sindalismo influenciado pelos partidos políticos? Digo isto pensando, por exemplo, pensando na rivalidade existente entre sindicatos bancários independentes...
25. Por que motivo as negociações são feitas em várias mesas? E os sindicatos não discutem
26. Entende que a sindicalização deveria ser obrigatória por lei?
27. Como prevê a conclusão da negociação do ACT que decorre atualmente? Acha que os sindicatos vão conseguir defender os direitos adquiridos dos trabalhadores ou o ACT será um documento histórico?
28. Será que no futuro existe lugar para os sindicatos geográficos? Ou terão inevitavelmente que se fundir?

APÊNDICE B - Análise de Conteúdo

Antes da apresentação dos Quadros de Análise de Conteúdo, apresentamos a legenda por cores diferenciadas das respectivas Confederações/União Sindicais e Siglas e bem como a identificação dos entrevistados por Sindicatos Bancários, que se adotou, de modo a facilitar a compreensão das várias dimensões analisadas.

Confederações/União Sindicais	Sindicatos Bancários Filiados	Identificação dos entrevistados enquanto Presidentes ou Coordenador Sindical
■ CGTP	SINTAF – Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Financeira	José Cabrita
■ UGT	SBN – Sindicato dos Bancários do Norte	Mário Mourão
	SBC – Sindicato dos Bancários do Centro	Carlos Silva
	SBSI - Sindicato dos Bancários do sul e Ilhas	Rui Riso
■ USI	SIB – Sindicato Independente da Banca	Fernando Fonseca
	SNQTB – Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários	Afonso Pires Diz

A título de nota, alertamos que em algumas unidades de contexto considerou-se necessário transcrever-se algumas questões da entrevistadora, como tal e de forma a diferenciar-se do discurso dos entrevistados, essas transcrições aparecem a *itálico*.

Dimensão	Categoria	Subcategoria	Unidades de contexto	Unidades de registo
<p>Relação sindicatos/parti dos políticos</p>	<p>Perceção geral dual dessa relação</p>	<p>Desvalorização da relação</p>	<p>SIB – “Mais-valia? A minha mais valia é mesmo ser independente. De poder, digamos, agora falando na minha pessoa. Ir falar com os colegas e de podermos tomar as decisões mais importantes para o sindicato sem estarmos dependentes de que venham um partido determinado, dizer que temos de escrever assim ou assado. Digamos somos senhores dos nossos destinos. Tem inconvenientes, tem inconvenientes. Digamos que essencialmente, é sentirmos isso na pele, não estarmos sujeitos a que venha aqui um partido dizer que temos de ser mais incentivos. Fazemos aquilo que entendemos que seja correto. Esta é a mais-valia!”</p> <p>SNQTB: “Nós somos Sindicatos, lutamos para que os nossos sócios tenham as melhores condições de vida, tenham as melhores condições sociais, e, possam com isso ter tantas regalias como as dos demais Sindicatos, sejam da UGT, sejam da CGTP.”</p> <p>“ É óbvio que só pode ter uma resposta: Não!”</p> <p>“Porque efetivamente e tem sido esse, se calhar, o nosso mal de continuarmos a acreditar que é possível fazer sindicalismo sem a ajuda dos partidos! E o contrário se calhar não é verdade: os Partidos é que precisam dos trabalhadores. Veja que são os trabalhadores que vão votar.”</p> <p>SBSI: “...no caso do Sindicato dos Bancários de Sul e Ilhas e dos Sindicatos enfim, quer do Norte, quer do Centro, e tudo isso, não há qualquer relação com os partidos</p>	<p>4</p>

			<p>políticos. É bom que nos entendamos!</p> <p>SBC: “E a verdade é que há um divórcio cada vez maior entre os cidadãos e tudo o que mexe que seja político, ou que seja considerado político, sejam partidos sejam sindicatos, e, os sindicatos aqui acabam por ser arrastados nesta voragem do tempo e da sociedade porque muitas vezes se confundem muitos dos seus dirigentes enquanto dirigentes políticos e enquanto dirigentes partidários. Eu acho que uma coisa são os partidos políticos, outra coisa são os sindicatos. Eu tenho dito muitas vezes na concertação social: aos partidos o que é dos partidos, aos sindicatos o que é dos sindicatos!”</p>	
		Valorização da relação	<p>SINTAF: “Na minha perspetiva não há mais-valia, pelo contrário, em torno de uma Central Sindical, neste caso a CGTP, portanto, organizados numa organização deste tipo, temos mais força, conseguimos criar melhores condições para influenciar a sociedade, o patronato, os Governos e o poder legislativo.”</p> <p>SBN: “Eu sou militante de um Partido e faço parte de um órgão nacional do Partido e tento influenciar os Partidos quando se faz essa discussão. (...) E esta estrutura sindical tinha muita influência dentro do Partido! E influenciava políticas!”</p>	2
			<p>SBN: “Eu sinceramente, isso dos independentes na política e nos Sindicatos, sinceramente nunca sei o que é isso! Nós temos pessoas que concorrem nas listas para ganhar eleições nos Sindicatos e quando se zangam nas tendências onde estão, tornam-se independentes para concorrer... Portanto, deixam de ser socialistas para ser</p>	

	<p>Significado (s) de “Independente”</p>	<p>Negação da noção “política” de independente dos “outros”</p>	<p>independentes, mas não saíram do Partido! Mas são independentes! Eu, isso nunca entendi bem!”</p> <p>SBC: “É uma questão de saber o que é o sindicalismo independente? (risos) O sindicalismo independente é aquele que não é filiado em lado nenhum. Ora a UGT não é filiada em nada. É uma Central Sindical, não está filiada em partido nenhum. A CGTP todos nós sabemos que também não está filiada em partido nenhum, é uma Confederação Sindical (...) Há uma central sindical que é independente e quando nós às vezes nos auto apelidamos de independentes é para dizermos que não temos nada a ver com partido nenhum. (...) É o facto de eu dizer que o meu sindicalismo é independente que me torna realmente independente? (...) Eu não sei o que é o sindicalismo independente! É quase um contrassenso, porque ser sindicalista é tomar opções, e quando se fala em independência só se for independente em relação a partidos políticos... (...) Eu sou independente em relação ao político-partidário! Sou militante de um partido mas dentro do meu sindicato há militantes de vários partidos políticos...”</p> <p>SBSI: “Eu não sei o que é o sindicalismo independente! (...) Independente de quê? Independente das Centrais Sindicais, é isso que querem dizer? Porque uma Central Sindical – a CGTP – está muito associada e conotada com o Partido Comunista e a outra Central está muito associada e conotada aos socialistas e aos sociais-democratas? Então e depois no meio disto há independentes? (...) Não há mais-valia nem menos-</p>	<p>3</p>
--	---	--	--	----------

			<p>valia! Os Sindicatos... Eu acho é que os Sindicatos devem assumir, ou as pessoas que estão nos Sindicatos devem assumir claramente as suas opções políticas ou outras para que toda a gente saiba quem os dirige!”</p>	
		<p>Afirmação da noção “sindical” de independente de quem é filiado</p>	<p>SINTAF: “Não temos ligação a partidos. Os membros da Direção do SINTAF (a nenhum foi perguntado se é membro de algum partido ou não) são membros dos partidos que entendem. Não há nenhuma ligação. Temos pessoas que publicamente dizem que são do CDS, outras dizem que são do PCP.(...) Não há nenhuma ligação entre uma coisa e outra...”</p> <p>SBSI: “(...) não há qualquer relação com os partidos políticos.”</p> <p>“O meu sindicalismo não é dependente! Aí há um conceito de se dizer que (existem em Portugal duas Centrais Sindicais e existe uma outra que não é Central Sindical que acho que não tem os papeis tratados, não tem não sei o quê e não sei que mais, a USI ou coisa que o valha) um Sindicato que não está filiado numa Central Sindical é um Sindicato independente. Ok! Independente de quê? Independente das Centrais Sindicais, é isso que querem dizer? Porque uma Central Sindical – a CGTP – está muito associada e conotada com o Partido Comunista e a outra Central está muito associada e conotada aos socialistas e aos sociais-democratas? Então e depois no meio disto há independentes”</p> <p>SBC: “Não acho que seja importante estarem ligados a estruturas político-partidárias, nem têm que estar. (...) coisa não tem que ser contraditória em relação à outra. (...) o</p>	<p>3</p>

			facto de muitos dirigentes sindicais serem simultaneamente dirigentes político-partidários, não significa que no movimento sindical tenham que representar os interesses dos partidos, pelo contrário...”	
	Ganhadores/ perdedores	Vantagens sindicais	<p>SBN: “Eu não acho que enfraqueça os Sindicatos. (...) Eu sou militante de um Partido e faço parte de um órgão nacional do Partido e tento influenciar os Partidos quando se faz essa discussão. Eu já fui deputado na Assembleia da República (...) se lá não estivesse provavelmente a minha voz nunca lá chegaria. (...) Portanto, eu acho que não enfraquece (...) Sindicatos foram fortes? Foram fortes logo a seguir à Revolução. Porquê? Porque os Sindicatos saíam dos próprios Partidos! Eram os próprios Partidos que criavam as suas listas, para que estivessem naquele Sindicato, naquela comissão de trabalhadores, como delegados sindicais. E esta estrutura sindical tinha muita influência dentro do Partido! E influenciava políticas!”</p> <p>SBSI: “Deixe-me dizer o seguinte: no caso do Sindicato dos Bancários de Sul e Ilhas e dos Sindicatos enfim, quer do Norte, quer do Centro, e tudo isso, não há qualquer relação com os partidos políticos. (...) Não, não há! Vamos ver, não há, nós não acatamos regras que venham de qualquer partido político ou de qualquer governo, seja de quem for! A nossa relação é estabelecermos a relação entre os trabalhadores e as entidades patronais. Ponto! Obviamente que também por vezes temos que ir estabelecer com o Governo quando o Governo está a pensar ou já a fazer leis que nos afetam diretamente. (...) ter relações com partidos políticos ou grupos de interesse que podem</p>	4

			<p>condicionar a sua atividade, ou seja, (...) ser governado em coligação entre socialistas e sociais-democratas, toda a gente sabe! Isto não quer dizer que nós dependamos dos partidos socialistas, não! (...) Eu sou o Presidente do Sindicato e tenho alguma atividade política, não misturo, antes pelo contrário, às vezes sirvo-me é do facto de ter atividade política para fazer valer o meu conceito de sindicalismo e até às vezes sublinhar a importância de ser alterada uma regra aqui ou acolá! (...) os partidos não emitem instruções para dentro dos Sindicatos, (...) nestes Sindicatos de que nós estamos a falar, e em quase todos os Sindicatos da UGT (aqueles que eu conheço, porque conheço mal os outros da CGTP), não há essa ligação...”</p> <p>SIB: “É assim, os sindicatos que estão no seio dos partidos políticos nomeadamente na gestão, que estão agora no poder, acabam por tirar dividendos disso, tentar concretizar. (...) E agora, e nos sindicatos temos de ir adaptando, não era aquilo que deveria ser feito, mas pronto, o Acordo Tripartido é que foi publicitado pelas aquelas entidades. Agora, o acordo com o BCP, nós tentamos. (...) Os sindicatos que lá estão influenciados por partidos políticos não abrem portas aos independentes, nem pensar! Porque querem o feudo para eles. Os sindicatos tentam, digamos, se estão filiados em partidos, na prática é como se fosse, tentam influenciar as pessoas que têm acesso dentro dos partidos no poder para obter acesso a determinadas benesses. Dos sindicatos, claro!”</p> <p>SNQTB: “Porque qualquer partido (e eles estão lá todos na Assembleia da Republica e</p>	
--	--	--	--	--

			nós não estamos, nós não estamos) há sempre alguém que semeia, há sempre alguém que colhe!”	
		Influências mútuas	<p>SBC: “Não acho que seja importante estarem ligados a estruturas político-partidárias, nem têm que estar. (...) coisa não tem que ser contraditória em relação à outra. (...) o facto de muitos dirigentes sindicais serem simultaneamente dirigentes político-partidários, não significa que no movimento sindical tenham que representar os interesses dos partidos, pelo contrário, o movimento sindical tem exclusivamente que representar os direitos dos trabalhadores. É aos trabalhadores que lhes cabe representar, devem articular-se da melhor forma entre si para atingirem este objetivo, e portanto, os partidos têm uma prerrogativa, os Sindicatos têm outra, e ambas as instituições são fundamentais para a existência do regime democrático. (...) <i>Sindicato dos Bancários do Centro e a FEBASE estão próximos do partido social, não é? Do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, sim... É verdade! (...) Mas isso não significa que não tenhamos já feito greves contra vários governos. É como a UGT, já fez greves e já fez acordos com os vários (...) Eu, no meu Sindicato, (...) Não estamos arregimentados a nenhum partido político, por isso é que eu digo: em cada momento as pessoas têm de saber discernir o que estão ali a fazer! (...) A minha opinião é de que estou eleito para representar uma classe. Se há pessoas (e há!) que deixam confundir essa dupla vestimenta, bem, isso é um problema de cada um... (...) Mas acha que os Sindicatos podem exercer influência sobre o Governo, ou, pelo contrário, terão que se conformar</i></p>	1

			às influências externas que sobre eles exercem (...) Acho que o assunto é recíproco. A questão é recíproca e isso tem-se verificado ao longo da história.	
		Ausência de influências	SINTAF: “Essa... Do ponto de vista doutrinário, cria-se a ideia de que os Sindicatos são correntes de partidos políticos. Pode ser que nalguns casos isso aconteça, mas na generalidade não é. <i>Então não há ligação?</i> Não. ... Somos um Sindicato da CGTP, somos um Sindicato que faz parte dos órgãos da CGTP, temos um membro no Conselho Nacional, reunimos sempre que os Sindicatos reúnem (ainda agora vamos ter uma reunião dia 26, 25) em termos nível nacional. Agora, nestas pessoas existem militantes das bases dos partidos? Existirão certamente. Agora, de forma organizada, não! (...) Nós no nosso não somos independentes, somos filiados na CGTP.”	1
	Sindicatos “independentes” sem assento do Conselho Económico e Social	Visão dominante dos insiders: Défice de representatividade de	SBN: “Não têm. Não estão na Concertação Social... (...) Porque é que hão de ter acesso ao CES? Eu não percebo porque é que hão de ter acesso ao CES! <i>Eles também representam trabalhadores, acho que é uma questão democrática!!!</i> Sim, mas representam trabalhadores, quantos trabalhadores? (...) não representam o que representa o Sindicato do Norte, o do Centro e o do Sul. (...) mas acho que não é o suficiente para que possam ter um lugar na Concertação Social. Não vejo porque é que têm de ter um lugar na Concertação Social. Há duas Centrais sindicais: a CGTP e a que eles têm, a Independente e não sei quê...” SBC: “É uma decisão da Assembleia da Republica. É uma decisão que não é do movimento sindical. É uma decisão do Parlamento mas também é bom, que tenhamos	3

			<p>consciência que o acesso ao Concelho Económico e Social é determinado pelos partidos políticos depois de ouvirem os parceiros sociais (...) julgo que o critério da representatividade, que está hoje tão em voga imposto pela <i>Troika</i> e que hoje, mesmo em Concertação Social levou a um recuo do governo por proposta da UGT em relação por exemplo à colocação das portarias de extensão que estava assente em critérios de representatividade e da proporcionalidade nós temos que perceber que tudo tem a ver com tudo e com a nova adaptação aos novos tempos. (...) Achamos que o critério de representatividade instituído em Portugal garante aos atuais responsáveis que têm assento na Comissão Permanente a devida representatividade dos setores que representam em Portugal.”</p> <p>SINTAF - - É uma matéria diferente, é uma matéria, que as Confederações e os Sindicatos têm acesso. Os Sindicatos independentes porventura não terão condições. Naturalmente, se forem representativos de um elevado número de pessoas que se equiparem a outras forças, também deverão ter (não estou a dizer que não tenham). Agora, se têm menos peso, naturalmente que...A.M. - <i>Acha que tem a ver com peso?</i></p> <p>J.C. - Julgo que sim! Mas nem tudo... as lógicas nem sempre funcionam e eu não estou em condições de esclarecer que esta é assim...</p>	
			<p>SIB - “O que falta é a vontade dos outros que já estão lá. Sempre que há alguém no governo, promessas do Durão barroso. Tem que haver uma abertura das outras Centrais, para que se possa introduzir mais uma, os independentes, só conheço a USI,</p>	

		<p>Visão minoritária dos outsiders: busca de reconhecimento</p>	<p>mas se houver outro escolhia-se o mais representativo e escolhia-se. Já lá estão duas, podiam entrar mais duas, como isto implica alteração legislativa, tinham de dar parecer favorável. Aquilo é um feudo! É preciso eles darem parecer favorável, a Assembleia da República.</p> <p>SNQTB: “Ora, o sindicalismo independente não precisa de nada, só precisa é de reconhecimento! E isso é tanto mais importante, tanto mais importante quanto maior é ao fim ao cabo a ambição que os Sindicatos independentes têm de pertencerem a um órgão que é o Conselho Económico e Social e que, até hoje não conseguiram! Talvez exatamente porque não estão encostados a nenhum Partido.”</p> <p>“Os Sindicatos independentes lutam com enormes dificuldades, nomeadamente financeiras, não só financeiras, mas fundamentalmente de reconhecimento. Porquê? Porque nós neste momento, temos a convicção que se fôssemos mais, tínhamos de certeza mais força, e, se for aos Registos do Ministério do Trabalho encontra lá à volta de quatrocentos e poucos Sindicatos, simplesmente ativos, isto é, a lutar no terreno só estão cerca de 80 na CGTP, cerca de 40 e picos na UGT, os restantes estão disseminados ou espalhados por empresas.”</p> <p>“Aparentemente somos todos bons amigos, etc., etc. Mas na prática, nós sabemos que a UGT sobretudo, e a CGTP um pouco mais, fazem tudo para serem os únicos senhores da Concertação Social.”</p> <p>“Nós achamos é que, a Lei está mal feita! O Decreto-Lei 108/91 está mal feito! Está</p>	<p>2</p>
--	--	--	--	----------

			<p>mal feito e daí, estão lá entidades que não representam ninguém. Ora, numa altura em que se fala na recomposição sindical, não passa pela cabeça de ninguém que não haja uma proporcionalidade entre os representantes das entidades patronais e os representantes dos trabalhadores. Portanto, nós temos que alterar essa Lei. Essa Lei tem que ser alterada com todas as veras da nossa alma, dê lá por onde der! Nós precisamos de alterar essa Lei, portanto, se não conseguirmos alterar essa Lei, andaremos mais 14 ou 15 anos a patinar, porque não temos amigos à altura.” “E é verdade que nós não temos neste momento nenhum partido político que declaradamente nos apoie. Está a ver? Não temos, nenhum partido político que declaradamente nos apoie. Ahh! Mas vocês têm o CDS, o PSD, mas o que é que eles fazem? Assobiam para o ar.”</p>	
	<p>Áreas de prestação de serviços</p>	<p>Saúde</p>	<p>SBSI: “Os Sindicatos já são prestadores de serviços! (...) O SAMS ... O conceito da prestação de serviços, hoje já presta serviço a outros Sindicatos... (...) SAMS aparece de uma determinada forma e entendeu-se nunca acabar com o SAMS e ainda bem porque tem um papel importante (...) nossos SAMS não vão desaparecer. (...) onde vou prestar serviços de Saúde, com certeza com vantagens para os nossos associados.”</p> <p>SIB: “Nós aqui temos, prestamos muitos serviços de saúde, de apoio e depois ainda criamos viagens de lazer... (...) Os sindicatos bancários têm de facto o apoio na saúde que os outros não têm.</p> <p>SNQTB: “ Prestador de Saúde, de cuidados, criadores de emprego, defensores do emprego...”</p>	<p>3</p>

<p>Sindicalismo prestador de serviços</p>	<p>Social (apoio à família, creches e lares de idosos)</p>	<p>SBC: “Eu acho que os Sindicatos, para crescer também têm que realmente ir pela prestação de serviços, senão não crescem. E nós hoje temos que perceber que as pessoas, as novas gerações têm outras ansiedades, têm outras necessidades, (...) têm necessidade de terem acesso a um conjunto de bens de consumo, de bens essenciais que lhes fazem falta e que estas organizações sem perder esta identidade de negociação coletiva podem propiciar. E é isso que os Sindicatos hoje em dia de uma forma geral fazem. Não conheço nenhum Sindicato em Portugal, não conheço, exclusivamente prestador de serviços, isso não conheço!</p> <p>(...) Sindicatos dos Bancários tradicionais (...) Foram os pioneiros a ir ao encontro das expectativas dos trabalhadores não apenas na parte laboral, mas também na parte complementar de serviços, de benefícios sociais – fosse nas viagens, fosse no turismo, fosse na área mais social do apoio às crianças, às famílias...”</p> <p>SNQTB: “Nós lutamos para que os trabalhadores tenham um bom sistema de proteção social.”</p>	<p>2</p>
	<p>Cultura, desporto e lazer</p>	<p>SBN: “Nós, o Sindicato, temos muitas atividades que fazem com que as pessoas se inscrevam no Sindicato, por exemplo, hoje há muitos jovens a fazer futebol de salão e para participar nos torneios dos Sindicatos (...) inscrevem-se como sócios! Ateliês de pintura, formação profissional, que não tem nada a ver com os SAMS, tem a ver com a atividade do Sindicato. Nós temos uma atividade muito intensa na área cultural, desportiva e recreativa que também faz com que os sócios se mantenham no</p>	<p>1</p>

			Sindicato...”	
		Formação profissional	<p>SIB: “...serviços de saúde, de apoio e depois ainda criamos viagens de lazer... (...) Ou recebem fundos para fazer formação ou fazer formação com fundos próprios...”</p> <p>SNQTB: “...uma das funções mais importantes (quicá a mais importante) da Banca é exatamente a formação. Ora, se não houver formação como é que nós vamos deixar que os nossos detratores (sem querer antagonizar ninguém) passem à ofensiva?” “...os Sindicatos deviam ter Universidades! E daí, a nossa colaboração com a Universidade.”</p>	2
	Percepções Sobre o SAMS	Direitos versus prestações de serviços	<p>SBC: – “Eu sei que é uma conceção muito norte-americana. Os americanos têm pouca força sindical e têm muita prestação de serviços. Eu acho que os Sindicatos para se chamarem Sindicatos têm de ter uma essência no seu pressuposto: defender através da negociação coletiva e de outras formas de organização os direitos dos trabalhadores. Direitos! Serviços não são direitos! <i>Os Bancários a partir do momento que têm o SAMS também acabam por ser prestadores de serviços...</i> Com certeza. Mas continuam a ter sindicatos essencialmente defensores de direitos e de negociação coletiva. Uma coisa não é indissociável da outra. Só direitos, só prestação de serviços, não é um Sindicato. É uma agremiação, uma associação, chamem-lhe o que quiserem. Mas se continuar a ter (se tiver) negociação coletiva, para mim isso é fundamental. Eu acho que os Sindicatos, para crescer também têm que realmente ir pela prestação de serviços, senão não crescem. Hoje é diferente! (...) há que ser inteligente em cada momento e perceber que a vida sindical não é só a oferta de serviços.”</p>	2

			<p>SNQTB: “Daí que nós tenhamos um conjunto de serviços que disponibilizamos aos nossos sócios e que nenhum outro sindicato possui. Vou-lhe dar só um exemplo: serviços médicos é um, serviços económicos (empréstimos) é outro, serviços ao fim e ao cabo que têm a ver com mutualizações, com seguros (temos uma Mútua, como sabe!) estamos à espera que seja aprovado o nosso (Grémio) Montepio (chamemos-lhe assim, para que as coisas fiquem claras e objetivas) e estamos ao fim e ao cabo, no meio disto tudo com problemas que têm a ver fundamentalmente com a direção dos outros Sindicatos, que é coordenar a luta sindical com os demais Sindicatos. “</p> <p>“O sindicalismo de serviços é simultaneamente desejável e utópico! É desejável por todas as razões evidentes e é utópico na medida em que tira trabalho ao Estado! O principal inimigo do sindicalismo de serviços é o próprio Estado.”</p>	
		<p>Recusa da gestão do SAMS pelos sindicatos [SAMS dispensável]</p>	<p>SINTAF: “O SINTAF neste caso privilegia a atividade sindical: o elevar da consciência de classe dos trabalhadores, interessar-nos-á a organização, a luta... (...) sindicalização do setor bancário deve-se no fundamental ao SAMS (...) que resolveu problemas de Saúde à comunidade bancária, (...) Hoje, temos exemplos de pessoas que estão a endividar-se para toda a vida recorrendo aos Serviços de Saúde dos bancários, quando têm o mesmo tipo de cuidados de Saúde no sistema público. “</p> <p>“Os trabalhadores sindicalizados no SINTAF são utilizadores e são utentes do SAMS. O SAMS é uma organização dos trabalhadores bancários. É um abuso os Sindicatos</p>	<p>1</p>

			<p>fazerem dos serviços de Saúde um apoio para a atividade sindical. É um abuso, eu acho até mesmo, que isto é mesmo ilegal! É uma ideia que está enraizada e que não vai ser fácil de combater e de fazer com que isto não aconteça assim. Porque fazer ligação do SAMS com o sindicalismo, é no mínimo, no mínimo é feio! (...) <i>É porque os Sindicatos são os detentores do SAMS. Não são! O SAMS é propriedade dos beneficiários bancários.</i>”</p>	
		<p>Papel importante para a sociedade [SAMS indispensável]</p>	<p>SBSI: “Os Sindicatos já são prestadores de serviços! (...) O SAMS ... O conceito da prestação de serviços, hoje já presta serviço a outros Sindicatos...O conceito não é esse. O SAMS resulta da Contratação Coletiva e ao resultar da Contratação Coletiva nós recebemos contribuições obrigatórias (6 e ½ da entidade patronal e 1 e ½ dos trabalhadores), e, para o SAMS abranger outros universos, as entidades patronais teriam de proceder ao mesmo tipo de descontos... <i>O que também não é possível por causa da Segurança Social, não é?</i> Não, ser possível é! Nós também temos Segurança Social, não é possível porquê? Isto tem história, o SAMS aparece de uma determinada forma e entendeu-se nunca acabar com o SAMS e ainda bem porque tem um papel importante (também já agora, não só nós particularmente pela capacidade prestadora que nós temos) não só para os bancários como para a sociedade em geral. Porque as cirurgias que nós fazemos aliviam o Serviço Nacional de Saúde. Nós fazemos mais de 20 000 cirurgias por ano, no nosso hospital, agora imagine o que eram mais 20 000 cirurgias (e algumas delas das 20 000, se calhar 7 ou 8 ou 9 ou 10 000 são cirurgias</p>	<p>1</p>

			pesadas, como se chama, não é?) ”	
		<p>Dinamizador da sindicalização [SAMS indispensável]</p>	<p>SIB: “... temos 80% de sindicalização, os outros sindicatos tem 20% e esta diferença, porque só existe esta diferença porque existe o SAMS. Se não existisse o SAMS e fôssemos meros sindicatos de dar apoio jurídico e fazer a contratação. As pessoas entendem que não tem de ter sindicalizados para obter os mesmos benefícios que os outros. Para podermos negociar tem de haver meios para o fazer, esse serviço custa dinheiro, não vamos por aí. Os trabalhadores não se sindicalizavam.”</p> <p>SINTAF: “A sindicalização do setor bancário deve-se no fundamental ao SAMS, aos cuidados de Saúde, à prestação dos cuidados de Saúde.</p> <p>SBN: “ (...) um fator essencial para manter os sócios é aquilo que hoje faz sair muitos dos sócios: é as participações dos SAMS! Não tanto a atividade sindical. Isto é um problema que nós temos!”</p> <p>SBSI: “Se o SAMS desaparecesse perder-se-ia com certeza um factor importante na fidelização de sócios, só posso dizer isso assim.”</p> <p>SBSI – “Não sei, não sei! Se o SAMS desaparecesse perder-se-ia com certeza um factor importante na fidelização de sócios, só posso dizer isso assim. (...) se quer saber, os nossos SAMS não vão desaparecer. Eu não vou fechar o Hospital e o Centro Clínico. Eu vou ter sempre o Hospital e o Centro Clínico, onde vou prestar serviços de Saúde, com certeza com vantagens para os nossos associados.</p> <p>SINTAF – “Não me parece! Agora pode haver é mudança, quer dizer, a percentagem</p>	4

			dos associados não será nos mesmos moldes, naturalmente, tenderá a ser equiparada aos outros setores de atividade e se calhar a UGT perderia aqui influência significativa.	
Especificidade do(s) sindicalismo (s) bancário gestão do SAMS	Correlação cessação do SAMS versus sindicalização na banca	Correlação favorável	<p>SBSI: “<i>Os Sindicatos dos bancários têm algo que os torne mais atrativos em relação aos outros Sindicatos?</i> Sim, têm, nomeadamente a Saúde. (...) um fator importante na fidelização de sócios, só posso dizer isso assim. (...) Centro Clínico, onde vou prestar serviços de Saúde, com certeza com vantagens para os nossos associados.”</p> <p>SBC: “Tem exatamente o Serviço de Assistência Médico-Social! Os SAMS são a grande conquista dos Sindicatos Bancários em 1975, logo após o 25 de abril, e portanto, essa conquista tem sido melhorada, tem sido difundida, diversificada em termos de oferta e naturalmente, que as pessoas se reveem num sistema em que ser sócio simultaneamente tem direito a um conjunto de benefícios.”</p> <p>SBN- “<i>Os Sindicatos dos Bancários têm algo que os torne mais atrativos em relação aos outros Sindicatos?</i> Acho que têm! Em Portugal têm os SAMS.”</p> <p>“<i>Se o SAMS desaparecer pode por em causa a existência dos Sindicatos?</i> Hum, não, eu julgo que não, eu julgo que não.... (...) A taxa de sindicalização no setor bancário é de noventa e tal por cento, pronto! Eu acho que há uma cultura na Banca (...) Eu acho que não afetar, veja: as pessoas podem manter SAMS sem ser sócias do Sindicato...”</p> <p>SINTAF – “A sindicalização do setor bancário deve-se no fundamental ao SAMS, aos cuidados de Saúde, à prestação dos cuidados de Saúde.”</p> <p>SIB – “<i>Os sindicatos bancários têm algo que os torne mais atrativos?</i> Tem. Os</p>	6

			<p>sindicatos bancários têm de facto o apoio na saúde que os outros não têm.”</p> <p>SNQTB: “Nós somos os mais preponderantes por causa disso (<i>serviços</i>). Temos mais dinheiro, temos mais fundos... logicamente também temos mais dinheiro.” “Mas não é só por isso (<i>SAMS</i>)!”</p> <p>“Não (os sindicatos desapareciam)! Mas que fazia muita mozza fazia. Fazia muita mozza fazia. Porque obviamente, ter ou não ter trabalhadores sindicalizados e a descontar é completamente diferente do que ter ou não ter trabalhadores que não tem esse problema.”</p>	
		<p>Correlação desfavorável</p>	<p>SBC – “Não tenho dúvidas! Pelo menos tínhamos aqui um golpe de estado social no setor bancário, que eu julgo que as entidades empregadoras iriam pagar isso bem caro! Iriam pagar isso bem caro! Seriam alvo de um colapso social de dimensões que nós não conseguimos imaginar! Seria talvez a única coisa que mobilizaria os bancários no sentido de travar uma guerra sem quartel contra as entidades empregadoras, se uma coisa dessas, fosse inclusivamente pensada ou ponderada pelos patrões. Acho que até ao momento, com todas as dificuldades que existem, as entidades patronais sempre evitaram ter esse pensamento na 1ª linha das suas preocupações.”</p> <p>SIB - Claro! Pode sem dúvida nenhuma. Hoje temos 80% de sindicalização, os outros sindicatos tem 20% e esta diferença, porque só existe esta diferença porque existe o SAMS. Se não existisse o SAMS e fôssemos meros sindicatos de dar apoio jurídico e fazer a contratação. As pessoas entendem que não tem de ter sindicalizados para obter</p>	<p>3</p>

			<p>os mesmos benefícios que os outros. Para podermos negociar tem de haver meios para o fazer, esse serviço custa dinheiro, não vamos por aí. Os trabalhadores não se sindicalizavam.</p> <p>SNQTB: “Não. Mas que fazia moossa, faziam”</p>	
	<p>Lógica concorrencial geradora de maior participação</p>	<p>Comportamento do sindicalismo bancário filiado na CGTP ou UGT</p>	<p>SBSI: “Há uma questão de concorrência sobretudo no âmbito da Saúde, não é? Que eu não vou discutir aqui se é justa ou se é injusta... É que as organizações têm história e têm passado e quando os Sindicatos ditos independentes apareceram fizeram sócios no meio das pessoas jovens, não têm reformados (e nós já tínhamos reformados) e isto afeta o sistema de Saúde!”</p> <p>SBN: “O Sindicato dos Quadros e o SIB têm uma atividade na Saúde muito forte, e é aí que fazem concorrência aos Sindicatos verticais.”</p> <p>SBC: “Sindicatos independentes da Banca criaram-se no final de 80, não têm esse peso. Portanto têm mais facilidade em transformarem-se num mero escritório de participações, com negociações bilaterais ou multilaterais com prestadores de serviços. Portanto têm aí serviço muito facilitado: não têm o peso do pessoal - aquilo que normalmente numa empresa se chama de custos fixos – e, esses custos fixos podem ser desviados para outros lados. Podem ser desviados, nomeadamente, para onde? Para o reforço por exemplo das participações e da oferta. Têm alguns produtos que fazem concorrência direta com os outros. Portanto aqui há que ser inovador, há que ser inteligente em cada momento e perceber que a vida sindical não é</p>	<p>3</p>

			só a oferta de serviços.”	
	Ascensão do sindicalismo independente na banca	Comportamento do sindicalismo bancário independente	<p>SIB - Repare, não podemos falar em nítida ascensão na Banca. Acho que neste momento as coisas estão estabilizadas. As pessoas estão preocupadas com o que lhes vai acontecer, não se preocupam se estão no sindicato A ou sindicato B. Estão mais focadas nos problemas de cada um do que me mudar de sindicato, isto é o que eu sinto. Com a redução de trabalhadores que vai havendo vai havendo redução de sócios também. Não há uma perda efetiva de sócios, há, mas vamos metendo outros, por via de ir buscá-los a outros sindicatos. Face à crise é importante para eles o tempo de reembolso, o valor do reembolso, 2 ou 3 euros que seja, faz-lhes diferença. Quando vão ver o valor é muito diferente, aqueles que tem tempo de pensar nisto!</p> <p>SNQTB: “Acho que há lugar para tudo e para todos e fundamentalmente acho que o facto de nós sermos cada vez mais uma PME, uma grande PME, nos torna cada vez mais fortes e sobretudo cada vez mais poderosos em termos de Sindicatos, em termos de patronato, em termos de podermos conviver muito bem com as confederações patronais.”</p> <p>“O sindicalismo independente é mais maleável, mais flexível, mais dialogante, do que o sindicato de outro tipo qualquer. Portanto, o sindicato independente tem outra visão que não é exclusivamente laboral, sindical, está a compreender? Portanto, nós dialogamos mais com o patrão sem receio do patrão, sem ter medo do patrão!”</p>	2
				SBC – Eu acho que sim! Tem-se notado que têm crescido na Banca. Muito à custa dos

		<p>Perceção positiva</p>	<p>outros que já existem, naturalmente... <i>Sim, mas por que motivo? Qual será o principal motivo?</i> O motivo não é nada de extraordinário. É o motivo dos Sindicatos dos Bancários verticais terem um peso muito grande na criação de serviços próprios, que levaria a que se lutassem com as mesmas armas (e se quisessem, podiam fazê-lo!) tinham que pôr na rua quase 3000 trabalhadores. E, um Sindicato ficar com este ónus, é uma coisa tremendamente grave. Portanto, era desistir do Hospital dos Bancários em Lisboa, fechar os postos clínicos que temos no país, despedirmos milhares de trabalhadores... isso, é uma coisa muito complicada. Ora como sabe, os Sindicatos independentes da Banca criaram-se no final de 80, não têm esse peso. Portanto têm mais facilidade em transformarem-se num mero escritório de participações, com negociações bilaterais ou multilaterais com prestadores de serviços. Portanto têm aí serviço muito facilitado: não têm o peso do pessoal - aquilo que normalmente numa empresa se chama de custos fixos – e, esses custos fixos podem ser desviados para outros lados. Podem ser desviados, nomeadamente, para onde? Para o reforço por exemplo das participações e da oferta. Têm alguns produtos que fazem concorrência direta com os outros. Portanto aqui há que ser inovador, há que ser inteligente em cada momento e perceber que a vida sindical não é só a oferta de serviços. A vida sindical é uma vida de proximidade, de defesa dos trabalhadores, de participação. E portanto aí, hoje as pessoas, como digo, olham muito para o seu umbigo, e, todos temos de fazer contas: se naturalmente um par de óculos ou de</p>	<p>1</p>
--	--	---------------------------------	---	----------

			<p>próteses fica mais barato num lado do que noutra, as pessoas têm todo o direito de fazer a sua opção. E num momento com tantos constrangimentos e com a terceira carga fiscal mais elevada de toda a Europa, naturalmente que os trabalhadores se tiverem uma opção de pouparem dinheiro ao final do mês, a opção é tomada. E portanto, nós percebemos isso claramente!</p>	
		<p>Perceção negativa</p>	<p>SBN – “Por alguns dados que eu tenho pode dizer-se que os Sindicatos independentes estão em ascensão na Banca (mais pelo SAMS). Acha que esse é o principal motivo? Não! Eu acho que há mais uma, que é o estatuto! Acha que é por uma questão de estatuto? Acho! Mas também há o Independente, que... Sim, mas as pessoas dizem todas que pertencem aos Quadros! Se for perguntar quem pertence ao SIB, poucos dizem que pertencem ao SIB. «SAMS Quadros», ninguém diz «SAMS SIB»! O Quadros criou uma coisa em que estavam todos no Quadros, depois criou o pequeno Sindicato SIB para aqueles não Quadros...”</p> <p>SINTAF – “Não tenho dados sobre isso. Não posso... <i>eles estiverem a crescer qual será o motivo para que isso aconteça?</i> Sei lá... Admitindo que cresceriam, poderia ter a ver eventualmente com a questão da Saúde, com a redução da capacidade dos bancários de terem na plenitude direito à Saúde - estes Sindicatos, (...) estas Associações que não são Sindicatos, se virmos bem, não são! - No caso dos Quadros até fazem chegar a ideia aos trabalhadores de que são o SAMS Quadros (não é o Sindicato dos Quadros da atividade financeira ou do setor bancário), dizem-lhes logo</p>	<p>3</p>

			<p>quando vêm angariar os sócios “Isto é o SAMS Quadros!”, portanto, como o benefício da Saúde, aqui ou ali, pode ser melhor nesses Sindicatos... Mas eu não tenho essa informação. Não posso...”</p> <p>SBSI – “Obviamente que o nosso universo é um universo limitado e é um universo que tem vindo a descer. Portanto há aqui, a grande distinção que existe entre aquilo que chama os Sindicatos independentes (porque estivemos a discutir não a ação deles mas o conceito de Sindicatos independentes) é que os Sindicatos ditos independentes não têm praticamente atividade sindical, tudo aquilo que têm feito, resulta daquilo que os outros Sindicatos fizeram.”</p>	
<p>Há verdadeiro sindicalismo independente?</p>	<p>Áreas ambivalência entre sindicalismo empregador e defensor dos trabalhadores</p>	<p>Contratação coletiva</p>	<p>SBSI: “Têm intervenção política como eu digo, porque procura limitar e interferir a ação ou todas as ações que possam ser negativas para os seus representados. Ponto 1! Ponto 2: acaba por interferir politicamente porque a sua atividade, acaba por condicionar a jusante, a atividade política propriamente dita. Mas isto tanto é feito pelos Sindicatos como disse agora, não independentes, como pelos independentes, senão, não estão cá a fazer nada!”</p> <p>“Porque o trabalho sindical de negociação e tudo isso, normalmente, somos nós que o fazemos! Não quer dizer que eles também não procurem negociar, mas o que é certo é que, os Sindicatos ditos independentes, teriam tido um papel extraordinário na sociedade portuguesa se tivessem inovado na Contratação Coletiva, se tivessem inovado, se tivessem tido uma ideia que fizesse com que a Contratação Coletiva levada</p>	<p>1</p>

			a cabo por eles fosse completamente diferente da nossa... Ora, não é isso que se verifica! E nós já cá estávamos...”	
		Mediadoras de seguros	SNQTB: “Vou-lhe dar só um exemplo: serviços médicos é um, serviços económicos (empréstimos) é outro, serviços, ao fim e ao cabo, que têm a ver com mutualizações, com seguros (temos uma Mútua, como sabe!) estamos à espera que seja aprovado o nosso (Grémio) “Montepio”.”	1
		Criação de bancos	SBC: “É! Mas isso aí é um problema! Se forem patrões e se desenvolverem acções que... ou actividades que no fundo sejam idênticas aquelas que das quais são trabalhadores... Imagine que um Sindicato também quer abrir um Banco... Eu acho que isso (com o devido respeito) é quase anti-ético do ponto de vista social. Agora, se me perguntar numa questão muito linear se os Sindicatos também actuam como verdadeiras empresas, com certeza. Eu lembro que há Sindicatos em Portugal, nomeadamente o Sindicatos dos Bancários de Sul e Ilhas que tem 1700 trabalhadores, têm acordos de empresa negociados com médicos, com enfermeiros, com empregados de escritório, com trabalhadores da área do radiodiagnóstico e da terapia, (há de tudo). É evidente que é uma máquina muito grande. O Sindicato dos Bancários do Centro, a que eu presido, tem 100 trabalhadores, portanto, também somos simultaneamente trabalhadores, sindicalistas e gestores. Agora, naturalmente que os sindicatos têm de ter gente ao seu serviço para propiciar o trabalho administrativo, burocrático e da	3

			<p>prestação de serviços que decidiram oferecer aos seus associados. Outra coisa é sermos concorrentes, na mesma área para a qual fomos criados, ou seja, um Sindicato dos Bancários criar por exemplo um Banco ou uma instituição financeira ou uma companhia de seguros, no fundo, está um pouco a desvirtuar na minha opinião, aquilo que é o movimento sindical que é a essência da defesa dos direitos dos trabalhadores. Portanto, aí estamos a ser concorrenciais, aí sim, somos simultaneamente sindicalistas e patrões, e eu julgo que numa situação dessas, há uma função que fica sempre ao de cima, que é a mais visível, é a do patrão.”</p> <p>SIB: “Como concorrentes não, porque nem a Banca gostaria. É uma asneira, você sabe disso. Isso depois cria conflitos e desrespeito. As entidades patronais vão dizer assim, estes indivíduos fazem-nos concorrência.”</p> <p>SNQTB: “Vou-lhe dar só um exemplo: serviços médicos é um, serviços económicos (empréstimos) é outro, serviços, ao fim e ao cabo, que têm a ver com mutualizações, com seguros (temos uma Mútua, como sabe!) estamos à espera que seja aprovado o nosso (Grémio) Montepio”</p>	
			<p>SBN – “Patrão e empregado! Às vezes isso é difícil! É muito difícil! É muito difícil, porque nós também somos patrões. Mas também se torna mais difícil como patrões porque não podemos fazer aquilo que a maioria dos patrões faz, que é: nós temos que reduzir custos, manda-se pessoal embora! Nós não podemos fazer isso! Nós temos que reduzir custos, vamos ver onde é que vamos tirar. Não podemos é mandar pessoal</p>	

		<p>Ambivalência entre patrões e sindicato</p>	<p>embora! E isso é complicado! Para nós é muito complicado! Mas, lá vamos gerindo. Também temos trabalhadores bons e maus, isso é assim mesmo. “</p> <p>SBSI- “Temos de ter aqui, a capacidade de a nossa cabeça estar muito bem organizada. Naturalmente que somos por tradição um empregador generoso, procurámos sempre no nosso caso e procuramos mesmo nos outros sindicatos, replicar internamente aquilo que defendemos para os nossos representados, procuramos sempre que possível, porque nem sempre é possível! Agora, há uma coisa que também fica segura: temos que lutar em cada dia pela sustentabilidade das coisas que temos como empregadores, porque a última coisa que nós queremos era um dia não ter capacidade para manter o nível de empregabilidade que nós temos. Ter que fazer reduções (não sei se um dia teremos de chegar a isso ou não). Agora, há uma coisa que fica clara na minha cabeça e tem que estar clara na cabeça de todos nós: temos de ter a capacidade de desempenhar o nosso papel sindical na defesa dos nossos mas também temos de ter a capacidade de gerir aquilo que temos com isenção e não misturando uma coisa com a outra, sendo certo que, sem dúvida nenhuma, seremos sempre um empregador muito mais generoso que os outros!”</p> <p>SINTAF – “ Eu acho que sim! (risos) Acho que não faz muito sentido! Os Sindicatos têm uma função (a defesa do interesse dos trabalhadores, a luta pela evolução... dos direitos de cidadania, no fundo). Em torno do mundo do trabalho. Agora, uns e outros, há interesses que chocam. O Capital é insaciável, vai aumentando a exploração sempre</p>	<p>4</p>
--	--	--	--	----------

			<p>que possa. Tem de haver organizações que resistam, que lutem, que evitem que isto aconteça. E que são os sindicatos.</p> <p>SIB - “ Não se pode fazer omeletes sem ovos, obviamente que temos de pagar em função das receitas que temos. Isso, nem se põem em causa! Não conseguimos acompanhar a inflação porque não há receitas. Até os bancários compreendem porque não há aumentos desde 2010. São estipulados... Também não tiramos direito aos trabalhadores. Não há receitas até os bancários compreendem.</p>	
O triângulo de Classe, Sociedade e Mercado	Atores sociais e políticos	<p>SBSI: “Os Sindicatos são atores sociais e políticos importantes, porque os Sindicatos ao defenderem os trabalhadores, ao serem o mais forte que os mais fracos têm, intervêm politicamente nas sociedades. Vamos lá ver, quer dizer, isto não é tudo supérfluo! Então quando os Sindicatos intervêm na defesa dos seus representados, quando conseguem aumentos salariais, quando conseguem alterar os horários de trabalho, não estão a intervir na sociedade de uma forma política? Obviamente que sim, que estão! Cabe-lhes esse papel, é aquilo que eu digo, os Sindicatos são uma peça fundamental da Democracia.”</p>	1	
	Atores sociais e económicos	<p>SNQTB: “Eu sou contra a luta de classes. Não sou marxista, mas também não vejo outra solução que não seja combater os inimigos com as mesmas armas. Se os Sindicatos não se valorizarem, não se auto transformarem, como é que possível, os Sindicatos não evoluírem e tornarem-se poderosos?”</p> <p>“Exatamente porque o bancário está cada vez mais inteligente e cada vez mais</p>	1	

			propenso a pensar pela sua cabeça. Não gostamos de ser instrumentalizados! Portanto, é lógico que tudo aquilo que sirva para melhorar a classe e unir a classe (unir a classe, friso bem!) é de certeza, um bom serviço que estamos a prestar à classe. Antigamente (e eu digo aqui um pouco de História) só havia Sindicatos comunistas, depois aos comunistas juntaram-se os socialistas, depois os sociais-democratas, depois os liberais, depois os democratas-cristãos e por aí adiante, até chegarmos aos independentes.”	

Apêndice C - Entrevista ao Presidente do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários - SNQTB

25/07/2014

Entrevistadora: Maria Antónia Gaspar Mota

Entrevistado: Dr. Afonso Pires Diz

Função: Presidente da direção do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB)

Anos na Função: 23 anos

Local: Rua Pinheiro Chagas, nº 6, Lisboa.

Data: Dia 25 de julho de 2014 às 19:00h.

Duração da entrevista: 1 hora

A entrevista mais esperada e a mais difícil de conseguir. Esta entrevista esteve marcada para dia 27 de maio às 17 horas, mas foi desmarcada. Posteriormente remarcada para dia 11 julho às 17 horas. Já estava dentro do autocarro em Coimbra prestes a sair para Lisboa, quando me telefona a secretária a desmarcar. Para conseguir a remarcação da entrevista, foi preciso muita persistência e uma boa dose de paciência. Mas como diz o Povo, à terceira é de vez. Assim, foi marcada para dia 25 de julho às 13H, mas na véspera a secretária remarcou para as 17:00. Finalmente, dia 25 de julho às 17H, apresentei-me nas instalações do SNQTB na Rua pinheiro Chagas nº 6 em Lisboa. Estava a decorrer uma reunião e tive de aguardar duas horas. Já eram 19:00, quando finalmente decorreu a “bendita” entrevista. “Bendita” por dois motivos, primeiro porque finalmente consegui a tão esperada entrevista e o segundo porque consegui a renovação da minha requisição sindical na Comissão Sindical do SNQTB no BES, que tinha caducado dia 23 de julho. Bem-haja, “Graças a Diz!”

Antónia Mota – *Começo por identificá-lo: Dr. Afonso Diz, Presidente do Sindicato dos Quadros e Técnicos Bancários, há quantos anos?*

A. Diz – 23!

A.M. – *23 anos! Muito bem! Vou começar por lhe perguntar o que é que, do seu ponto de vista, pode ser considerada uma mais-valia associada ao sindicalismo independente?*

A. Diz – Muito bem! Eu começar-lhe-ia por pôr a questão de outra maneira: o que é que pretende o sindicalismo independente e o que é que pode trazer nomeadamente em termos de luta sindical o sindicalismo independente?

Eu penso que o sindicalismo independente, como o próprio nome indica, tem a seu favor o crédito dos sindicalizados que eles representam. Não sei até que ponto, as pessoas têm perceção disso! Mas, na verdade, nós não podemos de maneira nenhuma dissociar esta vertente do sindicalismo de uma outra chamada instrumentalização. O que é que isto quer dizer? Quando nós estamos a ser abordados por um sindicalista, já sabemos que ele quer qualquer coisa de nós, já sabemos que ele precisa de algo para a sua luta. Ora, o sindicalismo independente não precisa de nada, só precisa é de reconhecimento! E isso é tanto mais importante, tanto mais importante quanto maior é ao fim ao cabo a ambição que os Sindicatos independentes têm de pertencerem a um órgão que é o Conselho Económico e Social e que, até hoje não conseguiram! Talvez exatamente porque não estão encostados a nenhum Partido.

A.M. – *Isso é também uma das minhas questões e aproveito então para lhe perguntar o que é que falta para que os Sindicatos independentes tenham acesso ao CES?*

A. Diz – Ora aí está! Os Sindicatos independentes lutam com enormes dificuldades, nomeadamente financeiras, não só financeiras, mas fundamentalmente de reconhecimento. Porquê? Porque nós neste momento, temos a convicção que se fôssemos mais, tínhamos de certeza mais força, e, se for aos Registos do Ministério do Trabalho encontra lá à volta de quatrocentos e poucos Sindicatos, simplesmente ativos, isto é, a lutar no terreno só estão cerca de 80 na CGTP, cerca de 40 e picos na UGT, os restantes estão disseminados ou espalhados por empresas. (Tocou o telefone, Eu ligo mais tarde) Não tenho qualquer dúvida. (Procurou uns papeis na secretária) Nuno Vasconcelos... Dívida do BES... BCP. Na EDP nomeadamente com António Mexia outro homem do BES, variados gestores que sempre apoiaram Salgado...

Bom, isto vinha a propósito que nos sindicatos há pessoas como Carlos Silva na UGT e Afonso Diz do Sindicato dos Bancários. Nós somos amigos. Costuma-se dizer que os amigos conhecem-se nas ocasiões.

O que é que isto quer dizer? Quando os Sindicatos vivem anonimamente nas empresas, os patrões esfregam as mãos de contentes, porque “Ah, são Sindicatos fáceis, são Sindicatos dialogantes, daí não vem mal ao Mundo”, chegam até ao ponto de dizerem que somos colaboradores! Nós não somos nada disso, como se sabe! Nós somos Sindicatos, lutamos para que os nossos sócios tenham as melhores condições de vida, tenham as melhores condições sociais, e, possam com isso ter tantas regalias como as dos demais Sindicatos, sejam da UGT, sejam da CGTP. E só por falar em CGTP, devo referir que na Banca só um sindicato é assumidamente da CGTP, que é o...

A.M. –...*SINTAF*.

A. Diz – SINTAF, exatamente. Ora, o que acontece é que nós neste momento estamos numa encruzilhada: a Banca vive um momento difícil, e, logicamente, nós não podemos de maneira nenhuma assobiar para o ar. Não podemos. Temos de definir as regras do jogo. Mais do que nunca o País está numa situação difícil e os Sindicatos têm de ser chamados, ouvidos e escutados. Escutados! Ora, isso é um erro que o Governo está a cometer.

A.M. – *Acha que os sindicatos podem exercer influência sobre o governo ou, pelo contrário, terão eles de conformar-se às influências externas que sobre eles se podem exercer?*

A. Diz – Eu penso, eu penso, neste momento os Sindicatos correm um sério risco, que é o de se desagregarem. Porquê? Porque os trabalhadores podem chegar à conclusão de que os Sindicatos não servem para nada. E depois, que, o que é bom, é ser do Partido A ou ser do Partido B, ou C ou D, não interessa. Está a compreender? Então, o Sindicato é uma excrescência, é um acréscimo desnecessário. Ora, não é isso que eu penso, não é isso que nós pensamos. Porquê? Porque os Sindicatos sempre foram promanações da luta operária! A luta operária começou no século XIX em Chicago, em Paris, Alemanha, Bélgica, enfim, numa série de sítios e aquilo que ficou célebre foi o 1º de maio de Chicago, porque quando celebramos o 1º de maio celebramos precisamente a revolta dos trabalhadores em Chicago. Ora, nós temos neste momento cerca de (só par lhe dar assim uma ideia, de sindicalizado, só para falar do Sindicato dos Quadros 18 mil sócios e logicamente, somos o maior sindicato independente. Temos quotizações que chegam já aos 50 milhões de euros. Poder-se-á perguntar para onde é que vai esse dinheiro e eu respondo candidamente: para benefícios dos nossos sócios. Nós temos, como ponto de honra, não ter nada que nos possa ser apontado, e, é exatamente nesta situação que nos encontramos, porque ao fim e ao cabo não temos de maneira nenhuma, nem apoios de ninguém, nem temos inimigos declarados. Aparentemente somos todos bons amigos, etc., etc. Mas na prática, nós sabemos que a UGT sobretudo, e a CGTP um pouco mais, fazem tudo para serem os únicos senhores da Concertação Social.

A.M. – *Mas não me respondeu: o que é que falta para que os Sindicatos independentes tenham acesso ao CES? É uma questão legislativa, é uma questão de alterar a Lei, ou, poderia haver boa vontade para que os Sindicatos independentes estivessem presentes?*

A. Diz – Nós achamos é que, a Lei está mal feita! O Decreto-Lei 108/91 está mal feito! Está mal feito e daí, estão lá entidades que não representam ninguém. Ora, numa altura em que se fala na recomposição sindical, não passa pela cabeça de ninguém que não haja uma proporcionalidade entre os representantes das entidades patronais e os representantes dos trabalhadores. Portanto, nós temos que alterar essa Lei. Essa Lei tem que ser alterada com todas as veras da nossa Alma, dê lá por onde der! Nós precisamos de alterar essa Lei, portanto, se não conseguirmos alterar essa Lei, andaremos mais 14 ou 15 anos a patinar, porque não temos amigos à altura. E, depois, ninguém gosta dos fiéis defuntos, ninguém gosta de apoiar os coitadinhos...

A.M. –...aqui não acha que há a questão da falta de peso da influência político-partidária (como são independentes não têm os partidos políticos e portanto não conseguem influenciar a Legislação)?

A. Diz – Acho que sim! Acho que sim! E é verdade que nós não temos neste momento nenhum partido político que declaradamente nos apoie. Está a ver? Não temos, nenhum partido político que declaradamente nos apoie. Ahh! Mas vocês têm o CDS, o PSD, mas o que é que eles fazem? Assobiam para o ar.

A.M. – *Acha que um peso excessivo das influências político-partidárias tem acabado por contribuir para uma secundarização do papel dos sindicatos independentes?*

A. Diz – Eu não penso bem assim! Não penso bem assim, porquê? Porquê? Porque os Partidos, na sua esperteza saloia, criaram, digamos, as suas secções laborais. O PSD criou os TSD's, o CDS criou a FTDC, o PS criou exatamente os TDS's, está a ver? E por aí adiante... O Partido Comunista criou, exatamente, o... hummm... (não me lembro do nome da organização, que é uma coisa estapafúrdia e eu nem quero pensar nela!). Conclusão: não há neste momento qualquer razão para haver uma União de Sindicatos Independentes, no entanto, é a única que existe. A União de Sindicatos Independentes, da qual eu sou coordenador, é efetivamente, uma organização que só se preocupa com o bem-estar dos trabalhadores, com o “estudo” dos trabalhadores, com aquilo que pode ser melhor para os trabalhadores. E para os trabalhadores o melhor é efetivamente, nós chegarmos a uma zona da nossa vida em que possamos afirmar “eu fui previdente, eu trabalhei, eu tenho uma reforma boa, eu tenho um Sistema de Saúde bom, eu tenho ao fim e ao cabo um Estado Previdência”, mas, infelizmente, o que acontece neste momento é que o País está em crise, há uma série de países que estão com problemas, de Troika, como sabe! E nós neste momento não fugimos à regra. Portanto a única coisa que nos resta, neste momento, é exatamente lutar com unhas e dentes e vamos para a frente!

A.M. – *Mas não acha que o sindicalismo independente é penalizado por haver uma menor ligação aos Partidos?*

A. Diz –É! É! Manifestamente que é! Porque qualquer partido (e eles estão lá todos na Assembleia da Republica e nós não estamos, nós não estamos) há sempre alguém que semeia, há sempre alguém que colhe! Portanto, nós temos aquilo que semeamos: não colhemos, porque não semeamos! Logicamente, não se pode colher o que não se semeia. A menos que se seja uma fruta ou uma flor silvestre, não é? Ora, nós temos neste momento alguns amigos e alguns, até nossos sócios (sindicalizados neste Sindicato). Simplesmente, é muito difícil juntá-los a todos (só para lhe dar assim uma ideia) num almoço de confraternização. Vamos fazer aqui um “lobbying”, um “lobbying” pelo Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários: quem é a favor de que eles estejam na Concertação Social e quem é contra? Quem é que não gostaria de fazer parte deste “lobbying”? Está a ver? Ora, é esta forma de atuar, esta forma de atuação que é preciso incentivar, que é preciso melhorar! Porquê? Porque, obviamente se não semearmos também não colhemos!

A.M. – *Admitindo que os sindicatos podem exercer influência sobre governos, empresários ou na sociedade, em que condições melhor poderão fazê-lo: como atores de classe, de sociedade ou atores económicos?*

A. Diz –Eu acho que a pergunta, se calhar não está suficientemente clara... Está muito misturada! O que é que isto quer dizer? Para nós a sociedade é una, tem muitos fatores divisionistas, mas, logicamente, nós temos que ter a perceção de que há uma ideia de fraternidade que está subjacente a todos os Homens de boa vontade, e que, naturalmente, tem uma vertente humanista que leva a que as pessoas de boa vontade se unam e daí que haja tantas ONG’s, tantas Organizações Não Governamentais que se dedicam a tantas causas. Os Sindicatos não são ONG’s! Porquê? Porque recebem quotas, recebem ao fim e ao cabo contribuições de muita gente, mas tem uma finalidade única que é defender os trabalhadores.

A.M. – *Mas deixe-me interrompê-lo porque a minha pergunta se calhar foi mal feita. Há um autor inglês que é Richard Hyman que classifica os Sindicatos como: atores de classe (aqueles que defendem mais o conflito, os mais reivindicativos), os atores de sociedade (aqueles que abrem as portas à negociação) e os atores económicos (os Sindicatos mais próximos do Mercado). Destas 3 classificações qual delas acha que pode ter mais influência sobre os governos, sobre a sociedade, sobre o mercado?*

A. Diz – Eu acho, que talvez a opinião desse senhor não seja... não partilho da opinião dele, vamos começar por aí! Porquê? Porque nós não somos um sindicato conflituoso, não somos. Portanto, não

somos. Pelo contrário, somos conciliadores! Se pudermos resolver as coisas a bem, não vamos resolver a mal.

A.M. – Podemos dizer então que o Sindicato dos Quadros é um sindicato mais de sociedade e um ator económico?

A. Diz – Exatamente! Daí que nós tenhamos um conjunto de serviços que disponibilizamos aos nossos sócios e que nenhum outro sindicato possui. Vou-lhe dar só um exemplo: serviços médicos é um, serviços económicos (empréstimos) é outro, serviços ao fim e ao cabo que têm a ver com mutualizações, com seguros (temos uma Mútua, como sabe!) estamos à espera que seja aprovado o nosso (Grémio) Montepio (chamemos-lhe assim, para que as coisas fiquem claras e objetivas) e estamos ao fim e ao cabo, no meio disto tudo com problemas que têm a ver fundamentalmente com a direção dos outros Sindicatos, que é coordenar a luta sindical com os demais Sindicatos.

A.M. – Portanto, os sindicatos bancários têm algo que os torne mais atrativos em relação aos outros Sindicatos, nomeadamente os serviços?

A. Diz – Nós somos os mais preponderantes por causa disso. Temos mais dinheiro, temos mais fundos... logicamente também temos mais dinheiro.

A.M. – E fazem a diferença relativamente aos outros Sindicatos que não os dos Bancários... Os dos Bancários são mais atrativos principalmente pelos SAMS que têm...

A. Diz – Mas não é só por isso!

A.M. – Sim, mas principalmente pelos serviços! Pode afirmar-se que os sindicatos independentes estão em ascensão na banca? Se sim, qual o principal motivo para isso?

A. Diz – Eu não percebi a pergunta, desculpe!

A.M. – Os sindicatos independentes estão em crescimento na banca? Se sim, qual o principal motivo?

A. Diz – Exatamente porque o bancário está cada vez mais inteligente e cada vez mais propenso a pensar pela sua cabeça. Não gostamos de ser instrumentalizados! Portanto, é lógico que tudo aquilo que sirva para melhorar a classe e unir a classe (unir a classe, friso bem!) é de certeza, um bom serviço que estamos a prestar à classe. Antigamente (e eu digo aqui um pouco de História) só havia Sindicatos comunistas, depois aos comunistas juntaram-se os socialistas, depois os sociais-democratas, depois os liberais, depois os democratas-cristãos e por aí adiante, até chegarmos aos independentes.

A.M. – *No setor da banca, considera que os desafios que se colocam ao sindicalismo são os mesmos ou são parecidos com os que se colocam no sindicalismo em geral e noutros setores?*

A. Diz – Acho que sim, acho que sim! Os problemas na Banca são problemas do foro económico, fundamentalmente, e mais do que isso, também são problemas do foro social. Porquê? Porque nós temos regalias contratuais que nenhum outro setor tem!

A.M. – *Qual é, em seu entender, a principal preocupação dos sindicatos bancários?*

A. Diz – A principal preocupação dos sindicatos bancários, pelo menos do SNQTB, é crescer! Nós queremos, (uma vez que o setor é cada vez mais pequeno) o que nós queremos é ser cada vez maiores!

A.M. – *Sim, mas o que é que o preocupa relativamente à Banca? A instabilidade, o desemprego?*

A. Diz – Exatamente! O que mais me preocupa é o desemprego! O que mais me preocupa é o desemprego! Porquê? Porque o desemprego é um inimigo que nós temos que tentar minimizar, temos de dizimar! E isso, tem muito a ver com a natureza humana! Porquê? Porque se houver bons profissionais, as pessoas passam pela Banca (passam, não ficam), adquirem um certo “*know-how*” e vão-se embora! Portanto, muitos vêm para a Banca para adquirir esse “*know-how*”, e, arranjam sempre condições mais atraentes ou atrativas noutros setores, mas sempre com o “*know-how*” da Banca.

A.M. – *Neste momento há Bancos a fechar, não é? BCP, Barclays, BPN...*

A. Diz – Não há esse risco! Não há esse risco! Costuma-se dizer que por entre os peixes do mar há muita sardinha, há muito peixe miúdo, portanto, uns que crescem, outros que diminuem, mas a sardinha continua a ser muito gostosa!

A.M. – *Não está a haver desemprego por os Bancos estarem a fechar? Está a haver desemprego!*

A. Diz – Há! Há desemprego! Mas a Banca tem uma enorme capacidade de autorregeneração.

A.M. – *Considera viável propor modelos alternativos de intervenção sindical, desde logo propondo uma conceção de sindicalismo enquanto prestador de serviços? Acha que isso pode ser generalizável em Portugal?*

A. Diz – Acho que sim! O sindicalismo de serviços é simultaneamente desejável e utópico! É desejável por todas as razões evidentes e é utópico na medida em que tira trabalho ao Estado! O principal inimigo do sindicalismo de serviços é o próprio Estado.

A.M. – Mas não acha que há aqui uma certa ambivalência entre um sindicalismo defensor dos trabalhadores e ao mesmo tempo de empregador? Isto é, não estaremos perante uma substituição de uma proximidade às influências político-partidárias, por uma proximidade às influências económicas.

A. Diz – Não! Acho que não! Acho que há lugar para tudo e para todos e fundamentalmente acho que o facto de nós sermos cada vez mais uma PME, uma grande PME, nos torna cada vez mais fortes e sobretudo cada vez mais poderosos em termos de Sindicatos, em termos de patronato, em termos de podermos conviver muito bem com as confederações patronais. Nós não compreendemos, por exemplo, porque é que os Sindicatos ditos comunistas e socialistas são tão adversos às confederações patronais. Não compreendemos! Porquê? Não são eles que nos dão emprego? É a pergunta que costumamos fazer. Se são eles que nos dão emprego então só há que dar as mãos e vamos para a frente!

A.M. – Tendo em conta a opinião geral de que os sindicatos precisam de renovação e rejuvenescimento, qual é a sua opinião?

A. Diz – A minha opinião obviamente que é contrária, não pode ser favorável, uma vez que, como calcula, nós temos uma função completamente diferente. Até porque, veja, uma das funções mais importantes (quicá a mais importante) da Banca, é exatamente a formação. Ora, se não houver formação como é que nós vamos deixar que os nossos detratores (sem querer antagonizar ninguém) passem à ofensiva? Compreende?

A.M. – Não!

A. Diz – Não compreende?

A.M. – Não! Perguntei-lhe se achava que os Sindicatos precisavam de renovação e de rejuvenescimento. Acha que precisam ou não? Não percebi!

A. Diz – Então eu volto a repetir...

A.M. – Mas responda à minha pergunta: acha que precisam de rejuvenescimento ou não? Ou acha que já estão suficientemente rejuvenescidos?

A. Diz – Não, nunca se está suficientemente rejuvenescido! O que eu acho que está em causa é uma certa luta de classes. Eu sou contra a luta de classes. Não sou marxista, mas também não vejo outra solução que não seja combater os inimigos com as mesmas armas. Se os Sindicatos não se valorizarem, não se auto transformarem, como é que possível os Sindicatos não evoluírem e tornarem-se poderosos?

A.M. – Como é que acha que pode ser feita essa revitalização?

A. Diz – É simples, os Sindicatos deviam ter Universidades! E daí, a nossa colaboração com a Universidade. Por exemplo, o nosso curso de Relações Laborais é uma Universidade que ao fim e ao cabo tem que ter muita, muita gente para sermos cada vez mais.

A.M. – *Passa essencialmente pela formação?*

A. Diz – Exatamente! A formação é uma arma vital para o crescimento dos Sindicatos. Isso é um aspeto! Segundo aspeto: competência! Se não houver competência por parte dos Sindicatos como é que pode haver crescimento, aliciamento dos trabalhadores? Está a ver? Eu só posso cativar pelo exemplo! Ora, se eu for um mau trabalhador, como é que eu posso aliciar seja quem for? A melhor semente para o trabalhador é o exemplo!

A.M. – *Acha que a relação de proximidade entre sindicatos e partidos políticos pode ser vista como sendo algo que enfraquece os sindicatos? Concorda que se trata de uma fraqueza? Ou seja, é importante os sindicatos estarem ligados a estruturas político-partidárias ou não? Isso enfraquece os sindicatos ou não?*

A. Diz – Essa pergunta foi tão sindicalista independente! É óbvio que só pode ter uma resposta: Não!

A.M. – *Porquê?*

A. Diz – Porquê? Porque efetivamente e tem sido esse, se calhar, o nosso mal de continuarmos a acreditar que é possível fazer sindicalismo sem a ajuda dos partidos! E o contrário se calhar não é verdade: os Partidos é que precisam dos trabalhadores. Veja que são os trabalhadores que vão votar.

A.M. – *Portanto acha que a ligação aos partidos políticos não enfraquece os Sindicatos?*

A. Diz – Não, de maneira nenhuma!

A.M. – *Voltando à teoria dos Sindicatos enquanto atores económicos ou mais próximos do mercado, com a prestação de serviços, têm vantagem em relação aos outros Sindicatos mais político-partidários? Como é que se pode classificar o papel do sindicalismo independente aí?*

A. Diz – Prestador de Saúde, de cuidados, criadores de emprego, defensores do emprego, defensores daquilo que hoje são as maleitas da Sociedade. Não há emprego, não há trabalho, não há logicamente tranquilidade, não há facilidades. Conclusão: o trabalhador se não tiver nada disto sente-se intranquilo. Como é que é possível um trabalhador saber-se protegido se não tiver um bom sistema de proteção social? Nós lutamos para que os trabalhadores tenham um bom sistema de proteção social.

A.M. – Já não é de hoje que se fala em crise do sindicalismo. Concorda com a ideia da crise do sindicalismo?

A. Diz – Não!

A.M. – Acha que não há crise no sindicalismo?

A. Diz – Não!... O que há é...

A.M. – ...estou a falar no sindicalismo em geral. Porque há poucos filiados!

A. Diz – Eu acho que fundamentalmente o que há é uma certa descrença. Se eu vivesse muito bem se calhar não precisava de Sindicatos para nada. Mas eu vivo mal! E como vivo mal, eu preciso de Sindicatos. Isto é, os Sindicatos são mais necessários nos países pobres do que nos países ricos.

A.M. – Mas está provado o contrário, nos nórdicos há maior taxa de sindicalização do que nos países pobres.

A. Diz – Tal e qual! Então o que é que estará mal nesta falácia? Aparentemente uma falácia! É que nos países ricos, os Sindicatos têm uma função social maior do que nos países pobres, porque nos países pobres os Sindicatos limitam-se a cobrar quotas!

A.M. – Acha que os sindicatos perderam poder de há uns anos para cá? Se perderam, perderam-no face a quê ou a quem?

A. Diz – Protagonismo! Como calcula, estas coisas são todas muito relativas. Nós não temos neste momento, verdadeiramente, o que se pode chamar uma Central Sindical credível, a única que existe credível é a UGT. A UGT, por sua vez, é assimilada, é encarada, como a correia de transmissão do PS. Conclusão: isso é péssimo para nós todos, porquê? Porque a páginas tantas, comem todos pela medida grossa, como se costuma dizer. E os Sindicatos independentes, inclusivé, acabam por ser assimilados aos Sindicatos socialistas.

A.M. – Acha que há uma associação entre os independentes e os socialistas?

A. Diz – Acho que sim, que às vezes até parece que eles é que mandam nos Sindicatos independentes, o que não é verdade!

A.M. – Sabe que por algumas coisas que li, dá-me a sensação que os Sindicatos independentes são mais associados ao patronato...

A. Diz – ...isso é outra coisa! Isso é outra coisa! Isso é outra coisa!

A.M. – Ou seja, que o patronato tem influência nos Sindicatos independentes!

A. Diz – O sindicalismo independente é mais maleável, mais flexível, mais dialogante, do que o sindicato de outro tipo qualquer. Portanto, o sindicato independente tem outra visão que não é

exclusivamente laboral, sindical, está a compreender? Portanto, nós dialogamos mais com o patrão sem receio do patrão, sem ter medo do patrão!

A.M. – Mas não são influenciados pelo patronato?

A. Diz – Influenciados? Não. Somos é influenciados pela nossa cabeça.

A.M. – As alterações na legislação laboral, por exemplo, podem ser um fator de enfraquecimento ou são fatores como o individualismo que explicam algum afastamento dos sindicatos?

A. Diz – Eu sobre essa pergunta não tenho uma opinião, digamos formada, ainda estou à espera, que haja alguém que me convença de que as sucessivas revisões do Código do Trabalho resolvem seja o que for. Está a ver? Por outras palavras, se nós estivéssemos no CES, no CES, aí teríamos já uma outra opinião, mas nós não estamos no CES, não temos esse ónus de ter opiniões sobre algo que não pertencemos.

A.M. – O individualismo. Porque precisam de ser sindicalizadas, se quando se defende uma classe ficam todos abrangidos? O individualismo, as pessoas não precisam de ser sindicalizados? Ou há outras coisas que explicam o afastamento. Não estou a falar dos bancários mas da população em geral?

A. Diz – Quer uma bolacha? (Interrupção para o Dr. Diz comer uma bolacha)

A.M. – Não, não quero. Obrigadinha. (risos) Mas esteja à vontade, se quiser até podemos parar um bocadinho.

A. Diz – Sobre isso eu tenho uma ideia muito pessoal.

A.M. – Sabe que há um termo inglês que se chama free-rider, os que entre aspas, os que se aproveitam dos benefícios obtidos para os trabalhadores sindicalizados e depois abrange todos os outros que não são sindicalizados?

A. Diz – (silêncio)

A.M. – Para si acha que a filiação sindical deveria ser obrigatória por Lei.

A. Diz – Sim. Acho que sim. Todos os trabalhadores deveriam ser sindicalizados. Humm, Humm! (acenou afirmativamente com a cabeça).

O que me leva a concluir que em princípio todos os trabalhadores deveriam estar sindicalizados.

A.M. – Que era para não estarem a usufruir de benefícios sem serem sindicalizados.

A. Diz – *Humm! Humm! (acenou afirmativamente) Mais coisas, menina?*

A.M. – *Até que ponto o sindicalismo independente sofre dos mesmo problemas? Isto pensando na rivalidade existente entre os sindicatos bancários e os outros? Sofre dos mesmos problemas ou não?*

A. Diz – Há, há rivalidades, mas as rivalidades costumam-se resolver à mesa das negociações.

A.M. – *Os outros sindicalistas argumentam que eles é que negociam, os Quadros só vão lá e assinam? Isso é verdade?*

A. Diz – Eles podem pensar o que quiserem. Eles podem pensar o que quiserem. Porque como diz o povo presunção e água benta, cada um toma a que quer. Aquilo que há, de mais benéfico, mais protetor para os trabalhadores, nós não temos qualquer dúvida que vai do nosso lado.

Por outro lado, também é bom não esquecer que, que nós temos uma história mais breve que a deles, somos mais novos, somos mais novos temos menos experiência, teoricamente. Não me parece que haja quem se aproveite dessa rivalidade para poder tirar proveito.

A.M. – *Os sindicatos bancários são mais relevantes devido aos serviços médico-sociais que criaram. Se o SAMS desaparecer, pode pôr em causa a existência dos sindicatos?*

A. Diz – Não! Mas que fazia muita moça fazia. Fazia muita moça, fazia. Porque obviamente, ter ou não ter trabalhadores sindicalizados e a descontar é completamente diferente do que ter ou não ter trabalhadores que não tem esse problema.

A.M. – *As negociações são feitas em mesas separadas?*

A. Diz – Sabe que isso é um proveito para ao patrão, o patrão é o único que ganha com isso. Simplesmente o Patrão também tem o cuidado de não nos hostilizar. Isto é, sabe que se for até um certo ponto, nós não assinamos. Contingências? Já muitas vezes, muitos anos, não assinamos. O mesmo acordo. Veja o caso do BCP. O primeiro sindicato a assinar um Acordo de Empresa com o BCP fomos nós, os outros abrenuncia assinaram um Acordo com o Banco Espanhol. O espanhol era assim, que tratavam o Jardim Gonçalves. Passados dois anos foram e assinaram um contrato que é bem pior. Nós nunca reconhecemos a Médis, a Médis para nós é uma seguradora, já nem é portuguesa, criada pelo BCP para ser vendida.

A.M. – *Os interesses económicos estão acima...Em que aspetos/dimensões podem hoje os sindicatos ser úteis? De uma forma geral.*

A. Diz – Isso é uma pergunta genérica. Os sindicatos podem ser úteis em muitos aspetos. Como por exemplo, sei lá! Na aproximação das partes. Porque é que um sindicato assina e outro não assina. Porque é que há ou não há.. Vá lá, é um pouco um antagonismo. Porque é que existe esse antagonismo entre sindicatos, quando afinal quem aproveita no meio disto tudo é o patrão. O patrão é que aproveita. A divisão da classe trabalhadora só aproveita o patrão.

A.M. – *Por isso, a minha anterior pergunta, os sindicatos deveriam estar juntos, deveriam estar unidos, defender a classe e não estarem em mesas separadas? Um negocia e depois o outro negocia.*

A. Diz – Nós sabemos através dos sites. Hoje toda a gente faz espionagem através dos sites.

A.M. – *Espionagem eletrónica. Qual lhe parece que é o lugar ou o papel do sindicalismo na sociedade?*

A. Diz – Uma sociedade que não tem sindicatos é uma sociedade sem consciência, fragilizada. É uma sociedade... Veja o caso de África! Onde é que há sindicatos em África?

A.M. – *Não conheço, não posso falar. São os sindicatos muito importantes para a democracia?*

A. Diz – Não há democracia sem sindicatos. Não há democracia sem sindicatos!

A.M. – *Como prevê a conclusão da negociação do ACT que decorre atualmente? Acha que os sindicatos vão conseguir manter o acordo?*

A. Diz – Há uma coisa que é certa, nós nunca assinaremos um acordo que retire regalias aos bancários.

A.M. – *Mas algumas vão ter de se perder, negociar?*

A. Diz – Isso é um estado mental. Isso é um estado mental seu e que provavelmente representa dezenas ou centenas para não dizer milhares de trabalhadores.

A.M. – *Nas negociações, nunca se consegue tudo, tem de abrir mão de algumas....*

A. Diz – Isso é diferente, troca é uma coisa. Abrir mão de umas coisas para negociar outras é outra questão, são questões completamente diferentes. São questões completamente diferentes.

**Apêndice D - Entrevista ao Presidente da direcção do Sindicato
Independente da Banca – SIB**

25/03/2014

Entrevistadora: Maria Antónia Gaspar da Mota

Entrevistado: Sr. Fernando Fonseca

Função: Presidente da Direcção do Sindicato Independente da Banca,

Anos na função: 15 anos

Local: Sede do SIB na Rua Casal Ribeiro em Lisboa.

Data: Dia 25 de março de 2014 às 10h

Duração da entrevista: 2 horas

À hora marcada fui recebida pessoalmente pelo sr. Fernando Fonseca na sede do SIB em Lisboa. Reunimos numa pequena sala de reuniões, sentados à volta de uma mesa redonda

Antónia Mota: Agradeço o seu tempo e a sua autorização para gravar a entrevista.

Fernando Fonseca - Presidente da Direção do Sindicato Independente da banca.

A.M. - *Qual lhe parece que é o lugar/papel do sindicalismo na sociedade?*

F.F.- (hesitou) aaahhhhh! Suspirou!

A.M. - *Assim, de uma forma geral?*

F.F. - Eu... digamos que me formei em termos pessoais, pós 25 de abril. Apanhei 13 anos... Não tinha nenhuma noção do que era a vida política, sindicalismo e ainda estava na escola. Comecei a trabalhar cedo (haaa!) e lembro-me que, na altura tinha um amigo que trabalhava na agência Abreu, que ainda hoje é um grande amigo meu... e continua lá a trabalhar. Na altura ia haver um lugar para poder ser disputado dentro da agência Abreu, na altura para quê, para um pacote, para um bel-boy. ... E eu fui lá e na altura disseram-me há mas tem que ir ao sindicato. O sindicato naquele tempo é que fazia, digamos, o envio das pessoas que estivessem inscritas para os lugares que houvesse disponíveis nas empresas. Portanto, eu constatei um sindicalismo de uma forma diferente. Estou a tentar situá-la! Portanto, em 1976 para eu poder ir à agência Abreu fazer a entrevista, eu tinha de vir enviado por um Sindicato. Isto pós de 25 de abril, eram as comissões de trabalhadores, os trabalhadores tinham muita força, as comissões de trabalhadores tinham de ser ouvidas. E já lhe explico isto...Para situarmos um pouco o papel que os sindicatos deveriam ter na sociedade e que hoje já não tem, mas que influenciaram a minha forma de estar na vida. Eu inscrevo-me no Sindicato da Marinha Mercante Aeronavegação e Pesca, era um dos maiores sindicatos. O sindicato marinha Mercante Aeronavegação e Pesca, era aqui, no Elias Garcia, e eu vou lá inscrever-me. Mas ironia, como não tinha experiência de trabalho não me podia inscrever. (Ah) Não podemos inscrevê-lo! Mas eu sei que vai haver um lugar, não podemos, Mas não podemos, só se for familiar de alguém, não sei quê.. não era. Mas olhe, já que tem a certeza que isso vai acontecer, quando eles nos contactarem, vamos dizer que não temos aqui ninguém, mas temos a informação de um fulano. Ficamos com os seus dados e enviamos. Quando a agência Abreu pedir, vamos dizer que não temos aqui ninguém, mas que temos a informação de alguém, ficamos aqui com os seus dados e enviamos. A agência Abreu pede alguém e eles esquecem-se e entretanto já a agência tinha contrato alguém conhecido. Entretanto, naquele tempo funcionavam os conhecimentos, como hoje funcionam. Fui lá e disse-lhes afinal vocês não enviaram o meu nome para lá e por isso já foi admitido outra pessoa. Então, vamos inscrevê-lo. E inscreveram-me a título excecional. No fundo no meio disto, tive sorte, sabe, porque se tivesse ido para as viagens, hoje estaria nas viagens, se calhar hoje estaria nas viagens e na altura fui para a navegação. Estávamos

Apêndice D – Entrevista ao Presidente da direção do Sindicato Independente da Banca (SIB)

para aí, em novembro e em final de janeiro mandam-me uma carta para me apresentar numa agência de navegação. Sabia eu, lá o que era isso! E lá fui. Só para ter uma ideia de como funciona. O patrão entrevista-me, deixa-me dizer, que na altura tinha acabado de fazer 16 anos, os patrões, eram dois. O patrão entrevista-me, depois dessa entrevista, chamam o delegado sindical e o indivíduo da Comissão de Trabalhadores. Estava completamente fora deste contexto. Quando eu entro para iniciar a atividade laboral. O patrão dá o seu OK, mas tem de ter o OK do delegado sindical e da Comissão de Trabalhadores. Então chamam-me...Isto, numa empresa que tinha 15 ou 16 funcionários. Estiveram um bocadinho a falar comigo. Perguntaram se tinham algum inconveniente em que fosse contratado. E comecei a trabalhar dia 7 de fevereiro de 1977 e daí, este foi o primeiro contacto com o sindicalismo. Havia um acordo coletivo de trabalho que depois eu fiquei conhecido como sendo um revolucionário, mas não tinha nada de revolucionário. Eu simplesmente exigia, exigia não, defendia os meus direitos. Quais eram os meus direitos? Eu comecei a trabalhar cedo, e portanto cheguei aos 18 anos já fazia trabalho de entradas e saídas de navios, caixeiro de mar e trabalhava muitas horas. Lembro-me que a minha primeira direta na vida foi a trabalhar, não era indivíduo de fazer diretas. E isso dava alguns direitos, nomeadamente, se trabalha X horas seguidas, trabalhando noites, trabalhando sábados, domingos, tinham direito a um dia de folga, coisa que eles se esqueciam. Pagavam as horas extraordinárias, mas depois esqueciam-se do resto. Quando um indivíduo faz isto esporadicamente não faz muita diferença, mas quando faz isto todas as semanas e meses, precisa de descansar. Eu dizia, desculpem lá, mas eu preciso de descansar. E então, comecei a ler o Acordo Coletivo de trabalho e conhecia o Acordo de ponta a ponta. Hoje quando os bancários têm uma dúvida ligam para o sindicato. Tem essa facilidade. Quando os trabalhadores têm dúvidas ligam para o seu sindicato. E aí o papel do sindicato é importante na medida que se rapidamente esclarecer o associado relativamente a dúvidas que possa ter em relações laborais, o trabalhador sente-se confortável e inclusivamente ajuda a dirimir alguns conflitos que poderiam existir. Se o trabalhador entende que está a ser abusado, pede esclarecimentos e se não é esse o caso, o indivíduo aí terminou uma contenda que iria entrar em choque com a Entidade patronal. Se vimos que tem razão, encaminhamo-lo para resolver de uma forma pacífica e...

Digamos que, fui buscar isto, para lhe dizer que em termos do contexto da sociedade é importante para pacificar um pouco as relações que existem de trabalho, porque não existe trabalhadores sem Entidades Patronais nem Entidades Patronais sem trabalhadores. Tem de haver um compromisso entre as partes. Claro que, sabemos que há entidades que abusam demasiado dos seus trabalhadores. A própria a banca também faz isso, você sabe isso! E temos trabalhadores que se agarram demasiado aos seus direitos (não é?) e esquecem os seus deveres. Portanto, temos aqui que conjugar. Os sindicatos têm um papel apaziguador na sociedade, para manter uma paz social, que é

importante que seja mantida. Em que as pessoas... em que haja equilíbrios... porque as pessoas tem tendência a não estar satisfeitas na sua vida...Depois estão sempre... Não sei se me faço entender?

A.M.- *O papel dos sindicatos reivindicativos, talvez de outrora, greves. Acha que é esse o caminho que se deve seguir?*

F.F. - Eu aprendi...pós 25 de abril acabei por ler Lenine e Marx, e portanto fiquei com uma noção, acabei por ler, fiquei com uma noção, como quando era miúdo também li a bíblia. Portanto, não faças aos outros, o que não gostas que te façam a ti. E Li um pouco... E há uma coisa que é importante perceber, é que a greve deve ser a última arma a ser utilizada. Sempre! Aquela derradeira arma que se deve utilizar quando já não há hipótese de se consegue atingir o objetivo de negociação que se está a propor. O que aconteceu, penso eu e ainda hoje acontece é que há muitos sindicatos foram instrumentalizados por forças políticas, que foram fazendo os seus caminhos consoante lhes interessava. Portanto, serviram-se destes sindicatos dos trabalhadores para fazer determinadas reivindicações, determinadas manifestações, determinadas greves, que levavam que os governos que alterarem-se as suas posturas para aqui para acolá. Criar alguma situação de instabilidade, etc., etc., para tirar proveitos eleitorais. Utilizou-se sindicatos, trabalhadores para outros fins que não seria a defesa dos trabalhadores. E ainda hoje se mantém! E ainda hoje se mantém! E se era possível fazer reivindicação, no tempo temos pleno emprego ou próximo de pleno emprego, começamos com 16 ou 16,5% desempregados é impossível...a força reivindicativa dos sindicatos é muito pouca. Porque, se a força de trabalho está ocupada, a entidade patronal terá interesse em manter a sua mão-de-obra na empresa, porque se ela sair, dificilmente a repõem porque há pleno emprego. Quando há pleno emprego falamos de 3 ou 4% de desemprego. Se a força de trabalho não está ocupada facilmente a repõe, se não querem não faz mal, temos não sei quantos para virem trabalhar. A força reivindicativa é outra! O que vemos é as greves. Há as greves que são feitas pelos setores, tem uma força por via da estatização, não vê as empresas privadas a fazer greve? A força reivindicativa dos privados é muito baixa. Vê no setor dos transportes, vê no setor da administração pública e de alguns setores, professores, não digamos a administração pública no seu geral, vê no setor dos transportes, da administração pública, os professores, os transportes, os transportes marítimos, o metro, a Carris, o STCP do Porto. Não vê muito mais! Viu o movimento espontâneo dos camionistas, que fizeram quase parar o País, no tempo do Sócrates. Mas digamos, ali uniram-se os trabalhadores e os patrões para reivindicar determinadas situações. Uma paralisação destas teve força porque teve também o apoio da entidade patronal. Ali estava em questão mais o transporte privado do que o público. De resto, a banca, qual o poder reivindicativo da banca, hoje? É muito pouco, aliás a banca propõem-se simplesmente liquidar o acordo coletivo de trabalho. E o que é que se pode fazer? Negociar. Negociar o quê? Neste momento. É um bocado complicado, mas já lá iremos com certeza.

A.M. -. *Em que aspetos/dimensões podem hoje os sindicatos ser úteis? Além do papel conciliador quais outras dimensões?*

F.F. - Os sindicatos teriam uma utilidade enorme, nomeadamente, em eventos sociais, em encontros de associados, a nível cultural, a nível de lazer...Eu digo teriam, porque em termos financeiros, os sindicatos não tem, a nível global, a questão da banca é um pouco diferente, mas a nível global. Os sindicatos, o que é que tem? Financeiramente, não tem grande viabilidade económica. Teriam um papel ótimo, no sentido de juntar associados para fazer encontros de cultura e de lazer de várias atividades, até de formação, até de formação. Mas hoje os fundos europeus para a formação estão esgotados. E não podem as Entidades Patronais esperar que os sindicatos vão criar formações para darem aos trabalhadores que são deles e eles é que lhes deveriam dar formação. Quando os sindicatos não têm dinheiro porque vivem da sua quotização. O caso da banca é um pouco diferente, a quotização e as contribuições para o SAMS. Aliás, tiveram um papel importante quando havia uma maior sindicalização das pessoas, hoje há muito pouca. A banca tem 70 a 80% de sindicalizados por via do SAMS, mas os outros sindicatos têm 15 ou 20% se tiverem.

A.M – *Acha que é só isso? Não acha que é mais?*

F.F. - Eu penso que não, 80%. Há muitos não sindicalizados, neste momento. As Entidades Patronais promoveram muito a não sindicalização. Veja se o caso do BCP tem cerca de 1800 a 2000 trabalhadores que não são sindicalizados, em 8500. Uma percentagem muito elevada. Conforme este, também muitos outros bancos apostaram na não sindicalização. Porquê? Porque primeiro cativavam o trabalhador dizendo se você quiser, tem SAMS na mesma e não precisa de ser sindicalizado. Primeiro não os mandavam para os sindicatos independentes, juntavam o útil ao agradável, mandavam para os sindicatos que poderiam manobrar e aliciavam o trabalhador que não tinha de fazer desconto para o sindicato. Era mais dinheiro que poupavam. Esqueceram-se que existe uma rubricazinha no IRS, a quotização sindical seja abatida quase na totalidade. A Entidade Patronal joga com isso. 80% e depois mais 10% no fim de contas, são 90% que pode ser deduzida no IRS, mas as pessoas esquecem-se disso. Pensam no imediato! Esquecem-se que existe uma rubrica em que a quotização sindical é deduzida no IRS. 8, 9, 10 euros é mais dinheiro que fica. E a Entidade Patronal joga com isto desde 2006. O BCP e os outros bancos também fizeram a mesma coisa. A entidade Patronal joga com isso, indo para o norte, centro ou sul e ilhas não era obrigatório serem sindicalizados.

A.M - *Os sindicatos independentes obrigam que sejam sindicalizados para poderem usufruir do SMAS.*

F.F - Sim

A.M - *Já não é de hoje que se fala em crise do sindicalismo. Concorda com a ideia? Quais os principais fatores (indicadores) da crise do sindicalismo?*

A.M. - *Já não é de hoje que se fala em crise do sindicalismo. Concorda com a ideia? Se sim, quais os principais fatores (indicadores) da crise do sindicalismo?*

F.F. - Não é de hoje! Já não é de hoje, a crise vêm... Houve uma desacreditação dos sindicatos. Porque se os sindicatos defendessem o direito dos trabalhadores, os trabalhadores compreendiam. Os sindicatos foram um pouco absorvidos pelas forças políticas e vez de defenderem os interesses dos trabalhadores, defendiam o interesse de determinadas posições políticas. Os trabalhadores sentiam que no fundo estavam a fazer greves que não era para o interesse deles, mas para o interesse de outros. Houve greves por tudo e por nada. Que não levavam à conclusão do que eles pretendiam obter. Não vendo que isso lhes fosse tão favorável, e também pela conotação política que isso lhe dava. Começou a ter-se a conotação que os sindicatos eram todos comunistas.

A.M. - *Falta de informação? Uma ideia correta dos sindicatos...*

F.F. - Os sindicatos, ditos tradicionais, no contexto destas partidarizações, filiados naquelas centrais sindicais, meteram (digamos, utilizando um termo antigo) uma cassete e a cassete é sempre a mesma

A.M. - *Não houve evolução?*

Não. Portanto, como vê ainda hoje a cassete de quem fala nomeadamente da UGT e da CGTP, quando falam... o discurso não difere muito da base, quer dizer, porque... se formos a ver, com toda a franqueza, quando um assunto está a ser iniciado e logo a seguir há uma entrevista e o indivíduo já tem capacidade de resposta. Não é possível... Ele joga com as palavras e o discurso é sempre o mesmo como fazia o Sócrates tinha sempre resposta para tudo, mas, era uma variante. E portanto, os sindicatos ficaram um pouco ultrapassados por isso, os trabalhadores desacreditaram neles.

A.M. - *Acha que os sindicatos perderam poder face a quê ou a quê?*

F.F. - Perderam poder por uma razão muito simples, primeiro perderam associados, se não tem muitos associados o seu mandato. a sua força é menor, por outro lado tem vindo haver, por parte dos governos (sejam eles quais forem, não estamos aqui a discriminar ninguém, sejam eles quais forem) uma tentativa de redução do poder dos sindicatos. Talvez tenha a ver com o fato dos sindicatos serem demasiado politizados. Os sindicatos serem uma força de oposição, em vez de ser a oposição na Assembleia, serem os sindicatos a oposição. Vão jogando no sentido de ir retirando poder aos sindicatos Não haveria muito interesse nisso, como os sindicatos se tornam naquilo que falamos há pouco, eles acabam por lhes tentar tirar poderes e depois dão o poder às Comissões de Trabalhadores. Ainda não chegamos à fase em que as Comissões de Trabalhadores podem negociar diretamente com a Entidade Patronal, está a entender? Mas em parte já podem. Já começam, a poder. No caso da Autoeuropa negocia com a Comissão de Trabalhadores dos trabalhadores da

sua empresa e borrija-se para o setor em si? E isto vai sobrepor posições... O que é que está a acontecer?

A.M.- *As comissões de trabalhadores podem ser uma ameaça aos sindicatos?*

F.F. - Não podem ser uma ameaça porque tem papéis diferentes, simplesmente...

A.M. - *Uma das funções dos sindicatos seria desempenhado pela Comissão de Trabalhadores?*

Exatamente! Exatamente! Acaba por ser. O que você vê? Os sindicatos acabam por se introduzir dentro das Comissões de Trabalhadores. Portanto, quando há eleições para a Comissão de Trabalhadores, não há trabalhadores que se unem e que formem uma lista para defender os interesses dos seus colegas. Não. Você vê na Comissão de Trabalhadores de qualquer banco, ou qualquer empresa é os sindicatos e os...

A.M. - *Os partidos políticos?*

F.F. - Que estão por detrás. Colocam lá as pessoas chave que lhes interessam e depois manobram. Você vê que nas eleições hoje consegue-se manobrar e saber quem que vai ganhar as eleições, as grandes empresas de marketing. Os partidos e os sindicatos sabem quais as pessoas chave que depois colocam para manobrar tudo o resto. Tem uma grande tarimba, de como dar a volta às situações de como manipular uma assembleia, uma ata, uma simples reunião, eles acabam por introduzir as pessoas lá, cada um tenta meter um maior numero lá dentro, o que vê? Depois constata, dentro da sua instituição, uma grande guerra entre eles, isto é que desacredita, isto é mais uma coisa para desacreditar os sindicatos e as Comissões de Trabalhadores e tudo o que rola à volta disto. Mesmo um trabalhador que não se envolve nisto e espera que quem está na Comissão de trabalhadores minimamente defenda os seus interesses, depois vê que começam a fazer comunicados, que estes 3 defendem isto e os outros aquilo, nem sequer há um comunicado conjunto.

Depois os bancos em que têm os Conselhos de Empresas...

A.M. - *No Banco Espírito Santo...*

F.F. - No vosso banco, depois é a guerra de quem vai ser o coordenador do Conselho de Empresa, depois é a guerra de quem vai ser o coordenador da Comissão de Trabalhadores. De 11 elementos só se obtêm uma maioria de 6. E depois, nunca há 6 para votar, e depois, há aquelas alianças e depois, é sempre aquelas tendências, a tendência dos TSD, das unitárias, do não sei quanto. E há uma coisa que eu lhe garanto, eu não me meto em nada disso! Porque os sindicatos não se deveriam meter nessas funções, deveriam deixar os trabalhadores a fazer a sua própria organização. Se eles precisassem algum apoio logístico para efetuar campanhas ou não sei quê que mais, era uma coisa. Agora estar os sindicatos a meter as pessoas que são da Direção. Filiados até podiam por. Agora, depois influenciá-los, é que não podiam ser! Por isso é que fazem visitas aos balcões. Imaginam, chegam a um balcão está tudo quebrado e as pessoas queixam-se da humidade para não

falar de outras coisas. Numa próxima reunião da Administração, estivemos no Balcão tal, é má imagem para o banco, as pessoas queixam-se disto e disto...

A.M. - *Esse é o papel das Comissões de Trabalhadores. Está a ver as pessoas queixam-se disto e disto, a própria CT tem de apresentar trabalho. Eu também pertenci à Comissão de Trabalhadores.*

F.F. - Você também esteve na Comissão de trabalhadores? Ah sim?

A.M. - *Pela lista do Sindicato dos Quadros. A Comissão de trabalhadores fomentam a queixa, os trabalhadoressão incentivados a apresentar queixa, também para a própria Comissão de Trabalhadores de apresentar trabalho.*

F.F. - Lá está, isso é uma forma errada de estar. Se num determinado mês não há nada a reportar, ótimo, não se reporta. Este mês felizmente não temos nenhuma queixa a apresentar. Sabe o que eu acho. As Comissões de Trabalhadores... a banca são muito formais. Já estive em alguma reunião?

A.M. *Sim. Estive numa que foi precisamente num corte do 356, foi uma reunião breve. Numa reunião da Administração. Num comunicado de cortes de salários*

F.F. - É o que fazem com os sindicatos quando pensam tomar determinadas medidas, convocam os sindicatos. Quando as pessoas vão a uma reunião com a Administração, ficam por um lado, ficam muito perturbados, por outro ficam se calhar um pouco envaidecidos. E não se sentem à vontade para dizer o que pensam. Devido ao formalismo que aquilo tem. Isto é uma forma de jogar pela Banca. A Banca funciona assim mesmo. As pessoas acabam por sentir aquelas imponências, aquelas salas de reuniões e em vez de mandar cá para fora, aquilo não sai!

A. M. *Individualismo?*

F.F. - São fatores que vão enfraquecendo os sindicatos

A.M. - *A alteração legislativa?*

F.F. -O código do trabalho em que de alguma forma vem retirando alguns direitos aos trabalhadores e que se sobrepõem muitas vezes à própria negociação coletiva que estava negociada entre os sindicatos e a entidade patronal, a alguns direitos que estavam a ser negociados. Cláusulas e que depois temos de se fazer o ajustamento, e que depois vão retirando, digamos... Lá está, vão retirando. Eu compreendo que tem que haver alguma flexibilização no meio disto tudo. Mas, porque precisamente a forma de sindicalismo noutros tempos, levou que as pessoas sobreviviam sem nada fazer, defendiam os seus direitos, esqueciam-se dos deveres e a Entidade Patronal A entidade patronal dificilmente conseguia tomar uma atitude perante aquelas pessoas. Outros, propunham uma reforma antecipada, uma reforma choruda. Era a forma que as Entidades Patronais tinham para se livrar de algumas situações. Começa a ter hoje flexibilização e caminhamos para um dia destes, já se está a falar, em indemnização por despedimento sem justa causa. Um dia está a trabalhar para mim, e eu chego aqui e digo-lhe: lamento mas já não quero continue que esteja a

trabalhar para mim. O despedimento por justa causa, sem justa causa, implica que lhe dê X, você vai-se embora. Isto é uma liberalização do despedimento. Seria mais liberal se te dissesse não te quero mais a trabalhar aqui e vai-te embora. Retiram direito aos trabalhadores e força aos sindicatos, estão interligados, não há hipótese!

A.M. - *E a questão do individualismo?*

F.F. - Isso acontece por duas razões, primeira pelas questões políticas, adjacentes ao sindicalismo, ainda continuam a ter esta conotação política e por outro, entendem que o patrão vai valorizar mais o facto dele não ser sindicalizado. Se o individuo não tem receio de não ser sindicalizado....O individuo tem confiança do seu trabalho, não precisa de apoio (digamos) sindical para ter um bom desempenho, sendo que nunca vai necessitar de ter qualquer... Normalmente o individualismo leva a isto, mas, é uma questão financeira, também, também, mas é essencialmente falta de informação. Se não houver sindicatos a negociarem o acordo coletivo de trabalho que vão lá e negociam os aumentos quando existem. Agora não há aumentos desde de 2010. A banca tem de dispensar pessoas. A nível doméstico tem prejuízos acumulados. Nós podemos dizer e os lucros que já tiveram? Os lucros passados. E os outros que já tiveram o passado é passado, defendemos trabalhadores mas também...

Eu também compreendo bem. Nós aqui, somos um sindicato, defendemos trabalhadores mas, também temos trabalhadores. Por um lado temos de fazer a questão de trabalhadores e as coisas não podem ser às vezes como as pessoas pretendem. Repare, se a Banca não aumenta desde 2010, acha que devo aumentar os meus trabalhadores aqui? As minhas receitas mantêm-se ou diminuirão? Porque a banca têm vindo a reduzir. Mas você é um sindicato e deveria dar o exemplo e aumentar de acordo com a inflação. Deveriam dar o exemplo! Já que a banca não faz você deveria aumentar. Pois é, mas eu vivo de acordo com as receitas que recebo da banca. Se aumentar os meus trabalhadores, vou ter menos margem.

A.M. - *No SIB são poucos trabalhadores?*

No SIB está a falar de poucos trabalhadores. Nós aqui somos pouco trabalhadores. O SIB somos 8 no SAMS, a contabilista que é *outsourcing*, advogados são *outsourcing*, digamos assim, utilizamos os 4 ou 5 advogados do SNQTB, pela confluência dos Sindicatos independentes. Não justificava a nós termos um corpo de advogados, se bem que isso por vezes me traga amargos de boca, mas se entre o deve e o haver e se entre o deve o e haver fica neutro. Paciência! E portanto temos 8 funcionários que se limitam a trabalhar no SAMS. Porque desenvolvemos toda a informática à nossa imagem, toda a informática foi desenvolvida por nós. Nós começamos do zero, em vez de começar por cima começamos por baixo. Daí que mantemos o nível de serviço que tínhamos há dez anos atrás. Há medida que vamos sentindo necessidade de pôr alguém, colocamos. Mas a formação demora 6 meses, mas neste momento somos 26, mais eu a tempo inteiro e o meu

tesoureiro. Depois, temos *outsourcing* de contabilidade, advogados e a programadora que é uma associada nossa, que também trabalha em *outsourcing* que vêm aqui e vai desenvolvendo a programação que é necessária e vem cá fora de horas ou ao fim de semana. E portanto, de resto... também somos poucos, sabe? Este sindicato é pouco em tudo. Elementos da Direção, somos 5, os outros sindicatos são 10 ou 11 ou mais. Só estou eu a tempo inteiro e o meu tesoureiro está a tempo inteiro mas já está reformado. Fazemos reuniões por exemplo fora de horas às 7 ou 7 e 30 até à hora que for necessário... As pessoas estão a trabalhar, as nossas reuniões, nas reuniões da direção estão presentes o presidente do Conselho Fiscal, o presidente da Assembleia (se quiser estar presente) de resto todos os elementos estão próximos. Até nisso, nós fazemos uma coisa, seria interessante alargar as pessoas do Porto, pessoas da Madeira, mas o custo que isso implica? Vir aqui às reuniões de 15 em 15 dias, teria de dormir aqui, tinha de faltar um dia ao trabalho, refeições... Outros custos Conselhos Gerais, se tivermos pessoas... Cada vez que há Conselhos gerais, essa gente, Porto, Braga, Bragança, Vila Real, Viseu, Coimbra, bom e então normalmente o que fazemos. Quem faz a lista sou eu e o mais longe que tenho é um da Caixa de Leiria e é este colega do BCP (o de Ponte de Sor), que vem de Ponte de Sor quando vem às reuniões, que são duas vezes por ano. Tentamos evitar que haja reuniões extraordinárias, os custos também são reduzidos. Fazemos reuniões duas vezes por ano.

A.M. Parecem-me uma estrutura muito pequena?

Temos 3.315 associados à data de hoje de manhã, o que representa um número de 8 643 beneficiários. Já é um número razoável para dar assistência, tendo em conta que todos estes sócios são ativos. Tendo em conta que todos estes sócios são ativos, são 3.315 sócios ativos. Isto é um número significativo e representa mais do que o Sindicato do Centro. Só que nós mantemos a mesma postura, sempre da mesma maneira, a tal diferenciação. Uma coisa é defender trabalhadores outra coisa é ser Entidade Patronal. Isto não é para dar lucro, mas não é para dar prejuízo. Se calhar a pergunta não foi bem respondida?

A.M. – Falta de conhecimento por parte da sociedade falta de interesse ou ideia errada. O que pode ser feito para muda a falta de conhecimento?

F.F. -Os sindicatos independentes vieram trazer um novo alento ao sindicalismo, as pessoas começaram a pensar os sindicatos independentes significa um desprendimento de partidos. Os nossos dos trabalhadores... Em vez de estar a defender interesses... Veio dar uma lufada de ar fresco. A questão que se coloca, os sindicatos independentes não são aceites pelos parceiros sociais, porquê? Porque já estão lá introduzidos... não me quero meter em política! Os sindicatos independentes não são aceites nos parceiros sociais. Mas tem de compreender o seguinte, os interesses instalados são sempre os mesmos, os partidos políticos, tem uma forma de estar na vida, de financiamento. Os assentos, digamos, nos órgãos de Concertação Social são os mesmos,

também são financiados pela UGT, CGPT, em termos de representação de sindicatos, depois têm as várias confederações patronais, são todas elas subsidiadas pelo orçamento Estado.

Enquanto que as entidades patronais quando surge uma nova federação patronal, mesmo que não haja um alargamento do número de elementos. Há uma entidade, por exemplo o fundo de turismo, há um elemento que abre a porta para que a outra Federação Patronal possa ter lugar, dos seus 3 libertam um e fica só com dois. Se for perguntar ou à CGT à UGT que tem lá 10 pessoas, se aceita que fosse introduzido da Confederação Sindical como por exemplo a USI, eles dizem logo que não nem pensar, nem que fosse dar um lugar, um deles, nem pensar. Está fora de questão.

A.M. - *Isso era perder o poder? O que poderia ser feito?*

F.F. - (hesitou) O que é que poderia ser feito? O que é que poderia ser feito? (repetiu a pergunta duas vezes em voz alta como se não houvesse solução.)

A.M. - *A nível de sociedade, que os trabalhadores aderissem mais aos sindicatos?*

F.F. - Os trabalhadores para aderir mais aos sindicatos, digamos é incrível, mas as pessoas, realmente vão mais pelos benefícios que se possam dar, sentirem que tem de dar qualquer coisa, do que pelo interesse próprio dos interesses dos trabalhadores, penso que já não é por aí. Nós aqui temos, prestamos muitos serviços de saúde, de apoio e depois ainda criamos viagens de lazer. O vosso sindicato (SNQTB) também tem o golfe, para as elites, tem e outras coisas. No fundo, se pudesse ter, para as elites golfe...

A.M. - *Isso não é para as elites?*

F.F. - Não é para as elites mas repare, para isso teria de fazer o que me está agora a perguntar a mim. O que podem os sindicatos fazer para os trabalhadores aderirem ao sindicalismo? Tenho de fazer a pergunta ao contrário, o que é que o golfe tem de fazer para mostrar que não de elite? E mais pessoas poderem aderir ao golfe e esta é ideia geral que fica.

O que podemos fazer para que as pessoas possam vir para os sindicatos? Como é que se faz isso? Campanhas, formação? Mais do que formação é a atitude dos sindicatos e ela na prática ainda não mudou. Como lhe digo, se na Concertação continuam os mesmos órgãos, os mesmos entrevistados, a cassete é a mesma, o que é que os trabalhadores que estão cá fora entendem sobre sindicalismo, é aquela imagem que fica! O que acha que os trabalhadores cá fora entendem o sindicalismo?

A.M. - *Tendo em conta a opinião geral de que os sindicatos precisam de renovação e rejuvenescimento, qual é a sua opinião?*

F.F. - O problema... eu estou nisto há 14 anos, 15, vou fazer agora em maio 15 anos. Estou desde o início do sindicato e aquilo que eu tenho feito neste 15 anos... Não, vamos ser mais pragmáticos, o que eu tenho feito nos últimos 10 anos, é tentar limpar a imagem do que é um sindicalista! Não tenho feito outra coisa. Qual é a interpretação que um trabalhador num determinado local tem de quem o visita de um sindicato. Lá vem mais um tacho! Olhe lá, Não tem lá um tacho para mim,

também me dava jeito? Eh! pá, estou farto disto. É só objetivos e chatices. Arranje-me lá um tacho para mim. Este é o conceito que toda a gente tem. Da Comissão de Trabalhadores e até do secretariado sindical! Não quis trabalhar, foi para o sindicato e agora faz o que quer e que lhe apetece. Aquilo que eu fiz nos últimos 10 anos, foi exatamente tentar limpar a imagem do sindicalista, que esta imagem que as pessoas têm. E como é que é que ela se desenvolve? Trabalho, visitas, conversa, de demonstração que aqui não há interesses políticos por detrás, tentamos é defender o trabalhador e ninguém que nos vêm influenciar. A própria postura do sindicato, da sua direção. Não temos forças políticas, nem tendências políticas, de jeito nenhum. Até os Estatutos tem de considerar que pode haver várias tendências. O ministério do trabalho tem de dizer o que lá está consagrado. Isto já é obrigar! Os sindicatos independentes organizam-se de forma diferente e tem pessoas à sua volta sem conotações políticas, mesmo que cada um deles seja filiado em qualquer partido. Todo este trabalho, depois, transmissão aos colegas, as visitas, do diálogo...

Quer ver, por que nunca criamos, nem interferimos em Comissões de Trabalhadores. Podíamos criar uma Comissão Sindical? Em todos os Bancos. Podíamos criar 3, não, podíamos pedir 5. Mas repare, depois eu teria de estar a controlar qual o discurso desses cinco estavam a ter com os nossos sócios ou possíveis sócios. Imagine BPI 3 ou 4 elementos. Como é que se controlam essas pessoas? Cada um vai ter um discurso, mesmo que demos formação, cada um vai ter um determinado discurso, mais populista, menos verdadeiro, outros vão seguir com rigor aquilo que se pretende, se calhar não atingem os determinados fins que se pretendem. Se fossem vocês fariam isto? Não, foi aquela pessoa que disse. Portanto, controlar essas pessoas todas a terem um discurso unânime, é muito difícil, não vale a pena, a imagem que fica, a nossa postura é aquela. Não temos delegados sindicais, não temos Comissões sindicais, não interferimos em Comissões de Trabalhadores. Nós somos diferentes de todos os outros. Lembro-me que há uns tempos... deixe lá!

A.M -Como tem sido feita essa revitalização?

F.F. – É tentar incentivar a juventude, este ano vai haver eleições no meu sindicato. Para eu obter 31 elementos para os órgãos, (não devia dizer sito!), tenho de lhes garantir que eles só vêm cá duas vezes por ano. Organizam-se as reuniões a duas sextas feira. Para não lhes estragar o tempo e a sua vida pessoal. E parece que no fundo as pessoas me fazem um favor para virem cá. Para terem “Corum” preciso que venham 16. Mando uma convocatória mas depois telefono a cada um deles, porque senão aparece 15 ou 16. E gosto de ter o órgão completo, telefono a todos. Mais, desde o início, todos os anos quando é reunião do orçamento para o ano seguinte, faço o jantar de Natal, tento que fiquem mais um pouco, que tragam as mulheres, companheiros. Veja, é uma vez por ano e mais uma reunião em março. Está a ver a ideia? E eu ainda tenho a felicidade de quando ligo para as pessoas, já me conhecem a alguns anos e tento colocar uns jovens, mas puxar para comparecer a virem cá. Tento ter um discurso que seja abrangente e que os puxe, que os faça interessar, ninguém

se interessa, ninguém quer ter este trabalho. Querem ter defesa de direitos mas não querem ter obrigações com a sociedade.

A.M. Enquanto atores do mundo do trabalho, como acha que os sindicatos melhor se podem classificar: como atores de classe (que apostam no conflito), atores da sociedade (abrem a porta à negociação) ou atores económicos (que atuam no mercado numa lógica mais concorrencial/competitiva/quase empresarial)?

F.F. Não, na segunda acima de tudo. Não penso que a terceira. Como concorrentes não, porque nem a Banca gostaria. É uma asneira, você sabe disso. Isso depois cria conflitos e desrespeito. As entidades patronais vão dizer assim, estes indivíduos fazem-nos concorrência.

A.M. - Falo de atores económicos como quando compram ações? São atores económicos porque interferem na sociedade.

F.F. - Os sindicatos não tem dinheiro para isso, nem o seu. Para ter algum peso, ter lá valor residual, só para ir a uma assembleia, não tem poder de voto. Algum peso económico numa dessas entidades, para já são tantas que era impossível ter um impacto em alguma delas. Mesmo que pudesse juntar numa só, sujeito a acusado de ser discriminatório. Os sindicatos têm necessidades que depois são concorrenciais com os próprios bancos e obviamente isso não faz sentido. Não tem decisão nenhuma numa dessas entidades. Não há hipótese económica para isso. Vivemos dos associados que trabalham nesses bancos e não podemos a estar a criar concorrência a esses Bancos. E mais ainda, repare é que os estatutos não permitem isto, os meus estatutos não permitem isso. As aplicações dos sindicatos devem ser feitas em depósitos a prazo, garantidos, não podem ser dispersas em ações e outras coisas. Os nórdicos têm esse hábito de comprar ações e ter interferência nas sociedades, mas tem outra capacidade financeira que nós não temos. Não podemos comparar-nos ao sindicalismo nórdico, cada um tem de se cingir ao local onde está. Temos de ser atores sociais, abertos ao diálogo. Isto é um mercado tão pequeno, nós só podemos reivindicar aquilo que é reivindicável. No outro dia, por exemplo, a Credibom estive lá numa comissão de acompanhamento do fundo de pensões e diziam-nos que pretendiam negociar negociações para um Contrato Coletivo de Trabalho, um AE (eles tem uma atividade específica) e enfim de contas é o que tem que ser, quando tem o ACT da Banca, depois ficam ali algumas lacunas que para eles não servem e que traduz-se em mais encargos para eles, quando eles não têm margens para isso, por isso querem um AE. Temos de abrir a porta, conciliar e abrir a negociação para que sirva também a Entidade Patronal. Porque a entidade patronal com o ACT se ficar sempre em desvantagem. No tempo das vacas gordas era fácil gerir isto, em tempo de vacas magras todos os recursos são poucos. Quando estamos nesta fase, temos de tentar reduzir custos, e aquelas cláusulas que lhes estão a ser impostas estão a ser bastantes prejudiciais. Que antes não se notava muito mas que agora se nota, tem de se ajustar à realidade deles. Tem de haver uma abertura.

A.M.- A relação de proximidade entre sindicatos e partidos políticos é frequentemente vista como sendo algo que enfraquece os sindicatos. Concorda que se trata efetivamente de uma fraqueza? Ou seja, na sua opinião é importante os sindicatos estarem ligados a estruturas político-partidárias ou não? Isso enfraquece os sindicatos ou não?

F.F. - Você vai tirar a conclusão. É assim, os sindicatos que estão no seio dos partidos políticos, nomeadamente aqueles que estão agora no poder, acabam por tirar dividendos disso. Vou tentar concretizar. Quando foi a integração dos bancários na segurança social houve um Acordo tripartido, foi o Sindicato dos Bancários do Norte, Sindicato dos bancários do Centro e o Sindicato dos Bancários Sul e Ilhas, através da Febase, Governo e a Segurança Social, 3 entidades. Acordo tripartido, mas quem fez todo o trabalho disso fomos nós, os Sindicatos Independentes, fomos nós, eles foram fazendo também simultaneamente, nós fomos abrindo a porta. Aliás, era uma reivindicação muito antiga do Dr. Afonso Diz, mas depois ele não quis recuar, mas isto é a minha opinião a nível pessoal. Em tempos idos fazia sentido que os bancários fossem integrados na Segurança social era mais vantajoso para os bancários, em tempos passados presentes já não fazia sentido. Mas quando as pessoas têm um caminho, que é esta trajetória, depois já não veem para os lados, nem em frente e então abriu-se a porta, escancarou-se a porta. Quando a Banca por sua iniciativa pediu isso, primeiro devíamos ficar muito apreensivos com isso e não ficamos, ficamos muito contentes. Porque parece que ao fim de 15 anos vinha ao encontro do que se pretendia, eles vieram ao encontro do que se pretendia quando eles quiseram, quando viram que era muito mais vantajoso para eles. Hoje compreende-se face a crise financeira, mas passaram o problema para a Segurança social, ou seja os bancos livraram-se do problema e jogaram para a segurança social, e jogaram para os contribuintes todos. Vamos dizer receberam os fundos de pensões que usaram indevidamente, mas esses fundos de pensões eram suficientes para provisionar o que era preciso. Toma lá estes 5 mil milhões de euros e ficas com um encargo de pagar isso. Para quem vai ter de pagar isso, são os contribuintes todos, os Bancos livraram-se de um problema, de um problema grave que iam ter nas mãos. E agora vão-se livrando de outros, os bancos vão-se adaptando, e os sindicatos temos de ir adaptando, perceber, sentir que naquele momento não era isso que devia ter sido feito, aquilo não ia trazer vantagem, não era aquilo que deveria ser feito, mas abrimos a porta, pronto. O Acordo Tripartido é que foi publicitado, houve um acordo tripartido daquelas entidades, os sindicatos independentes nem sequer foram falados. Agora, houve um acordo com o BCP, nós tentamos reivindicar o mais possível, eu pessoalmente era da opinião que o banco teria de tomar as medidas necessárias, nem que tivesse de ser um despedimento coletivo, nem parece um sindicalista a falar, mas tem de ser.

Porque cada um tem de cumprir as obrigações e não é esperar que depois num momento de aperto, os sindicatos abram as pernas, está bem, nós aceitamos uma redução salarial para evitar que os que

são despedidos tenham menos contribuição, vamos castigar os outros todos com uma redução salarial. Não evitando com isso que não se dispensem os mil trabalhadores que é necessário dispensar, e não fazendo contas, tão pouco que isto não vai levar a nada.

Quando chegar a 2017 diz pode fechar o ano com 7500 trabalhadores e assim poupamos 400 postos de trabalho. Eu digo isso não é verdade, porque quando chegar a 31 de dezembro de 2017 o banco nem 6500 trabalhadores têm. Estivemos aqui a aprovar uma redução salarial. Isto foi balão de ensaio, foi um balão de ensaio de quem? A questão política à mistura. Quem é que esteve sempre disponível para dizer que sim desde o início, foram os sindicatos ligados à UGT, ligados ao governo, ligados ao poder. Porquê? Porque interessava que houvesse uma redução salarial do BCP, justificada pelos três milhões empréstimo do estado, pela intervenção...o interesse enorme que houve em conseguir esta redução salarial foi um balão de ensaio para o resto da sociedade. Quando for aprovada a portaria de extensão para os tais não sindicalizados, que o próprio banco cultivou e incentivou que não fossem e que agora se fossem sindicalizados não era preciso pedir a portaria de extensão, isto vai atrasar o processo. Quando isto estiver aprovado, os outros bancos vão seguir o exemplo e o resto da sociedade vai seguir o exemplo. Ninguém viu isto? Eu alertei toda a gente, até ao Rui Riso do SBSI, isto é só aplicável ao BCP. Porquê? Há 14 anos no sindicalismo, pensava eu que era um anjinho! Porque havia interesses políticos à mistura para que se autorizassem isto. Quando pergunta, se há proveitos? Como vê eles já tinham a opinião deles feita, antes de começar a negociação. Estivemos até às nove e meia da noite do dia anterior a discutir e a garantir que não ficava assente o despedimento coletivo para aqueles trabalhadores, ali a marrar até às nove e meia do dia anterior e eles levaram tudo de mão beijada porque eles já tinham aceite que era assim.

A.M. - *Porque negociam em salas separadas? Porque é que isso acontece?*

F.F. - Quando cá cheguei ao sindicalismo, já era assim. Porque os outros sindicatos quando o SNQTB tentou entrar nas negociações não aceitaram que estivessem na mesma sala, discriminaram o Sindicato dos Quadros, não o queriam na mesma sala. Isso terá levado a que passou a houvesse negociações em separado. Quando o Sindicato Independente da Banca foi criado em 1999 e passou a estar nas reuniões, até porque o Sindicato dos Quadros não representava todos os trabalhadores e assim já havia uma representação global. Houve penso pelo menos 2 tentativas porque não nos reunimos todos. Uma delas o Dr. Diz dizer sito era assim e não valia a pena alterar. E outra em que os outros sindicatos a dizer que já era assim, deixe estar assim! De facto são posturas completamente diferentes?

A.M. - *Os sindicatos deveriam de estar do mesmo lado?*

F.F. - Em 2006, 2007 houve um aumento na Banca e nós reunimos os sindicatos todos, porque estava haver uma postura da Banca que não dava mais prestígio. E nós reunimos e dissemos não podemos aceitar porque estão a dar abaixo do valor da inflação, tínhamos de reivindicar, imagine

que tínhamos pedido 3.5 % e falamos entre todos os sindicatos. E a estratégia foi, não baixamos dos 3%. Está combinado! Logo a seguir, eles colocavam logo no jornal deles, os sindicatos não estão disponíveis para baixar dos 2.5%, e claro, quando, chegamos à reunião seguinte. Aquilo é faseado, reúnem connosco e duas horas depois com os outros. Primeiro com os outros e depois vice-versa, naquele dia, nós éramos primeiro. Às 9 da manhã, os Sindicatos do Norte e Sul e Ilhas 2.8%, assim é que é. Isto calculado ao euro inferior dava 2.85%, não, 2.75%. Portanto, olhe, damos 2,5% e fechamos o acordo. Mas depois, por que lá está, quando se arredonda para o euro inferior, faz logo baixar a margem. Tinham dito que no mínimo era 3.5. Desvirtuaram tudo! Ficamos à espera deles cá em baixo. Duas semanas depois, (olhe foi naquela vez que disseram que iam para a conciliação), fizeram bluff e nunca foram para a conciliação. Fecharam a negociação entre eles. Nós fomos para a conciliação e eles nunca foram e fecharam em 2.65. Aprendi uma grande lição. Não vale a pena confiar nesta gente! Os pontos de vistas são diferentes. Temos pontos de vistas convergentes, que é os interesses dos trabalhadores e cláusulas, mas o motivo, a defesa daquilo, o porquê, é diferente.

Houve uma altura que pensaram em fazer um SAMS único. Está a ver a ideia? Aí, já lhes interessou a ideia. Vocês não conseguem fazer um SAMS único dos vossos 3 sindicatos e querem fazer um SAMS único onde englobe também os nossos. Como é que fazemos a gestão disto?

Depois nomeamos as pessoas, depois não sei que mais... Como é que fazemos isso? Como é que fica a questão da filiação sindical. Como é que fazemos isto? E a seguir o que vai ser? Vamos andar a fazer guerra se vai para este sindicato ou para outro. Mas aí já interessava, era uma questão económica, é complicado fazer reuniões em conjunto.

A.M. *Acha que um peso (porventura excessivo) das influências político-partidárias tem acabado por contribuir para uma secundarização do papel dos sindicatos independentes? Isto é, o sindicalismo independente “sente-se” penalizado por essa menor ligação aos partidos?*

F.F. - Não é penalizado por haver menor relação aos partidos. Sente se penalizados porque enquanto que as entidades patronais abrem portas a outros. Os sindicatos que lá estão, influenciados por partidos políticos não abrem portas aos independentes, nem pensar! Porque querem o feudo para eles.

12. **A.M.** *Acha que os sindicatos podem exercer influência sobre o governo ou, pelo contrário, terão eles de conformar-se às influências externas que sobre eles se podem exercer?*

F.F. Os sindicatos tentam, digamos, se estão filiados em partidos políticos, na prática, na prática é como se fosse, tentam influenciar as pessoas que depois têm acesso dentro dos partidos ao poder para obter acesso a determinadas benesses. Dos partidos nos sindicatos, claro!

14. A.M. Os sindicatos enquanto atores económicos e participantes na economia têm vantagens em relação aos sindicatos permeáveis a influências político-partidárias? Como é que acha que se pode classificar o papel do sindicalismo independente aí? Sindicato enquanto sistema de saúde.

F.F. - Os sindicatos da Banca são diferentes. E tem papel importante, a própria a Banca não quer acabar o SAMS. Percebe que tem um papel para a produtividade para os trabalhadores da banca. Se as pessoas vão ao serviço nacional de saúde é complicado. Se as pessoas vão por seguros de saúde, tem limites impostos, tem carências e tornam-se demasiado caros. Para a Banca também é importante que o SAMS exista. É a única coisa a que une a banca aos sindicatos. Tem a ver com a produtividade. Tornam-se caros, digamos, que para a Banca também é importante que o SAMS exista. Se bem que tem de contribuir com 6,5 % sobre a massa salarial do trabalhador. Eles agora não querem alterar, mas não querem O que faz sentido, é importante para o trabalhador, mas é muito importante para a Entidade Patronal, para a produtividade do trabalhador. Um trabalhador com os nossos sistemas vai ao privado, se for preciso aos sábados, ou fora de horas e consegue resolver o assunto de um momento para outro. Se for ao Serviço Nacional de Saúde vai a onde?

A.M. - *O que é que, do seu ponto de vista, pode ser considerada uma mais-valia associada ao sindicalismo independente?*

F.F. Mais-valia? A minha mais valia é mesmo ser independente. De poder, digamos, agora falando na minha pessoa. Poder falar com os colegas e de tomarmos as decisões mais apropriadas para o sindicato, sem estarmos dependentes de que venham um partido determinado, dizer que temos de escrever assim ou escrever assado, alterar a ata assim ou assado. Digamos somos senhores dos nossos destinos. Tem inconvenientes, tem inconvenientes. Digamos que essencialmente, é sentirmos isso na pele, não estarmos sujeitos a que venha aqui um partido dizermos, que vocês estão a seguir um caminho errado, deviam ir por esta via, devia atacar por ali, deviam ser mais incentivos acolá, ou fazer manifestações, ou fazer comunicados a mandar abaixo aquele. Fazemos aquilo que entendemos que seja correto. Esta é a mais-valia!

16. A.M.- Considera viável propor modelos alternativos de intervenção sindical, desde logo propondo uma conceção de sindicato enquanto prestador de serviços? Acha que isso pode ser generalizável em Portugal?

F.F. - Há bocado dizia que os sindicatos não têm dinheiro, portanto, não é possível à maioria dos sindicatos prestar serviços. Ou recebem fundos para poder fazer formação ou fazer formação com custos próprios é-lhes impossível. Se os sindicatos conseguissem fazer isso? Com a crise que estamos a entrar, no futuro começa haver mais interesse no associativismo. E aí inclui-se os sindicatos, já são organizados e aí podem ter um papel de programar viagens mais baratas, criar uma escola de teatro para as pessoas se juntarem. Em tempo de crise, as pessoas juntam-se mais, há

mais dificuldades, a possibilidade da pessoa gastar dinheiro, fazer outras coisas não é tanta. Lembro-me quando era miúdo havia muitos clubes onde as pessoas iam ao fim do dia, esses clubes foram todos acabando. Clubes que tinham lá o ping-pong, o snooker, o bilhar, as setas, o barzinho, a preço acessíveis, era só para cobrar o valor da cervejinha com mais uns cêntimos em cima. Era um sítio de convívio entre eles, nomeavam-se os diretores, depois ficavam os diretores de serviços. Não se cobrava nada, por estar a fazer aquele serviço. O clube não tinha de pagar a ninguém, recebia uma quota mensal de cada um deles, uma quota simbólica, faziam-se uns jogos, faziam-se uns teatros, uns bailaricos, era assim que funcionava. Quando há pouco dinheiro, digamos que há mais união maior, incrível, não é? E havia mais gente a ir lá, quando há dinheiro começa a haver, as pessoas deixam de lá ir e vão ao outro. Vamos jogar às cartas. Depois jogava-se às cartas, era engraçado, não deixava de o ser. Isso foi acabando tudo, são poucos hoje me dia que se mantêm vivos. Se de fato isto continuar no caminho que está, o papel destas sociedades vão ser outra vez incrementadas, as pessoas vão se juntar e vão tentar criar condições mais baratas para viver.

A.M. - *Então na crise também há oportunidades? Em chinês a crise significa oportunidade...*

F.F. – É! É, uma forma de unir mais as pessoas, há menos individualismo. Quando se tem dinheiro no bolso, é se mais individualista. A senhora é mais senhora do seu destino se tiver muito dinheiro, se tiver menos dinheiro tem de viver mais em sociedade.

A.M. - *É um contrassenso? Os sindicatos não fazem porque não tem dinheiro?*

F.F. Não. As pessoas juntam-se à volta de quem organizar, hoje pode criar determinadas coisas e ninguém adere. Até há pouco tempo atrás não havia adesões suficientes que justificasse determinada atividade. Com esta situação, surge a oportunidade dos sindicatos fazerem outras atividades que vão ter uma aceitação maior, que antes as pessoas não queriam. Viajar para aqui ou para acolá. Quem é que fazia piqueniques?

A.M. - *Já existe, os do Continente com o Tony Carreira.*

F.F. Os sindicatos não podem organizar uma coisa dessas!

A.M.- *Não haverá aqui uma certa ambivalência entre um sindicalismo defensor dos trabalhadores e simultaneamente empregadores? Isto é, não estaremos perante uma substituição de uma permeabilidade às influências político-partidárias, por uma permeabilidade às influências económicas. 1:24*

F.F. Repare...Não se pode fazer omeletes sem ovos, obviamente que temos de pagar em função das receitas que temos. Influencia! Não quer dizer com isso que retiremos direito às pessoas, nós pagamos acima dos valores que estão estipulados, como o sindicato de escritórios. Isso, nem se põem em causa! Também não tiramos direitos aos trabalhadores. Não podemos é acompanhar a inflação porque não há receitas. As pessoas compreendem isso, até os bancários compreendem desde 2010.

18. A.M. - Será que é essa suposta ambivalência que explica que os sindicatos independentes não tenham acesso ao CES (Conselho Económico Social)? O que falta para os sindicatos independentes tenham acesso ao CES?

F.F. -O que falta é a vontade dos outros que já lá estão. Porque sempre que há alguém no governo, houve promessas do Durão Barroso. Para haver uma alteração à lei, tem que haver uma abertura, das outras Centrais, para que se possa introduzida lá no meio mais uma, os independentes, e depois temos de ver qual a mais representativa dos independentes, só conheço a US mas pode haver mais, mas se houver outro escolhia-se o mais representativo e escolhia-se. Já lá estão duas, podiam entrar mais duas, como isto implicar alteração legislativa, eles vão fechando a porta, tinham de dar parecer favorável. Aquilo é um feudo! Eles vão fechando a porta, é preciso eles darem parecer favorável, a Assembleia da República. Houve promessas, o Durão Barrosos prometeu que se fosse para o governo, colocava a União dos Sindicatos Independentes no Conselho Económico Social, Conselho de Concertação Permanente, não, mas veja lá se alguma coisa aconteceu? A seguir houve outra promessa, o Dr. Cavaco Silva também chegou a prometer isso, nada aconteceu, porque depois quando chega a altura nada é feito, depois de estarem eleitos não querem saber mais nada. Não há acima de tudo vontade dos outros para deixar entrar estes. E depois não há uma força avassaladora para impor a entrada, haverá muitos mas... Não há. Conhece o sindicato independente dos médicos, na banca tem dois que são representativos.

Os independentes também têm um defeito, são tão independentes que são independentes à sua maneira. Haverá muitos, mas qual o volume? Os independentes são tão independentes que depois são tão independentes à sua maneira. Depois depende de quem comanda as hostes. Se houver alguém que consiga congregar esta gente. Mesmo para os sindicatos independentes, depois e ainda há sindicatos ditos independentes e que tem conotações com outros e depois resistem. Há a espionagem e a contraespionagem. Há os que fazem o desacato e o que está no meio a provocar. Isto é tudo manobras. Há muitos interesses por detrás, não se consegue. Não se podemos pensar que não se consegue, talvez se consiga!

A.M. - No setor da banca (em que trabalha diretamente), considera que os desafios que se colocam ao sindicalismo são os mesmos ou são parecidos com os que se colocam no sindicalismo em geral e noutros setores?

F.F. São, são na prática, são! O que a Banca pretende é um setor como outro qualquer. Tirando o SAMS e o crédito à habitação. Não havendo. Para criar mecanismos de defesa para retirar as injustiças para certos trabalhadores, claro que depois criam-se injustiças para outros que acabam por ser promovidos e nunca fizeram nada para isso.

Como vê? Tem haver acima de tudo com questões economicistas?

A.M. - *Vai ser um documento histórico? Tábuas rasas e passam a ser todos iguais aos outros trabalhadores?*

F.F. - Espero que não. Penso que vai ter alguns ajustes. A banca desculpa-se que os seus acionistas, nomeadamente acionistas estrangeiros que investiram no Banco, não se aperceberam, não sabiam que os trabalhadores em Portugal tinham estes automatismos que a Banca tem, mesmos não havendo aumentos. Com as mais os prémios de antiguidade, as diuturnidades. Eles dizem que não é viável, que depois tem um acréscimo de custos de 1 ou 2%. Compreende-se! Aliás, eu na primeira reunião que tivemos sobre esta matéria. Eu pessoalmente, dir-lhe-ia, não me custaria aceitar que se suspendessem temporariamente esses direitos até que o Banco desse a volta por cima à situação. Tudo bem! Agora por e simplesmente extinguir os direitos, não faz sentido! Agora é a oportunidade única para extinguirem isto, mas quando chegar a altura que vocês voltam aos lucros, venham os lucros e borrifem-se os trabalhadores. Acabam-se os automatismos todos e se não quiserem isso, entramos no código do trabalho e acaba-se tudo o resto. Acaba-se o SAMS, acaba-se o crédito à habitação. Estão a jogar com o tempo para obrigar os sindicatos a negociar, ou estão a jogar de duas maneiras para manter o SAMS e ter de abandonar tudo o resto ou estão à espera que saia esta portaria de extensão para o BCP. Em vez de acabarmos com ACT, vamos criar aqui um automatismo, fazer uma redução salarial, face à crise até 2017, mantendo tudo o resto, fazemos uma redução salarial, garantem uma redução salarial. Não há aumentos salariais nos próximos anos. Garante-se ali uma almofada. Qual deles? Mas também lhe digo uma coisa, o meu vice-presidente foi BNC, Banco Popular depois foi para a Caixa Duero, depois em abril do ano passado ficou desempregado, deixou de ser bancários, deixou de ser vice-presidente, passou para o desemprego. Sabe qual é ordenado que lhes oferecem? 450 Euros, nós temos de ser realistas.

O meu afilhado há 2 anos atrás ficou desempregado. Era diretor financeiro, tinha carro, telemóvel, o ano passado foi trabalhar com os Espanhóis e o ordenado foi reduzido para metade. O ajuste foi logo feito. 50% do salário foi logo para a viola. O que oferecem aos arquitetos, engenheiros 500, geração dos 500€. O nível 5 são 800 €, quem está lá há 7 ou 8 anos já tem 1 e picos. Se calhar é preferível uma redução salarial do que inviabilizar isto e ir para o desemprego e o máximo que se consegue é 500 €.

20. **A.M.** - *Qual é, em seu entender, a principal preocupação dos sindicatos bancários?*

F.F. No meu entender a minha principal preocupação é o ACT. É o BANIF que agora dispensa 300, depois do ajuste que for obrigado pela DGCOM, face ao investimento público. É a Parvalorem que vai reduzir de 300 para 100. Enfim! É a própria Credibom depende do que vai acontecer nos negócios deles. Depois é a banca geral, o mercado doméstico é cada vez mais curto. Vão encerrar-se muitos balcões e não sabemos onde é que vão ser encaixados os trabalhadores

Ou se conseguem ainda, ir dentro daqueles que são elegíveis de ir para a reforma. Deu para entender a minha preocupação? O BCP que ainda não sabemos o que vai acontecer.

21. **A.M.** - *Podará dizer-se que os sindicatos independentes estão em ascensão na banca? Se sim, qual o principal motivo para isso?*

F.F. - Repare, não podemos falar em nítida ascensão na Banca. Acho que neste momento as coisas estão estabilizadas. As pessoas estão preocupadas com o que lhes vai acontecer, não se preocupam se estão no sindicato A ou sindicato B. Estão mais focadas nos problemas de cada um do que me mudar de sindicato, isto é o que eu sinto. Com a redução de trabalhadores que vai havendo vai havendo redução de sócios também. Não há uma perda efetiva de sócios, há, mas vamos metendo outros, por via de ir buscá-los a outros sindicatos. Face à crise, é importante para eles o tempo de reembolso, o valor do reembolso, 2 ou 3 euros que seja, faz-lhes diferença. Quando vão ver o valor é muito diferente, aquele que tem tempo de pensar nisto!

22. **A.M.** *Os sindicatos bancários têm algo que os torne mais atrativos?*

F.F. Tem. Os sindicatos bancários têm de facto o apoio na saúde que os outros não têm.

23. **A.M.** - *Têm! Os sindicatos bancários são mais relevantes devido aos serviços médico-sociais que criaram? Se o SAMS desaparecer pode pôr em causa a existência dos sindicatos?*

F.F. – Claro! Pode sem dúvida nenhuma. Houve, temos 80% de sindicalização, os outros sindicatos tem 20% e esta diferença, porque só existe esta diferença porque existe o SAMS. Se não existisse o SAMS e fôssemos meros sindicatos de dar apoio jurídico e fazer a contratação. As pessoas entendem que não tem de ter sindicalizados para obter os mesmos benefícios que os outros. Para podermos negociar tem de haver meios para o fazer, esse serviço custa dinheiro, não vamos por aí. Os trabalhadores não se sindicalizavam.

24. **A.M.** *Mas até que ponto os sindicalismo independente (designadamente o sindicalismo bancário independente) sofre dos mesmos problema do sindicalismo influenciado pelos partidos políticos? Digo isto pensando, por exemplo, pensando na rivalidade existente entre sindicatos bancários independentes...*

F.F. Eu diria que não há rivalidade latente entre.

Sim. Sim. Eu vejo o meu lado, do lado deles posso entender uma vez que lhes viemos tirar o mercado. Os independentes já existiam antes. Nos casos dos sindicatos independentes eles começam a surgir porque não se reviam. Vieram todos daquelas estruturas, foram perdendo sócios, foram perdendo influência, foram perdendo receitas, são conceitos diferentes.

A.M. - *Entende que a sindicalização deveria ser obrigatória por lei?*

Francamente, acho que sim. Não estou a dizer isto de ânimo leve. Acho que sim! Porque isso implicava que todas as pessoas eram sindicalizadas e se não se reviam tinham de ser mais interventivas. Bom, eu posso não estar satisfeito com o meu Sindicato, eu estou a pagar para lá, por

isso tenho de ser mais interventivo. Visto deste prisma, acho que é muito benéfico. Acho que sim. Como votar devia ser obrigatório.

(Interrompidos)

F.F. - Votar devia ser obrigatório. Obrigava as pessoas a serem mais interventivas. Havia mais gente interessada em fazer parte do sindicalismo.

A.M. - *Os sindicatos poderiam fazer coisas que não fazem? Quais são as diferenças?*

F.F. - As diferenças estruturais? (...) Bem nós...Nós não temos subsídios de ninguém, não temos influência... Ou seja o Estado não tem influência... Prejudica o facto de não haver ninguém representado no Conselho Social. Eles dão preferência aos outros sindicatos que estão do lado deles, mas não também não há aqui interferências de ninguém, tem essa vantagem.

A.M. - *A nível global acha importante a representação?*

Eu pessoalmente, o Sindicato Independente está filiado na USI, a USI está filiada nesses sindicatos estrangeiras, na CESI na CEC. Eu acho que é importante para haver troca de ideias, só que isso, custa muito dinheiro. Essas Entidades não existem sem dinheiro. Não estamos por aí, mas é importante que se troquem ideias. Mas repare a Banca em Portugal é completamente diferente da realidade da Europa.

Em 1992 quando cheguei a França, fui lá trabalhar 5 meses no BCP. Isto é um país de 2º mundo, aquilo era como se fosse um escritório. Abria-se ao sábado, era das 9 as 6. Em Portugal punha-se isto a léguas, em muitas outras coisas, higiene, restaurantes. O nosso país comparado com...

A banca é muito diferente, é banca mas é um escritório. Tínhamos... Tínhamos e ainda temos uma forma de estar na Banca e no mercado diferente. Temos o SAMS em termos de saúde. Em termo de direitos e serviços a Banca em Portugal não tem nada a ver com o resto da Europa. Podemos ver isto no contexto global e europeu para defesa básica. A banca é diferente em relações a todas as outras.

A.M.- *Resta-me agradecer-lhe o seu tempo. E não sei se há mais alguma coisa que gostaria de acrescentar?*

F.F. - Já foi extenso. Mesmo dentro do sindicalismo independente existem formas de estar diferentes. Temos acima de tudo de servir os outros e este é o contexto. Temos de servir os outros de forma leal. Se bem que, depois temos de ir refinando a forma de atuar. Não condizem com a nossa postura, temos de ir de refinando. Mas alguém pede uma cirurgia e se não for para pagar, temos rapidamente de lhe dar uma resposta. Dizer sim é sempre bom, dizer não é que é difícil. Mas se estivermos uma postura correta, a nossa forma de estar é de servir, servir ela e os outros colegas. Se não se enquadrar não pode ser servida. E eu penso que há outras entidades que não funcionam dessa maneira. Às vezes há alguém que quer interferir, mas aqui não!

**Apêndice D – Entrevista ao Presidente da direção
do Sindicato Independente da Banca (SIB)**

**Apêndice E – Entrevista ao Presidente da direção
do Sindicato dos Bancários do Centro (SBC)**

27/05/2014

Entrevistadora: Maria Antónia Gaspar da Mota

Entrevistado: Carlos Silva

Função: Presidente da direção do Sindicato dos Bancários do Centro – SBC

Anos na função: 7 anos

Local: Av^a Almirante Gago Coutinho nº 132, Lisboa.

Data: Dia 27 de maio de 2014 às 15:30h.

Duração da entrevista: 1 hora

Conforme previamente agendado por telefone com a sua secretária, às 15H apresentei-me nas instalações da UGT. A secretária avisou que o presidente tinha reunião da Concertação Social e que me iria atender às 15:15.

Aguardei na sala de reuniões com uma mesa enorme com 20 cadeiras. Um edifício velho em que se conseguia ouvir as conversas da sala do lado. Às 15 e 30 fui encaminhada para o seu gabinete, onde se mostrou surpreso por me reconhecer. Sentamo-nos frente a frente numa pequena mesa no seu gabinete.

Antónia Mota – *O que lhe parece que é o papel do sindicalismo na sociedade?*

Carlos Silva – Continua a ser, na minha opinião, um papel central, embora muitas vezes desvalorizado por determinadas forças que coexistem connosco, na sociedade. Até às vezes desvalorizado pelos próprios trabalhadores, que entendem que os sindicatos não cumprem o seu papel. E eu compreendo que há nos dias que correm, um grande divórcio entre tudo aquilo que mexe e que cheira a partidos políticos e sindicatos. Muitos confundem, porque, às vezes, os autores são os mesmos, em simultâneo, e isso, lança preocupações e um clima de suspeição na opinião pública, mas de qualquer forma os sindicatos continuam a ser uma referência de estabilidade na luta pelos direitos das pessoas e dos trabalhadores naturalmente. E costuma-se dizer que sem partidos não há democracia mas sem sindicatos também não há democracia. Agora, cumpre a cada organização sindical e ao movimento sindical global perceber em cada momento que os direitos depois de conquistados têm de ser mantidos. E o que temos assistido realmente nos últimos tempos é realmente a uma perda consecutiva de direitos impostos por forças, que estão fora da área democrática, mas que esmagam claramente aquilo que se conquistou sobretudo nos últimos 40 anos em Portugal e no regime democrático. Portanto, na minha opinião ainda hoje se vive numa situação social, em que é fundamental o papel dos sindicatos na defesa dos direitos dos trabalhadores. Se não formos nós, não há nenhuma outra organização, por muito boa vontade que tenha, que consiga corporizar aquilo que de uma forma ampla representa e está defendido pelos próprios trabalhadores, que se “auto regularam” no movimento sindical. É isso que é! Movimento sindical é um movimento “auto regulado” constituído por sindicatos e os sindicatos existem com um objetivo determinado, ou predeterminado, que é defender os direitos das pessoas e murá-los, sobretudo no momento que vivemos e que é muito complicado.

A.M. – *Portanto, a 2ª pergunta tinha a ver com os aspetos em que podem hoje os sindicatos ser úteis, já....*

C.S. – São profundamente úteis! Aliás, eu devo dizer à Antónia que os Sindicatos dos Bancários, por exemplo, no 25 de abril, já existiam. Portanto, os Sindicatos dos Bancários tradicionais, aqueles que foram criados nos anos 30, no tempo do sindicalismo corporativo, foram criados numa determinada perspetiva: compaginar direitos, criar um acervo do património de direitos fundamentais para a classe trabalhadora do setor bancário (aah) e, a partir do 25 de abril, para além dos direitos “normais” decorrentes da negociação coletiva com as entidades empregadoras, conseguiram juntar-lhe um conjunto de serviços, o que foi uma coisa rara! Foram os pioneiros a ir ao encontro das expectativas dos trabalhadores não apenas na parte laboral, mas também na parte complementar de serviços, de benefícios sociais – fosse nas viagens, fosse no turismo, fosse na área mais social do apoio às crianças, às famílias, como aconteceu no início até por intermédio da então

existente FNAT que mais tarde se transformou em INATEL – mas também na criação de uma situação excecional em termos europeus que foi, por exemplo, o serviço de assistência médico-social, em que continuam hoje os Sindicatos dos Bancários a ser os únicos em toda a Europa que dispõem de um serviço que é simultaneamente “alimentado” pelas contribuições dos trabalhadores e também pelas contribuições **voluntárias** (ênfase) das entidades patronais, e isto é voluntário mas está plasmado na contratação coletiva, e, portanto, este enriquecimento da contratação coletiva foi criado logo a seguir ao 25 de abril e tem-se mantido como um grande património dos Sindicatos dos Bancários, e é por isso que tem uma taxa de sindicalização tão elevada.

A.M. – Já não é de hoje que se fala na crise do sindicalismo. Concorda com a ideia? Quais são os principais fatores indicadores da crise do sindicalismo?

C.S. – Há realmente uma crise do sindicalismo, como há uma crise social. Elevados índices de desemprego, reestruturação profunda do setor bancário imposto pela crise do setor financeiro de 2008 até esta data, perda de associados. Essas reestruturações têm levado inclusivamente ao desaparecimento de Bancos, que, seja por fusão, seja por incorporação de uns Bancos nos outros, seja por pura extinção, seja por abandono da atividade em Portugal. Estamos a atravessar um momento muito difícil, por exemplo: a reestruturação do BCP, a reestruturação do Banif, a eventual saída de Portugal do BBVA ou do Deutsche Bank, do Barclays Bank, enfim, tudo isto obrigado por uma crise tremenda que foi criada no setor financeiro – sabemos que o setor financeiro ganhou milhões e milhões, acumulou milhares de milhões de lucros ao longo dos últimos anos. Esses, sim, viveram muito acima das suas possibilidades. Agora, como estão a passar um momento difícil, têm que cumprir um conjunto de regras impostas pelas democracias, pelos governos, por um conjunto de instituições internacionais, no sentido de regular o setor financeiro, isto vem levar a que essa reestruturação leve á extinção de postos de trabalho. Ora, naturalmente, que se se extinguem postos de trabalho também se extingue o número de sindicalizados. Portanto, o sindicalismo está em crise quando os países, os estados, a sociedade está em crise. Portanto, estou convencido que no momento em que começar a haver sinais claros de crescimento económico e criação de emprego, naturalmente o ciclo inverter-se-á.

A.M. – Também há aquela questão do individualismo...

C.S. – Esse é um problema da sociedade sobretudo desde os anos 70/80. Depois de 74, a instauração do regime democrático em Portugal, houve um sentimento, era o coletivo que podia dominar as relações de trabalho entre empregadores e trabalhadores. Sempre foi apanágio dos trabalhadores defender aquele velho princípio de “a união faz a força”, não é? Já vem dos tempos bíblicos! A verdade é que, estamos a atingir um momento em que as pessoas não têm que lutar pela

liberdade e democracia, sobretudo as novas gerações. Têm de lutar pelo emprego, têm de lutar pelo sucesso até porque são gerações melhor preparadas, mais qualificadas, e, quanto mais e melhor é a formação e melhor é a qualificação das pessoas, mais fica exacerbado o sentido do individualismo: cada um trepa, rapidamente para onde pode, no sentido de não defender eventualmente o princípio da solidariedade, da fraternidade, até com o colega do lado, mas, se puder, passa-lhe á frente para alcançar rapidamente o topo da carreira. Isso é efetivamente um próprio sinal que a sociedade nos dá de que as relações de trabalho estão mais lançadas para as questões individuais e menos para as questões coletivas. E isso é um trabalho que os sindicatos têm de denunciar e têm de lutar.

A.M. – *Acha efetivamente que os Sindicatos perderam poder? E se perderam poder, perderam face a quem ou a quê?*

C.S. – Perderam face ao capital, ao poder financeiro, e até ao poder político, porque hoje os Estados preocupam-se muito em reagir à adversidade e à volatilidade dos mercados financeiros internacionais, especulativos, às economias de casino, e menos preocupados com o bem-estar dos cidadãos, com os benefícios sociais. Portanto, aquilo que se criou nos últimos 40 anos de democracia em Portugal e na Europa foi um modelo social Europeu que emergiu depois da II Guerra Mundial precisamente para se provar que depois da guerra vem a paz, e a paz pode ser consumada num conjunto de fatores que alavanquem, precisamente a paz, a consolidação das boas relações entre povos e estados, para evitar futuras guerras. Isso condicionou muito a Europa, e, lembro-me que o modelo social europeu é uma conquista dos partidos social-democratas, socialistas europeus, e da democracia cristã, muito alavancada na doutrina social da Igreja do final do século XIX, da chamada «*Encíclica Rerum Novarum*» de 1891 que determinou um determinado caminho para os trabalhadores, o trabalho digno, o trabalho decente. Agora, é evidente que há muitos fatores que continuam a combater o movimento sindical e a sua unidade são os padrões que continuam a ver na exploração a melhor forma de capitalizar as suas empresas, de pagar salários baixos, como se isso fosse o problema da competitividade, ou se o problema da competitividade residisse aí... Não é verdade! Não é verdade, está provado em todo o lado que não é com salários baixos que se estimula a competitividade e comparar a situação de Portugal que tem o salário mínimo mais baixo da União Europeia (da Zona Euro, melhor dizendo), comparar com os preços do trabalho na China ou na Coreia do Sul é estarmos a comparar uma democracia consolidada com países onde a democracia efetivamente ou não existe ou é incipiente, e, nesse sentido, eu acho que só se deve comparar o que é comparável. Portanto, são muitos os fatores, com que temos de lutar nomeadamente alguma vontade de um conjunto de empresas maximizarem os seus lucros em pouco tempo á custa da exploração dos trabalhadores. Naturalmente essa resposta, só por um movimento sindical forte e coeso.

A.M. – *As alterações na legislação laboral, por exemplo, podem ser um fator de enfraquecimento, ou, são fatores como o individualismo que explicam algum afastamento dos sindicatos?*

C.S. – Há muitos fatores, como eu já lhe disse, que justificam o afastamento das pessoas dos sindicatos. Há uma falta de confiança, quando as pessoas começam a perceber que há imposições dos governos à custa de algum liberalismo, em que as relações de trabalho ficam completamente desreguladas, em que se passa a mensagem à opinião pública que é necessário flexibilizar ainda mais a legislação laboral porque a legislação laboral é muito rígida, não permite a criação de emprego, não permite que se despeça com facilidade... Isso é uma situação muito complicada! E depois, quando os sindicatos são contra esse "esbulho" de direitos são acusados de serem conservadores, são acusados de não terem uma visão de criação de emprego, de defenderem os mais velhos (como se os mais velhos fossem os culpados de os mais novos não terem emprego). Foi uma mensagem que se passou de culpabilização aos mais velhos por os mais novos não terem emprego – isso não é verdade! Portanto, há um conjunto de fatores que levam a dificuldades de sindicalização, mas eu julgo que a pouco e pouco, as sociedades (como se verificou anteontem), têm a tendência de vir a perceber que muitas das mensagens que passam pela classe política são falaciosas. E a verdade é que há um divórcio cada vez maior entre os cidadãos e tudo o que mexe que seja político, ou que seja considerado político, sejam partidos sejam sindicatos, e, os sindicatos aqui acabam por ser arrastados nesta voragem do tempo e da sociedade porque muitas vezes se confundem muitos dos seus dirigentes enquanto dirigentes políticos e enquanto dirigentes partidários. Eu acho que uma coisa são os partidos políticos, outra coisa são os sindicatos. Eu tenho dito muitas vezes na concertação social: aos partidos o que é dos partidos, aos sindicatos o que é dos sindicatos!

A.M. – *Tendo em conta a opinião geral de que os sindicatos precisam de renovação e rejuvenescimento, qual é que é a sua opinião?*

C.S. – É essa! É a da renovação e do rejuvenescimento. Agora, para vir gente mais jovem não se pode atirar os mais velhos pela borda fora.

A.M. – *Como é que pode ser feita essa revitalização?*

C.S. – A renovação passa pela entrada de novos quadros, não apenas em juventude mas pelo menos a entrada para o movimento sindical de gente que entra pela primeira vez ou que possa ser captada ainda no ativo – porque há uma coisa que nós temos reparado: é que nos últimos 20 anos o excesso de individualismo que existe nas relações de trabalho sobretudo por parte dos trabalhadores leva a que muitos deles não estejam disponíveis para encetar uma vida sindical, porque vir para a vida

sindical significa uma perda de carreira, o abandono de expectativas de futuro. E portanto, ficamos reduzidos um pouco aquelas atualizações salariais, fora dos benefícios das promoções, fora dos benefícios de determinadas evoluções dentro da empresa (a chamada mobilidade profissional), o que é complicado... E portanto, é difícil cativar gente jovem para o movimento sindical e alguns daqueles que captamos (inclusive no Sindicato dos Bancários do Centro) acabaram por se revelar uma certa desilusão, porque para se vir para o movimento sindical tem que se entrar porque se gosta, e, não basta gostar, é preciso gostar e é preciso ter consciência do que é ser dirigente sindical. É quando há uma greve termos de fazer greve! Quando temos filhos, quando temos amigos, temos que apelar à sindicalização. Quando estamos a visitar locais de trabalho temos de defender os nossos sindicatos, não temos de nos encolher, não temos de ter medo. Temos de fazer opções, e portanto ser sindicalista é como ser político, é fazer uma opção. Mas enquanto os políticos na maior parte dos casos vão por razões de protagonismo e por razões de ascensão fulgurante para determinados lugares até remunerados, o movimento sindical não se compagina com isso e portanto, a nossa situação é: como é que fazemos se por exemplo entrarmos relativamente jovens para o movimento sindical, qual é depois o nosso percurso? É chegarmos ao fim de 10 ou 15 anos e voltarmos ao local de trabalho? Isso é um castigo, para o dirigente sindical! Agora, é assim que está construído o movimento sindical em todo o Mundo. Não há aquela rotação necessária. Um dirigente que se e está a formar depois de estar formado leva muitos anos a adquirir experiência, a adquirir empenhamento, a adquirir condições de intervenção em situações públicas ou até da comunicação social. Depois a pergunta que se faz é: então vamos perder este capital e vamos criar um bloqueio à continuidade desses dirigentes e vamos fazer o quê? Vamos mandá-los embora? Não! É porque há sempre gente mais antiga que está... E há uma renovação automática dos quadros sindicais. As pessoas não duram sempre. E se reparar nos últimos anos tem-se assistido à passagem à situação de reforma e ao abandono da vida sindical daquela velha geração que sucedeu ao 25 de abril. Portanto, eu já sou um herdeiro da geração que no 25 de abril lutou pela implementação de um movimento sindical democrático. Eu já sou da geração seguinte. E a seguir a mim, já estão alguns jovens na casa dos 30/40 anos que já são da geração a seguir á minha. Agora, temos de lhes dar garantias e expectativas de que o futuro também passa pelo movimento sindical, naturalmente com a criação de condições para que se necessário for, não voltem ao seu local de trabalho. Se tiverem que voltar não é pecado nenhum, mas a ideia é: ao fim de tantos anos desajustados de uma determinada realidade sobretudo com alta eficiência tecnológica, tecnocrática, burocrática e administrativa, como no nosso setor bancário, temos de condescender o que é que faz um trabalhador depois de 15 anos de atividade sindical (que tenha aí 50 anos), quando voltar a uma agência bancária, com a evolução que a vida tem tido...

A.M. – *Como acha que se podem classificar os sindicatos enquanto atores do mundo do trabalho: atores de classe (que apostam no conflito), atores de sociedade que abrem a porta à negociação ou como atores económicos que atuam no mercado numa lógica quase empresarial?*

C.S. – Colocou 3 questões, eu conheço as 3 questões! A 1ª pode ser aplicada à CGTP, a terceira pode ser aplicada ao Sindicato dos Quadros e Técnicos Bancários e a segunda é dos sindicatos da UGT.

A.M. – *E a negociação?*

C.S. – A negociação coletiva tem tido sempre a primazia dos Sindicatos da UGT nomeadamente dos Sindicatos dos Bancários que fazem parte desta Central Sindical. Portanto o Sindicato dos Bancários do Centro em conjunto com o Norte, com o Sul, e Ilhas, com quem tem uma velha relação de solidariedade e de lealdade e que caminham um percurso comum sempre apostaram na negociação como uma arma privilegiada para conseguirem obter compromissos que resolvam o problema dos trabalhadores. Os nossos contratos coletivos, aliás, o nosso contrato coletivo e os acordos de empresa que temos criado ao longo dos anos são disso exemplo, são da melhor contratação coletiva que existe no país, a existência dos SAMS é do melhor que existe no país (criado em 1975 no primeiro ACT do setor bancário que existiu em Portugal depois do 25 de Abril). E, portanto, não nos arrependemos de continuar a privilegiar a via do diálogo e da negociação. Mas, também devo dizer-lhe que nunca se vira a cara à luta - agora, a luta pela luta, a greve em qualquer momento, a situação de conflito, a criação de cristações, normalmente não conduz a bons resultados – mas confessamos, que em determinados momentos é necessário exercitar um pouco uma ação mais musculada (não tem sido o caso nos últimos anos). Temos tido uma posição bastante proativa e de compromisso na vida do Setor Bancário em Portugal e temos (temos sido e aí falo de todos os Sindicatos do setor de uma forma geral) temos grandes responsabilidades na paz social que o Setor Bancário tem sentido em Portugal desde o 25 de abril.

A.M. – *A relação de proximidade entre os Sindicatos e os partidos políticos é vista como sendo algo que enfraquece os Sindicatos. Concorde que se trate efetivamente de uma fraqueza? Ou seja, na sua opinião é importante os Sindicatos estarem ligados a estruturas político-partidárias ou não?*

C.S. – Não acho que seja importante estarem ligados a estruturas político-partidárias, nem têm que estar. Os seus dirigentes e os seus ativistas e os cidadãos têm o direito de se filiarem nos partidos que entenderem e também têm o direito da liberdade sindical. São duas matérias (liberdade sindical e liberdade de filiação partidária) que estão na Constituição. Portanto, uma coisa não tem que ser

contraditória em relação à outra. Agora, aquilo que eu quero referir é que o facto de muitos dirigentes sindicais serem simultaneamente dirigentes político-partidários, não significa que no movimento sindical tenham que representar os interesses dos partidos, pelo contrário, o movimento sindical tem exclusivamente que representar os direitos dos trabalhadores. É aos trabalhadores que lhes cabe representar, devem articular-se da melhor forma entre si para atingirem este objetivo, e portanto, os partidos têm uma prerrogativa, os Sindicatos têm outra, e ambas as instituições são fundamentais para a existência do regime democrático.

A.M. – *Acha que um peso excessivo das influências político-partidárias tem acabado por contribuir para uma secundarização do papel dos sindicatos independentes ou acha que o sindicalismo independente é penalizado por essa não ligação aos partidos políticos?*

C.S. – Eu não sei o que é o sindicalismo independente! É quase um contrassenso, porque ser sindicalista é tomar opções, e quando se fala em independência só se for independente em relação a partidos políticos...

A.M. – *Eu estava a falar em independências político-partidárias...*

C.S. – Muito bem... Eu sou independente em relação ao político-partidário! Sou militante de um partido mas dentro do meu sindicato há militantes de vários partidos políticos...

A.M. – *Sabemos que o Sindicato dos Bancários do Centro e a FEBASE estão próximos do partido social, não é?*

C.S. – Do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, sim.... É verdade! Mas isso não significa que não tenhamos já feito greves contra vários governos. É como a UGT, já fez greves e já fez acordos com os vários governos que foram passando. Ainda no ano passado fizemos uma greve contra o atual Governo, mas no anterior, em 2011, também fizemos uma greve geral contra o Governo do Partido Socialista. Portanto, o que está aqui em causa é sabermos em cada momento o que é que estamos a defender. Eu, no meu Sindicato, fui eleito pelos bancários sócios do SBC, para defender os interesses dos trabalhadores do setor bancário, defender a melhoria de condições de vida, de qualidade de vida, de benefícios sociais dentro daquele Sindicato. Não estamos arregimentados a nenhum partido político, por isso é que eu digo: em cada momento as pessoas têm de saber discernir o que estão ali a fazer! Foram para ali eleitas em nome do Partido A ou do Partido B ou estão ali eleitas para representar os trabalhadores e representar uma classe? A minha opinião é de que estou eleito para representar uma classe. Se há pessoas (e há!) que deixam confundir essa dupla vestimenta, bem, isso é um problema de cada um...

A.M. – *Mas acha que os Sindicatos podem exercer influência sobre o Governo, ou, pelo contrário, terão que se conformar às influências externas que sobre eles exercem?*

C.S. – Acho que o assunto é recíproco. A questão é recíproca e isso tem-se verificado ao longo da história. Os Sindicatos tentam influenciar as decisões do Governo. Como hoje fizemos em Concertação Social e o Governo também tenta influenciar a posição dos Sindicatos. Agora resta saber o que é que os Sindicatos defendem (que é uma das perguntas que me fez anteriormente): defendem o clima de Concertação Social, do diálogo social, do sentido de compromisso ou defendem mais o clima de crispação, do dizer que não, da negação à negociação coletiva, de dizer sempre que o que está em primeiro lugar é a luta, a luta pela luta e menos o interesse dos trabalhadores à mesa das negociações? Portanto, tem a ver com a forma como cada um se articula no terreno social. Ora, nós somos pessoas, os Sindicatos são compostos por pessoas. As pessoas fazem a sua vida social, naturalmente que quando somos dirigentes de topo do movimento sindical temos que tentar influenciar quem faz as leis, temos de influenciar o legislador. Ora, o legislador é o Estado, é o Governo, é a Assembleia da Republica. Mal de nós se não tentássemos no diálogo social, no diálogo político, nas reuniões com os Governos, nas reuniões com as entidades patronais, tentar influenciar para que algumas das medidas que propomos possam ser acolhidas. Ora, se não houver um princípio da boa-fé e da reciprocidade de opiniões nem sempre aquilo que eu penso pode ser acolhido pela outra parte. Portanto, o princípio da negociação é o princípio do equilíbrio, é perceber que ambos temos que ceder em determinadas matérias para que possa haver acordos. Não há acordos quando houver uma imposição unilateral.

A.M. – *Reformulando aquilo que me está a dizer: dos sindicatos enquanto atores de classe ou de sociedade ou enquanto atores económicos, quais acha que são os que podem exercer maior influência nos governos, empresários ou na sociedade?*

C.S. – Eu, acho que são os sindicatos que se disponibilizarem para a negociação coletiva e para o sentido de compromisso.

A.M. – *Portanto, não tem a ver propriamente com um tipo de sindicato?*

C.S. – Não, não tem. Tem a ver com o sentido da negociação. A disponibilidade para alcançar compromissos que permitam a todas as partes ficarem minimamente satisfeitas quando objetivam um acordo. Portanto, isso não tem a ver com partidos, nem com independentes, nem com nada, tem a ver com a forma como cada um de nós à frente dos nossos sindicatos com os nossos órgãos institucionais, com os nossos bancários, com os nossos sócios (inclusivamente para isso é que há assembleias gerais e há conselhos gerais e há referendos para decidir se este ou aquele caminho é o

melhor e portanto nós por exemplo tivemos há pouco tempo a necessidade de suscitar um problema a ser resolvido no Millennium BCP em que tivemos necessidade de ao longo de um conjunto de meses auscultar a opinião da Administração, do Governo, do governo e também incluindo outros sindicatos do setor no sentido de fazermos aqui uma aliança forte para defender o interesse dos trabalhadores. Se me disser “Mas houve organizações que foram sempre contra” Pois foram, ainda hoje continuam a ser. Ainda hoje na Concertação Social se falou, não se falou expressamente do acordo com o BCP mas falou-se em que há sindicatos que quando cedem à tentação de suspender em alguns momentos a negociação coletiva, mesmo que seja no interesse da empresa e dos trabalhadores e de defender o emprego, deixam de ser sindicatos. Acho que é uma conceção profundamente errada. E como é uma conceção profundamente errada, eu permito-me discordar dela. É uma conceção colocada pela CGTP. É por isso que em liberdade, nós podemos vislumbrar alternativas noutros movimentos. Não estamos todos de acordo, não temos todos a mesma visão da Sociedade. Ainda bem que assim é! Podemos discordar! E portanto nós entendemos que houve aqui uma necessidade de (para defender o emprego e para defender a estabilidade de uma grande instituição) tivemos que optar por um caminho que, se calhar, não queríamos à partida. Mas, por isso, é que não deixámos de auscultar os trabalhadores. Então tivemos aqui que tipo de sindicato? Tivemos vários sindicatos que entenderam que a arte da negociação é a arte do possível e acho que nós tivemos o privilégio de conseguir levar o Governo a sentar-se à mesa das negociações, a publicar ontem uma Portaria de extensão para o Millennium BCP, proposta por nós, negociada por nós e por mim em particular com o Ministro da Solidariedade e da Segurança Social e fi-lo não enquanto Presidente do SBC mas enquanto Secretário-Geral da UGT (com o peso e influência na sociedade que tenho) e portanto a situação ficou resolvida também com o acordo da Administração. Ora, se os Sindicatos envolvidos - e eram vários, não eram só os da UGT. Como sabe eram Sindicatos independentes também: o Sindicato dos Quadros e o Sindicato Independente da Banca - estiveram de acordo e com a mesma preocupação, eu acho que isso deve revelar sentido de responsabilidade e sentido de estado de organizações sindicais que não querem a luta pela luta. Para mim, o essencial é a defesa dos postos de trabalho e é a defesa dos interesses das pessoas, mesmo, que isso implique perdas periódicas de alguma componente salarial. Não perdem é o emprego! No momento que atravessamos acho que é fundamental sermos pragmáticos.

A.M. – Do seu ponto de vista acha que pode ser considerada uma mais-valia à sociedade o sindicalismo independente?

C.S. – É uma questão de saber o que é o sindicalismo independente? (risos) O sindicalismo independente é aquele que não é filiado em lado nenhum. Ora a UGT não é filiada em nada. É uma Central Sindical, não está filiada em partido nenhum. A CGTP todos nós sabemos que também não

está filiada em partido nenhum, é uma Confederação Sindical que existe em Portugal desde o início dos anos 80, que tem um tipo de sindicalismo diferente do nosso. Há uma central sindical que é independente e quando nós às vezes nos auto apelidamos de independentes é para dizermos que não temos nada a ver com partido nenhum. Bem, mas eu conheço muitos dirigentes de Sindicatos independentes que são militantes de vários partidos, seja do Partido Socialista seja do Partido Social Democrata. É o facto de eu dizer que o meu sindicalismo é independente que me torna realmente independente? Então a pergunta que eu faço é: a UGT é dependente ou os Sindicatos dos Bancários são dependentes de alguém, de algum Governo, de alguma entidade patronal? Não são! Portanto, eu acho que é acima de tudo o nosso posicionamento social a assunção clara e inequívoca do que é que nós somos (nós por exemplo dentro da UGT e dentro do Sindicato dos Bancários temos o direito de tendência, ora, o direito de tendência é imposto pela lei, não é uma coisa que nós queiramos, é imposto pela lei. Portanto todas as organizações, presumo eu, têm lá nos seus Estatutos a existência do direito de tendência. Ora, as pessoas têm o direito dentro dos Sindicatos, de se articularem em lobby, de se organizarem em termos de tendências. Até pode ser uma tendência que não tenha nada a ver com nenhum partido político. Há tendências que não têm nada a ver com partidos políticos, que eu conheço. Tendências unitárias, tendências.

A.M. – *As unitárias são sempre associadas aos comunistas, não?*

C.S. – Sim, normalmente. Mas por exemplo há a tendência dos Bancários do Norte, há a tendência do MUDAR, que não está agregada a ninguém, está a compreender? Portanto, há aqui um conjunto de situações em que nós temos de tentar perceber o que é que é a independência? Eu acho que acima de tudo o que importa aqui referir é que os Sindicatos devem efetivamente ser independentes dos partidos políticos. E a UGT embora tenha gente no seu seio muito próxima do Partido Social Democrata, do Partido Socialista, do centro da Democracia Cristã, também do PCP (há cá de tudo), assim como na CGTP também há comunistas e socialistas e no movimento independente há uma União de Sindicatos Independentes que também tem socialistas e tem social-democratas, militantes de vários partidos, isso não transforma as pessoas em dependentes dos partidos... Eu acho que tem a ver precisamente com a nossa ação no dia-a-dia na representação dos trabalhadores. Isso é que para mim é o fator importante na vida sindical.

A.M. – *Considera viável propor modelos alternativos de intervenção sindical desde logo propondo uma conceção de sindicato enquanto prestador de serviços? Acha que isso pode ser generalizável em Portugal?*

C.S. – Hummm. Eu sei que é uma conceção muito norte-americana. Os americanos têm pouca força sindical e têm muita prestação de serviços. Eu acho que os Sindicatos para se chamarem

Sindicatos têm de ter uma essência no seu pressuposto: defender através da negociação coletiva e de outras formas de organização os direitos dos trabalhadores. Direitos! Serviços não são direitos!

A.M. – *Os Bancários a partir do momento que têm o SAMS também acabam por ser prestadores de serviços...*

C.S. – Com certeza. Mas continuam a ter sindicatos essencialmente defensores de direitos e de negociação coletiva. Uma coisa não é indissociável da outra. Só direitos, só prestação de serviços, não é um Sindicato. É uma agremiação, uma associação, chamem-lhe o que quiserem. Mas se continuar a ter (se tiver) negociação coletiva, para mim isso é fundamental. Eu acho que os Sindicatos, para crescer também têm que realmente ir pela prestação de serviços, senão não crescem. E nós hoje temos que perceber que as pessoas, as novas gerações têm outras ansiedades, têm outras necessidades, têm outras pulsões, que vão ao desencontro daquilo que era o movimento sindical utópico do pós 25 de abril: liberdade, democracia, paz, pão, saúde e habitação, educação. Hoje é diferente! Hoje as pessoas têm de lutar contra o desemprego, contra os baixos salários, contra o reduzir de direitos. É contra isso que têm de lutar. E, portanto, também têm necessidade de terem acesso a um conjunto de bens de consumo, de bens essenciais que lhes fazem falta e que estas organizações sem perder esta identidade de negociação coletiva podem propiciar. E é isso que os Sindicatos hoje em dia de uma forma geral fazem. Não conheço nenhum Sindicato em Portugal, não conheço, exclusivamente prestador de serviços, isso não conheço!

A.M. – *Não há aqui uma certa ambivalência entre o sindicalismo defensor dos trabalhadores e simultaneamente*

de empregadores? Estamos perante uma substituição de uma permeabilidade às influências político-partidárias por uma permeabilidade às influências económicas? Alguns Sindicatos querem ser “patrões”, não é?

C.S. – É! Mas isso aí é um problema! Se forem patrões e se desenvolverem ações que... ou atividades que no fundo sejam idênticas aquelas que das quais são trabalhadores... Imagine que um Sindicato também quer abrir um Banco... Eu acho que isso (com o devido respeito) é quase antiético do ponto de vista social. Agora, se me perguntar numa questão muito linear se os Sindicatos também atuam como verdadeiras empresas, com certeza. Eu lembro que há Sindicatos em Portugal, nomeadamente o Sindicato dos Bancários de Sul e Ilhas que tem 1700 trabalhadores, têm acordos de empresa negociados com médicos, com enfermeiros, com empregados de escritório, com trabalhadores da área do radiodiagnóstico e da terapia, (há de tudo). É evidente que é uma máquina muito grande. O Sindicato dos Bancários do Centro, a que eu presido, tem 100 trabalhadores, portanto, também somos simultaneamente trabalhadores, sindicalistas e gestores. Agora, naturalmente que os sindicatos têm de ter gente ao seu serviço para propiciar o trabalho

administrativo, burocrático e da prestação de serviços que decidiram oferecer aos seus associados. Outra coisa é sermos concorrentes, na mesma área para a qual fomos criados, ou seja, um Sindicato dos Bancários criar por exemplo um Banco ou uma instituição financeira ou uma companhia de seguros, no fundo, está um pouco a desvirtuar na minha opinião, aquilo que é o movimento sindical que é a essência da defesa dos direitos dos trabalhadores. Portanto, aí estamos a ser concorrenciais, aí sim, somos simultaneamente sindicalistas e patrões, e eu julgo que numa situação dessas, há uma função que fica sempre ao de cima, que é a mais visível, é a do patrão.

A.M. – Será que esta suposta ambivalência explica que os Sindicatos independentes não tenham acesso ao CES, ou, o que falta para que os Sindicatos independentes tenham acesso ao CES?

C.S. – É uma decisão da Assembleia da Republica. É uma decisão que não é do movimento sindical. É uma decisão do Parlamento mas também é bom, que tenhamos consciência que o acesso ao Concelho Económico e Social é determinado pelos partidos políticos depois de ouvirem os parceiros sociais. E os parceiros sociais são aqueles que ao longo da história (pelo menos na história da democracia recente, do 25 de Abril para cá) deram sempre provas de estarem dispostos para o compromisso e de servirem rigorosamente aquilo para que foram criados. Patrões são patrões, trabalhadores são trabalhadores! E eu julgo que o critério da representatividade, que está hoje tão em voga imposto pela Troika e que hoje, mesmo em Concertação Social levou a um recuo do governo por proposta da UGT em relação por exemplo à colocação das portarias de extensão que estava assente em critérios de representatividade e da proporcionalidade nós temos que perceber que tudo tem a ver com tudo e com a nova adaptação aos novos tempos. Sindicatos são sindicatos, partidos são partidos, empresas são empresas. Eu julgo que às vezes o risco que se corre é que às tantas estamos a confundir o que é um setor empresarial a entrar pelo movimento sindical. É o desvio do movimento sindical! E portanto nós não queremos correr o risco nem nenhum Sindicato que eu conheça neste momento das centrais que conheço, corre o risco de se transformar simultaneamente em empresário e patrão. Não tenho conhecimento. Sei que já tem havido algumas tentativas goradas (até ao momento) de os Sindicatos serem simultaneamente empresários dentro do mesmo ramo de atividade onde atuam mas para já, não me oferece grande resistência discutir uma matéria como a adesão ao CES ou à CPCS, quando essa matéria é da competência exclusiva da Assembleia da Republica, portanto é um assunto que tem de ser analisado pelos partidos.

A.M. – Alguns sindicalistas são da opinião que nos lugares que tinham se houvesse uma coesão entre os vários Sindicatos poderiam disponibilizar um ou dois lugares uma vez que há para os outros sindicatos.... Podia ser uma questão de boa vontade! Acha que isso é....

C.S. – ...é difícil! Tudo isto radica em idiossincrasias muito particulares com muitos anos de existência. É como dizermos aos partidos políticos para o Partido Socialista ceder um lugar ao PCP ou vice-versa. É uma questão idêntica dentro do mesmo princípio, estamos a discutir a mesma essência das coisas. O Sindicato dos Bancários do Centro não é membro do CES, portanto a pergunta que me faz só podia ser feita enquanto Central Sindical e não enquanto Sindicato. Enquanto Confederação nós achamos que neste momento a CPCS está devidamente constituída, é devidamente representativa da sociedade portuguesa. Uma coisa é a CPCS, outra coisa é o CES. Enquanto a CPCS tem 6 parceiros, o CES tem muitos mais (tem ONG's, tem Institutos de Juventude, tem outras organizações), e portanto, como lhe digo é uma decisão da Assembleia da Republica, que legisla e naturalmente terá que vir ao encontro também dos pareceres, digo eu, ao encontro ou contra os pareceres dos parceiros sociais. Devo dizer que a CPCS e os atuais 6 parceiros foram contra o alargamento da CPCS nas atuais circunstâncias. Achamos que o critério de representatividade instituído em Portugal garante aos atuais responsáveis que têm assento na Comissão Permanente a devida representatividade dos setores que representam em Portugal.

A.M. – *No setor da Banca, considera que os desafios que se colocam no sindicalismo são os mesmos ou parecidos com os que se colocam no sindicalismo em geral e noutros setores?*

C.S. – No setor bancário são diferentes. Para já porque é um setor “alavanca” da economia. O setor financeiro é o setor motor da economia. Tem, foi criado, existe, é alimentado, é acarinhado, é apoiado por instituições internacionais e nacionais porque tem de ser a alavanca dinamizadora e financiadora da economia.

Portanto, perante a atual reestruturação que está a acontecer em Portugal, naturalmente nós temos de ter uma visão muito mais aprofundada, mais próxima daquilo que está a acontecer no setor bancário. Para os Sindicatos deve constituir fonte de preocupação a evolução ou retrocesso, que estamos a verificar nos direitos dos trabalhadores do setor bancário em Portugal. Portanto, é uma grande preocupação!

A.M. – *Era o que lhe ia perguntar seguir: qual é a sua principal preocupação?*

C.S. – De uma forma geral a minha preocupação é com a perda de direitos e com o ataque à contratação coletiva, aos direitos dos trabalhadores, que está de uma forma geral, a revelar-se de forma transversal em toda a Europa e em Portugal também. No setor bancário em particular, naturalmente, que esta reestruturação imposta pelos rácios de solvabilidade, pela necessidade de atingir os capitais próprios (que foi um salto muito grande,) com as grandes dificuldades que alguns grandes Bancos nacionais estão a sentir para fazer face aos seus compromissos (lembro aqui a situação do BCP, a situação do BANIF e neste momento os grandes constrangimentos e dificuldades por que está a passar o Banco Espírito Santo), não augura nada de bom. E portanto, eu

acho que o setor bancário vai ter que estar atento e preparado para algum terramoto que venha por aí do ponto de vista até social, em relação a algumas instituições do setor em Portugal.

A.M. – Os Sindicatos bancários têm algo que os torne mais atrativos em relação aos outros Sindicatos?

C.S. – A Banca sempre foi um setor atrativo (ainda eu era jovem, já trabalhar na Banca ou na Companhia de Seguros era uma coisa que qualquer pai e mãe desejava). Ainda hoje, trabalhar num Banco continua a ser visto em Portugal como um setor com alguma reputação, com uma boa apresentação, com uma certa dignidade. Todos os trabalhadores admitidos para a Banca já há mais de 10 anos, 15 anos talvez, são todos licenciados, portanto significa que é quase uma elite no setor da atividade económica em Portugal. Os salários são relativamente bem pagos comparando com os restantes setores de atividade do país: qualquer jovem que entre hoje para a Banca tem um valor de quase o dobro do que é o salário mínimo nacional. Naturalmente, que as expectativas de empregabilidade estão reduzidas mas continua a ser um setor atrativo por excelência, de acordo não digo com privilégios (nós não temos privilégios no setor bancário), mas com alguns benefícios de que nos podemos orgulhar. Devo dizer, como sabe, que há muitos anos e enquanto a Banca continuar a ter a disponibilidade para discutir na área da contratação coletiva, o crédito à habitação com condições excecionais, um conjunto de benefícios sociais, o pagamento de prémios nos anos em que houver resultados líquidos (também não tem havido nos últimos 2 ou 3 anos, mas houve em momentos anteriores) de terem a capacidade de ter por exemplo um Serviço de Assistência Médico-social suportado em parte pela Banca. Portanto, há aqui um conjunto de benefícios que tornam o setor bancário atrativo para qualquer jovem trabalhador independentemente de acabar uma licenciatura qualquer e se não tiver por onde lhe pegar, o setor bancário é de excelência. E, eu percebo isso por muita, muita, muita gente que está em filas, milhares e milhares de jovens portugueses estão em filas de espera nas Direções de Recursos Humanos dos Bancos portugueses.

A.M. – Eu estava a falar dos Sindicatos Bancários porque são os que têm maior taxa de sindicalização, portanto têm que ser mais atrativos que os outros Sindicatos... por algum motivo?

C.S. – Tem exatamente o Serviço de Assistência Médico-Social! Os SAMS são a grande conquista dos Sindicatos Bancários em 1975, logo após o 25 de abril, e portanto, essa conquista tem sido melhorada, tem sido difundida, diversificada em termos de oferta e naturalmente, que as pessoas se reveem num sistema em que ser sócio simultaneamente tem direito a um conjunto de benefícios. Se não for sócio não tem! Ora, naturalmente que um trabalhador que entre para a Banca pensa: “tenho aqui um serviço de excelência, dos melhores da Europa, com um subsistema de saúde excepcional ao meu serviço, porque é que eu não hei de aproveitá-lo? Quero ser sócio do Sindicato dos

Bancários!”. Portanto, é natural que a taxa de sindicalização esteja perto dos 100%, que é uma das mais elevadas do Mundo.

A.M. – *E se o SAMS desaparecer pode pôr em causa a existência dos próprios Sindicatos?*

C.S. – Não tenho dúvidas! Pelo menos tínhamos aqui um golpe de estado social no setor bancário, que eu julgo que as entidades empregadoras iriam pagar isso bem caro! Iriam pagar isso bem caro! Seriam alvo de um colapso social de dimensões que nós não conseguimos imaginar! Seria talvez a única coisa que mobilizaria os bancários no sentido de travar uma guerra sem quartel contra as entidades empregadoras, se uma coisa dessas, fosse inclusivamente pensada ou ponderada pelos patrões. Acho que até ao momento, com todas as dificuldades que existem, as entidades patronais sempre evitaram ter esse pensamento na 1ª linha das suas preocupações.

A.M. – *Ainda voltando à negociação do ACT, o que é que está a acontecer atualmente e como acha que os Sindicatos vão conseguir defender os direitos adquiridos dos trabalhadores? O ACT poderá ser um documento histórico?*

C.S. – Eu acho que poderá ser uns documentos histórico, sinceramente, porque, “não há mal que sempre dure nem bem que sempre acabe”! Eu acho que tem a ver um pouco com inovação e com a capacidade dos Sindicatos conseguirem discernir que numa negociação há perdas e ganhos. Portanto, há leis que têm de se cumprir, a caducidade está em vigor, os Sindicatos foram confrontados com uma denúncia unilateral do ACT do setor bancário e ao fim de 5 anos da sua publicação integral, que termina (se não me engano) em fevereiro de 2016, os Sindicatos têm de ter a arte e o engenho de chegar a uma conclusão. Eles e os patrões. Naturalmente que o problema da Lei em Portugal é que é sobre os Sindicatos que recai a maior pressão, porque, se fosse simultaneamente entre trabalhadores e empregadores talvez as coisas fossem mais fáceis de se articular. Mas eu estou convencido que nem o próprio setor bancário está interessado em deixar cair a Convenção Coletiva de Trabalho, num marasmo ou num limbo, não está interessado! Porque, se perdêssemos (por maioria de razão), ou se permitíssemos, que a caducidade caísse sobre o ACT do setor bancário, significa que a legislação superveniente seria o Código de Trabalho, que é um código de mínimos, inclusivamente desapareceria toda a contratação coletiva que é exclusiva do setor bancário. Seríamos regulamentados pelo código! Ora, o que é que isso iria implicar? Os desaparecimentos do SAMS! Aí está, uma razão pela qual, eu acredito, sinceramente que as próprias entidades patronais não estão interessadas em exacerbar. Querem manter a paz social. O setor bancário é um setor muito delicado, é um setor que ao mínimo tremor, treme a Economia em Portugal, portanto, todos temos de ter consciência de que só em conjunto é que conseguiremos ter um bom ACT do setor bancário. Julgo que é o que vem aí a caminho! É a minha opinião, tenho

feito algum esforço em conversas bilaterais nesse sentido. E estou convencido que muito antes de fevereiro de 2016 não de haver condições para se alcançar um acordo, que será histórico, porque o momento é tão difícil no país que qualquer convenção coletiva que seja atingida por vontade das partes sem intervenção do Estado. É sinal que deve ser dado à sociedade que é possível haver acordos, é possível criar espírito de compromisso, é possível haver diálogo e concertação mesmo em momentos tão difíceis da vida do país.

A.M. – *Eu referi-me ao ACT como documento histórico no sentido de referir que num nível futuro não existiria mais este documento...*

C.S. – Não, não....!!! Vai existir! Vai existir naturalmente com algumas alterações! Não podemos é querer tudo! Os patrões colocaram como se costuma dizer em bom português “a carne toda no assador”. Cabe às Direções dos Sindicatos (e têm vindo a discutir ao longo dos últimos 2 anos e meio) um conjunto de matérias que acham que são fundamentais que se mantenham e há outras que são fundamentais que não caiam, ou seja, se os Sindicatos dizem que por um lado são fundamentais que não caiam, por outro são fundamentais que se mantenham significa que estamos a dizer a mesma coisa, e portanto alguma coisa, temos que dar às entidades empregadoras, não é? O quê? Tem de ser discutido pelas Direções de forma inteligente. Saber que passos temos que dar, quais são as contrapartidas, também para que algumas das nossas exigências sejam vertidas para a negociação coletiva.

A.M. – *Estou quase a terminar, vou só fazer-lhe uma pergunta um bocadinho delicada: acha que os Sindicatos independentes estão em ascensão na Banca? Se sim, qual o motivo para isso?*

C.S. – Eu acho que sim! Tem-se notado que têm crescido na Banca. Muito à custa dos outros que já existem, naturalmente...

A.M. – *Sim, mas por que motivo? Qual será o principal motivo?*

C.S. – O motivo não é nada de extraordinário. É o motivo dos Sindicatos dos Bancários verticais terem um peso muito grande na criação de serviços próprios, que levaria a que se lutassem com as mesmas armas (e se quisessem, podiam fazê-lo!) tinham que pôr na rua quase 3000 trabalhadores. E, um Sindicato ficar com este ónus, é uma coisa tremendamente grave. Portanto, era desistir do Hospital dos Bancários em Lisboa, fechar os postos clínicos que temos no país, despedirmos milhares de trabalhadores... isso, é uma coisa muito complicada. Ora como sabe, os Sindicatos independentes da Banca criaram-se no final de 80, não têm esse peso. Portanto têm mais facilidade em transformarem-se num mero escritório de participações, com negociações bilaterais ou multilaterais com prestadores de serviços. Portanto têm aí serviço muito facilitado: não têm o peso

do pessoal - aquilo que normalmente numa empresa se chama de custos fixos – e, esses custos fixos podem ser desviados para outros lados. Podem ser desviados, nomeadamente, para onde? Para o reforço por exemplo das participações e da oferta. Têm alguns produtos que fazem concorrência direta com os outros. Portanto aqui há que ser inovador, há que ser inteligente em cada momento e perceber que a vida sindical não é só a oferta de serviços. A vida sindical é uma vida de proximidade, de defesa dos trabalhadores, de participação. E portanto aí, hoje as pessoas, como digo, olham muito para o seu umbigo, e, todos temos de fazer contas: se naturalmente um par de óculos ou de próteses fica mais barato num lado do que noutro, as pessoas têm todo o direito de fazer a sua opção. E num momento com tantos constrangimentos e com a terceira carga fiscal mais elevada de toda a Europa, naturalmente que os trabalhadores se tiverem uma opção de pouparem dinheiro ao final do mês, a opção é tomada. E portanto, nós percebemos isso claramente!

A.M. – *A junção dos três Sindicatos (geográfica, uma vez que já fazem a FEBASE) não vos tornaria mais competitivos? Se houvesse uma junção a nível nacional?*

C.S. – Sim, com certeza! É a minha opinião. Otimização de recursos, com menos gente, menos serviços. Três Sindicatos a oferecerem a mesma coisa. Naturalmente que a junção de três organizações não precisam de ter três informáticas, três processamentos de participações, três escritórios de contabilidade, não é verdade? Portanto, tudo isto tem otimização de recursos e tem inclusivamente a possibilidade de fazer uma oferta idêntica de Norte a Sul do país, o que hoje não acontece! É uma coisa complicada! Mas, isso esbarra na vontade de alguns dirigentes que acham que mais importante do que os Sindicatos e do que as pessoas, são eles próprios e isso é um problema de protagonismo...

A.M. – *Também tem a ver, se calhar, com o próprio património de cada Sindicato...*

C.S. – Não, não tem a ver com património. Quando as organizações se fundem, fica tudo junto, portanto, ali não há património, aquilo não é um casamento, não é um contrato de celebração de pessoas. É uma junção do património de 3 instituições, que quando todas estiverem fundidas num contrato passam a ser apenas uma, de Norte a Sul, uma única organização em que o património é comum. E portanto, haja a capacidade de os atuais dirigentes perceberem que há necessidade de dar esse passo com urgência. A urgência para mim é diferente da caracterização de urgência para outros: eu acho que o urgente é para amanhã, até diria mais, é para ontem, e há outros que é para daqui a um ano ou dois ou três ou quatro ou para nunca! E portanto devo dizer-lhe que a vontade de uma forma muito clara da esmagadora maioria dos Bancários que são nossos sócios, esbarra com a vontade de alguns dirigentes, o que é uma coisa muito complicada.

Apêndice E – Entrevista ao Presidente da direção do Sindicato dos Bancários do Centro (SBC)

A.M. – *Eu reparo que às vezes alguns bancários dizem não entender porque é que não existe só um Sindicato.*

C.S. – Não é por mim, nem pelo Sindicato dos Bancários do Centro.

A.M. – *Quando eles se referem é de uma forma global...*

C.S. – Sim, de uma forma global, mas está a fazer-me a entrevista a mim, e eu estou a dizer-lhe que não é pelo Sindicato dos Bancários do Centro, nem pela sua Direcção. A nossa decisão está tomada há muito tempo e foi comunicada às outras duas Direcções. Estávamos, inclusive disponíveis para nos aliarmos para já, numa primeira fase, a um único Sindicato e depois mais tarde vir o outro ao nosso encontro. Mas mesmo assim isso é difícil! Causa alguns constrangimentos ao que fica de fora e portanto o passo será todos em conjunto, mas quando, é incógnita que está em cima da mesa.

A.M. – *Para finalizar: entende que a sindicalização devia ser obrigatória por Lei?*

C.S. – Acho que sim! Acho que sim! Acho que a sindicalização devia ser obrigatória por Lei e acho que, como no Brasil, todos os trabalhadores neste país deviam pagar uma quota sindical. Se não forem sindicalizados essa quota deveria reverter para um Fundo a criar pelo Estado, para acudir por exemplo a situações de garantia salarial a trabalhadores em situação de desemprego decorrentes de empresas que tenham falido (às vezes de forma capciosa), aliás, como acontece numa grande parte dos países da América do Sul e até em Espanha. Todos são obrigatórios serem sindicalizados pagando uma quota simbólica. Já viu, 150 milhões de trabalhadores no Brasil todos a pagarem, tem não sei quantas Centrais Sindicais e todas elas recebem dinheiro do Estado. Basta criarem, surgirem, com alguns Sindicatos aliados e a partir do momento em que há um Sindicato dentro daquele setor toda a quotização vinda dos trabalhadores daquele setor - não digo que toda vá para aquela organização, mas uma parte que está definida em regras impostas pela Lei do Brasil - reverte para essa organização, portanto, são organizações que vivem por um lado subsidiadas pelo Estado e por outro lado subsidiadas pelas contribuições de todos os trabalhadores. Mas, também lhe digo mais: não sendo possível a obrigatoriedade de ser sindicalizado (e eu percebo que na maior parte dos países democráticos da Europa isso não existe, não é uma tradição da Europa Ocidental), pelo menos os trabalhadores que são sindicalizados e cujos Sindicatos conseguem atingir Convenções Coletivas, só deviam ser impostas essas condições aos trabalhadores sindicalizados dessas organizações. É uma coisa que eu também tenho defendido na UGT, já o fiz várias vezes.

A.M. – *Para não haver os outros que se aproveitam dos benefícios...*

C.S. – Exatamente. Esses não fazem nada, compreende? Isso é uma coisa muito complicada. Estamos a falar até de casos dentro do setor bancário. Portanto, quem quiser trabalhar, trabalha à

mesa das negociações e quando conseguir almejar uma condição, naturalmente que almeja. Há sempre muito trabalhador que diz assim e não apenas para os Sindicatos mas até para outros trabalhadores: “eu não sou sindicalizado e não preciso de ser, quando vocês conseguirem alcançar alguma coisa eu também benefício”. Isso é um egoísmo tremendo e é o exacerbar do individualismo, é a pior coisa que tem a sociedade. E por isso defendo que matérias de contratação coletiva específicas de um setor só deviam ser aplicadas aos Sindicatos signatários daquela Convenção Coletiva e portanto aquele que não fosse sócio não lhe era aplicado. Quer ser sócio, quer usufruir dos benefícios? Vem sindicalizar-se. Porque os Sindicatos também têm muito onde gastar muito dinheiro: todos nós, todas as organizações gastam muito dinheiro em Juristas, gastam dinheiro em Economistas, têm trabalhadores ao seu dispor, gasta-se muito dinheiro sobretudo na área da Justiça, porque defendemos, temos apoio Jurídico e Judiciário (de uma forma geral todos os Sindicatos o têm), e gastamos muito dinheiro na negociação coletiva. Os Sindicatos dos Bancários da UGT gastam muitas dezenas (para não dizer centenas ou milhares) de euros por ano na negociação coletiva, em reuniões infundáveis...

A.M. – *Pareceres, também, não é?*

C.S. – Pareceres, pagamos. Pareceres para isto, para aquilo, para todas as coisas. Muitos Advogados à mistura, muitas Teses, muita discussão. E tudo isto é um desgaste que tem um custo excecional e portanto deveria ser suportado pelas organizações, mas acima de tudo, já que é suportado e tem um custo tão grande, então naturalmente que a benesse recaísse sobre os seus associados, porque no fundo às vezes trata-se de andar a trabalhar de borla. E assistirmos ao “parasitismo sindical”. Eu acho que isso é uma coisa que devemos tentar erradicar. Não é fácil! Mas talvez levasse aqui a que os níveis de sindicalização fossem mais proeminentes.

**Apêndice F - Entrevista ao presidente da direção
do Sindicato dos Bancários de Sul e Ilhas (SBSI)**

26/06/2014

Entrevistadora: Maria Antónia Gaspar da Mota

Entrevistado: Dr. Rui Riso

Função: Presidente da Direção do Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas

Anos na função: 3 anos

Local: Na sede do Sindicato Bancários do Sul e Ilhas com morada na Rua São José nº 131,
em Lisboa

Data: Dia 26 de junho de 2014, às 9:40

Duração da entrevista: 1 hora e 15 minutos

.

Aguardei na sala da secretaria dos corpos gerentes, enquanto uma senhora atendia um sócio reformado que atravessava dificuldades financeiras e pretendia um empréstimo.

Às 9:40, o Dr. Rui Riso recebeu-me no gabinete e sentamo-nos numa pequena mesa redonda com 4 cadeiras próximo de uma sacada.

A primeira pergunta que me fez, foi a que sindicato eu pertencia? Disse-lhe que só iria responder no fim para não condicionar as suas respostas.

Foi respondendo às questões sempre numa perspetiva histórica e temporal.

Antónia Mota – *Peço desde já autorização para gravar a entrevista.*

Rui Riso – Autorizada!

A.M. – *Vou-lhe pedir para se apresentar.*

R.R. - Rui Riso, Presidente do Sindicato dos Bancários de Sul e Ilhas.

A.M. – *Portanto, como lhe disse isto trata-se de uma entrevista inserida no Mestrado de Sociologia, que eu vou fazer sobre o Sindicalismo. Começo por lhe perguntar qual lhe parece que é o papel do sindicalismo na sociedade?*

R.R. – Olhe, se quiser, há uma frase que tem sido referida com alguma, enfim, não digo com frequência, mas, de vez em quando é referida por um colega meu alemão, que diz muito simples: «Os Sindicatos são o mais forte que os mais fracos têm!»

Portanto, nas relações de trabalho, enfim, existe uma parte muito forte que são os empregadores e uma parte muito fraca que são os empregados e sem dúvida nenhuma que são os Sindicatos, exatamente, o mais forte que os mais fracos têm, e não havendo Sindicatos... Os Sindicatos são uma peça fundamental da essência da democracia, sem dúvida, exatamente porque cabe à democracia também fazer alguma redistribuição e essa redistribuição apoia-se muito no trabalho dos Sindicatos, também sem dúvida nenhuma, porque o Estado não cumpre integralmente o seu papel redistributivo, como se sabe. Lamentavelmente há períodos de maior liberalismo económico em que existe uma grande pressão e os Sindicatos acabam por perder importância na negociação coletiva, desprotegendo um elevado número de trabalhadores, e, com isso, ter uma consequência dramática nas sociedades, com uma redução substancial dos rendimentos dos trabalhadores e consequentemente uma redução na coleta de impostos e por aí fora...Porque as cadeias são isto mesmo, as cadeias de rendimento, relacionadas também depois com as receitas fiscais têm todas estas cadeias e faz com que os países tenham mais dificuldades. Quando há pessoas mais pobres nos países, os países têm mais dificuldades.

A.M. – *Já respondeu à minha pergunta que era, em que aspetos, ou, em que dimensões, podem hoje os Sindicatos ser úteis?*

R.R. – Pois, obviamente a utilidade dos Sindicatos vai muito para além da Contratação Coletiva... das questões pecuniárias da Contratação Coletiva. Existe uma relação muito direta entre uma coisa e outra, portanto, a expectativa dos trabalhadores é de que possam ganhar mais porque de há uns anos a esta parte o dinheiro passou a ser muito mais importante do que terá sido em tempos, como todos nós sabemos. Hoje, um conjunto de novas necessidades que emergiram também e que se reforçaram com a democracia, faz com que as pessoas precisem de mais dinheiro para fazer face a

elas. Posso dar-lhe 3 ou 4 exemplos: a necessidade de comprar casa, a necessidade muitas vezes de pôr os filhos a estudar em escolas privadas (porque não conseguiram entrar nas públicas), a necessidade, se quiser, de mais equipamentos facilitadores dentro de casa, nomeadamente as máquinas de lavar roupa, louça e outras, porque hoje as pessoas não passam sem essas máquinas e quando elas apareceram eram fatores de diferenciação e de luxo que nem toda a gente tinha, nem toda a gente nem sentia necessidade delas (é bom que não esqueçamos que quando estas coisas começaram as pessoas mudavam de roupa uma vez por semana, independentemente do trabalho ser físico ou não físico e o trabalho na altura era muito físico, era um trabalho muito rural e de operários, mas só se tomava banho uma vez por semana e só se mudava de roupa uma vez por semana. Isto faz com que, obviamente a roupa pudesse ser lavada no tanque, com menos esforço do que seria hoje, porque hoje as pessoas mudam de roupa todos os dias e tomam banho todos os dias. Consequentemente, também a evolução dos hábitos exige que haja uma correspondência e uma diminuição da carga de luxo que esse aparelhos têm quando aparecem, com uma generalização do seu uso, que conduz por sua vez a novas necessidades pecuniárias, porquanto é preciso comprar as máquinas, é preciso pagar a luz que gastam e a água que gastam e por aí fora. Falo apenas nestas duas máquinas... Hoje, os apartamentos já não têm lugar para o tanque de roupa, o que pressupõe que necessariamente a pessoa tem que comprar uma máquina de lavar roupa (e eu acho muito bem!), uma de secar (porque também já hoje já é proibido estender a roupa para o lado de fora, nomeadamente, para a frente dos prédios) e isto também aconteceu, se quiser, com as máquinas de lavar louça e depois com todos os outros aparelhos que se acham. Em última análise, se quiser, podemos falar também no automóvel como um bem indispensável, porque as redes de transportes públicos no nosso país, mas também noutros, e a maneira como se construíram e como se foi desenvolvendo o tecido urbano em Portugal, obriga a que muita gente necessite efetivamente de automóvel. Portanto, as casas estão um pouco espalhadas por todo o lado e ao estarem um pouco espalhadas por todo o lado, não há transportes públicos suficientes, e, uma pessoa, um casal pode trabalhar para norte e a outra trabalhar no sentido oposto, e, por consequência, não havendo transportes públicos, têm mesmo que arranjar forma de se deslocar, depois ainda por cima, se calhar, o infantário dos miúdos ainda dista mais não sei quantos quilómetros para oeste ou para este, nem sequer fica no caminho para o trabalho de um ou de outro, portanto, há uma necessidade objetiva porque não há uma correspondência (acho eu próprio, quase seria impossível haver transportes públicos capazes para uma dispersão de residências como aquela que temos em Portugal), portanto, também isso obriga a uma grande pressão sobre o dinheiro. Depois, enfim, e por causa da importância da contratação coletiva, existe um outro conjunto de regras contidas na contratação coletiva fundamentais para as relações de trabalho e fundamentais também muitas vezes para a defesa das relações familiares. Quero eu dizer com isto que, o número de horas que se

trabalha por dia é determinante para uma relação de trabalho, porque se a pessoa trabalhar mais deverá ganhar mais, e, é importante também para a defesa da família, porque se a pessoa trabalhar 12 horas por dia, obviamente que não está em condições de chegar a casa e ir cumprir a sua função familiar de educador (no mínimo, a de educador para com os filhos). Portanto, existem também essas regras, existem regras de caráter social, umas ligadas ao dinheiro e outras nem tanto. Existem regras também de obrigações e deveres (também) dos trabalhadores para com as entidades patronais (também têm deveres para com as entidades patronais), algumas delas estão plasmadas nos Códigos de Trabalho, mas há efetivamente profissões que têm especificidades tal, que têm que ter, elas próprias (não só porque têm códigos de conduta, mas também porque extravasam em muito aquilo que é o genérico do Código de Trabalho), portanto deve ser vertido para a contratação coletiva. Que também, e agora sim termino, permite que dentro dos setores exista uma maior lealdade na concorrência, ou seja, num setor como o bancário, em que existem muitos Bancos com identidade própria, com funções também elas muitas vezes diferenciadas, uns face aos outros (uns mais dedicados a um tipo de negócio, outros mais dedicados a outro tipo de negócio), mas não deixa de haver aqui uma base comum e é fundamental que haja regras comuns nessa base, porquanto, não podemos e não devemos sequer considerar que possa haver no mercado, numa coisa tão sensível como é a Banca (e eu digo que é sensível porquanto a Banca é indispensável e tem sido indispensável para o desenvolvimento das sociedades, nomeadamente para a portuguesa) tem que haver regras claras. Tem que haver regras claras e os trabalhadores têm mais ou menos que estar todos, se quiser, nivelados, para que os Bancos não possam fazer concorrência desleal uns aos outros por um lado e por outro lado que não arrisquem, se quiser, ou que levem os clientes ou os investidores a “arriscar” (este “arriscar” entre comas naturalmente!) no tipo de investimento que fazem, porque têm menos regras do que têm outros.

A.M. – *Concorda que existe crise no Sindicalismo? Quais são os fatores da crise no Sindicalismo?*

R.R. – Existe crise no Sindicalismo, claro que existe! E, existe, porque o Sindicalismo de uma maneira geral... o sindicalismo consolida-se em períodos de vitórias sindicais e não tanto em períodos de derrotas ou de não conquistas sindicais. Se quiser, o Sindicalismo na Europa tem vindo a perder importância desde 1975 (estamos a falar da Europa, não estamos a falar de Portugal). Curiosamente, nessa altura, em 75, estaríamos num ponto, em que o Estado social na Europa teria atingido, se calhar, a sua velocidade de cruzeiro e o seu desenvolvimento base, digamos, que não haveria talvez muito mais para conquistar, em termos de estado social nos países do centro e norte da Europa. Não nos esqueçamos que esses países foram fortemente atingidos pela Guerra e foi também nesses países que se desenvolveu mais rapidamente o Estado social. Não era o caso de Portugal, em Portugal em 74 e 75, estava tudo por fazer praticamente relativamente ao Estado

social, e, aí, também se quiser, o facto de haver muita coisa para fazer no Estado social, terá permitido pelas condições históricas particulares que se viveram naquele momento, terá permitido um forte reforço do Sindicalismo e que conduziu a que levasse a algum nivelamento, alguma aproximação, do Estado social português ao Estado social europeu na maneira como estava construído. É verdade que é um Estado social muito curto (40 anos é muito pouco para consolidar um Estado social), por isso mesmo o nosso, assenta nalguns pressupostos diferentes do de outros, e neste momento terá mais dificuldades, se calhar, que outros (ainda que todos estejam em dificuldade, é bom que não nos esqueçamos disso), e, dá ideia que há aqui dois momentos, na minha opinião há aqui dois momentos, que fazem com que o Sindicalismo acabe um pouco por perder importância, neste percurso, e, particularmente neste último percurso e nestes últimos 5 ou 6 ou 10 anos, mas isso aí explicaria doutra forma. O que acontece é que de 75 para cá, depois de, se quiser, como eu disse, o Estado social estar todo mais ou menos equilibrado, até o próprio Estado social europeu ter muitas similitudes com aquilo que se fazia no norte da Europa (ainda que a sustentabilidade de um e de outro se calhar fossem diferentes), mas não é isso que estamos a falar, estamos a falar é daquilo que o Estado dava aos seus cidadãos. E podemos falar de Escola, podemos falar de Saúde, podemos falar de apoio na velhice, podemos falar de tantas outras coisas, alguns apoios até, se quiser, enfim, nas pessoas mais carenciadas, pagando luz, pagando água, distribuindo alimentos, enfim, todas essas coisas fazem parte do Estado social. E, o Estado social português desenvolveu-se muito rapidamente porque nós fizemos muitas coisas em 40 anos, coisas que outros países demoraram muitos mais anos. Este período é um, mas ainda assim, lá pelos anos 80, 90, aparece um movimento... aparece grande pressão do Liberalismo económico sobre todas as sociedades, e, quando aparece o Liberalismo económico acentua-se o individualismo, e, aparecem alguns movimentos que, se quiser, acabam por se desagregar um pouco e contribuir para a desagregação e para a menorização da importância dos Sindicatos (movimentos como aqueles que foram conhecidos como os Yuppies, das pessoas que trabalhavam muito, sem horas, pessoas muito individualistas, que não paravam de trabalhar, apareceu também aquele termo dos “workaholics”), portanto, há uma série de coisas que apoiadas sobretudo no individualismo e associadas a algum sucesso ou muito sucesso económico, fazem com que as pessoas olhem mais para o individualismo como a possibilidade de sucesso, e não tanto para os movimentos comuns e coletivos. E isto obviamente faz com que aconteça algum virar de costas também aos Sindicatos, porque os Sindicatos defendem um coletivo, não defendem os indivíduos enquanto indivíduos, mas sim os indivíduos enquanto fazendo parte de grupos. E, como eu digo, este sucesso económico de alguns, ainda que muitas vezes, muitas vezes, associado a muito insucesso familiar, e, a muito insucesso psicológico até (são contadas imensas histórias desse período, de divórcios, de conflitos, de uso de drogas e de álcool, para as pessoas poderem manter níveis de trabalho, trabalharem 48 horas

seguidas e coisas assim. Isso está tudo escrito, houve notícias sobre isso.) Portanto, estas coisas têm sempre algumas perversidades e esta terá sido uma delas. No entanto, mais uma vez, como existe também uma grande pressão sobre o consumo, para obrigar as pessoas a consumir, as pessoas acham que o sucesso se obtém sobretudo por via do dinheiro e não por via de outros fatores e isto faz com que muitas vezes as pessoas viam as costas aos Sindicatos. Depois, também num contexto de Liberalismo económico, o que acontece é que, as próprias entidades patronais acabam por utilizar regras diferenciadoras que conduzem à impossibilidade de agregar movimentos coletivos. Não é assim tão complexo, é mais simples. Podemos transportar isso....

A.M. – *E fomentam também a não sindicalização, não é?*

R.R. – Eu não sei se fomentam ou não, acho que sim, que também fomentam, mas isso é uma coisa difícil de se poder dizer. Agora, há uma coisa que é verdade: quando os Sindicatos em Portugal em 1974 e 75 mas nomeadamente em 75 e quando os sindicatos da Banca, que já existiam, com outras características, é certo, e no fundo se reforçaram, se revigoraram, renasceram, se quiser, ainda que tivessem bastante atividade, uma atividade conhecida mesmo até de manifestações contra o regime de então, o que acontece, é que o tronco fundamental dos nossos direitos (aqueles que temos hoje) resulta de movimentos reivindicativos fortes que houve durante o período em que a Banca foi toda nacionalizada. Portanto, o patrão era só um e era apenas com um que se negociava a Contratação Coletiva. Isto facilita imenso as coisas. Ponto 1. Ponto 2: como a Banca era toda nacionalizada e pertencia toda a um patrão, a Contratação Coletiva era igual para todos, rigorosamente. Não era toda, toda nacionalizada, porque havia aí uns fenómenos que ficavam de fora deste contexto, alguma Banca corporativa, que nasceu e se reforçou mais tarde como o Crédito Agrícola, eventualmente as Caixas Económicas, mas de uma maneira geral, os grandes Bancos foram todos nacionalizados. Portanto o patrão era só um (até porque a própria filosofia e os princípios em que assentava ou supostamente assentaria aquela sociedade no futuro, era uma sociedade mais virada para a esquerda, para o Comunismo, até se quiser, o que pressupunha que as regras fossem efetivamente todas iguais e os rendimentos todos iguais). Assim se manteve até ao aparecimento do BCP: quando aparece o BCP (o BCP percebe que é o primeiro Banco privado, enfim, e as privatizações ocorrem depois do aparecimento do BCP), Quando aparece o BCP, o BCP percebe que a melhor forma de não ter conflitualidade no seu interior é diferenciar os rendimentos. Portanto, aquilo que tinha sido construído pelos Sindicatos durante o período da Banca nacionalizada, em que havia apenas uma tabela salarial que se aplicava a toda a gente e um conjunto de direitos que se aplicava a toda a gente. O BCP percebe que não pode atribuir rendimentos menores do que aqueles que estão contratualizados, mas pode atribuir maiores, e, ao atribuir maiores não os atribui maiores de uma forma absolutamente igual para todos os

trabalhadores, mas, de uma forma diferenciada, até mesmo dentro de um balcão como nós chamamos ou de uma agência, se quiser. O que é que eu quero dizer com isto, para justificar de alguma maneira o afastamento do sindicalismo? Bom, o que acontece e que resulta daqui é que nunca mais por esta via poderá haver uma greve por questões salariais, a menos que se tentem arrasar completamente os rendimentos! Porquê? Porque num balcão onde existem – imagine – 10 trabalhadores, em que – vamos imaginar também – só há 3 grupos de funções, mas em que dentro de cada grupo de funções, cada trabalhador ganha uma importância diferente (e alguns podem ter diferenças acentuadas), o que ganha mais, neste clima de maior individualismo em que vivemos, não vai seguramente fazer greve, para aquele que ganha menos passar a ganhar mais! Portanto, isto no fundo diminui um pouco a capacidade reivindicativa dos Sindicatos, porque, não estando todos ao mesmo nível, provoca situações de desigualdade ou se quiser, de discriminação positiva, que quem a tem, não quer abdicar dela. Haverá, provavelmente, outros motivos (pelos quais penso eu que até os próprios bancários irão para uma greve), mas seguramente que, pelos salários, no atual quadro (porque estas coisas mudam) provavelmente não!

A.M. – *Acha então que os Sindicatos perderam poder? Se perderam, perderam face a quem ou a quê?*

R.R. – Os Sindicatos perderam poder, naturalmente, face aos empregadores! É bom que também não nos esqueçamos que nos últimos 4 ou 5 anos tem havido uma perseguição quase inquisitória aos Sindicatos. Portanto, vamos lá a ver: em Portugal o facto de o Governo ter assinado com uma Central Sindical, um projeto em que se comprometia a dinamizar a Contratação Coletiva e que depois, a jusante do acordo que fez (porque era importante para que o país tivesse o apoio da Troika), mas a montante do que assinou não fez nada para reforçar a Contratação Coletiva, bem antes pelo contrário, procurou desclassificá-la, isso faz com que os Sindicatos percam poder, porque naturalmente o “Core” dos Sindicatos é a Contratação Coletiva. Os Sindicatos podem fazer outras coisas (os nossos Sindicatos têm até um sistema de Saúde), mas a verdade é que o “Core” dos nossos Sindicatos é a Contratação Coletiva (porque até o próprio sistema de Saúde radica na Contratação Coletiva, não são questões paralelas, são questões muito ligadas, se não houver Contratação Coletiva não há sistema de Saúde, não há SAMS, portanto, uma coisa e outra estão intimamente ligadas). Agora, esta diminuição que houve da importância da Contratação Coletiva na sociedade e nas sociedades, de uma maneira geral, e agora já não vou falar só na Portuguesa, nem na Espanhola, nem na Italiana, nem na Grega, nem na Irlandesa (as economias mais afetadas pela crise, mas também podemos ir por aí fora, também podemos ir para o centro da Europa, para Inglaterra, para todo o lado) o que acontece é que (e, há 3 ou 4 coisas que são ditas por aí) em todo o lado e perante a crise, alguns governantes resolveram retirar importância aos Sindicatos, neste

países, nomeadamente do Sul da Europa para baixo, mas se quiser, não há, e, essa análise pode ser feita, portanto, há aqui uma grande.... olhe, é muito os nossos.... esta área de que lhe falei ser uma área muito “poucoquinho”, as pessoas são muito “poucochinhas” relativamente ao futuro, porquanto, se nós formos analisar, os países onde os Sindicatos são mais fortes, são os países que têm as economias mais fortes! Vamos ver: a Noruega, em que os Sindicatos são muito fortes; a Suécia, onde os Sindicatos são muito fortes; a Dinamarca, onde os Sindicatos já foram mais fortes (neste momento são menos e também por isso mesmo a economia já foi mais forte e neste momento é menos); a Alemanha, onde os Sindicatos são fortes, têm economias fortes. Portanto, dizer que é por causa do Sindicalismo ou da Contratação Coletiva, ou dizer que são os Sindicatos um empecilho ao desenvolvimento económico, é exatamente o contrário, porque aquilo que nós sabemos é que se não houver Sindicatos (lá está, que são o mais forte que os mais fracos têm) a defendê-los e a empurrar os rendimentos desses trabalhadores um pouco mais para cima, o que acontece é que os empregadores vão querer pagar apenas o ordenado mínimo a toda a gente, e, o que eu quero saber é: com toda a gente a receber o ordenado mínimo, que tipo de economia é que têm os países onde isso possa ocorrer? Ainda por cima, com um ordenado mínimo (já agora!) como o nosso... Se fosse um ordenado mínimo 3 ou 4 ou 5 ou 6 vezes superior, se calhar poder-se-ia equacionar, que seria simpático e seria bom que todos ganhassem o ordenado mínimo, desde que o ordenado mínimo desse obviamente para pagar as rendas de casa, para pagar a Educação dos filhos e por aí fora... Portanto, isto um dia, e é bom que os governantes vão tendo a sensibilidade para isto, porque dizem assim: «mas os empregadores precisam de ter rendimentos para criar emprego!» - estamos todos de acordo com isso. Relativamente à Banca: nós precisamos de Bancos fortes! Estamos todos de acordo com isso, e, aliás, quanto mais fortes forem os Bancos, se calhar, maior capacidade reivindicativa será a nossa. Nos últimos períodos com a crise no sistema financeiro, aquilo que acontece é que os Sindicatos do setor financeiro têm dificuldades em reivindicar, como é óbvio (porque os empregadores ou as instituições financeiras não estão em muitos bons lençóis, não estão em muito bom estado, têm tido prejuízos acumulados), mas aquilo que se pede, é que em momentos de recuperação e momentos de abundância como aqueles que se viveram antes da crise. Com os Bancos a apresentar em cada ano e em cada trimestre lucros muito maiores que no trimestre do ano anterior, também uma parte dessa riqueza gerada seja distribuída pelos trabalhadores, que, aliás, são eles próprios que a ajudam a criar, porque os Bancos não vivem sem pessoas, não há Bancos sem pessoas. Portanto, são estas as preocupações! Os Sindicatos vão continuar a ter um papel importantíssimo, assim toda a gente entenda, e os próprios trabalhadores, que não podem abdicar voluntariamente dos seus direitos e que não podem dirigir-se ao Sindicato apenas quando têm um problema com a entidade patronal.

A.M. – *As alterações na legislação laboral por exemplo podem ser um fator de enfraquecimento ou são fatores como o individualismo que explicam algum afastamento dos Sindicatos?*

R.R. – O facto de a evolução da legislação laboral geral (portanto, o Código de Trabalho) a pouco e pouco ter incorporado, muitas das diferenças que a Contratação Coletiva, estabelecia, ou seja, um Código de Trabalho mais empobrecido, dá mais importância à Contratação Coletiva. Porque a Contratação Coletiva é diferenciadora, a Contratação Coletiva pressupõe acrescentar direitos ao Código de Trabalho, ainda que acrescente também deveres como é óbvio, quer dizer, nós quando falamos na Contratação Coletiva não falamos apenas nos direitos dos trabalhadores, também falamos nos deveres dos trabalhadores. Se houver um Código de Trabalho, se quiser, muito generoso, (não é?) sem dúvida nenhuma que retira alguma importância à Contratação Coletiva, porque perde-se a capacidade de diferenciar. Sem dúvida nenhuma! Nós sabemos e toda a gente que quando se pretende fazer uma lei geral, a lei geral não é suficientemente abrangente, porque os setores têm muitas diferenças. Sendo assim, continuará sempre a justificar-se a Contratação Coletiva, mais extensível ou menos extensível, exatamente de acordo com aquilo que o Código de Trabalho já contemplava. E aí, cabe aos Sindicatos ser imaginativos e conseguir também com os empregadores, negociar direitos diferenciadores, porque os próprios empregadores dos sectores mais prósperos, se quiser, querem também que os trabalhadores sejam diferenciados. Se não houver diferenciação na Contratação Coletiva também não podem reclamar por diferenciação no tipo de trabalhadores que vão recrutar ao mercado. Portanto, se querem trabalhadores mais diferenciados têm que, naturalmente, lhes dar condições também diferenciadas, e, essas condições diferenciam-se através da Contratação Coletiva, sem dúvida!

A.M. – *Tendo em conta a opinião geral de que os Sindicatos precisam de renovação e rejuvenescimento, qual é a sua opinião?*

R.R. – Olhe, eu ouço isso muita vez, ouço isso muita vez, mas também não sei muito bem o que é que querem dizer com isso! Eu vou explicar: se há Sindicatos, em que efetivamente, as pessoas, enfim, estão por lá há muitos anos, a verdade também é que muitas vezes não aparecem jovens para substituir aqueles que andam por lá há muitos anos. Portanto, o movimento sindical, como outros movimentos coletivos, como o associativismo em geral, as pessoas de uma maneira geral estão de costas viradas para eles. E, podíamos aqui elencar não sendo a mesma coisa mas podemos perfeitamente elencar que o papel social importantíssimo, que tiveram por exemplo, as associações desportivas e culturais, as associações de moradores e outro tipo de associações. Durante muitos anos tiveram um papel importantíssimo, vamos ver como é que elas hoje estão! E a maior parte delas luta com imensas dificuldades (algumas delas até têm patrimónios grandes), lutam com imensas dificuldades para arranjar dirigentes que se disponibilizem porque este trabalho é feito de

uma forma absolutamente gratuita. Nós não ganhamos mais por estar nesta vida. E a expectativa das pessoas, ainda voltando àquela história do individualismo, as pessoas é que, se têm mais trabalho também ganham mais dinheiro. Portanto, o movimento associativo de uma maneira geral (o sindicalismo é também uma associação, são associações sindicais) que obriga e carece que quem cá anda, seja muito generoso para com a organização, e, para com aqueles que representa, enfim, obviamente, pondo aqui muita da sua energia. Aquilo que está a acontecer aqui está também a acontecer nos outros lados, no movimento associativo em geral, sem dúvida nenhuma! Portanto vai haver com certeza alguma dificuldade! Há países em que o trabalho sindical é feito praticamente todo por profissionais (em que as pessoas são profissionais!). Os Sindicatos têm equipas de advogados (nós também temos, mas, diferente, é organizado de maneira diferente), têm equipas de "stewards", como eles lhe chamam em Inglaterra (nos países anglófonos), "stewards" que são aqueles que têm os contactos permanentes com os trabalhadores, no terreno, normalmente jovens, que procuram angariar também sócios para o Sindicato, e, depois aquilo está organizado de maneira diferente da nossa. Mas, nós temos esta organização. É preciso efetivamente que as pessoas também se sensibilizem para a "coisa pública", porque, senão estão dispostas a entregar muitas das suas horas a este trabalho, a esta atividade, também é difícil recrutar pessoas sem grandes aliciantes que não seja apenas esta entrega, enfim, esta forma de pensar. Depois, por outro lado, é bom que não nos esqueçamos que muitas das vezes, se as pessoas vierem muito jovens para esta vida, hipotecam as suas carreiras, não é? E depois, um dia encontram um colega que entrou com ele ao mesmo tempo na empresa, e, verifica que o colega tem uma carreira brilhante e que tem muitos graus remuneratórios acima do dele, e isto também condiciona um bocado as pessoas. Por outro lado ainda, eu não sei se há assim tanta falta de renovação, as organizações têm algumas pessoas, hoje, se calhar com 10,15, 20 anos de estadia por cá, mas também têm outras que apesar de não serem jovens de idade, estão cá há 4 ou 5 ou 6 anos. Eu posso dizer que estou cá como Presidente da Direção do Sindicato há 3 anos. Tenho 58 anos, é verdade, mas de qualquer das maneiras estou cá há 3 anos! Portanto, houve renovação! Dir-me-á: «mas renovação por pessoas desta idade?». Bom, se calhar no futuro, vão ser as pessoas possíveis, porque, se calhar, não se consegue arranjar pessoas com 30 anos para vir para cá. E agora pergunto eu: uma pessoa que venha para cá com 30 anos, nunca há de ter 50 ou 60? Não é?

A.M. – *Sim, mas o rejuvenescimento não é só nesse sentido. É também no sentido de mudar algo de forma a cativar...*

R.R. – Mas o mudar algo, vamos lá a ver: o papel dos Sindicatos está muito bem definido na sociedade, portanto, o que é que os Sindicatos podem fazer? O nosso Sindicato, por questões várias, e por tradições várias tem outro tipo de organizações para além daquelas. Sei lá, a parte

desportiva, parte cultural, que, tenta com isso abrir-se aos seus associados, mostrar o que tem, não limitar a sua ação apenas a ações reivindicativas. Enfim, isto é feito obviamente com o dinheiro da quotização. Empenhamo-nos muito na Saúde (como toda a gente saberá, somos o maior sistema de Saúde privado em Portugal. No caso de Sul e Ilhas, tem um Hospital, tem um Centro Clínico. O Centro Clínico onde nós damos 1800 consultas diárias de 40 e tantas especialidades, que está a ser renovado), gastamos aí muitas energias, ainda que, os valores da quotização e das contribuições não se misturem, sejam perfeitamente autónomos. Portanto, nós temos outras atividades que poderão fazer reconhecer a nossa importância na sociedade. Os Sindicatos, propriamente aquilo que lhes cabe, é fazer a divulgação do seu trabalho sindical e o seu trabalho sindical é a negociação coletiva “Core”. E depois, tem outras atividades. Depois, os Sindicatos são tão mais importantes quanto mais associados tiverem, porque a representatividade dos Sindicatos deriva do número de pessoas que têm, e, da percentagem que abrangem do setor. No caso da Banca temos uma percentagem muito elevada, portanto eu penso que o Sindicato dos Bancários de Sul e Ilhas terá cerca de 65 a 70% de todos os bancários de Portugal (todos os bancários que existem, reformados e ativos). Portanto, temos esse, enfim, essa posição, se quiser, no mercado. Não estou a ver? De vez em quando, vamos imaginando outro tipo de atividades paralelas à nossa, que possam abranger mais pessoas (sei lá, na parte mais lúdica ou na parte de valorização artística, porque há muita pessoa que, enfim, que tem dotes artísticos, e procuramos desenvolvê-las também cá), mas, em termos de atividade sindical “Core” é a Contratação Coletiva! É pela Contratação Coletiva que os Sindicatos existem! Poderão como eu digo ter outras atividades para além dessa, mas...

A.M. – Portanto, parece-lhe que pode ser feita essa revitalização precisamente por essas outras atividades...

R.R. – A revitalização dos Sindicatos depende sobretudo do reforço da Contratação Coletiva. A partir do momento em que a sociedade dê mais importância à Contratação Coletiva, do que aquilo que está a dar hoje, obviamente que os Sindicatos se revitalizam. Porque (e, como eu digo, estamos a falar do setor bancário, onde temos esta posição e um número de sindicalizados muito elevado), mas temos aí setores, setores de outras atividades em que a sindicalização é de 2, 3, 4%, e isto expõe os trabalhadores a todas as arbitrariedades dos empregadores, porque não têm força para negociar. Portanto, os direitos que os bancários têm (e que estão em negociação e vamos ver o que é que resulta da negociação), têm-no porque efetivamente existe uma grande representatividade, mas, os associados também têm algumas obrigações para com os Sindicatos, nomeadamente, em momentos de rutura, apoiarem os Sindicatos nas ações que se dispõem levar a cabo, para fazer vingar as suas ideias e as suas pretensões.

A.M. – *Como acha que se podem classificar os Sindicatos enquanto atores no mundo do trabalho: como atores de classe que apostam mais no conflito, como atores de sociedade que abrem a porta à negociação ou como atores económicos que atuam no mercado numa lógica mais competitiva (quase empresarial)?*

R.R. – No caso do Sindicato dos Bancários de Sul e Ilhas, seguramente o do meio, abrindo portas e abrindo negociações. Nunca defenderemos o conflito pelo conflito! Em circunstância nenhuma!

A.M. – *Esta é uma teoria de um autor inglês, que os divide mais ou menos em três setores...*

R.R. – E a questão dos Sindicatos empresa, porque é, enfim, um conceito muito utilizado no Norte da Europa, ainda que, e na prática os Sindicatos dos Bancários, nomeadamente o nosso, é um pouco Sindicato empresa, porque tem uma empresa de Saúde com, enfim, com...

A.M. – *Tem 1200 trabalhadores, salvo erro, não é?*

R.R. – Temos mais, ao todo temos cerca de 1600. E em “homens-horas” temos 1400 e tal, se fossem contadas as horas, porque temos muito trabalhadores a tempo parcial, nomeadamente médicos, portanto, eles todos juntos daria 1400 e qualquer coisa trabalhadores. Portanto, já somos uma empresa, nomeadamente, a nível de Saúde, e depois temos aqui algumas outras atividades que acabam por fazer parte, enfim, dessa coisa. Mas, mesmo os Sindicatos empresa, mesmo os Sindicatos que põem ao dispor dos seus associados um conjunto de atividades para além da Contratação Coletiva, há uma coisa que é fundamental: é a Contratação Coletiva. Quer dizer, se houver um Sindicato que esteja no mercado, imagine, apenas com um Hospital e com um Centro Clínico e que não faça Contratação Coletiva, não é um Sindicato!

A.M. – *É um seguro de Saúde...*

R.R. – É qualquer coisa, é uma organização de Saúde que tem um Hospital e um Centro Clínico e ponto! E associado a isso faz umas coisitas por aí, quer dizer, isto não é assim, não é? Portanto, ou tem Contratação Coletiva, que é isso que define um Sindicato, que é essa a intervenção do Sindicato na sociedade, é essa a intervenção dos Sindicatos na Democracia e as outras coisas são paralelas, porque, mesmo quando no Norte da Europa falamos muito nos Sindicatos empresa (porque os Sindicatos têm muitas outras atividades para além da “Core” teríamos que perceber o modelo muito bem, porque os Sindicatos normalmente fazem negociação empresa a empresa, não é por setor, ainda que possa ser um Sindicato só, também não há assim tantos Sindicatos de empresa, haverá alguns em empresas maiores, mas os outros são Sindicatos mas fazem negociação empresa a empresa, e isto obriga a uma estrutura completamente diferente. E além disso têm também as empresas deles que fazem um conjunto de coisas, alguns deles por exemplo têm fundos de pensões

(coisa que nós, se calhar, precisaríamos cá, mas também a nossa economia é tão débil que não permite haver folga suficiente para que isso se possa construir). Portanto, há uma série de coisas que eles depois fazem paralelas, é verdade, para servir os seus associados e para os fidelizar, para que eles se mantenham com eles, mas, têm de fazer Contratação Coletiva. Porque, sem Contratação Coletiva não há Sindicatos, isso seguramente!

A.M. – *Muito bem. Vou passar aqui uma parte que tem a ver com as Entidades versus Autonomia Sindical, ou seja, a relação de proximidade entre Sindicatos e partidos políticos, é vista como sendo algo que enfraquece os Sindicatos. Concorde que se trate efetivamente de uma fraqueza?*

R.R. – Deixe-me dizer o seguinte: no caso do Sindicato dos Bancários de Sul e Ilhas e dos Sindicatos enfim, quer do Norte, quer do Centro, e tudo isso, não há qualquer relação com os partidos políticos. É bom que nos entendamos! Mas eu explico, mas eu explico...

A.M. – *O que eu digo é que há uma proximidade entre Sindicatos e partidos políticos...*

R.R. – Mas eu explico, eu explico! Não, não há! Vamos ver, não há, nós não acatamos regras que venham de qualquer partido político ou de qualquer governo, seja de quem for! A nossa relação é estabelecermos a relação entre os trabalhadores e as entidades patronais. Ponto! Obviamente que também por vezes temos que ir estabelecer com o Governo quando o Governo está a pensar ou já a fazer leis que nos afetam diretamente. O que acontece é que, a sociedade portuguesa está organizada em partidos políticos. Naturalmente que os Sindicatos, pelo papel que desempenham na Democracia, também têm eles próprios um papel político. E, entendeu-se há muitos anos, que é preferível, que as pessoas que estão nos Sindicatos digam o que são e quem são, do que dizerem que não são nada, mas afinal serem. E poderem nas costas e subjacentemente ter relações com partidos políticos ou grupos de interesse que podem condicionar a sua atividade, ou seja, no caso do Sindicato dos Bancários de Sul e Ilhas que está a ser governado em coligação entre socialistas e sociais-democratas, toda a gente sabe! Isto não quer dizer que nós dependamos dos partidos socialistas, não! Este conjunto de pessoas (há aqui pessoas socialistas e há pessoas sociais-democratas) não é o grupo da Brasileira e o grupo do Martinho da Arcádia, que é um grupo de amigos que se juntam e resolvem ir para a Direção de um Sindicato. Assim como não é o grupo, se quiser, lá de Coimbra, de dois cafés quaisquer ou de dois bairros quaisquer, imagine, só para servir de exemplo. Não! Isto são pessoas que podem ou não ter alguma intervenção na sociedade por outras formas, por outras vias, partidárias ou não, mas isto não se liga a partidos. É preciso é que as pessoas saibam quem nós somos, está a ver? Para não haver dúvidas! Isto para mim é o mais importante. Eu, sou o Presidente do Sindicato e tenho alguma atividade política, não misturo, antes pelo contrário, às vezes sirvo-me é do facto de ter atividade política para fazer valer o meu conceito

de sindicalismo e até às vezes sublinhar a importância de ser alterada uma regra aqui ou acolá! Agora, porque é que é assim? Olhe, porque a sociedade portuguesa está organizada assim!

A.M. – *O facto de estarem filiados na UGT não tem alguma influência?*

R.R. – Mas a UGT é uma Central Sindical! E as Centrais Sindicais servem exatamente para procurar influenciar o poder e a Concertação Social no sentido da defesa dos trabalhadores.

A.M. – *Então não há qualquer influência?*

R.R. – Não, não! Como lhe digo, nós procuramos a cada momento que essas coisas não se misturem e aqui defendemos muito que não se misturem. Agora, não podemos impedir de maneira nenhuma que as pessoas possam ter as suas atividades políticas de outra maneira, não é? Agora, os partidos não emitem instruções para dentro dos Sindicatos, era só o que me faltava! Pelo menos nestes... É que está completamente longe! A associação que as pessoas fazem em geral, porque no fundo é isso que ressalta, lá para fora, na minha opinião, é uma associação profundamente errada, porque nos Sindicatos, nestes Sindicatos de que nós estamos a falar, e em quase todos os Sindicatos da UGT (aqueles que eu conheço, porque conheço mal os outros da CGTP), não há essa ligação. Há Sindicatos onde efetivamente estão pessoas socialistas nos órgãos, como há outros Sindicatos onde estão pessoas de outros partidos, porque as pessoas que têm esta atividade, normalmente são filiadas em partidos políticos. Porque gostam de participar na sociedade, influenciá-la, provocar essas alterações, e só se consegue fazer isso participando nos partidos políticos, não é nos movimentos do Facebook! De um momento para o outro, apareceu na sociedade portuguesa uma grande fobia pela independência, quando as pessoas não são independentes coisa nenhuma! Põe-se 500 mil pessoas de um movimento do Facebook na rua, cria-se um movimento de efervescência coletiva que vai tudo atrás, mas ninguém lidera aquele movimento, ninguém quer ter a responsabilidade de que resultem dali propostas que se apresentem nalgum lado e as responsabilidades organizativas para aquelas 500 mil pessoas. De tal maneira isto é assim que passado pouco tempo quiseram pôr, se calhar, 100 mil e só conseguiram pôr 20 mil na rua, ou 12 mil, ou o que é que foi! Portanto, isto quer dizer que esta fobia de independência que as pessoas reclamam não é verdadeira, não é, não é, hummm, não é (não era legítima que eu queria dizer...), não é... não é verdadeira...

A.M. – *...autêntica?*

Dr. R.R. – Autêntica! Eu andava aqui à procura de outra palavra! Não é autêntica, porque no fundo as pessoas depois quando chegarem aos atos eleitorais (a obrigação das pessoas é ir votar) fazem as suas opções políticas, algumas delas para a vida! Votam sempre nos mesmos partidos, não são é

filiados! Mas o facto de não serem filiados, não podem por isso reclamar independência absoluta. Porque aquilo que os partidos deveriam fazer não era formatar as pessoas, mas é se quisermos formar as pessoas num conjunto de ideias, de princípios e de valores que as pessoas acham adequados ou não acham adequados.

Tocou o telémovel

A.M. – *Se quiser atender paramos um bocadinho...*

R.R. – Já cá tenho 6 ou 7 ou o que é... não teríamos feito nada ainda!

A.M. – *(risos)...*

R.R. – por isso é que eu digo, tem que ser só até às 10.30, depois tenho uma reunião às 11 e de caminho

A.M. – *Então vamos lá...*

R.R. – Ora, um, dois... seis, são só seis ainda!

A.M. – *Acha que os Sindicatos podem exercer alguma influência sobre o Governo ou pelo contrário terão eles que se conformar ás influências externas que sobre eles lhes podem exercer?*

R.R. – Hummm... Vamos lá ver, obviamente que aquilo que os Sindicatos pretendem é influenciar a legislação, não é influenciar o Governo, é influenciar a legislação. Se quiser, na prática, acaba por procurar influenciar o Governo no sentido de influenciar a legislação, ou as medidas que o Governo toma. É isso que a nós nos interessa e por isso mesmo temos relações quando existem alterações nos Códigos de trabalho e tudo isso, há períodos de consulta publica em que nós participamos, procuramos naturalmente expor as nossas razões aos grupos parlamentares, procuramos ser recebidos pelo Ministro do Trabalho ou pelo Ministro do setor que, imagine, se é do setor financeiro, pelo Ministro da Economia ou pelo Ministro das Finanças no sentido de procurar influenciar a ação do Governo a favor dos trabalhadores. Andámos muito relacionados com o Governo quando foi o terceiro acordo tripartido por causa dos Fundos de Pensões para a área do Estado, andámos com o Governo meses em negociações! Andámos em negociações meses com o Governo quando foi a questão da Parvalorem e do BPN! O que é que nós procuramos ali? Procuramos obviamente defender os trabalhadores de medidas que o Governo possa vir a tomar e que se reflitam negativamente nas suas vidas e que lhes condicione o futuro, e isso aí obviamente procuramos interferir, claro! É esse o nosso papel.

A.M. – *Admitindo que os Sindicatos podem exercer influência sobre os Governos, empresários ou sociedade, em que condições melhor o poderão fazer? Como atores de classe, sociedade ou atores económicos?*

R.R. – Como atores de classe.

A.M. – Atores *de classe*?

R.R. – Sim, sim! Classe profissional!

A.M. – *É que há bocadinho tinha-me falado no de sociedade, que é de negociação e agora...*

R.R. – Vamos lá a ver, há bocadinho quando me perguntou, perguntou-me: ator de classe (como conflito) ou de negociação para abrir portas.

A.M. – *Exatamente!*

R.R. – Eu não posso dizer é que a minha atuação como defensor de uma classe profissional tenha que ser necessariamente como foi definida lá atrás!

A.M. – Eu só estava a perguntar porque parece contradizer um bocadinho...

R.R. – ...não há contradição aqui nenhuma! Há bocadinho disse-me: considera-se face a... diga-me lá as três...

A.M. – *Enquanto atores no mundo do trabalho como acha que os Sindicatos melhor se podem classificar: como atores de classe...*

R.R. –...que apostam no conflito...

A.M. –...atores de sociedade que abrem a porta à negociação...

R.R. –...então...

A.M. –...é o mesmo conceito...

R.R. – se subjacente ao conceito de classe existe sempre essa parte da conflitualidade, então somos atores sociais!

A.M. – *Pronto!*

R.R. – Atores sociais somos todos, não é? Atores sociais somos todos, quer uns, quer outros... Eu por acaso não gosto muito dessa tradução, se isso é um conceito inglês, não gosto muito dessa tradução! Porque nós somos efetivamente atores de classe, o que não quer dizer que tenhamos que atuar com o conflito apenas pelo conflito.

A.M. – *Esse é considerado o mais reivindicativo.*

R.R. – Eu percebo, mas também temos de ser reivindicativos. É por isso que eu digo que esse conceito está um bocado... Porque atores sociais somos todos! Ou então o conceito, depois terá de ser explicado, porque no conceito de ator de sociedade, o que quer dizer é isto. Senão, desculpe que lhe diga, fica um conjunto de imprecisões que não nos leva a lado nenhum! Associar sempre o ator de classe ao conflito e o ator de sociedade à negociação....

A.M. – *Aqui basicamente era para talvez tentar distinguir alguma ideologia dos Sindicatos.*

R.R. – Mas pode fazê-lo... Mas acho que tem que ser muito bem explicado o conceito (nem que seja nos rodapés) porque senão cria a maior das confusões, e eu não gostava. A sério! Tal e qual por aquilo que lhe disse: nós atuamos em função de uma classe profissional, é verdade, não é? Eu não me posso arvorar em defensor do setor, porque não sou o único Sindicato do setor – se fosse poderia, mas não sou, e, como não sou, sou de uma classe profissional que são os Bancários, ok? Agora, mas por ser o defensor de uma classe profissional e procurar o melhor para esta classe profissional não sou necessariamente um conflituoso permanente. Tenho muitas maneiras de obter isso. É por isso é que eu digo, aí o conceito, se me permite a observação, acho que devia ser...

A.M. – *...melhor especificado!*

R.R. – Sim, sim!

A.M. – *E os outros Sindicatos, aqueles que são mais atores económicos, enquanto participantes na Economia, acha que têm vantagens em relação aos... (Interrompeu)*

R.R. – ...mas eu não sei quais são os Sindicatos que são mais participantes na Economia!

A.M. – *São aqueles tais ditos Sindicatos empresa...*

R.R. – Eu já não me lembro em Portugal de Sindicatos empresa...

A.M. – *Do seu ponto de vista como é que se pode classificar o papel do sindicalismo independente?*

R.R. – Eu não sei o que é o sindicalismo independente!

A.M. – *Então como é que classifica o seu?*

R.R. – O meu sindicalismo não é dependente! Aí há um conceito de se dizer que (existem em Portugal duas Centrais Sindicais e existe uma outra que não é Central Sindical que acho que não tem os papeis tratados, não tem não sei o quê e não sei que mais, a USI ou coisa que o valha) um Sindicato que não está filiado numa Central Sindical é um Sindicato independente. Ok!

Independente de quê? Independente das Centrais Sindicais, é isso que querem dizer? Porque uma Central Sindical – a CGTP – está muito associada e conotada com o Partido Comunista e a outra Central está muito associada e conotada aos socialistas e aos sociais-democratas? Então e depois no meio disto há independentes? Quer dizer, para já, já cobrimos aqui quase todo o espectro partidário. Ponto 1! Ponto 2: dentro da CGTP há muitos socialistas e sociais-democratas (sociais-democratas menos como se imagina), e, há porquê? Porque os Sindicatos quando têm atos eleitorais e quando as pessoas se candidatam às Direções não é: «eu só quero cá socialistas ou só quero cá comunistas ou só quero sociais-democratas», certo? Portanto, não há! Não há isso! Existe a tendência Sindical socialista dentro da CGTP, que é um número determinado de socialistas que lá existem e fazem parte dos órgãos daqueles Sindicatos. Como entretanto depois, a CGTP é constituída por representantes daqueles Sindicatos, às vezes também lhe calha pessoas que não são do Partido Comunista (calha socialistas, e se calhar também lhe calha alguns sociais-democratas). Vamos para a UGT: é a mesma coisa, também há lá comunistas. E há comunistas porquê? Porque numa Direção sindical onde haja sociais-democratas, socialistas e comunistas é uma Direção de um Sindicato que entendeu fazer uma... uma Direção onde há pessoas de todos... podem lá chegar e chegam muitas vezes por via pelo menos dos órgãos... dos órgãos, hummm...

A.M. – ... *da Direção?*

R.R. – Não, dos outros cá mais abaixo.

A.M. – *Dos órgãos sociais?*

R.R. – Dos Conselhos-Gerais e dessas coisas, dos órgãos.... bem, isto hoje está mau! Mas, dos órgãos mais de Assembleia, ou não sei quê, quase todos têm comunistas lá!

A.M. – *Sim, mas aqui estou a falar da ideologia. Os Sindicatos não têm uma ideologia, independente das várias pessoas que estão no Sindicato? Não acha que há uma ideologia, não há uma corrente mais político-partidária mais para a Esquerda ou mais para a Direita? Isso não existe?*

R.R. – Já disse há pedaço e mantenho. Eu não sei? Já vamos a essa parte...Os Sindicatos são atores sociais e políticos importantes, porque os Sindicatos ao defenderem os trabalhadores, ao serem o mais forte que os mais fracos têm, intervêm politicamente nas sociedades. Vamos lá ver, quer dizer, isto não é tudo supérfluo! Então quando os Sindicatos intervêm na defesa dos seus representados, quando conseguem aumentos salariais, quando conseguem alterar os horários de trabalho, não estão a intervir na sociedade de uma forma política? Obviamente que sim, que estão! Cabe-lhes esse papel, é aquilo que eu digo, os Sindicatos são uma peça fundamental da Democracia. Portanto têm essa intervenção, ou, se quiser, a sua intervenção tem essa consequência

(podemos aqui dizer coisas diferentes). Têm intervenção política como eu digo, porque procura limitar e interferir a ação ou todas as ações que possam ser negativas para os seus representados. Ponto 1! Ponto 2: acaba por interferir politicamente porque a sua atividade, acaba por condicionar a jusante, a atividade política propriamente dita. Mas isto tanto é feito pelos Sindicatos como disse agora, não independentes, como pelos independentes, senão, não estão cá a fazer nada! Se a atividade de um Sindicato é completamente indiferente à sociedade, diga-me lá o que é que está cá a fazer? Está a ver? Portanto, mesmo um Sindicato que se diz que é independente apenas porque não está filiado numa Central Sindical (a que, e que, se reconhece mais uma vez, que as pessoas dizem que maioritariamente naquela Central são socialistas e sociais-democratas e que na outra que são maioritariamente comunistas ou do género) e eu digo «ah, mas eu aqui não tenho essa conotação porque somos todos independentes». Já agora, ninguém estar inscrito em Partido nenhum? É uma regra estatutária? Que não possam ser inscritas em Partidos políticos, para poderem reclamar por independência? E depois quando votam são independentes ou nunca votam? As coisas não são assim! A sociedade portuguesa não permite, não contempla, esse tipo de atitude.

A.M. - *Então acha que há alguma mais-valia nos que são considerados ou que se dizem Sindicatos independentes?*

R.R. – Não há mais-valia nem menos-valia! Os Sindicatos... Eu acho é que os Sindicatos devem assumir, ou as pessoas que estão nos Sindicatos devem assumir claramente as suas opções políticas ou outras para que toda a gente saiba quem os dirige!

A.M. – *Considera viável propor modelos alternativos de intervenção sindical desde logo propondo uma conceção de Sindicato enquanto prestador de serviços? Acha que isso pode ser generalizável em Portugal?*

R.R. – Os Sindicatos já são prestadores de serviços!

A.M. – *Estou a lembrar-me do SAMS, por exemplo! O SAMS pode ser extensível a outros Sindicatos?*

R.R. – O SAMS ... O conceito da prestação de serviços, hoje já presta serviço a outros Sindicatos...O conceito não é esse. O SAMS resulta da Contratação Coletiva e ao resultar da Contratação Coletiva nós recebemos contribuições obrigatórias (6 e ½ da entidade patronal e 1 e ½ dos trabalhadores), e, para o SAMS abranger outros universos, as entidades patronais teriam de proceder ao mesmo tipo de descontos...

A.M. – *O que também não é possível por causa da Segurança Social, não é?*

R.R. – Não, ser possível é! Nós também temos Segurança Social, não é possível porquê? Isto tem história, o SAMS aparece de uma determinada forma e entendeu-se nunca acabar com o SAMS e ainda bem porque tem um papel importante (também já agora, não só nós particularmente pela capacidade prestadora que nós temos) não só para os bancários como para a sociedade em geral. Porque as cirurgias que nós fazemos aliviam o Serviço Nacional de Saúde. Nós fazemos mais de 20 000 cirurgias por ano, no nosso hospital, agora imagine o que eram mais 20 000 cirurgias (e algumas delas das 20 000, se calhar 7 ou 8 ou 9 ou 10 000 são cirurgias pesadas, como se chama, não é?)

A.M. – *A seguir ia questioná-lo acerca da ambivalência entre um sindicalismo defensor dos trabalhadores e simultaneamente dos empregadores, isto é, nós estamos perante uma substituição e uma permeabilidade às influências político-partidárias por uma permeabilidade às influências económicas (que é a questão de ser patrão ao mesmo tempo que se é Sindicato)*

R.R. – Temos de ter aqui, a capacidade de a nossa cabeça estar muito bem organizada. Naturalmente que somos por tradição um empregador generoso, procurámos sempre no nosso caso e procuramos mesmo nos outros sindicatos, replicar internamente aquilo que defendemos para os nossos representados, procuramos sempre que possível, porque nem sempre é possível! Agora, há uma coisa que também fica segura: temos que lutar em cada dia pela sustentabilidade das coisas que temos como empregadores, porque a última coisa que nós queremos era um dia não ter capacidade para manter o nível de empregabilidade que nós temos. Ter que fazer reduções (não sei se um dia teremos de chegar a isso ou não). Agora, há uma coisa que fica clara na minha cabeça e tem que estar clara na cabeça de todos nós: temos de ter a capacidade de desempenhar o nosso papel sindical na defesa dos nossos mas também temos de ter a capacidade de gerir aquilo que temos com isenção e não misturando uma coisa com a outra, sendo certo que, sem dúvida nenhuma, seremos sempre um empregador muito mais generoso que os outros!

A.M. – *No setor da Banca, considera que os desafios que se colocam ao Sindicalismo são os mesmos ou são parecidos com os que se colocam ao Sindicalismo em geral?*

R.R. – Há de uns e de outros! É um setor, se quiser, que é muito sensível para a sociedade portuguesa, que nos últimos anos revelou exatamente essa sensibilidade a fatores exógenos (se quiser, endógenos ao setor em termos globais mas exógenos ao país), e que acabámos por ser apanhados e ter que navegar (cavalgar) essa onda (gostaríamos que assim não fosse, de estar um pouco mais protegidos) mas a verdade é que nós vivemos numa economia global (já nos bastou 48 anos de viver numa economia fechada). Portanto, também estamos sujeitos efetivamente a isso,

ainda que gostássemos muito, que tudo aquilo que se passou sirva de lição, sirva de exemplo, e que consolide o sistema financeiro no futuro.

Interroperam

A.M. – *Qual é, no seu entender, a principal preocupação dos Sindicatos bancários?*

R.R. – Sempre as relações de trabalho, são sempre as relações de trabalho!

A.M. – *Mas neste momento é se calhar o ACT...*

R.R. – Claro, as relações de trabalho! As relações de trabalho!

A.M. – *Estou mesmo a terminar. Desculpe estar a maçá-lo mas vou fazer-lhe aqui algumas perguntas que já percebi que não são muito simpáticas! Pode-se afirmar que os Sindicatos Independentes estão em ascensão na Banca? Se sim, qual é o principal motivo para isso?*

R.R. – Está a dizer-me que estão em ascensão?

A.M. – *É uma pergunta!*

R.R. – Obviamente que o nosso universo é um universo limitado e é um universo que tem vindo a descer. Portanto há aqui, a grande distinção que existe entre aquilo que chama os Sindicatos independentes (porque estivemos a discutir não a ação deles mas o conceito de Sindicatos independentes) é que os Sindicatos ditos independentes não têm praticamente atividade sindical, tudo aquilo que têm feito, resulta daquilo que os outros Sindicatos fizeram. Nós pegamos num documento de Contratação Coletiva (todos eles) e aquilo que os Sindicatos ditos independentes têm feito é em cima do documento negociado pelos Sindicatos verticais, acrescentar mais uma coisa ou outra, ou tirar uma coisa ou outra, ponto! Porque o trabalho sindical de negociação e tudo isso, normalmente, somos nós que o fazemos! Não quer dizer que eles também não procurem negociar, mas o que é certo é que os Sindicatos ditos independentes, teriam tido um papel extraordinário na sociedade portuguesa se tivessem inovado na Contratação Coletiva, se tivessem inovado, se tivessem tido uma ideia que fizesse com que a Contratação Coletiva levada a cabo por eles fosse completamente diferente da nossa... Ora, não é isso que se verifica! E nós já cá estávamos, e o tronco da Contratação Coletiva (como eu disse, que radica naquele período particular da História Portuguesa) continua a ser o mesmo, para nós e para eles! O que quer dizer que eles radicam na nossa Contratação Coletiva e não na deles. Se, houver um conjunto de Sindicatos que, chame-lhes independentes, pode pôr o nome que quiser, pode-se arranjar aqui um conceito para os definir, para dizer que não estão filiados na UGT e na CGTP, arranjamos outro conceito qualquer, porque essa da independência dá ideia que, enfim, que os outros são dependentes, e não é verdade! Por outro

lado, o facto de dizer que são independentes, independentes de quê? Também se tem que dizer... Porque há muitas interdependências. Aquilo que eu digo é: se quando tivessem aparecido, tivessem inovado, imagine, no modelo de Saúde, não inovaram; tivessem inovado na Contratação Coletiva, não inovaram; tivessem inovado na forma de negociar a Contratação Coletiva, não inovaram. São absolutamente, se quiser, em termos de contribuir para a Contratação Coletiva, dir-me-á «tem aqui duas cláusulas diferentes!». Está bem, mas aquilo tem cento e tal! E essas duas cláusulas diferentes são efetivamente diferenciadoras? É por causa disso que as pessoas deixam de ser sócias daqui ou sócias de acolá? E passam a ser sócias acolá? Há uma questão de concorrência sobretudo no âmbito da Saúde, não é? Que eu não vou discutir aqui se é justa ou se é injusta... É que as organizações têm história e têm passado e quando os Sindicatos ditos independentes apareceram fizeram sócios no meio das pessoas jovens, não têm reformados (e nós já tínhamos reformados) e isto afeta o sistema de Saúde! Não é que nós nos incomodemos que os reformados cá estejam (antes pelo contrário, temos muito gosto que estejam connosco), só que as pessoas mais velhas, por natureza são mais doentes, são mais consumidoras. Portanto, eu amanhã, se aparecer um outro Sindicato que comece a fazer sócios só nas pessoas que estão no ativo (porque é proibido sindicalizar reformados), o que eu vou ter é muita gente a contribuir e a gastar pouco dinheiro na Saúde, porque são pessoas jovens e as pessoas jovens normalmente são mais saudáveis. Quando, os Sindicatos que cá estavam, já têm consigo um conjunto de pessoas já reformadas e que se reformaram muitas entretanto (felizmente que duram muitos anos porque nós fazemos todos os dias alguma coisa mais para que eles tenham mais vida e melhor qualidade de vida), é óbvio que isto nos afeta e não nos deixa muitas vezes fazer distribuições de benefícios como esses Sindicatos fazem, livres que estão do universo de reformados, do universo de pessoas mais idosas e mais doentes.

A.M. – *E têm postos clínicos também...*

R.R. – Mas os postos clínicos cumprem a sua função, o nosso hospital cumpre a sua função. Em vez de pagarmos ao Hospital da Luz, fazemos internamente. O nosso Centro Clínico a dar 1800 consultas de 40 especialidades, cumpre o seu papel. Felizmente está cheio! É porque as pessoas precisam, são melhor tratadas, duram mais anos com melhor qualidade de vida! Além disso, temos as entidades convencionadas para aqueles que estão longe de Lisboa, para o país todo. Quer dizer, que eles também têm. A diferença é que eles distribuem mais benefícios. Ok! Distribuem mais benefícios, porque nomeadamente tanto quanto sei, porque as contas deles...! As contas do Sindicato dos Bancários de Sul e Ilhas, quer no que diz respeito ao SAMS, quer no que diz respeito à atividade sindical, quer às consolidadas, são públicas e com um detalhe que eu não conheço nenhuma!

A.M. – *Eu também não!*

R.R. – Eu gostava de ver as outras! Muito honestamente! Eu gostava que as contas de todos os Sindicatos tivessem o detalhe que têm as nossas.

A.M. – *As vossas realmente são um exemplo!*

R.R. – Eu não posso estar a competir e a falar do Sindicato dos Quadros e Técnicos que apresenta um orçamento de 50 ou 60 milhões e umas contas que antes era o rosto de uma folha A4 e agora é rosto e verso! Quando eu tenho para aí 60 folhas ou 70! Frente e verso! Portanto isto, se quiser, (nós podemos ter os defeitos todos que nos possam apontar), a justificação para a assimetria na distribuição de benefícios assenta sobretudo e radica sobretudo nisto, na assimetria dos universos. Portanto, se eu tiver um universo muito jovem, com uma média de idades muito baixa, são basicamente pessoas que contribuem e não consomem, porque são pessoas saudáveis... Também têm de consumir que também há doentes cá em baixo, não é? Estamos a falar de médias. Se eu só tiver pessoas já com bastante idade, a probabilidade de ter pessoas mais doentes é muito maior, e algumas delas com patologias complicadas. Quanto mais as pessoas duram, por exemplo, mais cancro têm, não é? Portanto e aqui, agora, começamos a ver uma pessoa que antes vivia até aos 71, 72, 73 essa mesma pessoa se viver até aos 87, 88, 90 provavelmente vai ter cancro e se calhar vai ter cancro entre os 75 e os 90. O que obriga a um esforço absolutamente extraordinário, porque queremos que as pessoas sejam bem tratadas Algumas tratam-se no SNS, mas muitas também são tratadas internamente. E tratamos muitas, e temos radioterapia, e temos cirurgia oncológica, e temos quimioterapia, e são tratados com os melhores produtos, não temos aquelas limitações que se fala aí na Televisão todos os dias a dizer que não sei quê, a dizer que não se dá aquele produto... Está a ver? Que é coisa que os outros não fazem, porque limitam muitas vezes também as oncologias aos públicos (as oncologias ou outras patologias mais pesadas, mandam para os públicos, não têm encargos com elas). Portanto existe, como eu digo, a assimetria dos benefícios radica e resulta da assimetria dos universos e eu aí não teço mais comentário nenhum!

A.M. – *Os Sindicatos dos bancários têm algo que os torne mais atrativos em relação aos outros Sindicatos?*

R.R. – Sim, têm, nomeadamente a Saúde.

A.M. – *Se o SAMS desaparecer pode por em causa a existência dos Sindicatos bancários?*

R.R. – Hummm...

A.M. – *A existência não, mas a perda de sócios...*

R.R. – Não sei, não sei! Se o SAMS desaparecesse perder-se-ia com certeza um factor importante na fidelização de sócios, só posso dizer isso assim.

A.M. – *Exato...*

R.R. – Mas por exemplo, se quer saber, os nossos SAMS não vão desaparecer. Eu não vou fechar o Hospital e o Centro Clínico. Eu vou ter sempre o Hospital e o Centro Clínico, onde vou prestar serviços de Saúde, com certeza com vantagens para os nossos associados.

A.M. – *Relativamente ao facto de haver o Sindicato de Sul e Ilhas, o do Centro e o do Norte não acha que faz sentido, não havia necessidade de uma... (interrompe, não deixa colocar a questão?)*

R.R. – Já há muito tempo que se fala em constituir um Sindicato único. Existem estes três Sindicatos porque era o panorama que tínhamos antes do 25 de abril. É bom não nos esquecermos de pormenores como este tão simples.

A.M. – *O património?*

R.R. – Não! O património, se os Sindicatos se unirem une-se o património. Isso é a mesma coisa que um casamento com comunhão geral de bens (eu não tenho nada, a minha mulher é muito rica, se for com comunhão geral de bens, ficamos os dois a ter metade daquele património), portanto, o património aqui, não é fator nenhum decisivo para a constituição de um Sindicato único. Só poderia ser decisivo se nós estivéssemos a pensar fazer uma sociedade por quotas, para saber quantos votos depois é que tinha cada um. Como não é o caso, é fazer um Sindicato único, **não** tem! Só que, estes Sindicatos resultam dos Sindicatos que havia antes do 25 de abril, e é bom que não nos esqueçamos de uma coisa: ao tempo, as Sedes dos Bancos não estavam todas em Lisboa e os Serviços Centrais não estavam todos em Lisboa! Havia uma distribuição geográfica, quer dos Bancos quer dos Recursos Humanos, muito diferente do que aquilo que é hoje, porque também não havia os meios de comunicação que há hoje. Portanto, havia Bancos com Sede no Porto (onde havia muitos trabalhadores) e havia Bancos com Sede em Lisboa (onde havia muitos trabalhadores) e havia algumas delegações regionais espalhadas um pouco pelo país, nomeadamente Coimbra, como terceira cidade do país, ao tempo, também tinha muitos Recursos Humanos. E, era natural que com as dificuldades de comunicação que havia (poucos telefones, estradas más) que os Sindicatos por uma questão de proximidade com os seus associados também tivessem tido esta distribuição. O que é certo, é que de então para cá, as coisas evoluíram como todos nós sabemos e vimos, e o que acontece é que hoje as Sedes dos Bancos estão todas em Lisboa, as comunicações são muito mais rápidas, existem os meios eletrónicos (ainda que muito recentemente), portanto, já se calhar, hoje a questão da proximidade já não se coloca tanto porque já não se anda porta a porta,

caminha-se pelas vias comunicacionais que existem e que evoluíram e portanto, cada vez haverá mais condições para fazer um Sindicato só destes três.

A.M. – *Voltando aqui à negociação do ACT que decorre atualmente? Acha que os Sindicatos vão conseguir defender os direitos adquiridos dos trabalhadores ou não?*

R.R. – Eu não sei a que é que está a chamar direitos adquiridos... a sério!

A.M. – *...ao que já existe!*

R.R. – Sabe que o conceito de direitos adquiridos é *sui generis*. Há direitos que nós temos, uns que são considerados adquiridos e outros que não. Pronto, é assim. Mas isso... Vamos fazer ao contrário

A.M. – *O que eu queria dizer é o que está contemplado...*

R.R. – Vamos fazer ao contrário para facilitar isto: se na nova Contratação Coletiva se manterão todos os direitos que hoje estão consagrados na atual Contratação Coletiva.

A.M. – *Pois! Vai ser difícil, não é?*

R.R. – Repare, dentro da Contratação Coletiva de hoje, como eu digo (remetamos para o tempo em que as coisas aconteceram: a Contratação Coletiva tem 40 anos e em 40 anos houve muita coisa que mudou, nomeadamente o facto dos Bancos terem evoluído para autonomias que não tinham na altura que eram de um padrão só), há algum clausulado que deixou de fazer sentido, há outro que tem de ser adaptado a esta nova: realidade, e, todo ele, se calhar tem de ser adaptado a esta realidade: à competitividade, à competição entre os trabalhadores, à questão da produtividade de trabalhador para trabalhador, aos ciclos de produtividade que as pessoas têm na vida. Portanto, há um conjunto até, de fatores de medida que não existiam, que nunca existiram, com os quais nunca ninguém se preocupou! Sermos capazes de distinguir dentro de um coletivo, qual a pessoa que mais contribuiu para isto ou para aquilo, para o sucesso ou insucesso daquela organização. Há aqui um conjunto de fatores que seguramente condicionarão a Contratação Coletiva.

A.M. – *Mas acha que vamos conseguir manter o ACT ou vamos passar todos à Legislação geral? (Interromperam para lhe dar os parabéns)*

R.R. – Vamos lá a ver, se me permite, vai ter que haver aqui um grande esforço de parte a parte, nomeadamente dos Sindicatos, porque os Sindicatos como sempre e neste caso também, são o elo mais fraco. Mas, vai ter que haver aqui um grande esforço para nos entendermos relativamente a isto, porque o que está em causa, é sobretudo a estabilidade no setor financeiro (num setor imprescindível e muito importante para a recuperação económica do país). Portanto, os Bancos não

Sindicatos bancários independentes, um sindicalismo emergente

vão trabalhar com conflitualidade lá dentro, não vão ser capazes de cumprir bem o seu papel. E, naturalmente, que a inexistência de Acordos Coletivos de Trabalho provoca conflitualidade interna, se calhar por vezes inultrapassável. É a minha opinião!

A.M. – *Está bom! Agradeço-lhe o seu tempo e disponibilidade.*

**Apêndice G - Entrevista ao presidente da direcção
do Sindicato dos Bancários do Norte (SBN)**

04/07/2014

Entrevistadora: Maria Antónia Gaspar da Mota

Entrevistado: Sr. Mário Mourão

Função: Presidente da Direcção do Sindicato dos bancários do Norte – SBN

Anos na função: 9 anos

Data: Dia 04 de julho de 2014, às 11:30

Local: Sede do Sindicato Bancários do Norte com morada na Rua Cândido dos Reis, nº 130, 4050-151 no Porto.

Duração da entrevista: 1 hora e 15 minutos

A entrevista tinha sido previamente agendada com a secretária do Sr. presidente por telefone.

Quando cheguei apresentei-me e a secretária pediu-me para aguardar na sala de espera. Aguardei numa pequena sala de espera da secretaria do sindicato cerca de 15 minutos, estavam também duas senhoras que tinham aparecido sem entrevista marcada para falarem com o Sr. Mourão.

Recebeu-me no seu gabinete e sentamo-nos numa mesa grande próxima de uma janela.

No fim da entrevista, pediu a alguém as chaves por telefone e foi-me mostrar as novas instalações para os reformados e o novo posto clínico. Por questões de rentabilizar o património, alugou as salas do rés-do-chão e vai mudar o posto clínico e a sala de reformados para o 1º andar após obras de remodelação que estão praticamente prontas.

Antónia Mota – *Vou começar por perguntar-lhe o seu nome e sua função...*

Mário Mourão – Mário Mourão, Presidente do Sindicato dos Bancários do Norte desde 2005. Sou membro do Secretariado Nacional da UGT (sou um dos Vice-Presidentes).

A.M. – *E já agora a sua idade, por questões estatísticas...*

M.M. – 54.

A.M. – *Portanto, como lhe disse vamos falar aqui de uma maneira geral! Começo por lhe perguntar qual lhe parece que é o papel do sindicalismo na sociedade?*

M.M. – Hoje é diferente do que era há uns anos, porque hoje também as situações, as exigências, são maiores, portanto, hoje o papel do movimento sindical tem uma importância muito grande, porque há muitas perturbações laborais nas empresas e portanto o papel dos Sindicatos, alterando naturalmente aquilo que eram conceitos, logo de seguida à Revolução (hoje são muito diferentes), continua a ser extremamente importante face àquilo que nós temos vindo a assistir na alteração da regulamentação de trabalho permanente (nós hoje temos uma determinada legislação sobre os contratos a prazo ou sobre o trabalho extraordinário que quase todos os anos muda. A gente vê os nossos advogados permanentemente dizerem «isto já mudou outra vez, temos que estudar outra vez a legislação, já não é assim e não sei quê»). Portanto, isto cria, exige, uma intervenção permanente, quer a nível do estudo da legislação laboral, quer a nível da aplicação da lei, e, depois, também fazendo a articulação com os tribunais, porque muitos dos casos vão para Tribunal e têm de ser acompanhados pelos Sindicatos, que é quem negocia também o Contrato Coletivo de Trabalho. Portanto, eu acho que hoje continua a ser o papel dos Sindicatos e do movimento sindical extremamente importante, até como um parceiro social (que é também) no sentido de ultrapassar algumas questões que, enfim, é preciso evoluir nelas. Também aí, o papel dos Sindicatos é importante, para que as coisas que sejam alteradas também respeitem um pouco aquilo que foram direitos, que resultou da negociação coletiva ao longo destes anos todos e que se foi adquirindo (naturalmente com as devidas alterações que se exige hoje face à sociedade totalmente diferente mas respeitando o princípio daquilo que foi negociado), que isso é importante!

A.M. – *Em que aspetos, ou, em que dimensões, podem hoje os Sindicatos ser úteis?*

M.M. – Eu acho que, hoje as empresas precisam de alguma paz social, mas, para haver paz social também é preciso que os trabalhadores sejam compensados por isso, face ao trabalho que desempenham. Não há empresa sem trabalhadores, naturalmente, e também não há trabalhadores sem empresas, e portanto é preciso fazer esta concertação permanente entre patrões e empregados, no sentido de que aquilo que a empresa vai produzir possa também ser distribuído por aqueles que

Apêndice G - Entrevista ao presidente da direção do Sindicato dos Bancários do Norte (SBN)

contribuem para essa produção, que são os trabalhadores. E portanto aqui é o papel dos Sindicatos! Aqui estão os Sindicatos novamente a intervir! Eu acho que cada vez é mais necessário a concertação, principalmente no momento difícil que vivemos, mas, é preciso também encontrar interlocutores de palavra (que hoje uma das coisas que sentimos é que aquilo que negociámos, muitas vezes é desrespeitado, e portanto obriga-nos em ultima instância a ir a Tribunal, resolver esses conflitos em Tribunal). Portanto, o papel hoje dos Sindicatos (não há Democracia sem Sindicatos, também!) é um papel extremamente importante e acho que são indispensáveis face àquilo que se procura cada vez mais no país que é tentar introduzir novas leis do trabalho mais adequadas à realidade de hoje, mas, no respeito e pela dignidade no trabalho. É isso que eu acho que é importante os Sindicatos defenderem!

A.M. – *Já não é de hoje que se fala de crise no Sindicalismo. Concorda? Quais são os principais indicadores dessa crise no Sindicalismo?*

M.M. – Há! Há uma crise no Sindicalismo, há! Quer dizer, isso é como tudo, hoje as pessoas estão descrentes, face aos políticos, à Justiça, enfim, também o Sindicalismo é sem dúvida alguma atingido por isso. Muitas vezes há alguma incompreensão face aos Sindicatos por parte dos seus sócios, não é possível a todo o momento... aliás, hoje face à situação que vivemos o papel dos Sindicatos é mais difícil (é mais difícil face à situação do país, aos condicionalismos que foram impostos pela Troika enquanto o país esteve – e está, ainda – sob o domínio da Troika, dos cortes que permanentemente têm feito aos trabalhadores (a redução de direitos e de algumas regalias), e portanto isso faz com que os trabalhadores também tenham, em relação aos Sindicatos alguma... estejam pouco confortáveis! Nós compreendemos isso. Mas, se não fosse o papel dos Sindicatos para parar muitas das coisas, a situação seria muito pior! Eu costumo dizer que nós às vezes só damos valor quando perdemos as coisas porque enquanto as temos desvalorizamos, não damos valor, depois perdemos e é que gente sabe «ah afinal!...», e eu acho que apesar de tudo (desta crise, de alguma crise também no sindicalismo) ainda não é preocupante do meu ponto de vista. Relativamente aos outros setores de atividade, há de facto um afastamento muito grande. Relativamente ao setor financeiro, isso advém mais do facto de a Banca estar a reduzir postos de trabalho, não tanto do descontentamento dos trabalhadores e saída dos Sindicatos, tem mais a ver com a redução dos Quadros da Banca. Mas acho que o papel dos Sindicatos hoje não pode ser só reivindicativo («vamos para a rua», «vamos fazer a Greve», «vamos não sei quê»), os Sindicatos têm de ser muito mais que isso e aqui os Sindicatos do setor financeiro têm feito isso. É preciso nós termos um papel social, também. E acho que hoje, os Sindicatos têm também de facto que alterar um pouco da sua forma de ação. É preciso encontrar uma nova linguagem... Nova ação no sentido

Sindicatos bancários independentes, um sindicalismo emergente

de nos aproximarmos cada vez mais dos trabalhadores, desta nova geração de trabalhadores que existe, porque eles querem coisas totalmente diferentes do que há uns anos as pessoas queriam.

A.M. – *Acha que os Sindicatos perderam poder? Se perderam, perderam face a quem ou a quê?*

M.M. – Quer dizer, poder... eu acho que perderam algum poder político, acho que sim, porque logo a seguir à Revolução os Sindicatos tinham um peso político muito grande mesmo nos próprios partidos. Depois, com o facto de dizerem «ah, é preciso que os Sindicatos não tenham partidos, nada de política nos Sindicatos» mas o dia-a-dia dos Sindicatos são política, são política, portanto não nos podemos dissociar e houve quem nos associasse. Os Sindicatos perderam algum peso político, sim! Agora, peso na negociação coletiva com as associações patronais, ela perde pelo facto de alteração das leis (as leis que têm sido produzidas ultimamente vêm gradualmente a reduzir o papel e a intervenção dos Sindicatos nas empresas).

A.M. – *Essa era a minha próxima pergunta: As alterações na legislação laboral por exemplo podem ser um fator de enfraquecimento ou são fatores como o individualismo que explicam algum afastamento dos Sindicatos?*

M.M. – **Exatamente.** Sem dúvida! A alteração à legislação tem vindo a reduzir o papel, a força, que os Sindicatos tinham face àquilo que foi há alguns anos, em que tinham de facto muita força. Agora, isso não é porque os Sindicatos sejam mais ou menos interventivos, isso tem a ver naturalmente com a situação que se vive e com a afronta permanente que tem sido feita pelos políticos em querer (embora ache que não têm conseguido) reduzir a ação dos Sindicatos cada vez mais nas empresas e como parceiros sociais. Mas, está provado e nós temos visto ultimamente que tudo o que tenha a ver com consensos, com compromissos, os Sindicatos têm que estar presentes porque senão temos uma luta permanente, com os condicionalismos e naturalmente com as limitações que têm sido impostas em virtude da alteração à lei, mas nós não deixaremos nem vamos baixar os braços, vamos continuar a lutar e mostrar que o papel dos Sindicatos é muito importante. Quero que os trabalhadores tenham consciência disso. Eu digo que o Sindicato é um seguro. Oxalá que eu nunca precise de um Sindicato, pago a minha quota, oxalá que eu não precise, porque quando preciso de um Sindicato eu estou com um problema no meu Banco e portanto quero que o meu Sindicato me responda ao problema, me dê toda a assistência a que tenho direito (por isso é que pago a minha quota) e portanto o Sindicato é quase como um seguro. Eu digo muito que é um seguro porque é assim: eu custa-me muito pagar o seguro mas quando tenho um acidente digo «isto faz-me falta, de facto!». Se eu não tiver acidentes, é um custo, é uma chatice, mas no momento que eu preciso dá respostas. É como um Sindicato! No momento que precisam os trabalhadores têm de facto essa resposta do seu Sindicato, por isso é que pagam as quotas!

**Apêndice G - Entrevista ao presidente da direção
do Sindicato dos Bancários do Norte (SBN)**

A.M. – *Tendo em conta a opinião geral de que os Sindicatos precisam de renovação e rejuvenescimento, qual é a sua opinião?*

M.M. – Sim, eu acho que os Sindicatos precisam naturalmente de rejuvenescer, sem dúvida alguma. Isso tem-se feito, não tão fácil como se fazia há uns anos (lá está aqui mais uma vez a legislação que vem criar algumas limitações a esse rejuvenescimento). Porque é assim: um trabalhador que venha para o Sindicato tem logo como prejuízo a carreira profissional portanto passa a ser visto de uma forma... No setor bancário isso não se sente muito, sente-se mais noutros setores de atividade. No setor bancário, nós conseguimos, apesar de tudo, que isso não seja assim! Mas, um jovem que hoje venha para o Sindicato tem de fazer uma opção: vai ter prejuízo na sua carreira profissional (porque vai deixar de evoluir na carreira profissional), porque está no Sindicato. E, portanto, as pessoas hoje, enfim, querem fazer a sua carreira. Os vencimentos não são grandes e portanto pensa duas vezes se há de vir para o Sindicalismo. Isso cria alguns problemas a essa nova massa critica que é necessário que os Sindicatos tenham. Nós estamos a discutir isso, temos feito várias discussões sobre essa matéria mas sente-se, é verdade que se sente... mas é importante que a nova geração se consciencialize que são importantes os Sindicatos e eles também têm que fazer opções como nós fizemos há uns anos. Eu também fiz opções, vim para a carreira sindical há uns anos, dentro do meu Banco naturalmente que houve algum prejuízo, mas eu fiz uma opção! E ainda cá estou, não estou arrependido! Faço uma coisa que gosto! Agora, acho que a geração de hoje também quer outras coisas, não percebo, nós ainda não conseguimos encontrar se calhar a linguagem adequada para chegar a eles, se calhar é esse o grande problema nosso: comunicação! Não é? Aquilo que dizíamos há vinte e tal anos ou há trinta «para tudo, vamos fazer uma greve!», isto hoje não funciona assim! Portanto, nós próprios, se calhar, também temos alguma responsabilidade de não conseguirmos ainda encontrar um modelo de comunicação para chegar a esta nova geração de trabalhadores que existe. Portanto é esse esforço que também os próprios Sindicatos têm de fazer porque senão os Sindicatos passam por um momento difícil.

A.M. – *Como acha que se podem classificar os Sindicatos enquanto atores no mundo do trabalho: como atores de classe que apostam mais na reivindicação, no conflito, como atores de sociedade que abrem a porta às negociações ou como atores económicos que atuam no mercado numa lógica mais empresarial? Destas três identificações (de um autor inglês que é o Richard Hyman), o que é que lhe parece?*

M.M. – Eu acho que tem que ser mais relativamente à questão social, reivindicativa...

A.M. – *De sociedade, mais de negociação?*

Sindicatos bancários independentes, um sindicalismo emergente

M.M. - É! Eu acho que sim! A negociação coletiva é dos Sindicatos, apesar de haver insistência para que tirem os Sindicatos da negociação coletiva e a passem para as comissões de trabalhadores, porque uma comissão de trabalhadores é mais facilmente controlada por um patrão do que um Sindicato porque as comissões de trabalhadores são constituídas por trabalhadores daquela empresa só...

A.M. - *Sim...*

M.M. - Não é? E portanto os patrões até financiam as comissões de trabalhadores, pagam as despesas para eles andarem e não sei quê, portanto controlam! Há uma tentativa de tirar a negociação coletiva dos Sindicatos e passar para as comissões de trabalhadores porque é mais fácil controlar, não é? Um Sindicato é mais difícil! Há essa tentativa. Agora, a negociação coletiva continua a ser um papel dos Sindicatos (que é forte, é o mais forte deles), mas também o papel social os Sindicatos têm que assumir! Nós temos muitas vertentes sociais no Sindicato (de apoio a famílias com dificuldades, que lutam com dificuldades...), temos um centro geriátrico em Alfena (também sou o Presidente por inerência) prestando uma função social a idosos bancários com demência, portanto, o Sindicato está aqui na vertente social. Na questão da Saúde também (particularmente só no setor financeiro é que isso existe, nos outros setores de atividade não existe mas no nosso Sindicato existe), e eu acho que este também é o papel do Sindicato. Eu há uns anos estive em Israel a convite da Histadrut, que é a Central Sindical Israelita, onde estão patrões e trabalhadores. Aqui, a nossa Central é de trabalhadores, mas nessa Central estão patrões e trabalhadores e essa Central tinha hospitais, escolas, enfim, tinha vários hospitais geridos pela Central Sindical, tinha escolas geridas pela Central Sindical. Por exemplo, uma das coisas que eu acho que falta no nosso ensino, é, se calhar, haver uma cadeira de Cidadania, porque as pessoas saem hoje muitas vezes e se eu perguntar o que é o Conselho de Estado que reuniu ontem, alguns não sabem o que é, não é? Em Israel isso existia, nas escolas implementaram uma cadeira de Cidadania, uma cadeira social que eles tinham. Acho que hoje o papel dos Sindicatos para além de ser aquele de vertente reivindicativa, também deve ter um papel social importante porque somos nós que estamos mais próximos dos trabalhadores. Se o trabalhador tiver um problema numa empresa, provavelmente procurará mais depressa o seu Sindicato do que o seu patrão. Portanto, aqui, eu acho que os Sindicatos têm de facto que alargar a sua intervenção social de proximidade com os trabalhadores.

A.M. - *Em relação à proximidade entre Sindicatos e partidos políticos, é visto como algo que enfraquece os Sindicatos. Concorda que se trate efetivamente de uma fraqueza, ou seja, na sua*

**Apêndice G - Entrevista ao presidente da direção
do Sindicato dos Bancários do Norte (SBN)**

opinião é importante os Sindicatos estarem ligados a estruturas político-partidárias ou não? Isso enfraquece os Sindicatos ou não? Porquê?

M.M. – Eu não acho que enfraqueça os Sindicatos. Eu sempre defendi isto e faço isso nos Conselhos Gerais (muita gente vem: «ah as políticas e os Sindicatos é que estragam isto tudo»). Não! Hoje quem altera a Legislação Laboral são os deputados, na Assembleia da República (que fazem alteração ao Código de Trabalho), não são os Sindicatos (e muitos deputados nem sabem o que é o trabalho, nem o que é uma empresa, foram diretamente para deputados sem passar pelas empresas, e quando saírem de lá vão para os cargos públicos que lhes arranjam, e não sabem o que é o trabalho numa empresa, portanto têm pouca consciência. Mas são eles que alteram depois a Legislação toda!). Eu sou militante de um Partido e faço parte de um órgão nacional do Partido e tento influenciar os Partidos quando se faz essa discussão. Eu já fui deputado na Assembleia da República no tempo do Sócrates, e em várias matérias de Legislação Laboral eu entrei em choque dentro do Partido, dentro do Grupo Parlamentar! Portanto, se lá não estivesse provavelmente a minha voz nunca lá chegaria. Isso de eles depois dizerem «ah e tal, a gente ouve os Sindicatos», isso é treta! Ou nós estamos lá influenciando e fazemos logo para influenciar em função daquilo que achamos, ou então não dá! Portanto, eu acho que não enfraquece, porque, quando é que os Sindicatos foram fortes? Foram fortes logo a seguir à Revolução. Porquê? Porque os Sindicatos saíam dos próprios Partidos! Eram os próprios Partidos que criavam as suas listas, para que estivessem naquele Sindicato, naquela comissão de trabalhadores, como delegados sindicais. E esta estrutura sindical tinha muita influência dentro do Partido! E influenciava políticas! E influenciava políticas! Se nós nos afastarmos de lá, aqueles que vão decidir a alteração desta Legislação Laboral, destas políticas de trabalho e não sei quê, muitos deles nunca trabalharam numa empresa, nem sequer conhecem o funcionamento de uma empresa...

A.M. – *Mas está a ver isto só numa perspetiva que é: os Sindicatos influenciarem os Partidos. E o contrário? O Governo influenciar os Sindicatos...*

M.M. – E os Partidos não podem influenciar mesmo não estando no Partido?

A.M. – *Essa é a minha questão!*

M.M. – Podem, podem! Podem influenciar facilmente! Mesmo não estando no Partido podem influenciar! Eu já assisti a tentativas de um governante tentar influenciar um dirigente sindical. Mas o dirigente sindical não é por ser do Partido ou não ser que.... eu vou-lhe dizer uma coisa: eu era deputado e Presidente do Sindicato na altura da discussão do PEC IV (em que caiu o Governo de José Sócrates), e eu no Partido Socialista disse «olhem, eu não vou votar porque não concordo com os cortes que recaem sobre os trabalhadores não recaem sobre as grandes fortunas, sobre as

Sindicatos bancários independentes, um sindicalismo emergente

Fundações... Portanto eu não concordo, não vou votar!» E arranjei uma guerra dentro do Grupo Parlamentar e com o próprio Primeiro-Ministro. Arranjei uma guerra! Mas eu disse «Epá, eu vou embora, eu suspendo!» «Ah, já não tens coisa para suspensão» «Então vou-me abster e vou fazer uma declaração de voto!»

A.M. – *Porque há sempre essa questão de as pessoas terem de seguir a maioria*

M.M. – Mas sabe porquê? Eu vou-lhe dizer porquê: porque eu tenho emprego, não preciso de estar na Assembleia da República para viver, eu tenho emprego! É por isso que eu digo: há muita gente que vai para a Política e para estes cargos e não têm emprego, portanto, fazem daquilo um emprego e depois não olham a meios para defender o emprego! Têm que defender o emprego! Eles estão ali e fazem trinta por uma linha, vendem os pais se for preciso para segurar o emprego! Ganha-se bem, não é (numa empresa se calhar não ganham)? Têm liberdade, têm autonomia, têm tudo e portanto fazem aquilo! Eu tinha emprego! Por isso é que disse «oh meus amigos, hum... eu vou-me embora, eu não vivo disto. Isto para mim não é um emprego. É uma missão! Vai acabar. Eu não sou deputado. Passei por deputado. Não sou!». Mas isto não tem a ver com os Partidos, tem a ver com as pessoas, com a mentalidade das pessoas, com a cultura das pessoas, como é que as pessoas veem a Política ou veem o Sindicato. Eu vou-lhe dizer uma coisa: eu tenho uma filha que está desempregada há muitos anos e agora foi para a Suíça. Eu sou Presidente do Sindicato, tenho 300 funcionários, meto muita gente e não meti nenhum familiar aqui. Mas se calhar eu é que estou mal! Mas isso tem a ver com as pessoas, não tem a ver com o facto de eu ser de um partido, ser um político ou ser um sindicalista, não tem nada a ver com ser isso. Tem a ver com a cultura da pessoa, com a mentalidade, enfim, tem a ver com isso! E pronto, tudo bem. Agora a gente diz «é um político!» e a gente vai nesta onda...

A.M. – *...metem tudo no mesmo saco!*

M.M. – Metem tudo! Eu não estou a ver que pelo facto de pertencermos a um Partido político a gente fique subjugado a um Partido político. Agora, se formos independentes e tivermos o nosso emprego, o nosso trabalho.... ah, eu sou mais independente, isso não tenho dúvida! Sou mais independente! Mas isso não tem a ver com o facto de eu ser de um Partido, tem a ver com o facto da nossa própria independência. Eu tenho emprego, vou para lá, não perco o meu emprego. Eu fui deputado e não perdi o meu emprego no Banco, quando saí de deputado regresssei ao meu emprego. Eu não estava dependente do vencimento de deputado! Se estivesse, provavelmente, se calhar, hum... Se calhar pensava e tal... Isso tem a ver com outras coisas e não com o facto de estarmos no Partido ou não.

**Apêndice G - Entrevista ao presidente da direção
do Sindicato dos Bancários do Norte (SBN)**

A.M. – *Acha que os Sindicatos podem exercer alguma influência sobre o Governo ou pelo contrário terão eles que se conformar às influências externas que sobre eles lhes podem exercer? Aqui acha que é mais fácil os Sindicatos exercerem influência, certo?*

M.M. – Se tiverem dirigentes que estejam nos partidos, acho que é possível influenciar. E foi assim no passado! É que nós já passámos por isso. A seguir ao 25 de abril, Partidos e Sindicatos, quase nem se sabia onde começava um e terminava outro! E tinham força ou não tinham? Tinham, porque influenciavam os partidos lá dentro. Quando isso acabou, quando isso se foi esfumando «eu sou independente, eu não sou do partido, sou só do Sindicato», a força perdeu-se. Essa intervenção e essa influência, esse corredor de influência, esse circuito de influência, perdeu-se! O Partido Socialista faz a Convenção Nacional, os deputados do Partido Socialista vão discutir a situação da Legislação Laboral entre eles, e se eu não estou lá, nem no Partido Socialista nem no PSD nem no PCP, como é que eu vou influenciar? Como é que eu influencio, como é que eu vou lá dizer «ei, desculpem lá, isso não é assim! Vocês estão aqui a discutir uma coisa que não é assim»? Não posso! Se eu estiver dentro dos Partidos, acho que influencio muito mais facilmente, e, acho que por aí as coisas se tornariam mais fáceis e se evitaria fazer Legislação que muitas vezes os nossos próprios advogados dizem «nem sabemos como pegar nisto! É tão confusa a Legislação que não sabemos...».

A.M. – *Admitindo que os Sindicatos podem exercer influência sobre os governos, empresários ou sociedade, em que condições melhor poderão fazê-lo: como atores de classe, sociedade ou económicos?*

M.M. – Atores económicos, tenho dúvidas se isso hoje funciona muito... Nós, no Sindicato dos Bancários por acaso temos algum poder económico e portanto também usamos às vezes isso com os Bancos. Mas, eu acho que é o fator político, devemos influenciar o Governo.

A.M. – *Mais enquanto de sociedade e não de classe (aqueles mais reivindicativos)...*

M.M. – Sim, sim... Eu acho que hoje essa questão de classe já não se põe tanto como se punha. Hoje é diferente! A classe dos bancários, acho que isso hoje não....

A.M. – *É mais nas classes dos operários, não? As classes dos trabalhadores, dos operários...*

M.M. – Sim! Veja, um ainda há pouco tempo estive em Berlim no Congresso da Confederação Sindical Internacional e os Sindicatos alemães são fortes, têm milhões de pessoas sindicalizadas mas de várias atividades, várias atividades! Sindicatos fortes! Eu acho que em Portugal temos que pensar nisso. Por acaso agora andamos a discutir um Sindicato único (juntar o Norte, o Centro e o Sul num único Sindicato) e alargar a outras atividades do setor financeiro.

Sindicatos bancários independentes, um sindicalismo emergente

A.M. – *Isso é uma questão que por acaso tenho mais para a frente.*

M.M. – Eu sei, eu sei que há de chegar lá...

A.M. – *(risos)*

M.M. – Eu, acho que hoje tínhamos que fazer esforços no sentido de agregar, de agregar. Tornávamos mais fortes, tínhamos alguma economia de escala, por exemplo, nós temos advogados funcionários aqui do Sindicato, temos 200 funcionários, temos uma estrutura que faz tudo... Então, não poderíamos agregar outros Sindicatos que não têm esta possibilidade, podendo usufruir? Podíamos! E portanto isto é uma questão que nós temos que discutir em Portugal com outros setores de atividade, senão não vamos lá.

A.M. – *Os Sindicatos enquanto atores económicos e participantes na Economia têm vantagens em relação aos Sindicatos permeáveis a influências político-partidárias? Acha que estes Sindicatos presentes na Economia têm mais vantagens ou não?*

M.M. – Eu, acho que sim! Eu acho que têm mais vantagens, sem dúvida que têm mais vantagens!

A.M. – *Acha que o peso das influências político-partidárias tem acabado por contribuir para uma secundarização do papel dos Sindicatos independentes (ou que se intitulam independentes)?*

M.M. – Eu sinceramente, isso dos independentes na política e nos Sindicatos, sinceramente nunca sei o que é isso! Nós temos pessoas que concorrem nas listas para ganhar eleições nos Sindicatos e quando se zangam nas tendências onde estão, tornam-se independentes para concorrer... Portanto, deixam de ser socialistas para ser independentes, mas não saíram do Partido! Mas são independentes! Eu isso nunca entendi bem.

A.M. – *Quando falo em Sindicatos independentes não falo tanto dos dirigentes partidários...*

M.M. – É se estamos filiados numa Central ou noutra?

A.M. – *Sim! Estou a falar mais neste caso, por exemplo, no SIB e no Sindicatos dos Quadros, que se designam e têm a União dos Sindicatos Independentes. Acha que os outros Sindicatos deixam estes chamados independentes num segundo plano, por causa de não sofrerem as influências político-partidárias ou não estarem associados a nenhuma Confederação?*

M.M. – **Eu** acho, pelo que conheço, neste setor, que têm muito mais poder e influência os Sindicatos verticais do que os Sindicatos independentes. Aliás, a Negociação fomos nós que a

**Apêndice G - Entrevista ao presidente da direção
do Sindicato dos Bancários do Norte (SBN)**

negociámos e assinámos, depois os outros vão lá assinar... Em termos dos média aquilo que mais aparece são os 3 Sindicatos e a Federação, portanto os outros....

A.M. –...*ficam mesmo em segundo, é isso?*

M.M. – Exato!

A.M. – *Mesmo relativamente ao CES, eles não têm acesso ao CES...*

M.M. – Não têm. Não estão na Concertação Social...

A.M. – *O que é que falta para que os Sindicatos independentes tenham acesso ao CES?*

M.M. – Porque é que hão de ter acesso ao CES? Eu não percebo porque é que hão de ter acesso ao CES!

A.M. – *Eles também representam trabalhadores, acho que é uma questão democrática!*

M.M. – Sim, mas representam trabalhadores, quantos trabalhadores?

A.M. – *Estamos a falar por exemplo do Sindicato dos Quadros e Técnicos Bancários que tem 18 mil sócios, tem tantos...*

M.M. –...como tem o meu?

A.M. – *Sim...*

M.M. – E é nacional, o meu é só regional!

A.M. – *Pronto, mas já estamos a falar de uma dimensão de sócios e de trabalhadores que não...*

M.M. – Sim, mas não representam o que representa o Sindicato do Norte, o do Centro e o do Sul.

A.M. – *Sim, mas mesmo assim estamos a falar que o SIB tem o equivalente de sócios ao do Centro, e o dos Quadros equivalente ao do Norte, ou seja, estamos a falar que a nível de dimensão já têm algum peso, ou um peso significativo nos Bancários.*

M.M. – Sim, mas acho que não é o suficiente para que possam ter um lugar na Concertação Social. Não vejo porque é que têm de ter um lugar na Concertação Social. Há duas Centrais sindicais: a CGTP e a que eles têm, a Independente e não sei quê... Acho que, que...

A.M. – *A CGTP tem o SINTAF e são muito poucos sócios que o SINTAF tem na Banca.*

M.M. – Do meu Sindicato deve ter 5 sócios o SINTAF!

Sindicatos bancários independentes, um sindicalismo emergente

A.M. – *Porque depois como agrupam outras atividades financeiras, não se consegue chegar a números, mas salvo erro são à volta de 1800 sócios na totalidade, portanto se tirarmos os dos Seguros, provavelmente na Banca deve ser...*

M.M. –...muito residual! Eu não vejo que os Sindicatos independentes tenham que estar representados na Concertação Social, não vejo! Não é uma questão de ser democrata ou não ser... Como é que surgiram os Sindicatos independentes? Tudo tem uma história, como é que surgiram os Sindicatos independentes aqui na Banca? Para já, a atividade desses Sindicatos em termos sindicais é nula. Se for perguntar nos Bancos se viram lá um delegado sindical, se têm uma estrutura sindical.... O Sindicato dos Quadros e o SIB têm uma atividade na Saúde muito forte, e é aí que fazem concorrência aos Sindicatos verticais. Em termos da Negociação Coletiva, em termos da atividade sindical na Banca, não vejo onde é que eles têm essa atividade sindical! Não têm! Não têm uma estrutura sindical, do meu ponto de vista, que justifique que estejam na Concertação Social. Pelo SAMS não, porque senão autonomizamos o SAMS e o SAMS também tem de estar na Concertação Social! Não é por aí.

A.M. – *Enquanto Sindicato, eles defendem os trabalhadores, não é?*

M.M. – Sim, sim, claro! Não têm de estar lá todos os Sindicatos.

A.M. – *Eu só queria perceber, porque é assim: por questão de representatividade não podemos ir por aí porque afinal eles até têm já uma boa representatividade de trabalhadores. Então, será uma questão política, porque é preciso alterar a Legislação?*

M.M. – Não, não é preciso alterar a Legislação. Não é preciso alterar a Legislação.

A.M. – *Não? Era essa a ideia que eu tinha...*

M.M. – Não, não. Não é preciso alterar. Já houve várias tentativas, ainda agora há pouco tempo houve outra, para que (houve um pedido que chegou à Assembleia da República no sentido de influenciar as duas Centrais sindicais) os independentes pudessem ter acesso à Concertação Social. Quer a UGT quer a CGTP foram desfavoráveis a que estivessem na Concertação Social, porque enfim, a representação que têm só têm até nos Bancários. Os Bancários têm que estar na Concertação Social porquê? Não têm que estar! Nem estamos! Quem está é a UGT, na qual nós somos afiliados. A UGT representa vários setores de atividade como representa a CGTP. Agora, o Independente representa os Bancários...

A.M. – *Não representa os Bancários, a USI tem salvo erro 11 ou 12 Sindicatos associados.*

M.M. – De que atividades?

**Apêndice G - Entrevista ao presidente da direção
do Sindicato dos Bancários do Norte (SBN)**

A.M. – *Das telecomunicações, dos Bancários, dos motoristas...*

M.M. – ...na área dos Serviços, só!

A.M. – *Sim, penso que sim!*

M.M. – Na área dos serviços os trabalhadores estão lá representados através da Central Sindical UGT e da Central Sindical CGTP.

A.M. – *Portanto, por uma questão de representatividade acha que eles não teriam o número...*

M.M. – ...quer o número de trabalhadores que justificasse que estivesse na Concertação Social quer o número de Sindicatos que abranjam a sociedade portuguesa, quer dizer, o mundo laboral, quer dizer... porque já lá está! Os Serviços? Sim senhor, já estão lá duas Centrais sindicais que representam os Serviços.

A.M. – *Sim, mas a minha questão neste ponto tem a ver com: o CES são salvo erro 11 membros, não é?*

M.M. – Deve ser à volta disso...

A.M. – *Portanto a minha questão é: nesses 11 será que não havia voz para 1 independente por exemplo?*

M.M. – E iam perder as outras Centrais? Ou alargavam o CES?

A.M. – *Mas fazia muita diferença se as outras Centrais perdessem um membro? É tudo uma luta de poder...*

M.M. – Eu vou-lhe dizer porque é que não defendo isso: eu não sei se também vai fazer entrevista à APB...

A.M. – ...*não, não, não...*

M.M. – ...*mas se fosse e se perguntar quem é que negocia, quem é que faz a Negociação Coletiva na Banca, depois verá qual é a Negociação Coletiva que fazem os outros Sindicatos. Nós temos o trabalho, os advogados, a despesa! Eu todas as semanas tenho 3 pessoas em Lisboa, todas as semanas! Fora quando vai o advogado. Isto custa dinheiro: hotéis, ajudas de custo, despesas... E depois fechamos a Negociação. Um Sindicato que vai lá no final da Negociação assinar aquilo que foi negociado pelos outros Sindicatos tem que estar na Concertação porquê?*

Sindicatos bancários independentes, um sindicalismo emergente

A.M. – *Pronto! Vamos avançar.*

M.M. – Quer dizer, eu aí sou muito radical, isso dos independentes para mim é uma coisa muito esquisita.

A.M. - *Do seu ponto de vista, o que é que pode ser considerado uma mais-valia associada ao Sindicalismo independente? Aqui estamos a falar de uma forma geral, ou seja, não só na Banca mas também aqueles Sindicatos independentes que não estão filiados em nenhuma Central, nem CGTP nem UGT...*

M.M. – Que mais-valia tem?

A.M. – *Sim. Eles têm alguma mais-valia no facto de não estarem...*

M.M. – Não, e falo outra vez da Banca que é aquilo com que estou mais familiarizado: quando nós chegamos ao fim da Negociação a Banca não vai negociar outro contrato para os Bancários diferente do que negociou connosco, em nada! É igualitário! E é igual para os não sindicalizados. Em termos de Negociação Coletiva que vantagens eu tenho de estar num Sindicato independente? Eu vou ter o mesmo, a vantagem é a mesma de estar sindicalizado ou de não estar sindicalizado. Isto no que diz respeito à Negociação Coletiva e à componente sindical. Porque se perguntar hoje a muitos trabalhadores relativamente à componente sindical, eles preferem estar nos Sindicatos verticalizados. Na área da Saúde temos um problema, mas, temos um problema porquê? Porque nós não podemos acompanhar algumas participações na área da Saúde que os Quadros fazem. Porquê? Nós temos uma estrutura montada, fomos nós que criámos os SAMS, temos funcionários, têm contratos bancários, nós pagamos complementos de reforma aos nossos funcionários quando vão para a reforma, nós, o Centro e o Sul! Nós criámos o serviço de SAMS, eles não! Eles criaram, fizeram o SAMS e entregaram a uma Companhia de Seguros, não têm funcionários, não têm responsabilidades com trabalhadores, não têm nada!

A.M. – *Atualmente já não é assim, são eles que fazem o processo de gestão.*

M.M. – Ai é?

A.M. – *É!*

M.M. – Mas têm o quê? Não têm postos clínicos?

A.M. – *Não, não têm postos clínicos.*

M.M. – Nós temos! Fazem participações, como nós fazemos lá em cima, temos as pessoas a processar as participações e portanto, eles fazem isso. Nós se hoje criássemos os SAMS não

Apêndice G - Entrevista ao presidente da direção do Sindicato dos Bancários do Norte (SBN)

fazíamos com a estrutura que temos hoje, não é? Postos clínicos em Bragança, Aveiro, Chaves, Vila Real, Penafiel, têm funcionários, médicos permanentes, tudo isso. Estes edifícios são todos do Sindicato. Estes edifícios são do Sindicato. Nós criámos estruturas porque criámos este serviço de início, criámos um Quadro de Pessoal e não podemos chegar aqui e despedir as pessoas. Temos que os manter. E portanto, para manter este Quadro de Pessoal temos que cortar noutros lados. Eles aí, nas participações, nalgumas participações fazem com que as pessoas vão para os Quadros e para o SIB. Mas na componente sindical é melhor perguntar aos Bancários onde é que se sentem melhor. Alguns Bancários dizem assim: «eu, em Sindicato, estou no vosso, nos SAMS é que estou no dos Quadros». E eu digo assim «isso não é possível, não se pode estar num lado e no outro ao mesmo tempo». Os próprios Bancários muitas vezes nem sabem como é que isso funciona!

A.M. – *Considera viável propor modelos alternativos de intervenção sindical propondo uma conceção de Sindicato enquanto prestador de serviços? Acha que o caso dos Bancários com o SAMS pode ser generalizável aos outros Sindicatos em Portugal?*

M.M. – Pode numa vertente: a de utentes. Não como beneficiários! A gente distingue os utentes dos Beneficiários, porquê? Nós, os 3 Sindicatos verticais (o Norte, o Centro, o Sul e Ilhas), na negociação, nos torneios de ténis, fazemos tudo em conjunto. Funciona tudo em conjunto. Não fazemos uma coisa sem falarmos mas nos SAMS há diferenças no Norte, no Centro e no Sul! Na área da Saúde há diferenças! Por exemplo, se for um bancário aqui que vá fazer uma intervenção cirúrgica é zero. No Sul não é zero! As nossas senhas para ir ao médico lá em cima são 5, no Sul são 12 ou 14. Há diferenças entre os próprios SAMS de Sindicato para Sindicato. Isso vai ser um problema para o Sindicato único, não sei como é que vamos fazer isso! Se são eles que vão ter de baixar, se somos nós que vamos ter de subir... Isto é um problema. O SAMS ser extensível a outros Sindicatos não é possível, porquê? Porque, as contribuições para os SAMS são dos trabalhadores e do patrão.

A.M. – *Mas a minha ideia não era essa. Era outros Sindicatos pegarem no modelo do SAMS, que é excelente em Portugal e fazerem eles.*

M.M. – Os Seguros tiveram e perderam! Os Seguros tinham também um serviço de Saúde próprio e perderam esse serviço. Foram integrados na Segurança Social e deixaram de o ter. Eu acho que isso depende dos Sindicatos e da entidade patronal. Se a entidade patronal estiver disponível a fazer esse pagamento, esses descontos, julgo que é possível, mas isso, depende... O SAMS muitas vezes servem para que os patrões digam «Não, os custos de pessoal na Banca são x porque nós temos de pagar para os SAMS, portanto vocês em vez de levarem 5%, epá, desculpem lá mas só estamos

Sindicatos bancários independentes, um sindicalismo emergente

disponíveis a fazer uma atualização salarial de 3%». Também quando se aumenta 3% isso vai aumentar os custos com o pessoal nas várias zonas, também vai para as contribuições, enfim, isso...

A.M. – *Portanto, os Sindicatos dos Bancários têm algo que os torne mais atrativos em relação aos outros Sindicatos?*

M.M. – Acho que têm! Em Portugal têm os SAMS.

A.M. – *Se o SAMS desaparecer pode por em causa a existência dos Sindicatos?*

M.M. – Hum, não, eu julgo que não, eu julgo que não...

A.M. – *A existência não mas se calhar perda de muitos sócios, provavelmente sim, não acha? Porque os Sindicatos Bancários têm muito maior sindicalização...*

M.M. – Têm! A taxa de sindicalização no setor bancário é de noventa e tal por cento, pronto! Eu acho que há uma cultura na Banca que nós apesar de tudo ainda hoje mantemos: quando um trabalhador entra hoje na Banca e chega à secção de Recursos Humanos põem-lhe as propostas dos Sindicatos para fazer... Há esta cultura na Banca. Não há nas outras empresas! Numa PT, por exemplo, não é nos Recursos Humanos que têm as propostas, o Sindicato que vá lá depois se quiser, falar com eles... Na Banca não! Na Banca, o trabalhador entra e no dia em que está a preencher a sua ficha lá no Banco tem os Sindicatos e os SAMS e isso tudo para fazer. Portanto, esta cultura ainda se mantém hoje na Banca. Eu acho que afetará, veja: as pessoas podem manter SAMS sem ser sócias do Sindicato...

A.M. – *Hum, podem! No vosso Sindicato.*

M.M. – No nosso Sindicato! Nos Quadros não é assim!

A.M. – *Nos independentes não é assim, não!*

M.M. – Exatamente! Nos nossos Sindicatos quem presta assistência médica aos não sindicalizados são os Norte, Centro, e, Sul. Portanto, não precisa de ser sindicalizado para ter SAMS. Agora, no Norte e no Centro (no Sul não é assim), nós criámos outro patamar de fidelização ao Sindicato: os sócios descontam 1,5%, 1% para o Sindicato e 0,5% para um Fundo sindical de assistência, que cobre aquilo que o regime geral dos SAMS não paga (nas intervenções, nos lares, na assistência maternoinfantil, nos subsídios que damos no 1º ano às mães), portanto, tudo isso sai do Fundo sindical de assistência. No Sul é facultativo, no Norte é obrigatório e no Centro também é obrigatório. Nós fomos criando outros mecanismos que foram fidelizando as pessoas. Nós, o Sindicato, temos muitas atividades que fazem com que as pessoas se inscrevam no Sindicato, por

**Apêndice G - Entrevista ao presidente da direção
do Sindicato dos Bancários do Norte (SBN)**

exemplo, hoje há muitos jovens a fazer futebol de salão e para participar nos torneios dos Sindicatos...

A.M. – ...*têm de ser sócios...*

M.M. –...inscrevem-se como sócios! Ateliês de pintura, formação profissional, que não têm nada a ver com os SAMS, têm a ver com a atividade do Sindicato. Nós temos uma atividade muito intensa na área cultural, desportiva e recreativa que também faz com que os sócios se mantenham no Sindicato! Hoje, infelizmente têm saído mais sócios por causa do SAMS do que por causa do Sindicato, por causa das participações. Aquilo que era um fator essencial para manter os sócios é aquilo que hoje faz sair muitos dos sócios: é as participações dos SAMS! Não tanto a atividade sindical. Isto é um problema que nós temos!

A.M. – *Por alguns dados que eu tenho pode dizer-se que os Sindicatos independentes estão em ascensão na Banca (mais pelo SAMS). Acha que esse é o principal motivo?*

M.M. – Não! Eu acho que há mais uma, que é o estatuto!

A.M. – *Acha que é por uma questão de estatuto?*

M.M. – Acho!

A.M. – *Mas também há o Independente, que...*

M.M. –...sim, mas as pessoas dizem todas que pertencem aos Quadros! Se for perguntar quem pertence ao SIB, poucos dizem que pertencem ao SIB. «SAMS Quadros», ninguém diz «SAMS SIB»! O Quadros criou uma coisa em que estavam todos no Quadros, depois criou o pequeno Sindicato SIB para aqueles não Quadros...

A.M. – ...*é para os níveis mais baixos...*

M.M. -...é os não Quadros! Mas eles na altura dizem «vai para os Quadros». Se for perguntar a um Bancário ele diz «estou no SAMS Quadros», não é no SAMS SIB. «SAMS Quadros», «SAMS Quadros», «SAMS Quadros»!

A.M. – *Acha que é por uma questão de estatuto?*

M.M. – Não tenho dúvidas disso. Há pessoas na Banca que (nós temos sempre equipas nos balcões) dizem assim: «Bem, eu agora já estou no nível 10, já posso ir para os Quadros!». Até podia ir antes! Há pessoas hoje nos Recursos Humanos da Banca (onde os Quadros têm pessoas), que foi uma coisa que nós já negociámos nas reuniões que temos com as administrações dos

Sindicatos bancários independentes, um sindicalismo emergente

Bancos, que dizem: «oh colega, você vai ser promovido a 10, já pode passar para os Quadros». E a pessoa passa porquê? Por estatuto! É um Quadro! Isso acontece! Por estatuto!

A.M. – *Eu não concordo, mas... Eu acho que é mesmo pela diferença da Saúde, pelas participações.*

M.M. – Eu tenho aí pessoas que vieram dos Quadros, por causa da Saúde. Que saíram de lá e já estão aqui a reinscrever-se como sócios. Por causa da Saúde! É que no início era vir buscar pessoas e foram alargando, só que, a partir do momento que os Quadros começam a já ter muita gente reformada, começa a ser um problema para a Saúde! Porque na Saúde o problema é os reformados: a partir de uma certa idade a despesa dos SAMS é considerável!

A.M. – *É superior à participação.*

M.M. – Exatamente! Eles não tinham! Era tudo muita carne, muita perna, era tudo muito bom! Mas a partir do momento que o tempo passa... Por exemplo, sabe o que é que fazia os Quadros? Quando as pessoas iam para a reforma ou quando tinham uma doença cancerígena, uma doença crónica, eles próprios aconselhavam a sair de lá e vir para cá. Diziam assim ao colega «você até pode sair de sócio, não precisa de se inscrever como sócio de outro Sindicato. Sai, deixa de ser sócio dos Quadros e automaticamente você tem os SAMS de outros Sindicatos. Porque lá tem um Hospital que faz as sessões de hemodiálise, é barato e tal...». Eles próprios aconselhavam as pessoas a sair. O meu colega do Sul não lhe disse isso?

A.M. – *Ele falou qualquer coisa relativamente a isso, falou!*

M.M. – Pois é! Pois é! Só que nós quando começámos a perceber isso dissemos às pessoas «Não, nós não os aceitamos cá!». E nós não aceitamos reformados para os SAMS, não aceitamos! Eles quando viam que as pessoas chegavam à idade e começavam a dar despesas de Saúde, aconselhavam os a sair, porque íamos nós recebê-los, percebe?

A.M. – *Acha que os Sindicatos independentes sofrem dos mesmos problemas que os restantes Sindicatos?*

M.M. – Sim, acho que sim! Acho que não é por serem independentes que as pessoas vão aderir. Olhe, eu vou-lhe dizer, todas as listas independentes que concorrem aqui no meu Sindicato....

A.M. – *...pois, o seu Sindicato é interessante! Aliás, atualmente há várias listas, de vários....*

**Apêndice G - Entrevista ao presidente da direção
do Sindicato dos Bancários do Norte (SBN)**

M.M. –...exatamente! Os independentes que aparecem, que vão salvar a pátria, que «eles são dos Partidos, uns são socialistas, outros estão no coiso e não sei quê...!», quando vão às eleições... Porque é que as pessoas reagem assim?

A.M. – *Olhe, vamos aqui a outra coisa que para si de certeza que é preocupante: qual é a principal preocupação ou principais preocupações para o Sindicato, neste momento?*

M.M. – A preocupação do Sindicato neste momento é a situação que se vive no setor da Banca. E é uma preocupação grande particularmente agora. Agora é o BES! Tivemos a questão do BPN, que foi um processo doloroso. Doloroso, pelas famílias que atingiu, que perderam empregos! Depois, nós aqui tivemos o processo do ex-Finibanco de uma luta que tivemos com o Montepio Geral. Ainda hoje tenho esse processo! Fomos a Tribunal, fizemos várias ações, queriam deslocar trabalhadores daqui para Lisboa separando famílias... Foi um processo em que nós chegámos a acordo com o Montepio irem indo gradualmente, novamente, para a área sindical (faltam ainda alguns que temos que resolver...). Depois este processo mais recente do BCP, que foi um processo complicado. O do Finibanco, agora a ameaça do BBVA poder sair de Portugal. E o Barclays! O Barclays já teve vários processos de rescisões. Umam correm melhor que outras mas tudo isso são processos dramáticos, que, aí atingem os Sindicatos e as receitas dos Sindicatos! Porque, essas pessoas deixam de ser Bancárias, vão embora (e isto atinge os Quadros e atinge todos), e portanto, isto é uma preocupação muito grande que temos neste momento. E depois de todos estes ainda vem mais este agora do BES, que não sei o que é que vai dar! Parece-me um caso muito complicado e que eu não tenho dúvidas que vai se calhar obrigar a fazer passar por aquilo que passaram outros Bancos, porque infelizmente depois quem vai pagar são os trabalhadores. A recuperação da empresa vai-se fazer com redução de custos, e, a redução de custos vai ser para aqueles... Bom, esta é a preocupação que eu tenho neste momento! É essa a preocupação maior que eu tenho. Depois de passarmos isso como é que a Banca vai ficar? Se calhar, temos que parar, pensar e reformular tudo! Temos que ver como é que vamos começar a agir face a este novo quadro do setor financeiro.

A.M. – *Preocupa-o mais neste momento as questões do desemprego e as eventuais pessoas que vão embora, do que propriamente por exemplo, a rescisão do ACT por parte da APB?*

M.M. – Eu não me preocupo com isso! Quer dizer, é preocupante. É uma forma de pressão que temos! Temos ali uma pressão dos patrões que se não assinarmos até 2016 o Código de Trabalho.... Mas eu vou-lhe dizer uma coisa: muita coisa daqueles anos de bons resultados que a Banca teve deveu-se a alguma paz social que houve dentro da Banca, e portanto, se os Banqueiros quiserem agitar essa bandeira, nós cá estamos prontos! Para a rua, para parar os Bancos, as caixas Multibanco, como fizemos! Eu acho que os Banqueiros sabem perfeitamente que assim as suas

Sindicatos bancários independentes, um sindicalismo emergente

empresas não vão ter o resultado que esperam e portanto os trabalhadores não estarão motivados e teremos uma agitação social na Banca, para além daquela que eles fizeram por má gestão! Terão outros problemas sociais. Eu acho que os Banqueiros também não vão chegar aí. Eu acho que os Banqueiros não vão chegar aí!

A.M. – *Mas há algumas cláusulas que se calhar vão-se perder, por exemplo, os automatismos...*

M.M. – Pronto, na Negociação, nós sabemos que há coisas que não vamos manter! Mas eu também sou daqueles que diz que no Contrato há coisas que não dizem nada aos trabalhadores que estão hoje nos balcões. Há coisas que estão lá que não lhes dizem nada! Por exemplo, qual é o trabalhador que entra hoje às 8:30 e sai às 16:30?

A.M. – *Quase nenhum!*

M.M. – Pronto! Se houver uma compensação para o trabalhador em que se possa negociar promoções... Por exemplo, eles querem acabar com as promoções obrigatórias (e eu compreendo!)...

A.M. – *Por antiguidade, não é?*

M.M. – Exato! Eu até compreendo a argumentação que eles usam «há pessoas que nem dão nada, porque é que de x em x anos têm de ser promovidos?». Nos dias de hoje, eu até compreendo isso! Então tentemos as promoções por mérito. Eram 15% passa para 20 ou 25! Se as pessoas têm mérito devem ser promovidas, devem ser motivadas. Se calhar é uma questão que temos de discutir! A questão dos resultados da Banca: quando há distribuição de dividendos aos acionistas tem que haver aos trabalhadores, porque foram eles que contribuíram para os resultados nessa empresa. Ponham isso no contrato! Hoje não está, faz-se quando se quer. Ponham isso no contrato!

A.M. – *Há bancos que têm feito, e, por exemplo, o BES sempre fez desde que havia lucros...*

M.M. – Fez! Mas não está no Contrato... Um dia que eles quisessem deixar de fazer... mas passem para o Contrato. Não fica ao livre arbítrio das Administrações, passem para o Contrato! Portanto, há aqui questões em que nós podemos ceder e ir buscar outras que possam equilibrar. O modelo das contribuições para o SAMS, está em cima da mesa. Isso vale muito! Os Quadros, porque é que dão participações? Os Quadros recebem mais que o Sul e do que nós e do que o Centro. O Sul recebe mais do que nós e que o Centro, nós recebemos mais do que o Centro. Porque os grandes Quadros da Banca estão em Lisboa, estão concentrados naqueles edifícios, aquelas centenas de pessoas... A distribuição *per capita* beneficia muito mais os Quadros e o Sul do que o Norte e o Centro. Mas as despesas de Saúde são as mesmas, não é? Portanto, se isto for distribuído *per*

**Apêndice G - Entrevista ao presidente da direção
do Sindicato dos Bancários do Norte (SBN)**

capita... Esse é o modelo que está em cima da mesa, que foi uma proposta da área dos Sindicatos e eles agora pegaram nessa proposta para ver se os Sindicatos cediam noutras matérias... Eu acho que nós vamos chegar a um acordo, disso eu não tenho dúvidas! E portanto, não me preocupa tanto isso. Preocupa-me mais, sim, a situação da redução dos postos de trabalho na Banca, com a saída de milhares de trabalhadores. Preocupa-me bastante! Isso sim, afeta os Sindicatos.

A.M. – *E esta crise acaba por afetar também os outros que já estão reformados e têm famílias em que por vezes é marido e mulher e perdem...*

M.M. – ...olhe, eu recebo aqui (por isso é que eu digo que hoje os Sindicatos têm um papel social muito grande) muitos trabalhadores que estão reformados, que tinham a sua vida estabilizada, com a sua reforma, que vêm pedir empréstimo porque estão a ajudar os filhos, estão a tomar conta dos netos. Muitos! E em situação de penhoras, e, o Sindicato tem que dar uma resposta a esses sócios. E há muita gente que não quer dizer, não quer que se saiba.

A.M. – *Têm vergonha!*

M.M. – Têm vergonha! O que é dramático!

A.M. – *Aqui o Sindicato faz um papel social quase em substituição do Estado, não é?*

M.M. – É verdade. E isso cada vez mais. Aumentámos no Orçamento este ano essa questão do Fundo de Solidariedade, porque, é muita gente a vir, muita gente a vir! E o nosso Sindicato tem-se vindo a preparar: nós temos um património vasto (estes edifícios em que não alugávamos as lojas e hoje alugamos as lojas), para compensar a quebra de receitas das quotizações através das rendas. Nós ainda temos possibilidade de fazer isso sem afetar o Orçamento do Sindicato.

A.M. – *Não acha que há aqui uma ambivalência entre um sindicalismo defensor dos trabalhadores e simultaneamente empregador?*

M.M. – Patrão e empregado! Às vezes isso é difícil! É muito difícil! É muito difícil, porque nós também somos patrões. Mas também se torna mais difícil como patrões porque não podemos fazer aquilo que a maioria dos patrões faz, que é: nós temos que reduzir custos, manda-se pessoal embora! Nós não podemos fazer isso! Nós temos que reduzir custos, vamos ver onde é que vamos tirar. Não podemos é mandar pessoal embora! E isso é complicado! Para nós é muito complicado! Mas, lá vamos gerindo. Também temos trabalhadores bons e maus, isso é assim mesmo. Nós aqui no Norte temos feito uma adaptação à relação de trabalho com os nossos trabalhadores porque no tempo revolucionário nós demos (as outras Direções deram nesse tempo) contratos bancários aos trabalhadores do Sindicato, esquecendo-se que o Sindicato vive das quotizações, não é um Banco,

Sindicatos bancários independentes, um sindicalismo emergente

e, quando chega uma situação destas em que há menos sócios e que têm as regalias que têm Bancários é que nós vemos que isto não é um Banco! Isto é uma Associação que vive das quotizações, se nós não tratarmos bem os Bancários eles vão-se embora, vão para outro Sindicato. É essa pedagogia que nós temos vindo a fazer aos nossos trabalhadores, nós temos de tratar com muito carinho os nossos associados. Ao Contencioso (porque quando vem aqui um trabalhador ao nosso Contencioso porque tem um problema com o Banco, já vem numa situação de grande debilidade e fragilidade) aquilo que eu digo aos nossos advogados é «vocês mesmo que vejam que ele não tem razão digam “vamos ver o que é que se pode fazer”, «“vamos trabalhar...!”».

Esgotando-se aquela parte há ainda uma parte sindical, nós com a Administração ainda podemos em vez de despedir o trabalhador mandá-lo para a Reforma... Portanto, não se esgota ali! Há outros patamares que ainda temos de explorar, para que o sócio quando vem ao Sindicato não sinta que agora que precisa, vem, e o Sindicato não lhe responde. Nós fazemos essa pedagogia! Mas há muitos que parecem funcionários públicos: «não, é assim, é assim!». É uma guerra que eu tenho aqui, não tanto como o meu colega do Sul que ainda é pior do que eu nesse aspeto...

A.M. –...*sim, ele tem mil e setecentos trabalhadores, quase!*

M.M. – Não sei com o Sindicato único como é que vai ser...

A.M. – *No futuro existe lugar para os Sindicatos geográficos ou terão inevitavelmente que se juntar?*

M.M. – Têm que se juntar! Eu acho que têm que se juntar! No início houve um Sindicato nacional que começou aqui, o nosso Sindicato era o Sindicato Nacional dos Empregados Bancários, primeira bandeira de 1934. Depois começaram-se a dividir, depois surgiram os 3 Sindicatos... mas sempre em trabalho comum, nunca nos afastámos, praticamente existe um grupo negociador. Mas eu acho que é tempo já de...

A.M. –...*até porque se ficarem juntos ficam mais fortes, não é?*

M.M. – Ficamos mais fortes. Nós temos um vasto património (os 3 Sindicatos) que eu não sei como é que temos de gerir. Há património hoje que é um peso para os Sindicatos, que só dá prejuízo: o Sul tem Ferreira do Zêzere, nós temos aqui Tapais, para além de todas as delegações que são nossas. Os edifícios, tantos estes como o lá de cima da Clínica, são nossos, o Centro Geriátrico (estou a tentar deslocalizá-lo de Alfena aqui para o Porto, estamos em negociações). Portanto, isto é uma grande empresa, isto é uma grande empresa! E quando for os 3 Sindicatos, aí vai ser... São milhões de euros de Orçamento! O nosso Orçamento anda à volta de 50 milhões de euros, o do Sul é 3 vezes mais, o do Centro é metade do nosso. Portanto, juntando isto não tenho

**Apêndice G - Entrevista ao presidente da direção
do Sindicato dos Bancários do Norte (SBN)**

dúvidas que passará a haver aqui uma grande empresa com Orçamento superior a muitas Câmaras deste país! Mas, eu acho que é inevitável a junção dos 3 Sindicatos. Face à situação que se vive não é mais possível continuarmos a manter isto, não é bom para o Sindicato. Agora, vai haver uma Direção (se calhar nós temos aqui 21 elementos a tempo inteiro, vai deixar de existir aqui, no Centro e no Sul) nacional, não sei, estamos a estudar este processo. Está neste momento em fase de Estatutos, não sei como é que vai ser, mas, não vamos parar, vamos caminhar nesse sentido.

A.M. – *Só para terminar: entende que a Sindicalização devia ser obrigatória por Lei?*

M.M. – Eu acho que não! Acho que não, mas, o que eu acho, embora isso esteja na Lei mas não seja aplicado, é que os trabalhadores não sindicalizados deveriam pagar uma quota que depois seria distribuída pelos Sindicatos que estavam filiados (não sei a forma de distribuição disso), porque há um serviço que é feito pelos Sindicatos e eles estão fora disso mas vão usufruir. Por exemplo, na Banca há cerca de 1000 trabalhadores que não são sindicalizados, 1000 e tal...

A.M. – *Numa das entrevistas alguém me disse que a taxa de sindicalização não era mais elevada por causa do BCP, que havia muitos do BCP que o próprio patronato não incentivava a que se sindicalizassem.*

M.M. – Que não se sindicalizassem?

A.M. – *Sim...*

M.M. – ...mas a nossa taxa do BCP é muito alta aqui no Norte! Neste momento é o Banco que mais sócios têm!

A.M. – *Acha que só há 1000 sócios que não estão sindicalizados?*

M.M. – Sim, sim, sim! Aqui na minha área, acho que temos 800 e tal sócios não sindicalizados. Na área do Norte, do Norte! O Sul não sei, nem o Centro. Portanto eu acho que há 1000 e tal, 2000. E não são do BCP! O BCP aqui no Norte tem uma taxa muito alta de sindicalização. É o banco que neste momento mais sócios têm no meu sindicato. Mas, esses trabalhadores (não sindicalizados) usufruem do Contrato que nós negociámos!

A.M. – *Sim, os que não usufruírem teve que se fazer uma portaria de extensão*

M.M. – **Exato!** Faz-se, faz-se a portaria, mas vão beneficiar! E os Sindicatos têm despesas: nós temos os advogados, temos as pessoas que vão negociar... Nós andamos a negociar o Contrato há 2 anos, ou o que é... Interrompe-se, depois foi o caso do BCP. Este processo do BCP foi dispendioso, tivemos muita gente envolvida na Negociação (os 3 Sindicatos), e, os trabalhadores que não pagam

Sindicatos bancários independentes, um sindicalismo emergente

quotas usufruem disso, quer dizer, não faz sentido! Obrigatório devia ser votar! Isso é que eu acho que devia ser obrigatório, votar! Agora, sindicalizar não, mas devia haver uma taxa que os não sindicalizados deviam pagar e que depois, não sei, fosse distribuída pelos Sindicatos ou pelas Centrais Sindicais, não sei a forma como é que isto se fazia, mas que deviam contribuir deviam! E depois vêm aqui aqueles que não são sindicalizados, nas alturas más, para se sindicalizarem e a gente diz: «Agora não! Agora tem de passar esta fase!». Quando foi do Finibanco, quando foi do BCP, os sócios não sindicalizados vinham aqui «ah, eu venho-me sindicalizar!», «mas porque é que se quer sindicalizar», «Ah, estamos numa fase...», «Pois é, mas agora não pode!». Quer dizer, as tais pessoas que...

A.M. —...só se lembram do Sindicato quando precisam!

M.M. — Exato! É quase como: não tenho seguro, bati, e agora vou fazer um seguro rápido porque bati! E o que é que o seguro vai dizer? «Não, não está coberto!». Mas há pessoas assim! Aceito que há pessoas com dificuldades e que o seu rendimento está muito certinho e nós podemos excecionalmente durante um ano dar uma carência, não pagar... Isso é uma coisa, agora, aqueles que não estão sindicalizados porque é a opção que fazem mas usufruem depois da Negociação...

A.M. — *Em relação à quota, os Sindicatos também se calhar podiam baixar um bocadinho, à imagem por exemplo do STEC, da Caixa Geral de Depósitos (porque a quota para o STEC é só 0,75% enquanto para os outros Sindicatos é 1%). Num momento de crise não é possível os Sindicatos também baixarem um pouco a quota sindical?*

M.M. — O STEC é um sindicato de empresa! Os défices da área da Saúde no STEC são cobertos pela Caixa Geral de Depósitos (não sei quando é que vai acabar, eu não sei quando é que vai acabar! Não sei como é que nenhum governo ainda se lembrou disso! E oxalá que não se lembre, porque depois temos aí um problema, não é?). Se os Serviços Clínicos derem prejuízo de um milhão, a Caixa põe lá um milhão. Se der de 9 milhões, põe lá 9 milhões. Cobre os défices, nós não!

A.M. — *Eu estou a falar da parte sindical.*

M.M. — Mas da parte sindical de uma empresa. Quais são as atividades que têm dentro da empresa? Pois! Sabe que nós todos os fins de semana temos 200, 300 Bancários em atividades. Pagos! Que nós temos de pagar os alojamentos, para ir para ali e para ali e para ali! Nós temos, por exemplo, a Ótica, como tem o Sul e Ilhas. O que é que nós fazemos com os resultados da Ótica? Distribuímos aos nossos Associados. Em descontos! A Ótica teve meio milhão de euros de lucro, então podemos dar quanto? Podemos dar mais 5%? Então damos mais 5%! Nós temos equipas nacionais na Dança

**Apêndice G - Entrevista ao presidente da direção
do Sindicato dos Bancários do Norte (SBN)**

de Salão, temos equipas nacionais no Tiro ao Prato, nós temos todas as atividades! E depois os torneios!

A.M. – *E o custo dessas atividades é suportado pelos Sindicatos?*

M.M. – Tudo pelos Sindicatos! Pelos Sindicatos! O Concurso de Pesca de Alto Mar, de Rio, o Concurso de Dança, do King, do Xadrez, o Futebol de Salão, os ateliês de Pintura, o Núcleo da Fotografia... E isso faz com que os sócios participem nas atividades. Só no Futebol de Salão (dos 3 Sindicatos) é um fim-de-semana. E os Sindicatos é que pagam: hotéis, deslocação das pessoas, as Taças, os Prémios. Isto custa dinheiro! Nós podíamos reduzir mas ao reduzir, se calhar teríamos que reduzir também algumas atividades ou o financiamento dessas atividades teria que ser reduzido! O STEC não tem funcionários, pois não?

A.M. – *Não sei quantos é que são!*

M.M. – Mas pergunte quantos são. Na maior parte utiliza os do Banco! Já denunciámos isso à Administração! Comunicados, todos os meios de comunicação, utilizam os do Banco! É tudo muito lindo, eu se pudesse utilizar cada um dos Bancos, tudo bem! Mas eu quando mando uma expedição para os meus associados, custa-me milhares de euros! Ou uma Nortada, ou a revista da FEBASE. Se nós não o fizéssemos nós reduzíamos, agora, há custos associados à estrutura que nós temos e para manter isto tudo é difícil reduzir as quotas! É difícil!

A.M. – *Ao reduzir na quotização tinham que reduzir nos serviços de lazer que prestam.*

M.M. – Exato, em todos os serviços que prestamos. Nós por exemplo, para a entrega do IRS pomos aqui uma senhora das Finanças a vir atender todos os Bancários. Comprámos computadores, os Bancários vêm aqui, entregam a Declaração, está aqui uma senhora das Finanças que valida ou diz que não pode ser assim. Eu agora tenho aqui 2 instalações novas: vou passar o Posto Clínico dali com as condições todas... se for ver a nossa sala de reformados vai ver como é! Vai ser estreada agora! Não faz ideia! Nós investimos! Investimos para dar conforto aos nossos associados! Porque, como eu lhe digo, é tudo muito lindo sim senhor, mas aos sócios que pagam a sua quota, aquilo que nós fazemos é retribuir através de serviços, não é de dinheiro! Retribuímos, e alugámos aqui a loja precisamente para que haja retorno de receitas para os sócios. As lojas são dos sócios, portanto, tem de haver retorno! Eu digo sempre assim «quando o sócio mete a sua quota, tem de ter retorno outra vez noutra coisa». Portanto, quando me falam em os Sindicatos poder reduzir as quotas... Veja o que o STEC tem para dar e veja o que nós temos aqui para dar! O que é que acha que é manter estas instalações? Eu para recuperar este edifício, a Câmara não me deixa colocar janelas de acrílico, tem de ser tudo de madeira!

**Apêndice H - Entrevista ao Coordenador do Sindicato
dos Trabalhadores da Actividade Financeira (SINTAF)**

23/06/2014

Entrevistadora: Maria Antónia Gaspar da Mota

Entrevistado: José Cabrita

Função: Coordenador da direção do Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Financeira – SINTAF

Anos na função:

Local: Praça do Município, nº 31, 5º andar, Lisboa.

Data: Dia 23 de junho de 2014 às 15:30h.

Duração da entrevista: 55 minutos

A entrevista decorreu no dia 23 junho, às 15:30, conforme agendamento prévio por telefonema no dia 20 de junho. Cheguei às instalações do Banco BPI, com morada na Praça do Município, nº 31 em Lisboa. Fiz-me anunciar à segurança que chamou o Sr. José Cabrita. Aguardei alguns minutos na entrada principal, quando desceu do elevador um senhor de cabelos grisalhos que se apresentou. Subimos no elevador até ao 5º andar, onde fez questão de me mostrar as instalações da Comissão de Trabalhadores do Banco BPI, do qual também é coordenador. Sentamo-nos, numa mesa de madeira maciça comprida, de frente um para o outro.

A entrevista durou cerca de 45 minutos.

Antónia Mota – *Desde já quero agradecer-lhe o tempo e a disponibilidade!*

José Cabrita – Eu, gosto de colaborar nestas iniciativas que podem ajudar a uma melhor compreensão da deste caso, da vida sindical.

A.M. – *Esse é um dos objetivos. E é também o de saber os pontos de vista dos vários Sindicatos. A primeira pergunta é precisamente o que lhe parece que é o papel, o lugar, do sindicalismo na sociedade, ou, como se enquadra o sindicalismo na sociedade?*

J.C. – O Sindicato tem como objetivo lutar pelos direitos dos trabalhadores, defender os seus direitos, conquistar novos direitos. Pode ser maior ou menor, a luta, mas pode estender-se, quer da defesa do horário de trabalho, das condições de trabalho, dos salários, até à abolição da exploração do Homem pelo Homem. Depende das fases da vida dos Sindicatos mas pode ir até aí...

A.M. – *A segunda questão complementa a primeira: em que aspetos, ou em que dimensões, podem hoje os Sindicatos ser úteis?*

J.C. – Os Sindicatos podem, são úteis, na medida em que (apesar de haver aqui uma correlação de forças favorável ao capital, nomeadamente no setor financeiro, onde nós nos inserimos) pode atenuar, esta insaciável necessidade de exploração que o capital tem, portanto, pode diminuir, reduzir, atenuar, e tornar a vida de quem trabalha, portanto, menos dolorosa.

A.M. – *Já não é de hoje que se fala numa crise do Sindicalismo, concorda com a ideia? Quais são os principais fatores ou indicadores dessa crise?*

J.C. – A crise do sindicalismo, no nosso planeta tem repercussões diferentes em cada parte do Globo, portanto, não é igual na América Latina ou na Ásia ou na Europa, isto é diferente. Existem várias e diferentes fases, e as crises são diferentes, e nalguns sítios (haa) podemos considerar que há até algum crescimento do sindicalismo e noutros há de facto uma crise. Eu tenho um pouco a ideia de que em Portugal e na Europa há de facto alguma crise, há... até por uma questão da redução do esforço do trabalho. Hoje, a generalidade dos trabalhadores não despende em termos de energia física o que despendia era há algumas dezenas de anos atrás, e isto altera a forma de pensar e de ver a questão do sindicalismo. Não é que não se justifique, não é tão perceptível. Enquanto, que por exemplo lutar por uma jornada de trabalho mais pequena num trabalho duro, físico, é diferente do que um intelectual deixar-se inclusive apaixonar pelo que está a fazer, e, esquecer-se que passou a noite a trabalhar e que o patrão não lhe paga nada por isso. Mas portanto... As crises são relativas! Depois, para além das condições naturais e dos problemas dos trabalhadores, existe também um

Apêndice H - Entrevista ao Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Financeira (SINTAF)

investimento muito grande por parte do capital para (...) criar condições do ponto de vista da propaganda (a chamada informação, hoje, é propaganda na generalidade dos casos), e, portanto, isto faz com que o pensamento do Homem e do trabalhador, neste caso, também sofra esta influência.

A.M. – *Acha então que os Sindicatos perderam poder? Se perderam, perderam face a quem ou a quê?*

J.C. – Esta também é uma questão que se coloca sempre! Depende do local onde estamos...

A.M. – *Sim, neste caso estamos sempre a falar dos Sindicatos bancários...*

J.C. – Naturalmente os Sindicatos Bancários perderam poder porque também não o pretendem! Os Sindicatos maioritários no setor (os Sindicatos da UGT, os Sindicatos dos Quadros e Técnicos) são associações oriundas (haa) dos trabalhadores, mas que assentam em perspetivas do capital, ou seja, (haaa) a UGT foi formada em Portugal com o dinheiro do capitalismo americano e da social-democracia alemã. Portanto estas são coisas que estão sempre inerentes. Os Sindicatos que dispõem de milhões de euros anualmente, que têm este tipo de ajudas, portanto sempre que necessitam lhes canalizam milhões para a sua atividade (os próprios e sucessivos governos em Portugal também os têm apoiado das mais diversas formas). Portanto, estas são medidas que condicionam a vida dos Sindicatos e dos trabalhadores. Nós estamos aqui em Lisboa, e o Sindicato dos Bancários de Sul e Ilhas ainda é o Sindicato principal no setor financeiro - dispõe de um conjunto de bens infinitamente diferente dos outros Sindicatos. O Sindicato de que eu sou dirigente, o SINTAF, é um sindicato com relativamente poucos anos, que tem tido algumas dificuldades de implantação, e, que tendo uma prática de classe, identificado com os princípios da CGTP, portanto, não é recebido pelos banqueiros bem, pelo contrário, é hostilizado sempre, que tentam afundar-nos! Naturalmente que a vida é assim e portanto não se pode estar de bem com os trabalhadores e de bem com o patrão, porque aqui há interesses antagónicos.

A.M. – *As alterações da legislação laboral, por exemplo, podem ser um fator de enfraquecimento ou são fatores como o individualismo que explicam algum afastamento dos Sindicatos?*

J.C. – As alterações da legislação laboral e as verificadas nestes últimos tempos, em relação às sucessivas alterações ao Código do Trabalho que se pretendia que fosse um compêndio, onde se faziam e colocavam todas as leis, vem sofrendo alterações e sempre no sentido de reduzir os direitos dos trabalhadores, e, também aqui, como lhe disse, os Sindicatos dos Bancários, nomeadamente os Sindicatos da UGT têm tido um protagonismo muito grande, ou seja, têm apoiado sempre estas medidas, enfraquecendo a força dos trabalhadores. Pelo contrário, os

Sindicatos da CGTP, nomeadamente o SINTAF temos sempre lutado quer nos pareceres do ponto de vista formal que fazemos chegar à Assembleia da Republica, sempre que são discussões publicas, quer na rua, nas manifestações. Empenhamo-nos para que esta legislação não entre em vigor (não seja aprovada...)

A.M. – *E o que acha do individualismo, das pessoas pensarem cada vez mais nelas e menos na coletividade, de não se sindicalizarem (porque hoje há muitos trabalhadores que não se sindicalizam)?*

J.C. – É um facto que é estimulado em cada um de nós o individualismo! Hoje, nas empresas, nos bancos, as pessoas não sabem a que nível de retribuição cada um se encontra, quem são os que são os promovidos por antiguidade, por mérito, pelo que quer que seja. Portanto... Criaram-se complementos remuneratórios para cada um e cada um de nós pensa sempre que ganha mais que o parceiro do lado, ou, pelo contrário, pensa que ganha menos! Portanto, criou-se, estimulou-se, o individualismo. É uma tendência da Sociedade neste caso, mas é estimulada por quem tem o poder.

A.M. – *Tendo em conta a opinião geral de que os Sindicatos precisam de renovação e rejuvenescimento, qual é a sua opinião?*

J.C. – É natural! Os Sindicatos precisam sempre de ser renovados. É com a renovação permanente dos dirigentes, dos delegados sindicais, permanente, que se deve estar atualizado. Os dirigentes devem refletir o coletivo que são!

A.M. – *Ia perguntar-lhe precisamente como lhe parece que pode ser feita essa revitalização...*

J.C. – É levando ou... fazendo funcionar o Sindicato no local de trabalho.

A.M. – *Então, acha importante estar o Sindicato no local de trabalho?*

J.C. – Sem dúvida, sem dúvida!

A.M. – *Como acha que se podem classificar os Sindicatos enquanto atores no mundo do trabalho: como atores de classe que apostam no conflito, como atores de sociedade que abrem a porta à negociação ou como atores económicos que atuam no mercado numa lógica mais de concorrência (quase empresarial)? Há estas três tipologias, de um autor inglês...*

J.C. – Os Sindicatos são atores que têm como função a defesa dos interesses dos trabalhadores. Não devem, não têm que ser necessariamente geradores de conflitos! Naturalmente que sendo uma organização dos trabalhadores e sendo os trabalhadores explorados pelo patronato, naturalmente que há uma conflitualidade, mas não é assim um motivo de conflito...

**Apêndice H - Entrevista ao Coordenador do Sindicato
dos Trabalhadores da Actividade Financeira (SINTAF)**

A.M. – *Mas aqui quando se fala em conflito tem a ver mais com o facto de quando são atores de classe serem mais reivindicativos do que - normalmente - os da sociedade (que abrem a porta à negociação). Isto tem a ver mais com a influência de cada tipo de Sindicato...*

J.C. – Esses conceitos, têm uma definição própria que se ajustam à forma de pensar de quem os criou. Agora, nós não pensamos que os Sindicatos tenham que ser conflituosos ou negociadores, porque essas coisas não são estáticas. Os Sindicatos numa determinada fase reivindicam, satisfeitas as suas necessidades, é natural que haja algum período de satisfação. Naturalmente que a satisfação das necessidades cria outras necessidades e portanto, isto é... É a vida!

A.M. – *Neste caso era para ver em qual destas tipologias, qual destes se enquadrava...*

J.C. – O que eu acho é que não se pode considerar os Sindicatos por uma via conflituosa ou apaziguadora, porque eles são assim mesmo, as duas coisas ou as três... Não tanto esta dos negócios, não estou a ver os Sindicatos a enveredarem aí por essas vias...

A.M. – *Mas há exemplos disso... Por exemplo o dos Quadros é um Sindicato mais virado para a via competitiva, concorrencial, porque têm empresas, não é? Em relação à proximidade entre Sindicatos e partidos políticos, é visto como algo que enfraquece os Sindicatos. Concorda que se trate efetivamente de uma fraqueza, ou seja, na sua opinião é importante os Sindicatos estarem ligados a estruturas político-partidárias ou não? Isso enfraquece os Sindicatos ou não?*

J.C. – Essa é uma matéria que os trabalhadores são cidadãos e os cidadãos podem ser ou não ser militantes de partidos políticos...

A.M. – *Não estou a falar disso, estou a falar da ligação dos próprios Sindicatos a partidos políticos. No vosso caso, A CGTP tem alguma ligação ao Partido Comunista, certo?*

J.C. – Não temos ligação a partidos. Os membros da Direção do SINTAF (a nenhum foi perguntado se é membro de algum partido ou não), são membros dos partidos que entendem. Não há nenhuma ligação. Temos pessoas que publicamente dizem que são do CDS, outras dizem que são do PCP.

A.M. – *Não estou a falar dos dirigentes, estou a falar do próprio Sindicato, ou seja, os Sindicatos da FEBASE estão filiados na UGT e toda a gente sabe que a UGT tem o apoio do PS. O vosso Sindicato está filiado na CGTP, que tem o apoio do Partido Comunista ou associado ao Partido Comunista. É nesse sentido...*

J.C. – Não há nenhuma ligação entre uma coisa e outra! Essa... Do ponto de vista doutrinário, cria-se a ideia de que os Sindicatos são correntes de partidos políticos. Pode ser que nalguns casos isso aconteça, mas na generalidade não é.

A.M. – *Então não há ligação?*

J.C. – Não. ...Somos um Sindicato da CGTP, somos um Sindicato que faz parte dos órgãos da CGTP, temos um membro no Conselho Nacional, reunimos sempre que os Sindicatos reúnem (ainda agora vamos ter uma reunião dia 26, 25) em termos nível nacional.

Agora, nestas pessoas existem militantes das bases dos partidos? Existirão certamente. Agora, de forma organizada, não!

A.M. – *Então a pergunta seguinte provavelmente não faz então muito sentido: acha que o peso excessivo das influências político-partidárias tem acabado por contribuir para uma secundarização do papel dos Sindicatos independentes? Não acha que há influências partidárias nalguns Sindicatos?*

J.C. – Nós no nosso não somos independentes, somos filiados na CGTP.

A.M. – *Independentes temos só 2: o dos Quadros e o Sindicato Independente da Banca. Acha que eles têm um papel secundarizado por causa de não terem apoio de um partido ou de não estarem de alguma forma ligados...*

J.C. – Eu não sei se eles têm alguma ligação a partidos. Sei que alguns dos dirigentes são membros de partidos reconhecidamente na sociedade e no setor financeiro. Agora, que ligação interna tem, ou se têm, não faço ideia!

A.M. – *Acha que os Sindicatos podem exercer alguma influência sobre o Governo ou pelo contrário terão eles que se conformar às influências externas que sobre eles lhes podem exercer?*

J.C. – Esta questão das influências, isto é recíproca. Nós fomos influenciados e influenciámos, na medida em que lutámos, protestámos. Naturalmente que o Governo também exerce, de uma forma direta ou indireta, pressão, influências, na forma como faz chegar as suas mensagens. Portanto, nesta questão das influências há reciprocidade: somos influenciados e influenciámos.

A.M. – *Não acha por exemplo que podem ser mais influenciados os Sindicatos ligados à UGT quando o Governo é do PS?*

J.C. – É provável, é provável! Mas isto não significa que haja subordinação e julgo que no caso da UGT, as coisas são diferentes porque a subordinação não é só ao poder político mas e

Apêndice H - Entrevista ao Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Financeira (SINTAF)

principalmente ao patronato. Eu agora tive uma experiência no setor financeiro. Assisti a uma conferência do setor financeiro, fora de Portugal, em que os trabalhadores do setor financeiro iam apoiar uma candidatura a um cargo político e nós questionámos quando estivemos com eles: “Vocês não têm receio de ser conotados com o poder político?” A resposta foi “Naturalmente corremos esse risco. Nós vamos apoiar este individuo ao poder, à Presidência, mas este ano com esta força política no poder já fizemos 30 dias de greve, portanto não temos nenhum problema. Achamos que este poder (neste caso foi no Brasil, isto não é difícil de perceber) mas foi... retirou da pobreza muitos milhões de pessoas, melhorou as condições de vida e de trabalho, neste Continente. Achamos que das forças em presença são as que tem melhores condições.”. Naturalmente que, se isto forem Sindicatos de Classe, com convicção, são capazes de ter este tipo de comportamento. 30 dias de greve no setor bancário. Agora se nos deixarmos influenciar por algumas mordomias, não será tanto assim! (risos)

A.M. – *Admitindo que os Sindicatos podem exercer influência sobre os Governos, empresários ou sociedade, em que condições o poderão fazer melhor? Como atores de classe, sociedade ou económicos?*

J.C. – De classe! (risos)

A.M. – *Sem sombra de dúvida?*

J.C. – Sem sombra de dúvida!

A.M. – *Os Sindicatos enquanto atores económicos e participantes na Economia têm vantagens em relação aos Sindicatos permeáveis às influências político-partidárias. Como acha que se pode classificar o papel do Sindicalismo independente?*

J.C. – Esta dos Sindicatos ou alguns Sindicatos virem muitas vezes considerar-se independentes... (hesitou) Não sei se eles são mais independentes do que o Sindicato de que eu sou dirigente e que é filiado na CGTP, não sei, tenho dúvidas! Eu conheço dirigentes desses Sindicatos que são membros de partidos! Se eles depois organizadamente fazem alguma ligação com os partidos, não faço ideia. Eu tenho dúvidas quanto a essa declaração de independência!

A.M. – *Do seu ponto de vista, o que é que pode ser considerado uma mais-valia associada ao Sindicalismo independente? Qual é a mais-valia do Sindicalismo independente? Há uma mais-valia ou não?*

J.C. – Na minha perspetiva não há mais-valia, pelo contrário, em torno de uma Central Sindical, neste caso a CGTP, portanto, organizados numa organização deste tipo, temos mais força,

conseguimos criar melhores condições para influenciar a sociedade, o patronato, os Governos e o poder legislativo.

A.M. – *Considera viável propor modelos alternativos de intervenção sindical propondo uma conceção de Sindicato enquanto prestador de serviços?*

J.C. – Não percebi a pergunta, desculpe...

A.M. – *Há Sindicatos e o SINTAF acho que é dos poucos que não têm por exemplo o SAMS. Acha que os Sindicatos deveriam ter essa forma de intervenção, dando aos seus sócios, serem prestadores de serviços, como o SAMS e outras coisas associadas?*

J.C. – O SINTAF neste caso privilegia a atividade sindical: o elevar da consciência de classe dos trabalhadores, interessar-nos-á a organização, a luta....

A.M. – *Vocês são um Sindicato puro enquanto que os outros Sindicatos bancários são Sindicatos que têm outras....*

J.C. – O SINTAF... Os trabalhadores sindicalizados no SINTAF são utilizadores e são utentes do SAMS. O SAMS é uma organização dos trabalhadores bancários. É um abuso os Sindicatos fazerem dos serviços de Saúde um apoio para a atividade sindical. É um abuso, eu acho até mesmo, que isto é mesmo ilegal! É uma ideia que está enraizada e que não vai ser fácil de combater e de fazer com que isto não aconteça assim. Porque fazer ligação do SAMS com o sindicalismo, é no mínimo, no mínimo é feio!

A.M. – *É porque os Sindicatos são os detentores do SAMS.*

J.C. – Não são! O SAMS é propriedade dos beneficiários bancários.

A.M. – *Sim, claro, mas os Sindicatos gerem.*

J.C. – O patronato desconta 6 e ½, os trabalhadores descontam 1 e ½ e estes 8% é que fazem o SAMS, 8% dos salários dos bancários. Quem gere isto, isto deveria ser uma organização gerida através dos beneficiários, organizando-se, fazendo uma Assembleia e elegendo órgãos para a Direção, para o Conselho Geral, portanto, uma organização dos trabalhadores bancários em termos de organização de Saúde e não os Sindicatos apropriarem-se desta situação.

A.M. – *Acha portanto que os Sindicatos não deveriam estar ligados à gestão do SAMS, o SAMS deveria ter uma gestão própria?*

J.C. – Sem dúvida, sem dúvida!

**Apêndice H - Entrevista ao Coordenador do Sindicato
dos Trabalhadores da Actividade Financeira (SINTAF)**

A.M. – *Acha que este exemplo dos Sindicatos bancários donos do SAMS pode ser generalizado a outros Sindicatos em Portugal?*

J.C. – É sempre possível. Mas, fazendo um pouco de história, os SAMS surgem pela necessidade dos bancários, porque os bancários não descontavam para nenhuma Caixa de Previdência. A Saúde só era assegurada em termos públicos às pessoas que descontavam para as Caixas de Previdência. Os banqueiros sempre recusaram este desconto e criaram-se mecanismos alternativos que vieram culminar com o atual SAMS, mas por necessidade. Hoje, não seria tão fácil a sua criação porque todos os trabalhadores, todos os portugueses têm acesso ao Serviço Nacional de Saúde. Isto é uma questão que surgiu por necessidade, fez parte da História e as pessoas identificadas com o Sindicato de que eu faço parte, de que sou dirigente, estiveram na fundação do SAMS (até pela ação revolucionária)...

A.M. – *Não haverá aqui uma ambivalência entre um sindicalismo defensor dos trabalhadores e simultaneamente empregador?*

J.C. – Eu acho que sim! (risos) Acho que não faz muito sentido! Os Sindicatos têm uma função (a defesa do interesse dos trabalhadores, a luta pela evolução... dos direitos de cidadania, no fundo). Em torno do mundo do trabalho. Agora, uns e outros, há interesses que chocam. O Capital é insaciável, vai aumentando a exploração sempre que possa. Tem de haver organizações que resistam, que lutem, que evitem que isto aconteça. E que são os sindicatos.

A.M. – *Será que essa suposta ambivalência explica que os Sindicatos independentes não tenham acesso ao CES (Conselho Económico e Social)? O que falta para os Sindicatos independentes terem acesso ao CES?*

J.C. – É uma matéria diferente, é uma matéria, que as Confederações e os Sindicatos têm acesso. Os Sindicatos independentes porventura não terão condições. Naturalmente, se forem representativos de um elevado número de pessoas que se equiparem a outras forças, também deverão ter (não estou a dizer que não tenham). Agora, se têm menos peso, naturalmente que...

A.M. – *Acha que tem a ver com peso?*

J.C. – Julgo que sim! Mas nem tudo... as lógicas nem sempre funcionam e eu não estou em condições de esclarecer que esta é assim...

A.M. – *No setor da Banca, considera que os desafios que se colocam ao Sindicalismo são os mesmos ou são parecidos com os que se colocam ao Sindicalismo em geral nos outros setores?*

J.C. – No fundamental são os mesmos, no fundamental! Naturalmente que há questões diversas, diferentes. Por exemplo, temos esta questão da Saúde: nos Bancários temos o SAMS, que é uma questão diferente dos restantes Sindicatos em geral, e que, neste caso, os Sindicatos que detêm ainda, que ilegitimamente o SAMS, têm um poder sobre os trabalhadores que os convence ou obriga a estar nestes Sindicatos.

A.M. – *Qual é, no seu entender, a principal preocupação dos Sindicatos bancários, neste momento?*

J.C. – Os Sindicatos bancários têm um conjunto de preocupações e desde logo, as condições de vida, os salários (nós não somos atualizados nos nossos salários desde 2010. Alguns de nós sofremos cortes nos salários e nos complementos). Esta é uma preocupação! Mas, não é só: os banqueiros são insaciáveis, e, são insaciáveis na exploração que fazem do trabalho mas são insaciáveis em relação à exploração que fazem da sociedade e se nós virmos, o que está a acontecer no Mundo e em Portugal, há uma grande preocupação dos Sindicatos, neste caso dos Sindicatos dos trabalhadores da atividade financeira, em relação à situação social no setor financeiro, ou seja, os Bancos, as Companhias de Seguros (nos Bancos é mais notório), estão a atravessar problemas seriíssimos e que fazem perigar os postos de trabalho. Se der aqui uma olhadela aos grandes Bancos (BPN, Banco Comercial Português, o Barclays, o BANIF, o Deutsche, o BBVA, o BES), eu diria, outros que já foram (o FINIBANCO, em muito más condições, foi absorvido, comprado pelo Montepio). Disse estes que publicamente aparecem, mas os outros porventura não estarão em condições muito diferentes, portanto, isto significa que o setor financeiro tem problemas graves e a manutenção dos postos de trabalho é hoje uma das grandes preocupações do movimento sindical.

A.M. – *E também a situação da denúncia do ACT...*

J.C. – Sim, sim! A Associação Portuguesa de Bancos fez a denúncia da Convenção Coletiva principal do setor. Esta é uma questão que está em cima da mesa, o Governo está a apresentar legislação que aponta para a redução dos períodos de caducidade, portanto, é também uma preocupação. Mas aqui também estão os Sindicatos da UGT a dar a mão ao capital.

A.M. – *Poderá afirmar-se que os Sindicatos Independentes estão em ascensão na Banca? Se sim, qual é o motivo para isso? Estamos a falar neste caso dos Quadros e do SIB.*

J.C. – Não tenho dados sobre isso. Não posso...

A.M. – *Mas se eles estiverem a crescer qual será o motivo para que isso aconteça?*

J.C. – Sei lá... Admitindo que cresceriam, poderia ter a ver eventualmente com a questão da Saúde, com a redução da capacidade dos bancários de terem na plenitude direito à Saúde - estes

Apêndice H - Entrevista ao Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Financeira (SINTAF)

Sindicatos, estes, estas Associações que não são Sindicatos, se virmos bem, não são! - No caso dos Quadros até fazem chegar a ideia aos trabalhadores de que são o SAMS Quadros (não é o Sindicato dos Quadros da atividade financeira ou do setor bancário), dizem-lhes logo quando vêm angariar os sócios “Isto é o SAMS Quadros!”, portanto, como o benefício da Saúde, aqui ou ali, pode ser melhor nesses Sindicatos... Mas eu não tenho essa informação. Não posso...

A.M. – *Os Sindicatos dos bancários têm algo que os torne mais atrativos em relação aos outros Sindicatos? Tendo em conta que a Sindicalização é muito maior que nos outros Sindicatos.*

J.C. – A sindicalização do setor bancário deve-se no fundamental ao SAMS, aos cuidados de Saúde, à prestação dos cuidados de Saúde. Portanto, isto foi um serviço, que foi criado, que criou expectativas, que resolveu problemas de Saúde à comunidade bancária, e que hoje, apesar de na generalidade a satisfação desta necessidade estar ultrapassada, é mais uma questão do coração (as pessoas sentem o SAMS, os cuidados de Saúde, mais com o coração do que com a cabeça). Hoje, temos exemplos de pessoas que estão a endividar-se para toda a vida recorrendo aos serviços de Saúde dos bancários, quando têm o mesmo tipo de cuidados de Saúde no sistema público (mas por razões de sentimentos das pessoas, alguns vão mesmo até ao fundo e ficam endividados para o resto da vida e vão deixar os filhos ainda endividados).

A.M. – *Os Sindicatos bancários são mais relevantes devido aos serviços médico-sociais que criaram. Se o SAMS desaparecer pode por em causa a existência dos Sindicatos bancários?*

J.C. – Não me parece! Agora pode haver é mudança, quer dizer, a percentagem dos associados não será nos mesmos moldes, naturalmente, tenderá a ser equiparada aos outros setores de atividade e se calhar a UGT perderia aqui influência significativa.

A.M. – *Entende que a sindicalização deveria ser obrigatória por Lei?*

J.C. – Eu, tenho pensado nisso várias vezes. Não me parece! Tenho.... Eu sigo aquele principio do “é proibido proibir”, e também “é proibido obrigar”, um pouco na ideia de que não terá vantagens ser obrigatório.

A.M. – *Como prevê a conclusão das negociações do ACT que decorre atualmente? Acha que os Sindicatos vão conseguir defender os direitos adquiridos dos trabalhadores ou não?*

J.C. – O Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Financeira vai na medida das suas capacidades, intervir no sentido de defender os direitos dos trabalhadores, manter os direitos consignados na atual convenção. Ora, não tenho dúvidas de que os Sindicatos da UGT irão abrir mão das questões principais dos direitos dos trabalhadores bancários. Nós, vamos fazer o que for possível! Quanto

aos outros Sindicatos não tenho dúvidas de que vão abrir mão, da carreira profissional, das promoções por mérito, das diuturnidades, aquilo a que o patronato chama automatismos. Não tenho dúvidas de que vão abrir mão de uma fatia importante destas matérias.

A.M. – *Só para terminar: acha que no futuro existe lugar para estes Sindicatos geográficos, ou terão inevitavelmente que se juntar?*

J.C. – Hoje, tudo indica que não haverá espaço para a delimitação geográfica. Mas é hoje! As coisas de um dia para o outro mudam. Tudo tenderá a que os 7 Sindicatos do setor sejam Sindicatos nacionais, mesmo que alguns (e temos já exemplos) enveredem por formar Sindicatos de empresa, como o caso da Caixa, isto terá sempre um âmbito nacional.

A.M. - *Muito bem. Era só o que tinha para lhe perguntar.*

J.C. – Portanto, está a fazer um Mestrado sobre esta matéria?

A.M. – *Sim.*

J.C. – E é de Coimbra?

A.M. – *Sim. Gostava só de lhe perguntar se há algo que queira acrescentar que eu por qualquer motivo não tenha abordado.*

J.C. – Esta questão, só porque é de Coimbra e eu sou dirigente do SINTAF: nós fomos ativistas sindicais e trabalhadores sindicalizados no Sindicatos regionais (o SBSI, o Sindicato dos Bancários do Centro, o Sindicato dos Bancários do Norte), durante a maior parte da nossa vida e só em 2005 é que enveredámos por isto. E é esta a particularidade de ser de Coimbra e de vir de Coimbra: nós estávamos a apreciar e concluímos que nestes Sindicatos não havia condições democráticas de participação. E, em Coimbra aconteceu um fenómeno: o Sindicato dos eleitos das listas unitárias, ou da corrente unitária do Sindicato dos Bancários do Centro apresentou uma candidatura à Direção, e, que segundo eles, ganharam as eleições.

A.M. – *Foi um caso que depois teve de andar em Tribunal?*

J.C. – Sim. Ganharam as eleições. E, terá havido uma golpada com conivência do posto de Correios, em que forjaram com datas atrasadas, votos, votos suficientes para dar a vitória à lista da UGT. À lista da UGT não, mas identificada com a UGT, e, os trabalhadores ativistas sindicais de Coimbra decidiram não voltar a participar na vida do Sindicato dos Bancários do Centro. Foi esta uma das ações que precipitou a criação do SINTAF! Foi em Coimbra... Nós estávamos a estudar e tínhamos já concluído que não havia condições democráticas de participação mas Coimbra levou-

**Apêndice H - Entrevista ao Coordenador do Sindicato
dos Trabalhadores da Actividade Financeira (SINTAF)**

nos a precipitar uma decisão. Porque se Coimbra anuncia publicamente que não participa mais, não íamos voltar a apresentar quer no Porto quer em Lisboa, as listas unitárias às candidaturas que, eventualmente, estavam a acontecer. E foi Coimbra que fez, não decidiu, mas precipitou. Nós podíamos já concluir, que não haviam condições e quem não vive neste meio não percebe, não é fácil aperceber-se... É como eu digo, nem com explicador!

A.M. – *Sim, mas eu entendo perfeitamente, entendo perfeitamente.*

J.C. – E portanto foi Coimbra que nos levou a antecipar...

A.M. – *Mas o SINTAF tem um numero relativamente pequenino. Eu não consegui (não há nada, não há números) aferir o número de sócios.*

J.C. – Nós não damos números. Isto mete-se muito... Porque nós os mais pequenos, não precisamos de andar em bicos de pés, mas não dizemos quantos somos. Mas aqui há um número que falha, vamos ver, mil e quatrocentos e não sei quantos... Agora fecharam algumas pequenas empresas que nos levaram quase os sócios todos. Pequenas empresas do setor financeiro. 10, 12, nalguns casos tínhamos todos associados e fecharam estas pequenas empresas. Portanto, este número não está atualizado só por isto.

A.M. – *Sim, sim...*

J.C. – Há sempre um ou outro que sai, mas não é expressivo. Agora, estas pequenas empresas ligadas por exemplo, a GMoney 3 ou 4 empresas aqui ligadas, e foi assim uma coisa, fecharam mesmo, eles pisgaram-se daqui. E há outras que é difícil, por exemplo, nesta questão do SAMS ajuda muito para os outros mas. No outro dia, eu fiquei tão...! Eu já sou velho, já, já... parece que tenho uma carapaça dura mas não...! Ligou um trabalhador da COFIDIS... para o SINTAF e os camaradas passaram a chamada para mim, e o que é que ele queria? Saber o que fazer para pedir a demissão, do Banco, da COFIDIS. Bem, eu falei com ele, falei, falei, falei! Não aguenta a pressão, não aguenta, e foi-se embora! Eu disse, “num momento destes, com um emprego, não faça isso. Quando arranjar outra coisa vá!” Não fui capaz de o demover. Não aguenta a pressão!

A.M. – *Pelos vistos isto está cada vez pior...*

J.C. – É que é uma coisa... Sei lá, se uma pessoa tem uma vida boa, se tiver não sei quê, aqui vão para a reforma muitas pessoas com cinquenta e poucos anos e perdem alguma coisa, também porque não aguentam a pressão, mas sempre levam a reforma. Ahh! Agora, desempregar-se porque não aguenta a pressão?

A.M. – *E depois, onde é que vai arranjar trabalho?*

J.C. – Até porque nos outros sítios não o tratam melhor! Não há patrões bons! (risos)

A.M. – *A nível de apoio jurídico, o vosso Sindicato tem o quê? Um advogado, dois?*

J.C. – Temos dois.

A.M. – *A tempo inteiro?*

J.C. – Não.

A.M. – *São avençados?*

J.C. – Temos um avençado, temos um colaborador, que não ganha nada, é o Presidente da Assembleia Geral, que é advogado, está reformado. E temos um outro apoio que agora não tem tido praticamente disponibilidade porque é o responsável pela Secção Internacional da CGTP e isto, retira-lhe capacidade, mas ainda nos vai fazer um ou outro caso à barra do Tribunal, especialmente casos que vêm de trás. Era ele o principal, foi a CGTP que o pôs lá. O Praça... Entretanto ele ficou com aquelas funções e arranjámos uma avença e entretanto o outro reformou-se e...

A.M. – *Sim, mas para o número de sócios que tem... não há necessidade!*

J.C. – Sim, sim, não temos problemas com isso.

A.M. – *Apesar de que quando as empresas fecham e com este contexto, o apoio jurídico é importante.*

J.C. – É mais psicológico do que outra coisa, infelizmente. Mas as pessoas sentem-se confortáveis... É que se falam comigo, eu tenho as minhas opiniões naturalmente baseadas na experiência que tenho... Se tiverem um advogado já se sentem mais confortáveis.

A.M. – *Muito bem, vou deixá-lo trabalhar. Agradeço muito o seu tempo.*